

U.PORTO

ATAS

IX

ENCONTRO NACIONAL
DE ESTUDANTES DE
HISTÓRIA

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Biblioteca Digital

2014

Encontro Nacional de Estudantes de História

Universidade do Porto, Faculdade de Letras
Via Panorâmica 4150-564 Porto, Portugal

<http://ixeneh2014.wordpress.com>

ATAS DO IX ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES DE HISTÓRIA

COORDENAÇÃO

Ana Catarina Pereira

Ana Rita Pontes

Andreia Fernandes

António Miguel Santos

Catarina Moreira

Duarte Babo

Filipe Magalhães

Liliana Oliveira

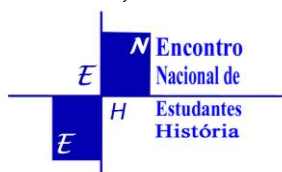
Miguel Castro Brandão

Porto, 2014

Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Biblioteca Digital

ISBN: 978-989-8648-21-1

ORGANIZAÇÃO



APOIOS



onde?

Oficina do Mapa - FLUP

Ficha técnica:

Título: Atas do IX Encontro Nacional de Estudantes de História

Autores: Ángel Arcay Barral, Carla Lima Pereira, Cláudia Joaquim, David Eleutério, Joana Paulino, João Pedro Oliveira Silva, Mariana Martins de Oliveira, Olinda Noronha, Patrícia Gomes Lucas, Pedro da Silva, Pedro Miguel Barbosa Moreira, Rúben Ribeiro, Sónia Duarte

Editor: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Biblioteca Digital

Coordenadores: Ana Catarina Pereira, Ana Rita Pontes, Andreia Fernandes, António Miguel Santos, Catarina Moreira, Duarte Babo, Filipe Magalhães, Liliana Oliveira, Miguel Castro Brandão

Foto de Capa: Mariana Martins de Oliveira

Local de Edição: Porto

Ano de edição: 2014 (267 páginas)

ISBN: 978-989-8648-21-1

Encontro Nacional de Estudantes de História

Universidade do Porto, Faculdade de Letras
Via Panorâmica 4150-564 Porto, Portugal

<http://ixeneh2014.wordpress.com>

Notas de edição:

1. As contribuições deste *eBook* foram submetidas a avaliação científica por sistema de *blind referee*. A qualidade da expressão é da exclusiva responsabilidade dos autores.
2. Neste *eBook* as contribuições não obedecem a critérios de citação uniformes.

Sumário

Lista de autores	11
Prefácio.....	13
A Estratigrafia do Construído como um Objeto de Inquirição	15
A Modelação 3D do Castro de Romariz: Resultados da Aplicação do Modelo de Estudo <i>Foveal</i>	31
Os Primeiros Momentos da Colonização Fenícia na Península Ibérica: uma visão síntese das realidades socioeconómicas de Gadir em contacto com os indígenas.....	47
Imagens de Música na Pintura Quinhentista Portuguesa: o contributo da Iconografia Musical para o reconhecimento de práticas musicais da época	63
Extremitates, Aequalitates: O pecado nefando de João de Távora (1555-1556)	79
Arthasastra e O Príncipe	99
A Ásia conhecida pelos europeus	125
A Barra da Cidade do Porto	149
A Liderança e as Lideranças do Partido Regenerador	167
Os Expostos em Números.....	185
Os arquivos de família: <i>o caso galego-português</i>	217
A Documentação Histórica Conservada pela Câmara Municipal de Castelo de Paiva (1582-1910)	233
Património Histórico e Urbanismo	251

Lista de autores

David Eleutério

Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património do Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra

Pedro da Silva

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

João Pedro Oliveira Silva

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Sónia Duarte

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Pedro Miguel Barbosa Moreira

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Carla Lima Pereira

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Cláudia Joaquim

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Rúben Ribeiro

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Patrícia Lucas

Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Joana Paulino

Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Ángel Arcay Barral

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Olinda Noronha

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Mariana Martins de Oliveira

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Prefácio

O ENEH é um encontro anual de estudantes de História, Arqueologia e História da Arte, que visa promover uma plataforma de contactos interuniversitários. A presente edição, a IX, à semelhança da V (2010), ocorreu na FLUP, de 9 a 12 de abril de 2014. Seguindo as tendências mais recentes dos estudos universitários, esta edição compreendeu, para além das áreas mais tradicionais ligadas à História, também a de Museologia e Património. Esta é uma área em expansão, cujo estudo tem merecido a atenção da comunidade académica, não só a nível nacional, como internacional. Por este motivo, a organização do ENEH considerou pertinente integrar esta área científica no programa do evento, sendo essa a grande novidade desta edição.

São propósitos desta IX edição do ENEH o de potenciar a interdisciplinaridade no âmbito das Ciências Sociais e Humanas, através do contributo dos estudantes e investigadores participantes, e o de divulgar o evento de forma mais permanente, através da publicação das comunicações apresentadas ao congresso.

As comunicações que configuraram os vários painéis do evento organizaram-se segundo uma lógica temática e cronológica, e pretenderam dar a conhecer trabalhos inéditos em curso. A riqueza deste encontro traduziu-se na diversidade geográfica e temática dos participantes, facilitando o contacto e a discussão entre os diferentes graus académicos.

Para além da componente teórica, programaram-se experiências e abordagens de natureza prática. A título de exemplo, foram realizados workshops temáticas (Desenho Arqueológico, Heráldica, Cartografia e Paleografia), uma mesa-redonda («Os Desafios da Interdisciplinaridade das Ciências Sociais») e uma visita guiada à cidade do Porto, percorrendo os locais mais emblemáticos da mesma. Tiveram lugar, também, atividades lúdicas que contaram com a participação das Tunas da FLUP e um *quizz* organizado pela AEFLUP (Associação de Estudantes da Faculdade de Letras do Porto), por forma a reforçar os laços entre os estudantes participantes e a promover a instituição que acolhe o evento.

Espera-se, através do IX ENEH, o reforço da articulação entre os saberes aqui explorados, visando o enriquecimento pessoal dos participantes com o contributo das diferentes áreas do saber das Ciências Sociais e Humanas. Neste sentido, pretende-se fomentar a cooperação dos estudantes com as instituições de ensino universitário português, ao mesmo tempo que se procuram promover as áreas científicas ligadas à História, potenciando o seu papel na sociedade.

Cumpre-nos, terminados os trabalhos, agradecer o precioso apoio da Professora Doutora Amélia Polónia, Presidente do Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, e todas as sugestões que, ao longo destes meses, nos deu e que, certamente, contribuíram para o sucesso deste evento. Ao Dr. João Emanuel Leite, diretor da Biblioteca Central da Faculdade de Letras do Porto, agradecer, também, a amabilidade com que acolheu e apoiou esta iniciativa. Gostaríamos, igualmente, de agradecer ao Professor Doutor Armando Luís de Carvalho Homem, ao Professor

Doutor João Carlos Garcia, ao Professor Doutor José Augusto de Sottomayor-Pizarro, à Professora Doutora Natália Azevedo, à Professora Doutora Paula Bessa, à Professora Doutora Teresa Soeiro, ao Professor Doutor Virgílio Borges Pereira, à Doutora Maria João Oliveira e Silva, ao Mestre Miguel Nogueira, ao Dr. Germano Almeida e à Dr.^a Lídia Azevedo terem aceitado os nossos convites.

Porto, 12 de abril de 2014

Ana Catarina Pereira
Ana Rita Pontes
Andreia Fernandes
António Miguel Santos
Catarina Moreira
Duarte Babo
Filipe Magalhães
Liliana Oliveira
Miguel Castro Brandão

A Estratigrafia do Construído como um Objeto de Inquirição

Caso de Estudo das *Insulae* VI, 3-4 do Sítio Arqueológico de Pompeia (Campânia - Itália)

David Almeida Eleuterio

Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património / Universidade de Coimbra

david-alma@hotmail.com

Resumo O presente artigo tem por objetivo expor as potencialidades do estudo do desenvolvimento edificativo através da análise das unidades estratigráficas murárias que compõem as estruturas arquitetónicas pompeianas. Repercorrendo as distintas fases das intervenções de restauro efetuadas nas *insulae* 3 e 4 da *Regio VI* de Pompeia, e as submetendo à confronto, procuramos individuar as diferentes metodologias aplicadas e a sua eficiência temporal perante os agentes atmosféricos e geotécnicos, de forma a compreender as transformações orgânicas dos materiais, para otimizar futuros projetos de restauro.

Abstract This article aims to set out the potential of the study of the building development by analyzing the muraria stratigraphy units that comprise the pompeian architectural structures. Retracing the various stages of restoration interventions carried out in the *insulae* 3 and 4 of the *Regio VI* of Pompeii, and submitting to confrontation, we individuate the different methodologies and their temporal efficiency before atmospheric and geotechnical agents, in order to understand the organic transformations of the materials, to optimize future restoration projects.

INTRODUÇÃO

Na última década, os estudos pompeianísticos registaram um crescimento exponencial do número de missões arqueológicas desenvolvidas no âmbito de parcerias institucionais (COARELLI & PESANDO, 2006; JONES & ROBINSON, 2007; VERZAR-BASS & ORIOLO, 2010). Tal alteração do paradigma metodológico adveio do facto dos organismos públicos e da comunidade científica se aperceberem da eminente urgência de promover novas formas de intervenção e manutenção dos bens culturais capazes de conciliar, simultaneamente, o interesse da investigação académica, as exigências de fruição turística e as necessidades conservativas do construído arqueológico.

De facto, a alteração da vertente metodológica efetuou-se após os eventos sísmicos decorrentes nas décadas de 1970 e 1980, quando o CNPPCRS (Comité

Nacional Italiano para a Prevenção do Património Cultural do Risco Sísmico) advertiu os organismos públicos e a comunidade científica da urgência de promover novas formas de intervenção e manutenção dos bens culturais, redigindo os seguintes documentos: “Recomendação para as Intervenções sobre o Património Monumental em Zona Sísmica” (1986) e “Directivas para a Redação e Execução de Projectos de Restauro Incluindo Intervenções Antissísmicas nos Complexos Arquitectónicos de Valor Histórico e Artístico em Zonas Sísmicas” (1989). Todavia, a implementação das novas diretrizes reconhecerá os seus primeiros resultados apenas na década sucessiva.

A ESTRATIGRAFIA DO CONSTRUÍDO COMO UM OBJETO DE INQUIRIÇÃO. CASO DE ESTUDO DAS *INSULAE VI, 3-4*

O reconhecimento do estado de risco no qual se encontrava o património arqueológico vesuviano conduziu a elaboração de inovadores programas de catalogação e análise sistemática, sendo marco do dito processo a publicação do exame integral das *insulae* 3 e 4 da *Regio VI* (CAROCCI *et alii* 1990); sector de particular interesse (devido ao posicionamento e a morfologia irregular que o distinguem) para a compreensão da gestão espacial do inteiro complexo urbanístico. A esta meticulosa análise, vocacionada a distinção das sucessivas fases de ocupação/edificação, seguir-se-á nos finais da mesma década a aplicação pioneira de uma ficha de unidade estratigráfica murária, desenvolvida, prioritariamente, para documentar o estado de conservação e as exigências de intervenções de restauro (GUIDOBALDI *et alii* 1998: 217). A ficha referida, especificamente formulada segundo o modelo publicado, em 1988, pelo ICCD (Istituto Central do Catálogo e da Documentação do Ministério para os Bens Culturais), foi primeiramente aplicada a título experimental na Casa do Centauro (VI,9,3-5 e 10-12), seguida por uma campanha de catalogação que abrangeu boa parte da *Regio VI* (*idem*: 217-224).

Hoje, passadas cerca de duas décadas deste primeiro exame do estado de conservação das estruturas atinentes as *insulae* 3 e 4 da *Regio VI* de Pompeia, torna-se necessário o desenvolvimento de um novo levantamento capilar da evolução do processo de degradação sofrido pelas estruturas, o qual deve caracterizar-se por

uma perspectiva multidisciplinar de análise, capaz de conciliar os interesses de investigação académicos, as necessidades de fruição turística e, principalmente, as atuais exigências conservativas do construído arqueológico.

No seguimento da vertente metodológica proposta e inserido no âmbito do projeto de pesquisa “*Rileggere Pompei, Regio VI e Regio IX*”, institucionalizou-se o meu programa de tese doutoral, o qual se desenvolve através de uma cotutela entre a Universidade de Coimbra e a Universidade de Nápoles «*L’Orientale*», com a autorização e supervisão da SANP (Superintendência Especial para os Bens Arqueológicos de Nápoles e Pompeia). O atual programa consiste em interligar ao estudo da estratigrafia murária, uma análise espacial/estatística das *insulae* VI, 3-4, visando compreender o desenvolvimento urbanístico desde estratégico sector da *Regio* VI, de forma a criar novos e específicos mecanismos de tutela e salvaguarda (figura 1 e 2).

ABORDAGEM DA PESQUISA E METODOLOGIA

A nível metodológico desenvolvemos, especificamente destinado ao atual programa de tese doutoral, um novo modelo de ficha UEM (Unidade Estratigráfica Murária), cuja estrutura adotada concilia contemporaneamente: as diretrizes propostas na atual ficha UEM disponibilizada pelo MIBAC (Ministério Italiano para os Bens e Atividades Culturais); os “Princípios de Análise, Conservação e Restauro Estrutural do Património Arquitectónico” referidos na carta publicada pelo ICOMOS, em 2003; as “Diretrizes para a Valorização e Redução do Risco Sísmico no Património Cultural”, emitidas em 2007, pela DGBAP (Direção Geral para os Bens Arquitectónicos e Paisagísticos do Ministério Italiano para os Bens e Atividades Culturais); as indicações propostas por Maurizio Cattani e Andrea Fiorini (CATTANI & FIORINI, 2004: 329), uma vez que os autores citados conciliam uma abordagem topológica aos tradicionais modelos desenvolvidos por Roberto Parenti (PARENTI, 1990; 2002) e Gian Pietro Brogiolo (BROGIOLO, 1997). Além de, na elaboração da supracitada ficha UEM, ainda termos em linha de conta os protótipos de ficha formulados pelo Laboratório de Arqueologia da Arquitetura da Universidade de Bolonha (figura 3).

Desta forma, para cada estrutura murária atribuímos uma numeração de série e uma ficha de registo dos dados que advêm da análise *in situ*. Entre os elementos catalogados dá-se particular atenção aos materiais construtivos que demonstram ser provenientes de contextos de recuperação e sucessiva reutilização, os quais possam auxiliar no estabelecimento de um *terminus a quo* das estruturas, ou de uma unidade estratigráfica da mesma. Os dados provenientes desta recolha são manipulados por meio de uma base de dados, cuja finalidade consiste em desenvolver (através do cruzamento das diferentes categorias de informação) um suporte estatístico/cartográfico, que sucessivamente possibilitar-nos-á auferir, de forma consistente, a interação entre os espaços construídos nas diversas fases de desenvolvimento urbano.

Já no que se refere a definição da área sob avaliação, a escolha foi ponderada considerando três critérios fundamentais. Primeiramente, por este segmento urbano conglobar edifícios que se destinariam às atividades de carácter habitacional, comercial e produtivo; oferecendo um contributo para o estudo das relações entre o domínio público e privado, vertente em voga nos estudos vesuvianos (MONTEIX, 2008). Em segundo lugar, por dispormos de um primeiro exame do estado de conservação das estruturas atinentes as *insulae* 3 e 4 da *Regio* VI (CAROCCI *et alii* 1990), o qual nos possibilita avaliar as transformações decorridas com o passar de duas décadas. Em terceiro lugar, por se tratar de um sector nevrálgico de circulação turística do complexo arqueológico, estando assim sujeito, a constante ação antrópica. O fluxo turístico, que trafega prioritariamente pela *Via Consolare* - principal eixo de circulação entre o Fórum Civil e a Vila dos Mistérios - acarreta consigo um agravamento suplementar na ação de desgaste das estruturas.

Devermos ainda recordar que Pompeia nos dá a oportunidade de reconstituir o ciclo produtivo da seleção dos materiais, desde a fase de extração, até as múltiplas técnicas de construção (DESSALES,2011:62). Além disso, é-nos possível ainda, através da análise diacrónica das técnicas e dos materiais construtivos empregues nas fases urbanas de Pompeia avaliar a aquisição de conhecimentos técnicos por parte dos *structores* e *tectores*, com vista a solucionar problemas de ordem estática, aprimorar ou rentabilizar reestruturações e pontuais intervenções de restauro (DESSALES,2011:51-62). Por conseguinte, a metodologia aplicada neste projeto busca, através da identificação dos procedimentos de restauro efetuados no

passado, desenvolver mecanismos e soluções adaptadas à realidade presente, de forma a otimizar as futuras técnicas de intervenção.

Em síntese, a pertinência do projeto doutoral, assim como o método adotado, advêm do seguimento das diretrizes estabelecidas pela DGBAP, a qual define que as avaliações dos edifícios históricos devem partir de programas executados por meio de uma estreita colaboração com as instituições universitárias (BROGIOLO,2008:9). Contudo, hoje, ainda se verificam consideráveis entraves legislativos nas atuais políticas responsáveis pela salvaguarda do património arqueológico italiano (BROGIOLO,2012: 269-272).

A ESPECIFICIDADE DA ARQUITETURA DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS VESUVIANOS

Na elaboração do quadro metodológico, não poderíamos deixar de considerar preliminarmente as especificidades do património arquitetónico em causa, o qual se encontra plenamente inserido na paisagem urbana vesuviana. As cidades em ruínas por antonomásia, designação que de facto lhes é atribuída (PESANDO, 2011: 10), advêm não apenas de uma visão literária, historiográfica e iconográfica desenvolvida ao longo dos últimos 250 anos de visitaçao dos sítios arqueológicos vesuvianos, mas também concerne em si o longo percurso de interpretação e intervenção efetiva sobre as estruturas arquitetónicas que compõem este mesmo património. Em síntese, qualquer intervenção moderna sobre o património edificado deve partir do pressuposto que este é uma composição de antiguidade e modernidade (WALLACE-HADRILL *et alii* 2008: 409), reconhecimento ao qual são inerentes os quatro parâmetros subsequentes.

Problemas de Conservação Estrutural

O património histórico-arquitetónico e arqueológico vesuviano é exposto à um contínuo processo de degradação. No caso específico de Pompeia, estamos perante um recurso não renovável e insubstituível, ao qual concomitantemente ao processo entrópico de degradação se associa ação antrópica provocada pela crescente fruição turística. Sendo o referido processo irreversível, cabe aos atuais mecanismos de tutela efetuar um contínuo controlo, por meio de intervenções de restauro que

reduzam ou retardem este processo. Na última década, em Pompeia, tais medidas têm vindo assumir cada vez mais um carácter extraordinário, considerando o estado de conservação do complexo arqueológico, o qual dispõem de 242.000 m² (equivalentes à 55.000 m³) de superfície murária dispersa por 44 hectares, o qual já previamente necessitava de urgente intervenção (LONGOBARDI, 2002: 118-126).

Por essa razão, o atual projeto de pesquisa doutoral conjuga um levantamento sistemático dos aspetos morfológicos, geotécnicos, sísmicos e antrópicos, cuja finalidade consiste na análise quantitativa do risco e da vulnerabilidade atual das estruturas presentes nas *insulae* 3 e 4 da *Regio* VI. A recolha dos dados apresentados possibilitar-nos-á uma correta aferição dos processos mecânicos do terreno, por forma a examinar, interpretar e datar variações nas arquiteturas (colapso de estruturas, deslocações de materiais nas unidades estratigráficas, demolições, ampliamentos, restauros precedentes,...). A metodologia proposta potencializará não apenas um conhecimento pormenorizado das transformações orgânicas decorrentes nas sucessivas fases edificativas dos edifícios, mas também uma fonte de informação considerável para os restantes unidades arquitetónicas do sítio arqueológico.

Diversidade de Materiais de Construção

Os materiais construtivos e as técnicas de construção, em Pompeia, são argumento corrente de publicação no âmbito dos estudos pompeianísticos. Porém o estado atual da pesquisa, como nos adverte Jean Pierre Adam, nos impossibilita de datar as fases de desenvolvimento urbano em base aos diferentes materiais nelas empregues (ADAM, 2007: 99).

No caso específico das *insulae* 3 e 4 da *Regio* VI identificamos uma complexa estratigrafia construtiva. Primeiramente, devido ao facto de estarmos perante um sector urbano no qual estão compreendidos edifícios de carácter habitacional, comercial e produtivo; e, em segundo lugar, considerando o amplo número de técnicas construtivas executadas, que empregam diferentes materiais de construção: calcário do Sarno, tufo de Nocera, tufo de Campi Flegrei, além de outras rochas de origem vulcânica. Entretanto, dentre as diversas técnicas construtivas, verificamos para a área de estudo o predomínio do *opus incertum*. Já no que concerne a cronologia das estruturas, ao momento tudo parece indicar um

desenvolvimento análogo ao das demais *insulae* adjacentes, com uma datação posterior ao III século a.C. (PESANDO *et alii* 2010: 11-14; PESANDO, 2013: 122-123). São ainda visíveis profundas reestruturações internas datáveis a partir do I século a.C. e consideráveis intervenções de restauro posteriores ao evento sísmico do 62/63 d.C.

Processo Histórico do Restauro

O reconhecimento da necessidade de desenvolver mecanismos de carácter conservativo representou nas últimas décadas uma prioridade constante da tutela dos sítios arqueológicos vesuvianos. De facto, não apenas a superintendência arqueológica, mas também os investigadores académicos e os profissionais do património reconheceram a obrigação de proteger o valor científico dos vestígios arqueológicos (SIVAN, 1997: 52). Este diálogo entre os órgãos e os agentes responsáveis pela tutela tem conduzido a um crescimento qualitativo das medidas implementadas, não se opondo Pompeia à esta nova realidade. Recentemente, alguns sectores urbanísticos têm sido alvo de consideráveis programas de restauro, sendo exemplo de referência o caso dos edifícios que compõem a *Insula Occidentalis* (CANDELA, 2007: 136-139), sector situado no quadrante ocidental da área de estudo no programa doutoral inquerida.

Já no que concerne o atual estado de conservação das *insulae* VI, 3-4, o mesmo é resultado de profundas intervenções de restauro, conduzidas maioritariamente após os bombardeamentos decorridos em 1943, particularmente nas estruturas atinentes a *insula* 4 (GARCÍA Y GARCÍA, 2006: 75). Este cenário induz o atual programa doutoral a executar uma avaliação segundo diferentes níveis de detalhe considerando as especificidades das diversas estruturas murárias. O grau analítico, mesmo seguindo um modelo padronizado, se adapta as diversas situações de forma a disponibilizar uma leitura detalha em vista de futuros programas de restauro. O exame aqui apresentado, que unifica os métodos de levantamento arquitetónico e arqueológico, é conciliado a um levantamento histórico-arquivístico das intervenções até a presente data levadas a término.

Problemas Contemporâneos de Conservação

Atualmente, o plano de gestão UNESCO em vigor à Pompeia rechama para além da contínua iniciativa ordinária uma vasta campanha extraordinária de intervenção, a qual possui o objetivo de minimizar o atual estado de degrado das estruturas e, contemporaneamente, criar novos mecanismos capazes de proporcionar uma via de desenvolvimento sustentável. De facto, sustentabilidade é o argumento central apresentado nos recentes estudos de Roberto Cecchi e Paolo Gasparoli (CECHII, 2011; CECHII & GASPAROLI, 2011).

No seguimento desta vertente, as principais variantes a serem urgentemente quantificáveis no processo de desgaste das estruturas são o avançado estado de bio deterioramento das superfícies murárias, as quais devido a exposição aos agentes atmosféricos têm sofrido irreversíveis danos (VILLANI *et alii* 2007: 185-186), bem como o elevado risco hidrogeológico e sísmico ao qual se encontram sujeitos os edifícios, muito embora os esforços preventivos e em matéria de segurança efetuados nos últimos anos pela tutela (BIASIOTTI, 2007: 56-57). Em síntese, devemos ponderar que em Pompeia o atual fundo de investimento extraordinário não pode representar um evento pontual, mas sim um procedimento modelo de contínua manutenção do sítio arqueológico.

ASPETO INOVADOR DA PESQUISA

O programa a que nos propomos se apresenta como uma proposta inovadora, uma vez que introduz na análise das estruturas edificadas um estudo diagnóstico, em vista de ministrar futuros procedimentos de restauro. A proposta de intervenção que será formulada, terá prioritariamente em atenção as actuais exigências e normativas da tutela, bem como as necessidades de circulação turística e as especificidades morfológicas das estruturas arquitectónicas pertencentes as duas *insulae* em questão. Neste seguimento, o programa doutoral que conduzimos executa um exame do estado actual de conservação das unidades murárias, o qual considera desde a fase de catalogação - através de um novo modelo de ficha UEM - os múltiplos sistemas construtivos adotados ao longo das sucessivas fases urbanas.

Na formulação do projeto foi previsto, concomitantemente, a realização de um estudo topológico capilar de todas as unidades arquitectónicas. No que concerne a

validade de implementarmos um exame espacial/estatístico, esta advém do êxito comprovado desta metodologia em âmbito pompeianístico, tando ao nível do processo de estruturação interna das *insulae* (GRAHAME, 2000; LAURENCE, 1994; WALLACE-HADRILL, 1994), quanto no que concerne à constituição complexiva das principais vias de circulação (KAISER, 2011; POEHLER, 2006; WEILGUNI, 2011). A eficácia da aplicação desta linha metodológica foi inclusive apreciada no recente programa doutoral conduzido por Hanna Stöger em Ostia (STÖGER, 2011: 19-40).

Outro parâmetro que torna o nosso programa de análise arquitetónica inovador é que este tem em linha de consideração o facto de cada estrutura murária ser um objeto a três dimensões, o qual possui consistência espacial. Esta referência assume relevância, uma vez que a sequência e a sobreposição de cada secção murária devem ser compreendida não apenas em sentido vertical, mas também horizontal (BROGIOLO, 1997: 182). Fator que requer uma análise volumétrica de cada estrutura murária e das relações de conexão desta com as demais estruturas coetâneas, que compõem cada ambiente, e das relações espaciais entre os ambientes e a superfície total do edifício, assim como a integração dos edifícios na rede urbana de Pompeia.

Dessa forma, privilegiamos um programa de estudo que considera desde a menor unidade de análise o seu carácter espacial. Uma vez que entendemos que o ato de conservar e restaurar exige, preliminarmente, um profundo conhecimento das interações sociais com o espaço construído, que decorrem não apenas entre cada singular estrutura que compõem um dado espaço, mas também no curso das relações que estas estabelecem entre si, uma vez que as mesmas geram transformações e redefinam continuamente a rede espacial examinada nas distintas fases do seu desenvolvimento edificativo.

PRIMEIROS RESULTADOS E TRABALHO FUTURO

Nesta fase do programa doutoral concentramos a nossa ação no quadrante setentrional da *insula* VI,3 e em específico no exame dos edifícios VI 3,3.27-28 e VI 3,7.25-26. Dentre os parâmetros a serem considerados advém o facto do edifício VI 3,3.27-28 não representar um exemplo isolado a Pompeia, sendo confrontável com outras unidades arquitetónicas do complexo urbanístico (MONTEIX *et alii* 2011: 306-313), apesar disso, estamos perante uma das estruturas desta tipologia de cronologia

mais baixa identificadas em Pompeia. De facto, os trabalhos de desterro de ambos os edifícios datam entre os anos de 1809-1810 (FIORELLI, 1862: 23-35).

Os primeiros resultados apontam para uma profunda reestruturação pós-sísmica (62/63 d.C.) do edifício VI 3,3.27-28, indício este de como eventos de ordem natural podem contribuir na tomada de decisão de projetos de amplo espectro de reorganização do espaço. Nesta nova perspectiva, o terremoto do 62/63 d.C. poderia ser relido como uma fase de novas conceções espaciais que contribuíram a consideráveis alterações na planimetria urbana de Pompeia.

Porém, para que possamos verificar a validade de tal proposição, nos encontramos a examinar a unidade arquitetónica adjacente VI 3,7.25-26 segundo os mesmos parâmetros. Para já, os resultados indicam uma considerável anomalia no segmento central da habitação, o qual segue um alinhamento dissonante dos demais sectores da *insula* 3. Esperamos a breve termo clarificar esta afirmação e, dessa forma, compreendermos o progressivo processo de desenvolvimento do edifício e a maneira como este se interconecta aos demais sectores edificados das *insulae* 3 e 4 da *Regio* VI.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hoje Pompeia está aberta a fruição turística segundo o sistema adotado pela indústria cultural de massas, processo que confronta com as necessidades de manutenção e conservação do complexo arqueológico, conforme reconhecem associações culturais específicas como o ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios), o AIAR (Associação Italiana de Arqueometria) e o ARCo (Associação para a Recuperação do Construído). Sendo que a perspectiva de abordagem proposta defende que a contraposição metodológica entre exigência turística e técnico-científica não deve dar lugar a intervenções conceptualmente impróprias e materialmente evasivas, mas sim proporcionar sustentabilidade e possibilitar um desenvolvimento a médio e longo prazo, processo que acreditamos ser passível de obtenção. Em vista deste objetivo, o atual programa doutoral foi concebido consciente do estado histórico-científico vigente da conservação e planificou o seu percurso de ação respeitando as propriedades dos materiais, tanto na projeção preliminar, como nas etapas já em fase de execução.

Como é passível de observação, o estudo apresentado nesta sede se encontra em fase de desenvolvimento, fator que nos impossibilita de apresentar uma proposta interpretativa conclusiva acerca do processo de estruturação espacial das *insulae* 3 e 4 da *Regio* VI. Porém, cremos que o sector em causa possui um interesse singular de análise visto a sua implantação nevrálgica na planimetria urbanística, não apenas para a entendimento da inteira articulação da *Regio* VI, mas para a melhor compreensão da inter-relação espacial existente entre as estruturas arquitetónicas que compõem os edifícios comerciais, habitacionais e produtivos distribuídos pela rede urbana de Pompeia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAM, J.-P. 2007. Building, Materials, Construction Techniques and Chronologies. In Dobbins, J. & Foss, P. (eds.) *The World of Pompeii*. London and New York: Routledge: 98-113.

BIASIOTTI, A. 2010. Training Through Simulation Exercises: Salvaging Cultural Heritage in Pompeii (Italy). In *Managing Disaster Risks for World Heritage*. Rome: ICCROM.

BROGIOLO, G. 1997. Dall'Analisi Stratigrafica degli Elevati all'Archeologia dell'Architettura. In *Archeologia dell'Architettura 2*. Firenze: All'Insegna del Giglio:181-184.

BROGIOLO, G. 2008. Procedure di Documentazione e Processi Interpretativi dell'Edilizia Storica alla Luce delle Linee Guida per la Valutazione del Rischio Sismico del Patrimonio Culturale. In *Archeologia Medievale XIII*. Firenze: All'Insegna del Giglio:9-13.

BROGIOLO, G. 2012. Archeologia Pubblica in Italia: Quale Futuro? In *Editorial Post-Classical Archaeologies 2*: 269-278.

CANDELA, M. 2007. Dispositivi Speciali per la Messa in Sicurezza dell'Insula Occidentalis. In *Rivista di Studi Pompeiani 18*. Roma: «L'Erma» di Bretschneider: 136-139.

CAROCCI, F., DE ALBENTIS, E., GARGIULO, M., PESANDO, F. (eds) 1990. *Le Insulae 3 e 4 della Regio VI di Pompei - un'Annalisi Storico - Urbanistica*. Roma: «L'Erma» di Bretschneider.

CATTANI, M., FIORINI, A. 2004. Topologia: Identificazione, Significato e Valenza nella Ricerca Archeologica. In *Archeologia e Calcolatori 15*. Firenze: All'Insegna del Giglio: 317-340.

CECCHI, R. 2011. *Pompei Archaeologica. Progetto di Conservazione e Fruizione del Patrimonio Archeologico*. Roma: MIBAC.

CECCHI, R., GASPAROLI, P. (eds) 2011. *La Manutenzione Programmata dei Beni Culturali Edificati. Procedimenti Scientifici per lo Sviluppo di Piani e Programmi di Manutenzione. Casi Studio su Architetture di Interesse Archeologico a Roma e Pompei*. Firenze: Alinea.

COARELLI, F. & PESANDO, F. (eds) 2006. *Rileggere Pompei. L'Insula 10 della Regio VI*. Studi della Soprintendenza Archeologica di Pompei 12. Roma: «L'Erma» di Bretschneider.

DESSALES, H. 2011. Les Savoir-faire des Maçons Romains, entre Connaissance Technique et Disponibilité des Matériaux. Le Cas Pompéien. In MONTEIX, N.; TRAN, N. (eds.) *Les savoirs professionnels des gens de métier*. Collection du Centre Jean Bérard, 37. Napoli: 41-63.

FIORELLI, G. 1862. *Pompeianarum Antiquitatum Historia II*. Napoli.

GARCÍA Y GARCÍA, L. 2006. *Danni di guerra a Pompei. Una dolorosa vicenda quasi dimenticata*. Studi della Soprintendenza Archeologica di Pompei 15. Roma: «L'Erma» di Bretschneider.

GRAHAME, M. 2000. *Reading Space: Social Interaction and Identity in the Houses of Roman Pompeii*. BAR International Series 886. Oxford: Basingstoke Press.

GUIDOBALDI, M., PESANDO, F., VARONE, A. 1998. Variazioni di Proprietà nell'Insula VI, 9. Indagine Preliminare: Casa del Centauro. In *Rivista di Studi Pompeiani* 9. Roma: «L'Erma» di Bretschneider: 217-229.

ICOMOS 2003. *ICOMOS Charter - Principles for the Analysis, Conservation and Structural Restoration of Architectural Heritage*. Zimbabwe: ICOMOS.

JONES, R. & ROBISON, D. 2007. Intensification, Heterogeneity and Power in the Development of *Insula VI, I*. In DOBBINS, J. & FOSS, P. (eds.) *The World of Pompeii*. London and New York: Routledge: 389-406.

KAISER, A. 2011. *Roman Urban Street Networks*. London and New York: Routledge.

LAURENCE, R. 1994. *Roman Pompeii: Space and Society*. London and New York: Routledge.

LONGOBARDI, G. 2002. *Pompei Sostenibile*. Studi della Soprintendenza Archeologica di Pompei 5. Roma: «L'Erma» di Bretschneider.

MIBAC DGBAP 2007. *Linee Guida per la valutazione e riduzione del rischio sismico del patrimonio culturale*. Roma: Gangemi Editore.

MONTEIX, N. 2008. *L'Insula Orientalis II^a d'Herculanum* entre Construction Publique et Transformations Privées. In CAMPOREALE, S; DESSALES, H.; PIZZO, A. (eds.) 2008. *Arqueología de la Construcción II. Los Procesos constructivos en el*

Mundo Romano : Italia y Provincias Orientales. Anejos de Archivo Español de Arqueología LVII. Mérida: 213-232.

MONTEIX, N. (ed.) 2011. Pompéi, Pistrina: Recherches sur les Boulangeries de l'Italie Romaine. In *MEFRA* 123 (1). Rome: École Française de Rome: 306-313.

PARENTI, R. 1990. Il Metodo Stratigrafico e l'Edilizia Storica. In *Atti del Convegno «Il Modo di Costruire»*, 6-7-8 Giugno 1988. Roma: 297-309.

PARENTI, R. 2002. Dalla Stratigrafia all'Archeologia dell'Architettura. Alcune Recenti Esperienze del Laboratorio Senese. In *Arqueologia de la Architectura* 12. Firenze: All'Insegna del Giglio: 73-82.

PESANDO, F. (ed.) 2010. Rileggere Pompei III. Ricerche sulla Pompei Sannitica. Campagne di Scavo 2006-2008. *Quaderni di Studi Pompeiani, Associazione Internazionale «Amici di Pompei»* 4. Pompei: Editoriale Litografia Scignano.

PESANDO, F. 2011. *Ruinae et Parietinae Pompeianae*. Distruzioni e Abbandoni a Pompei all'Epoca dell'Eruzione. In *Vesuviana*. Roma: Fabrizio Serra Editore: 9-30.

PESANDO, F. 2013. Pompei in età sannitica. Tipologia, uso e cronologia delle tecniche edilizie, in Cifarelli, F. (ed.) *Tecniche costruttive del tardo ellenismo nel Lazio e in Campania* (Atti del convegno Segni, 3 dicembre 2011). Roma: 117-126.

POEHLER, E. 2006. The Circulation of Traffic in Pompeii's Regio VI. *Journal of Roman Archaeology* 19: 53-74.

SIVAN, R. 1997. The Presentation of Archaeological Sites. In TORRE, M. (ed.) *The Conservation of Archaeological Sites in the Mediterranean Region*. Los Angeles: The Getty Conservation Institute: 51-59.

STÖGER, H. 2011. *Rethinking Ostia: A Spatial Enquiry into the Urban Society of Rome's Imperial Port-Town*. Archaeological Studies Leiden University 24. PhD thesis. Leiden: Leiden University Press.

VERZAR-BASS, M., ORIOLO, F. 2010. *Rileggere Pompei II. L'Insula 13 della Regio VI*. Studi della Soprintendenza Archeologica di Pompei 30. Roma: «L'Erma» di Bretschneider.

VILLANI, F. (ed.) 2007. Studio sul Biodeterioramento degli Scavi Archeologici di Pompei ed Ercolano. In *Rivista di Studi Pompeiani* 18. Roma: «L'Erma» di Bretschneider: 185-186.

WALLACE-HADRILL, A. 1994. *Houses and Society in Pompeii and Herculaneum*, Princeton: Princeton University Press.

ELEUTÉRIO, David. *A Estratigrafia do Construído como um Objeto de Inquirição. Caso de Estudo das Insulae VI, 3-4 do Sítio Arqueológico de Pompeia (Campânia – Itália)*. **Atas do IX Encontro Nacional de Estudantes de História**, Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Biblioteca Digital, 2014, p. 15-30, *eBook*

WALLACE-HADRILL, A., GUIDOBALDI, M., CAMARDO, D., MOESCH, V. 2008. *Le Ricerche Archeologiche nell'Ambito dell'Herculaneum Conservation Project*. In GUZZO, P., GUIDOBALDI, M. (eds.). *Nuove Ricerche Archeologiche nell'Area Vesuviana (Scavi 2003-2006)*. Studi della Soprintendenza Archeologica di Pompei 25. Roma: «L'Erma» di Bretschneider: 409-424.

WEILGUNI, M. 2011. *Streets, Spaces and Places. Three Pompeiian Movement Axes Analysed*. PhD thesis. Uppsala: Uppsala Universitet.

A Modelação 3D do Castro de Romariz: Resultados da Aplicação do Modelo de Estudo *Foveal*

Pedro da Silva

Mestre em Arqueologia pela Faculdade de Letras do Porto

pedrofsilva.23@gmail.com

Resumo O presente artigo incide sobre o estudo arquitetónico e urbanístico do Castro de Romariz pela modelação e reconstrução 3D. Pelo recurso de uma plataforma de jogo, surge, por fim, uma proposta de estudo que ultrapassa a materialidade e fomenta a capacidade de análise antropológica do meio social que foi no passado encenado neste povoado. O recurso a este tipo de tecnologia informática poderá ainda servir os propósitos museológicos, uma vez que a plataforma aqui aplicada oferece ainda a possibilidade de ser utilizada pelo público geral e resultar numa aprendizagem pelo entretenimento.

Abstract The present study includes an architectonic and urbanistic study which reconstructs the Romariz Castro through the use of 3D computer generated models. Achieved by means of a computer game platform, a study proposal is made, one that surpasses material reality and incentivates the anthropological analytical of the social context once present in the settlement. This kind of technology may also be useful for museological purposes, as the game platform can be used by the general public, resulting in a “learning by entertainment” experiment.

INTRODUÇÃO

O tema aqui apresentado corresponde ao estudo urbanístico e arquitetónico do sítio arqueológico Castro de Romariz pelo recurso às tecnologias informáticas, resultado da investigação no âmbito do 2º ciclo de estudos em Arqueologia iniciada em 2011 e terminada em 2013 na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Esta investigação deu-se pela modelação 3D de todas as infraestruturas do povoado e, pela sua reconstituição, foi feita a análise da concretização urbanística e das soluções arquitetónicas deste sítio arqueológico. De uma forma geral, tornou-se possível esclarecer a problemática mais comum para o arqueólogo: como seria o sítio no passado?

O Castro de Romariz situa-se no Distrito de Aveiro, mais concretamente nos arredores da vila de Romariz no Concelho de Santa Maria da Feira (Carta Militar de Portugal, folha n. º 144). Segundo Centeno (2011), os trabalhos arqueológicos realizados no Castro de Romariz revelaram que a ocupação do

sítio ter-se-á iniciado por volta de 900 a 700 a.C. (última fase do Bronze Final). Para alguns autores da escola histórico-culturalista da arqueologia, o Castro de Romariz, tal como hoje se patenteia, foi formado pelas alterações do ordenamento do território provocado pela chegada de um específico povo oriundo do sul da Península designado de “Túrdulos Velhos” (Silva, 1986; García & Bellido, 1986; Alarcão, 1988, *cit. in* Martins & Jorge, 1992). Segundo esses autores, este povo instalou-se na margem sul do rio Douro por volta do século V a.C., algo que será ‘relatado’ na obra Geografia de Estrabão. Não obstante, o único dado arqueológico que apresenta um facto concreto desta história será mesmo apenas uma tésseira datada de 7 d.C. que menciona *Turduli Veteres* como sendo um nome de família ou comunidade (Silva, 1986). Não havendo dados arqueológicos que sejam suficientes para abordar a história da origem do Castro de Romariz, apenas restam as datações e artefactos que das escavações deram origem. E nestas, conforme é referido por Centeno (2011, pp. 11), “para a fase mais antiga da ocupação do povoado são ainda poucos os dados revelados pelos trabalhos arqueológicos”, uma vez que a maioria das escavações até hoje efetuadas foram efetivamente incidentes sobre a última fase de ocupação do castro que termina nos finais do século I (Centeno, 2011).

ARQUITETURA E URBANISMO DO CASTRO DE ROMARIZ

As três intervenções no Castro de Romariz (entre 1843 e 1846; 1940 e 1946; 1980 e 2011), puseram a descoberto cinquenta estruturas arquitetónicas (Figura A). Apesar de poucos dados arqueológicos para cronologias mais antigas do Castro de Romariz, em escavações de 1843 e de 1940-46, foi evidenciada a existência de sobreposições de construções, demonstrando reformulações significativas na arquitetura local (Centeno, 2011). Estas sobreposições remetem a construções que foram destruídas, correspondentes à etapa inicial da petrificação das habitações que, segundo Centeno (2011), parecem ter ocorrido ao longo do século II a.C.. Ainda de acordo com este autor, em períodos mais antigos, grande parte das estruturas habitacionais seria mesmo construída apenas por materiais perecíveis (Silva, 1986; Centeno,

2011), demonstrado pelos resultados de escavações realizadas em 1980 e anos seguintes.

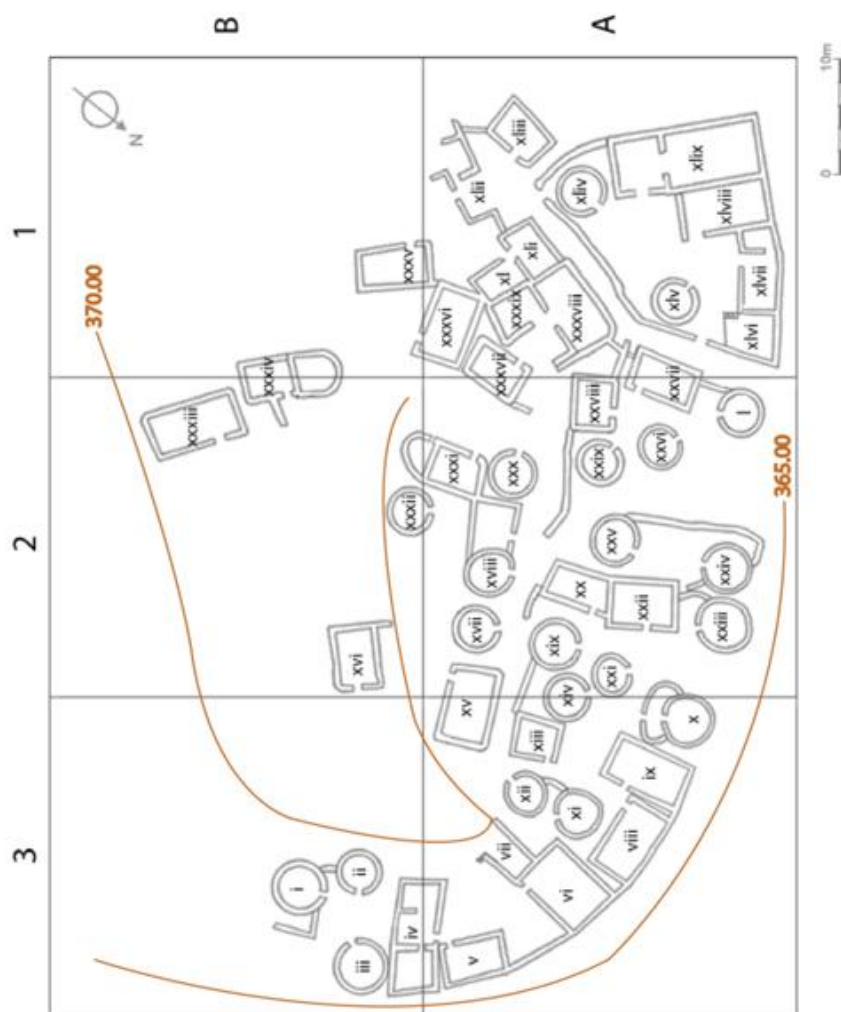


Figura A - Planta do Castro de Romariz

Uma outra fase do Castro de Romariz coincide com a época de mudança de sistema político no centro do império romano, mais precisamente durante o reinado de Augusto. É nesta época que se começa a evidenciar uma ‘romanização’ do povoado. Porém, este acontecimento parece não ter influenciado a organização urbanística, contribuindo apenas para uma melhor definição de algumas ruas e mesmo à sua pavimentação (Centeno, 2011). Nas habitações foi-se adaptando um estilo mais regular ao seu formato e foi-se introduzindo o reboco e pinturas nas paredes, assim como também o telhado, substituindo gradualmente os materiais perecíveis de forma definitiva. Para Centeno (2011), o abandono do Castro de Romariz ter-se-á dado a partir dos

finais do século I. Segundo Almeida (1984, pp. 38), Augusto teria mesmo determinado que os nativos vivessem em castros de planície já em inícios do mesmo século (“*qui fiduciam montium timens, in quos recipiebant, castra sua, qui in plano erant, habitare et incolere iussit*”). Estas zonas mais baixas seriam então mais propícias ao desenvolvimento agrícola e tinham outros potenciais económicos que os povos não teriam anteriormente.

RECONSTRUÇÃO 3D DO CASTRO DE ROMARIZ

Qualquer reconstrução de um sítio arqueológico (ou parte dele) em 3D pressupõe que esse sítio esteja devidamente compreendido. A análise do registo arqueológico é, sem dúvida, um dos aspetos mais importantes da investigação arqueológica. É este estudo que permite identificar a qualidade e o grau de preservação do contexto arqueológico e da associação entre artefactos, as estruturas e amostras para datação ou outras análises (Bicho, 2006). Isto é, a análise dos processos de formação do registo arqueológico é essencial, uma vez que o contexto arqueológico sofre um número, maior ou menor, de alterações desde o momento da sua deposição e decaimento. Assim, é a tarefa primordial do arqueólogo identificar as alterações, registá-las e depois explicá-las. Estas tendem a tornar-se mais complexas, uma vez que a maior parte dos sítios arqueológicos não corresponde apenas a uma única utilização desse espaço ou a uma só ocupação do sítio, mas representa, na sua maioria, um palimpsesto de ocupações e utilizações desse mesmo espaço (*idem*).

Reconstruir na arqueologia significa atribuir-se uma imagem ao passado que qualificará o seu aspeto e funcionalidade. Não obstante, modelar tridimensionalmente a arquitetura do que poderá ter existido no Castro de Romariz (e outros sítios arqueológicos) é recuperar uma memória arquitetónica, urbanística e dos espaços e percursos que já não existem hoje. A arqueologia experimental, por sua vez, já rendeu valiosas informações sobre técnicas desempenhadas pelos povos do passado, sobre a interação com mundo material à sua volta e a forma como o construíam. Redigindo-se por questões empíricas e quantitativas, esta área corresponde à linha da boa

prática científica que estabelece que qualquer experiência deve ser baseada em dados replicáveis e reproduzíveis (Dunn & Woolford, 2012). Apesar disso, é notório que a reconstrução por tecnologias digitais ainda tem um papel significativo na arqueologia experimental e que tenderá, certamente, a crescer nos próximos anos.

Para se proceder a uma correta modelagem 3D, é estritamente necessário que os requisitos de uma boa prática arqueológica sejam cumpridos. Acima de tudo, o sítio arqueológico é o espaço onde a arqueologia exercita as suas metodologias: é o meio onde se conservam os vestígios, ou o conjunto de dados artefactuais, ambientais e espaciais e aos quais cabe ao arqueólogo registar durante a sua campanha de escavação. Para o Castro de Romariz, duas realidades distintas são expostas: os resultados das escavações levadas a cabo entre 1843 e 1946 e as investigações científicas decorridas entre 1980 e a atualidade sob a direção do Professor Doutor Rui M. S. Centeno e do Professor Doutor Armando Silva da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Naturalmente devido à falta de metodologias de registo que hoje são usadas, os resultados das primeiras escavações exigem uma análise crítica no terreno, uma vez que a localização das estruturas expostas poderá ser posta em questão, assim como a contemporaneidade das mesmas. Também a reconstrução 3D fornece um importante auxílio neste tipo de investigação, uma vez que poderá haver incompatibilidade entre uma estrutura que se está a reconstruir e o espaço envolvente com as restantes estruturas já reconstruídas.

Para a divulgação de sítios arqueológicos, são hoje usados com uma crescente frequência os modelos virtuais. Desta forma, estas maquetas digitais virtuais tendem a servir os arqueólogos como ferramentas auxiliares na sua investigação. Hoje existem vários modelos tridimensionais de sítios arqueológicos romanos, como, por exemplo, a recriação da cidade de Conimbriga em formato de vídeo. Porém, a utilização de uma plataforma de jogo vem aumentar a capacidade de análise e compreensão durante o processo de montagem e desmontagem de estruturas arquitetónicas. O Castro de Romariz foi o sítio arqueológico pioneiro a servir uma nova metodologia

virtual que possibilita o olhar para o passado em primeira-pessoa, a partir da tecnologia fornecida pelo Torque3D.

Se já era possível visualizar um sítio arqueológico em 3D utilizando a simulação de voo livre, como é o caso das ruínas do povoado medieval do Sabugal Velho, a plataforma de jogo utilizada nesta investigação oferece a possibilidade do observador ter movimentos próprios dentro do sítio, indo por onde quiser, para onde quiser e ver o que quer em primeira pessoa. Isto é, torna-se possível, tanto para o público como para um estudioso, entrar em contacto com o sítio arqueológico Castro de Romariz numa dimensão virtual. Importa reter que, do inglês *First-Person Shooter*, este tipo de jogo tem um estilo específico pelo qual o jogador observa pelo ponto de vista do protagonista nesse mesmo jogo. Desta forma, pode-se dizer que o jogador e a personagem do jogo são o mesmo observador naquela realidade virtual.

APLICAÇÃO DO MODELO DE ESTUDO FOVEAL

Poder-se-á afirmar que este projeto concretiza-se com uma realidade virtual, oferecendo ao utilizador (investigador ou não) um regresso ao passado. O objetivo é recriar ao máximo uma realidade estudada pela arqueologia, permitindo ao utilizador experimentar interações que o façam compreender a história. Se o processo de reconstrução ajuda o arqueólogo a entender a forma da arquitetura e urbanismo num processo de montagem e desmontagem, a utilização de uma plataforma de jogo apresenta-se ainda mais como uma ferramenta de estudo e investigação, assim como uma forma de entretenimento e aprendizagem. Desta forma, é aqui apresentada uma metodologia de investigação que foi aplicada no Castro de Romariz no âmbito do 2º ciclo de estudos em Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e a potencialidade desta plataforma de jogo ser utilizada como forma de exposição museológica para ser utilizada pelo público em geral.

Com nome derivado da palavra «Fóvea», região central da retina do olho humano onde se forma a acuidade visual para esta ser transmitida ao cérebro, este novo estudo tem a capacidade de revelar detalhes que de outra forma seriam impossíveis de alcançar, oferecendo mesmo uma aproximação a

um significado social subjacente à formação do espaço urbanístico de um povoado castrejo e, no presente caso, romanizado. Como arqueólogos, um retorno a um passado, ainda que virtual, ajudar-nos-ia a desvendar o funcionamento de uma sociedade e perceber o 'porquê' daquele urbanismo, daquela arquitetura. A verdade é que este projeto de reconstrução 3D permitiu refletir precisamente isso. Segundo Foucault (2002), o “*a priori* histórico” encontra-se em cada época. Ou seja, as mutações nelas verificadas estabelecem as transformações do conhecimento ou dos saberes de cada solo epistemológico. Num dado momento histórico pensa-se de uma determinada maneira, conforma-se o comportamento através de determinadas matrizes normativas e tudo isso influencia a vida do Homem. Assim, não podemos perceber as formas de pensar sem termos em conta as normas, as matrizes de normatividade, tal como a vida das pessoas num dado momento histórico. A aplicação das seguintes metodologias do Modelo de Estudo *Foveal* ajudam-nos, arqueólogos, a interpretar a lógica social que preside o ordenamento espacial do Castro de Romariz. Com a capacidade de visualização e interação do sítio à semelhança de como seria no passado, é possível detetar similaridades e diferenças da época aqui estudada com as restantes da humanidade, no mesmo âmbito do que Binford (1962) designa de ‘expor’ e ‘explicar’.

A primeira metodologia deste Modelo de Estudo é a Análise de Circulação. A partir desta, é possível identificar movimentos entre as construções, reconhecendo espaços preeminentes num enquadramento do percurso total. Por consequente, é possível determinar a presença ou ausência de um ou mais eixos principais pelos quais ramificam outros percursos pelas várias zonas do Castro de Romariz. A segunda metodologia é a Análise de Isolamento que qualifica as profundidades e permeabilidades dos espaços, assim como a facilidade de acesso que calculará o grau de dependência entre estes. A terceira e última metodologia é a Análise de Visibilidade. Esta permite definir e quantificar o grau de privacidade dos espaços de cada construção, assim como o nível de capacidade de visualização da paisagem envolvente para além do povoado. Numa escala de 1 a 3, o grau de privacidade dos espaços é definido pela observação a 1 metro de distância das entradas de cada estrutura para fora. Desta forma é

identificado o tipo de espaço que é observado por um indivíduo numa determinada estrutura e, se for o caso, de que forma poderá ser recíproca essa observação. Todo e qualquer solo epistemológico sofre mutações e transformações ao longo dos tempos e, desta forma, torna-se dificilmente alcançável. Com a aplicação destas análises pretendemos encontrar aqueles 'sinais' de uma Episteme. Ou seja, a realidade num determinado momento, um conhecimento metódico, social, coletivo e empírico.

Para iniciar o estudo pela Análise de Circulação é primeiramente necessário distinguir alguns conceitos principais que definem as bases para esta metodologia de estudo: o local, o espaço, o caminhante e o percurso. Malpas (1999, *cit. in* Ingold, 2011) teoriza sobre o ato de sair de seu quarto para o seu restante apartamento, do seu apartamento para o seu edifício, e do seu edifício para o seu bairro e cidade onde vive. Para o autor, cada passo que dá, não se trata de um movimento percursor contínuo, mas antes em elevação, de nível para nível, do mais pequeno e exclusivo local para aqueles maiores e inclusivos. Quanto mais se eleva, mais deslocado o autor se sente do sentimento de pertença, substituindo esse sentimento por outro de deslocamento psicológico em que o sentido de espaço se torna abstrato. Ingold (2011) refuta esta teoria, explicando que a vida não é seguida dentro dos locais, mas antes por entre esses mesmos, à sua volta, de e para outros quaisquer. Para exemplificar a sua ideia, o autor desenha um círculo que representa o caminho. O que está dentro do círculo representa o local e o que está fora desse círculo representa o espaço. Desta forma, à medida que desenhamos um círculo, estamos a representar um caminhante, cuja jornada se dá por um percurso e não por um local. Ainda seguindo a ideia do autor, o risco que é feito à medida que o caminhante efetua o seu percurso, simbolizará o «rasto» do seu movimento. Concluindo, a interação de múltiplos caminhantes deixará um conjunto de «rastos» que se vão entrelaçando e criando a representação de um nó (Ingold, 2011). À medida que os caminhantes se dispersam, a representação aumentará de tamanho, dando origem a uma «malha» que representará o movimento de uma sociedade humana pelo espaço e entre os múltiplos locais de interação (*idem*). A Análise

de Circulação efetuada no Castro de Romariz expôs os principais percursos definidos pelo terreno e pelo agrupamento de infraestruturas (Figura B).

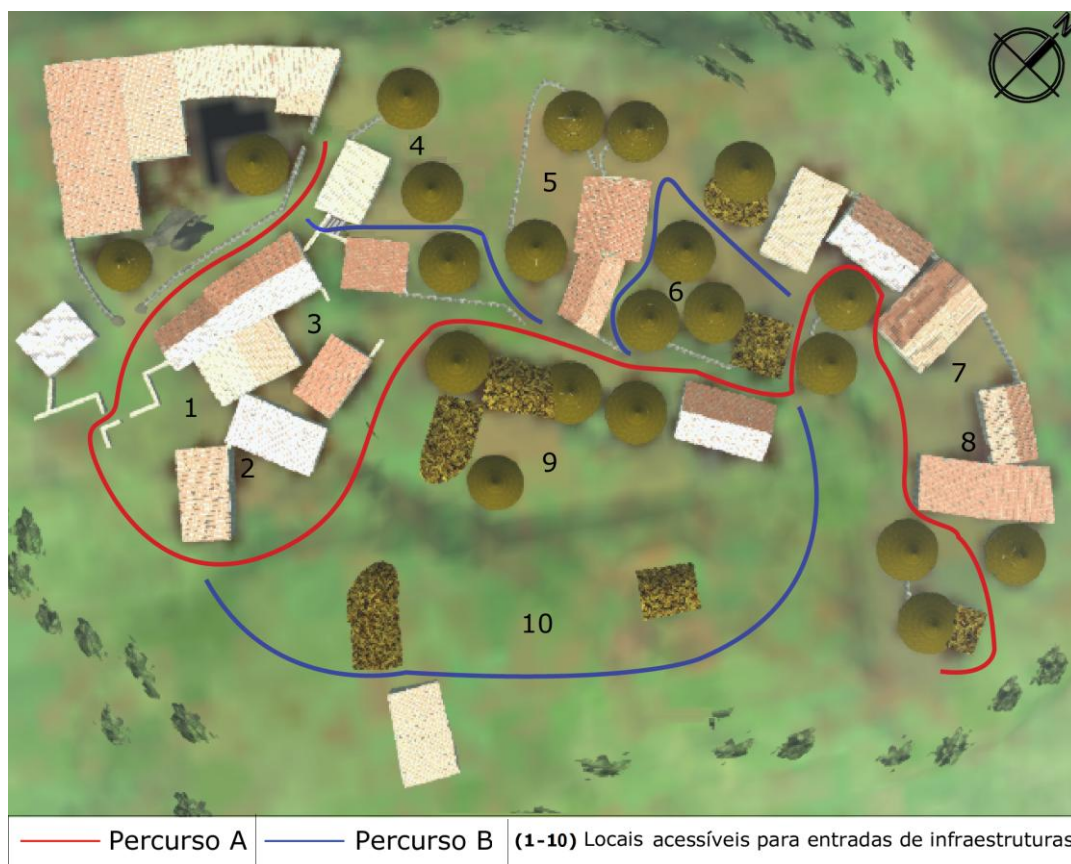


Figura B - Percursos e locais do Castro de Romariz

Com o sítio totalmente reconstruído e como caminhante daquela realidade, coloquei-me a iniciar o meu percurso a partir da entrada a nordeste da *Domus*. Como o Castro de Romariz não possui um eixo principal para que eu possa percorrer e que tenha acesso direto a todas as áreas com as diferentes infraestruturas, tive de optar por dois percursos diferentes. Primeiramente, optei por aquele que designei de Percurso A (representado a vermelho). Se o meu objetivo seria passar pela maioria das estruturas, cerca de 1/4 da totalidade deste percurso segue pelo arruamento que terá sido melhor definido e pavimentado durante a presença romana. Desta forma pude contornar, a início, o congregado de estruturas tipicamente romanas onde poderia também optar por aceder aos seus locais de entrada (1, 2, 3). O Percurso A segue ainda em direção ao extremo sudeste do castro, pela única

passagem acessível para um caminhante. É possível ainda, ao longo deste percurso, alcançar os locais de acesso às infraestruturas marcadas a 9, assim como os locais marcados a 7 e 8.

Se o Percurso A se estende ao longo do Castro de Romariz de uma forma mais extensiva, o Percurso B apresenta-se como variável do primeiro, a ser realizado em função das minhas intenções em alcançar determinados outros locais (4, 5, 6, 10). Desta forma, o percurso marcado a azul pode ser realizado continuamente. Porém, na imagem este apresenta-se cortado pelo Percurso A, uma vez que esses segmentos a vermelho traduzem-se nos mesmos a serem percorridos para lhe dar continuidade. Não obstante, poderá igualmente servir cada linha azul de opção à medida que é feito o Percurso A. Assumindo uma importância de todas as infraestruturas ao funcionamento da sociedade que utilizava todo o espaço do Castro de Romariz, estas linhas azuis demonstram-se ser aquelas que mais respondiam às suas necessidades.

Como foi já mencionado, a Análise de Isolamento tem como objetivo qualificar as profundidades e permeabilidades dos locais sinalizados (Figura C). Desta forma, foi possível determinar a facilidade de acessos e, conseqüentemente, o grau de dependência entre eles. Sem dúvida alguma, o local da *Domus* Romana é o mais reservado de acesso e independente em relação aos outros locais, uma vez que não partilha a sua área com mais nenhuma outra infraestrutura que esteja além muros. O acesso à *Domus* pode ser feito por duas vias, uma vez que esta possui duas entradas. Porém, a arquitetura sugere que aceder ao seu interior poderia ser mais limitado ou condicionado pelo próprio motivo de ser um recinto murado.



Figura C - Locais do Castro de Romariz

Efetuando o percurso na plataforma de jogo Torque3D, torna-se evidente o facto dos locais 10, 7 e 8 se encontrarem numa posição “periférica” face à concentração das restantes infraestruturas do povoado. Desta forma, a profundidade do acesso torna-se impermeável, uma vez que o único motivo que levará o caminhante a alcançar esses locais é por serem ou de habitação ou de outro tipo de funcionalidade que se desconheça hoje, e o que torna exclusivo esse percurso a efetuar. O mesmo acontece aos locais 5 e 4 que, para além de haver um propósito exclusivo de acesso, não será tão frequentemente alcançável. Porém, para estes dois casos, difere o facto de estarem incluídos na área dos possíveis percursos mais efetuados. O local 5 tem um acesso fechado, uma vez que este apresenta um muro do lado oeste entre as estruturas circulares. Os locais 1, 2 e 3 encontram-se, de certa forma, isolados. De facto, a única justificação para aceder a estes locais (tendo em conta a análise de circulação efetuada) aparenta ser a pretensão em alcançar as entradas dos edifícios aí presentes, uma vez que estes não correspondem a nenhum percurso pelo qual se intercete. O nível de permeabilidade e de facilidade de acesso ao local 1 poderão vir a ser reformulados após uma eventual continuação das escavações nas estruturas a sul e na área envolvente. Já o local 2 encontra-se próximo da linha do Percurso A, o que torna o seu acesso mais exposto. No local 9, a estrutura

circular é a única presente, sendo esta circundada de N a O por outras do mesmo estilo arquitetónico, e de S a SE pela elevação acentuada do terreno. Esta área, de média profundidade, poderá ter tido alguma valência para as infraestruturas que a circundam, ou seria exclusiva da casa circular que ali se apresenta. Por fim, o local 6 apresenta-se com média permeabilidade e é delimitado por três choças de próximo alcance. Esta pequena área tem à sua disposição duas entradas, o que indica que poderá ter sido maioritariamente usada como zona exclusiva de acesso às mesmas.

Aplicando a última metodologia do Modelo de Estudo *Foveal*, a Análise de Visibilidade (Figura D), foi possível quantificar o grau de privacidade de cada estrutura do Castro de Romariz. Desta forma, foi medido numa escala de nível 1 (pouca privacidade) a 3 (muita privacidade) e foi ainda descrito o que é visível a partir das entradas dos edifícios estudados (Tabelas 1 & 2, página 13/14). No total de quarenta e oito estruturas legíveis foram contabilizadas vinte e três estruturas com pouca privacidade, onze com média privacidade e catorze com muita privacidade. Na contemporaneidade, o conceito de privacidade tem um significado que aponta para a habilidade da pessoa em controlar a forma como expõe as suas ações, definindo, por ela própria, o que partilha ou não com a restante sociedade. Com os dados adquiridos pela Análise de Visibilidade, é possível apreender que para a realidade vivida no Castro de Romariz, tal conceito seria inexistente. De facto, a maioria das construções revela um nível reduzido ou médio de privacidade, sugerindo padrões sociais de exposição inexistentes hoje. Também pelo recurso da plataforma de jogo, foi possível apontar o que seria realmente visível a partir de cada estrutura. Por exemplo, dezasseis destas estruturas, a partir das suas entradas, tinham um ângulo de visibilidade coincidente com entradas de outras. Também é possível, apenas a partir de três estruturas, visualizar a paisagem envolvente ao Castro de Romariz. As restantes têm visibilidade para paredes de outras, assim como as suas entradas viradas aos diferentes percursos do povoado.



Figura D - Análise de Visibilidade

Estrutura	Grau de Privacidade	Visibilidade com maior destaque
<i>i</i>	1	Traseira da estrutura <i>iv</i>
<i>ii</i>	2	Entrada da estrutura <i>iii</i>
<i>iii</i>	1	Entrada da estrutura <i>i</i>
<i>iv</i>	1	Entrada da estrutura <i>v</i>
<i>v</i>	1	Entrada da estrutura <i>iv</i>
<i>vi</i>	3	Entradas das estruturas <i>iv</i> e <i>v</i>
<i>vii</i>	-	-
<i>viii</i>	1	Percurso a sul
<i>ix</i>	1	Percurso a oeste
<i>x</i>	3	Vestíbulo
<i>xi</i>	1	Percurso a oeste
<i>xii</i>	2	Lateral da estrutura <i>xv</i>
<i>xiii</i>	1	Percurso
<i>xiv</i>	3	Traseira da estrutura <i>xxi</i>
<i>xv</i>	3	Elevação do terreno
<i>xvi</i>	3	Paisagem envolvente
<i>xvii</i>	2	Traseira da estrutura <i>xix</i>
<i>xviii</i>	2	Lateral da estrutura <i>xx</i>
<i>xix</i>	1	Lateral da estrutura <i>xxi</i>
<i>xx</i>	2	Entrada da estrutura <i>xix</i>
<i>xxi</i>	1	Entrada da estrutura <i>xxiii</i>
<i>xxii</i>	2	Entrada da estrutura <i>xxi</i>
<i>xxiii</i>	1	Lateral da estrutura <i>xxii</i>
<i>xxiv</i>	1	Entrada da estrutura <i>xxv</i>
<i>xxv</i>	1	Entrada da estrutura <i>xxiv</i>

Tabela 1 - Resultados da Análise de Visibilidade das estruturas *i* a *xxv*

Estrutura	Grau de Privacidade	Visibilidade com maior destaque
xxvi	1	Entrada da estrutura l
xxvii	1	Entrada da estrutura xxix
xxviii	2	Muralha
xxix	1	Entrada da estrutura xxvii
xxx	2	Muro da estrutura xxxvii
xxxi	2	Traseira da estrutura xxxvii
xxxii	3	Traseira da estrutura xviii
xxxiii	3	Paisagem envolvente
xxxiv	3	Paisagem envolvente
xxxv	3	Terreno a sudeste
xxxvi	2	Percurso
xxxvii	1	Entrada da estrutura xxxviii
xxxviii	1	Entrada da estrutura xxxvii
xxxix	1	Muro da estrutura xxxviii
xl	1	Parede da estrutura xli
xli	1	Lateral da estrutura xxxvi
xlvi	-	-
xlvi	2	Percurso
xliv	1	Percurso e Domus
xlvi	3	Domus
xlvi	3	Domus
xlvi	3	Domus
xlvi	3	Domus
xlvi	3	Domus
l	1	Entrada da estrutura xxvi

Tabela 2 - Resultados da Análise de Visibilidade das estruturas xxvi a l

CONCLUSÃO

Para além de esta nova metodologia (que recaiu sensivelmente sobre o estudo do urbanismo e arquitetura do Castro de Romariz) ter mostrado resultados úteis para uma nova forma de análise e interpretação e para que, conseqüentemente possa servir a comunidade científica, também o recurso da plataforma de jogo Torque 3D apresenta-se como uma nova forma de exposição museológica para o público em geral. Alinhando o entretenimento com a aprendizagem, o exemplo do Castro de Romariz em plataforma de jogo proporcionaria um impacto positivo ao visitante desse sítio arqueológico. Sem dúvida alguma, as novas tecnologias estão consecutivamente a dominar o

futuro da nossa sociedade. Por sua vez, a ciência arqueológica demonstrou ser, desde a década de 70 do século XX, das últimas a reconhecer a importância desse fator e como poderia usufruir dele para expor o passado. Pode-se afirmar que será sempre uma mais-valia sensibilizar e preparar os estudantes universitários a reconhecerem e a usufruírem das aplicações tecnológicas que vão surgindo e que possam ser úteis na investigação científica. Apesar de serem raros os programas computadorizados criados especificamente para a arqueologia e museologia, é possível moldar outros para que cumpram o propósito de servir os arqueólogos e, desta forma, mostrar que a arqueologia necessita de inovação tecnológica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, C. A. F. - A Casa Castreja. Memórias de Historia Antigua. nº 6 (1984) p. 35-41.

Bicho, N. - **Manual de Arqueologia Pré-Histórica**. Lisboa: Edições 70, 2006.

Binford, L. R - Archaeology as Anthropology. American Antiquity. Vol. 28, nº 2 (1962) p. 217-225.

Centeno, R. M. S. - **O Castro de Romariz**. 1ª ed. Aveiro: C. M. de Santa Maria da Feira, 2011.

Dunn, S. & Woolford, K. - Reconfiguring Experimental Archaeology using 3D Reconstruction. Electronic Visualisation and the Arts. (2012) p. 172 - 178. London: Computer Arts Society and BCS.

Foucault, M. - **The Archaeology of Knowledge**. 2ªed. London: Routledge, 2002.

García, A. & Bellido - **España y los españoles hace dos mil años según la "Geografía" de Strábon**. Madrid: Espasa-Calpe, 1986.

Ingold, T. - **Being Alive: Essays on Movement, Knowledge and Description**. 1ª ed. Oxfordshire: Routledge, 2011.

Martins, M. M. & Jorge, S. O. - Substrato cultural das etnias pré-romanas do Norte de Portugal. Paleoetnologia de la Peninsula Iberica. Nº. 2-3 (1992) p. 347-372. Madrid: Editorial Complutense

Silva, A. C. F. - **A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal**. Porto: C. M. de Paços de Ferreira, 1986.

Os Primeiros Momentos da Colonização Fenícia na Península Ibérica: uma visão síntese das realidades socioeconómicas de Gadir em contacto com os indígenas

João Pedro Oliveira e Silva

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

j0ao@msn.com

Resumo A Colonização Fenícia na Península Ibérica, pela sua importância enquanto momento de transição, tornou-se num dos marcos mais importantes, e certamente num dos mais debatidos, da História Antiga da Península Ibérica. A mistura de Indígenas e Fenícios deixou uma marca no tecido social político e cultural de uma grande parte do espaço ibérico, que se estendeu mesmo em períodos históricos posteriores. Como tal o presente trabalho propõe-se analisar de forma sintética produtos trocados, redes de circulação, meios de contacto entre fenícios e indígenas nos primeiros momentos de colonização, bem como outras eventuais realidades socioeconómicas, no espaço de Gadir. Apresentam-se assim algumas das principais questões em torno de tão deliberado assunto.

Abstract The Phoenician colonization of the Iberian Peninsula, and its importance as a cause of change, has become a central, and ever present, focal point in its Ancient History. The contact between the indigenous peoples and the Phoenicians left a mark in the social, political and cultural fabric throughout the Peninsula and reaching down into later periods. This paper presents a synthesised analysis of the trade goods, their distribution networks and the patterns of contact between the indigenous peoples and the Phoenicians, focusing primarily in the beginning of the colonization. Parallel to the analysis of the economics of the Gadir area, this paper aims to put forward some of the main questions that underlie the subject.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho reflete uma análise em síntese de um tema que suscita desde há muito uma grande quantidade de produção bibliográfica, bem como a formulação de novas teorias para responder a um número crescente de questões cada vez mais complexas. De modo a tentar desvendar um pouco melhor a História Antiga da Península Ibérica, expomos de seguida a temática da colonização fenícia no Ocidente, que consideramos como um momento importante para História Ibérica.

Para além de ser de extremo interesse é também um tema onde a História e Arqueologia se fundem e se tornam relevantes para um aprofundamento do

estudo no melhor sentido, procurando-se deste modo a interdisciplinaridade. A exposição que se segue poderá contribuir para a discussão acerca das realidades socioeconómicas entre as populações indígenas da Península Ibérica e os fenícios nos primeiros contactos cerca VIII a.C..

FUNDAÇÃO DE GADIR

O tema da colonização Fenícia do Ocidente é uma problemática desde há muito visitada por vários, mesmo autores clássicos teceram algumas considerações acerca do assunto, pelo que é uma temática com uma vastíssima bibliografia e discussão centrada essencial em duas perguntas fundamentais: quando e onde foi Gadir fundada? Esta pergunta não encontra respostas corretas, no entanto é constantemente revisitada e palco de muita investigação e teorização acerca da dita colonização fenícia do ocidente.

Abrimos aqui um pequeno parêntesis apenas para referir que o termo colonização, e os seus derivados serão aqui empregues para designar o estabelecimento de populações fenícias fora da metrópole de origem (por exemplo Tiro). O conceito não deve portanto ser entendido como no período Moderno ou Contemporâneo, mas como sinónimo de contacto entre fenícios e indígenas (SCHUBART, Hermanfrid; AETEAGA, Oswaldo, 1994, p. 432).

Um dos principais problemas neste tema relaciona-se com a dificuldade em estabelecer uma cronologia para o primeiro estabelecimento fenício. Neste sentido destaca-se não só a discórdia entre os próprios autores clássicos (como Plínio, Mela, Veleio Patérculo etc.), que deixaram registos acerca da chegada dos fenícios, como também a própria discrepância entre as datas propostas pelos mesmos, e aquelas que a Arqueologia defende. Enquanto os autores clássicos colocam a chegada fenícia cerca do final do século XII a.C., a arqueologia recua *in extremis* até ao século VIII, raras vezes IX a.C. (BLÁZQUEZ, José Maria, 1988, p. 277).

Por conseguinte, as fontes clássicas, ainda que de enorme interesse, devem ser matizadas pois as suas bases de sustentação nem sempre são as mais sólidas. Além disso tratando-se de autores no máximo dos casos do século I a.C. torna-se mais dúbia qualquer informação transmitida pelos mesmos acerca de

acontecimentos no século XII a.C. (BLÁZQUEZ, José Maria, 1988, p. 278). Pode-se ainda destacar que não se afigura verosímil que as cidades fenícias tivessem as capacidades (bem como as motivações) para realizar os empreendimentos marítimos para ocidente, nas datas propostas pelos vários autores clássicos (MONTENEGRO, Ángel; BLÁZQUEZ, J. M.; MATA, D. Ruiz et. al., 1998, p.82).

O PRIMEIRO CONTACTO ENTRE FENÍCIOS E INDÍGENAS

Quando nos começamos a referir ao início da colonização fenícia no Ocidente, não conseguimos deixar de nos questionar acerca dos métodos usados para que tal acontecesse. E por esse motivo iremos de seguida apresentar duas hipóteses teóricas.

Uma teoria conhecida a respeito deste assunto é a teoria da Pré-Colonização Fenícia do Ocidente, que aponta para a hipótese de, num momento anterior à real colonização, os fenícios terem entrado em contacto com os indígenas ibéricos do Bronze Final. Esta conjectura apoia-se em vários artefactos como algumas armas luxuosas, rituais fúnebres de índole oriental, e mesmo no facto do início da exploração metalífera (no Bronze Final) ser evidência de um contacto mínimo com fenícios. De forma sintética, esta teoria conclui que o embrião da colonização fenícia no ocidente estava já implantado no Bronze Final, e resulta numa tentativa de melhor sincronizar os vestígios arqueológicos com os relatos dos autores clássicos (ALMAGRO-GORBEA, Martín, 2000, pp. 711-721).

Por outro lado Maria Eugénia Aubet não corrobora a teoria pré-colonialista e prefere apresentar a sua própria proposta teórica que designou de “*intercambio de dones*” à letra “troca de presentes”. Trata-se de um fenómeno económico munido de uma importante carga social, onde são trocados objetos de alto valor e luxo, com um claro propósito de tentar construir relações amistosas (AUBET, Maria Eugénia, 1994, pp. 92-131). Este tipo de teorização é utilizado para justificar a existência de elementos de matriz oriental (fenícia) em contextos do Bronze Final, que não denotam uma presença fenícia consolidada. Neste contexto, os artefactos a que nos referimos correspondem a instrumentos bélicos decorados (como escudos e punhais de duas abas),

utensílios de “banquete” e alguns objetos de adorno pessoal (LEON, José Millán, 2000 pp. 859-867). Em suma, não se trataria de comércio com redes de interacção estabelecidas nem de permutas constantes mas sim, de uma preocupação em estreitar relações com vários povos especialmente através das suas elites, método aliás que, segundo o relato de Unamón, era utilizado pelos fenícios antes dos empreendimentos mediterrâneos, pelo que poder-se-ia considerar enraizado no ideal cultural fenício (AUBET, Maria Eugénia, 1994, pp. 92-131).

TARTESSOS E A POPULAÇÃO IBÉRICA INDÍGENA

Seguindo a linha de pensamento acerca dos primeiros contactos entre Fenícios e Indígenas, é pertinente que também seja um pouco descrita a realidade indígena e algumas questões relacionadas com a mesma. Nomeadamente a questão de Tartessos que não é fácil de definir.

Optámos assim por apenas fazer referência às fontes clássicas acerca de Tartessos, de modo a que este trabalho não se estenda para além do aceitável. Vários autores clássicos como Rufo Festo Avieno ou Escimno de Quios (entre outros) estudaram e escreveram acerca de *Tarsis* (designação muito plausível de se referir a Tartessos). A grande maioria dos autores localizava Tartessos no Sul da Península Ibérica. Estes descreveram *Tarsis* como um lugar ou “reino” na Península Ibérica, munido de amplíssimas riquezas, que corresponderia aos indígenas ibéricos encontrados aí pelos fenícios quando desembarcaram. (MATA, Diego Ruiz 1994 p.386).

Deste modo, reunindo as informações dos vários autores clássicos, é plausível que Tartessos se localizasse relativamente perto daquilo que viria a ser a colónia fenícia de Gadir, hipótese que é apoiada pelos dados arqueológicos que atestam a presença indígena na zona de Huelva (zona de exploração metalífera), em contacto com os povos fenícios nos primeiros momentos da colonização (MATA, Diego Ruiz, 1994 p.388).

No entanto, Tartessos também levanta questões quanto à sua identidade. Se admitirmos os relatos da generalidade dos autores clássicos atestamos que no sul da Península, zona de Huelva e de Gadir, terá sido o local de

desenvolvimento da cultura tartéssica. Este pressuposto, contudo, abre a discussão acerca de se grupos populacionais associados a Tartessos eram de génese exclusivamente endógena, ou se o seu carácter se formou em conformidade com a influência Fenícia (ALBUQUERQUE, Pedro 2010, pp. 61-84). Ainda assim devemos lembrar-nos que as primeiras formas de influência fenícia se abateram sobretudo nas elites indígenas, e como salientou Pedro Albuquerque essas podiam não afetar a identidade total do grupo (ALBUQUERQUE, Pedro 2013, p. 53).

Existem portanto indícios que situam Tartessos na região de Huelva, com povoados providos de características indígenas (herdadas desde por exemplo do Bronze Final). A partir do contacto com os fenícios esses povoados alteraram-se e formaram aglomerados populacionais com especificidades diferentes. (MONTENEGRO, Ángel; BLÁZQUEZ, J. M.; MATA, D. Ruiz *et. al.*, 1998, p.88).

O espaço de Tartessos incorporava locais como *El Carambolo, Huelva, San Bartolomé, Cerro de San Juan* entre outros, caracterizados geralmente por se estabelecerem a baixa altitude, sem sistemas defensivos e de preferência com uma componente fluvial forte. Os rios Guadalquivir, Guadalete e Guadiamar foram importantes referências neste contexto proporcionando diversas ligações a outros povoados (facto que foi amplamente aproveitado no contacto com os fenícios) (MATA, Diego, Ruiz, 1994, p.394). Está reportada também pelas evidências materiais a preferência pelas estruturas circulares, sem que existissem edifícios de índole declaradamente pública com uma economia local ainda que alguma conectividade (MATA, Diego, Ruiz, 1994, p.396), e essencialmente atividades agrícolas e ganadeiras, e ainda a exploração de metais (na zona de Rio Tinto por exemplo) ainda que não tão intensa como em período de consolidação fenícia (ESCACENA José Luís Carrasco 2001 p. 88).

Contudo, como já foi referido, a definição da identidade de Tartessos está também ligada à influência Fenícia, tendo esta sido (consideravelmente) cimentada com a exploração metalífera nesta zona da Península Ibérica. Note-se a par disto as inúmeras referências, pelos autores clássicos, ao facto da expansão de Tiro se ter direccionado para Ocidente em busca dos metais que abundavam na Península Ibérica (MONTENEGRO, Ángel; BLÁZQUEZ, J. M.; MATA, D. Ruiz *et. al.*, 1998, p.87). Isto significa que as sociedades tartéssicas, muito

provavelmente influenciadas pelas trocas de produtos de luxo com os fenícios, e por uma crescente exploração das zonas metalíferas como *Río Tinto*, *Cerro de Salomón* e *Quebrantahuesos*, acabaram por se distanciar um pouco dos antigos modelos, desenvolvendo-se com intercomunicações crescentes especialmente em relação ao núcleo de Huelva (MONTENEGRO, Ángel; BLÁZQUEZ, J. M.; MATA, D. Ruiz et. al., 1998, p.88).

Posto isto, núcleos como Huelva e Gadir e os povoados ao seu redor desenvolveram-se bastante a partir do influxo oriental. De facto podemos situar o início da influência oriental na Península Ibérica no século VIII a.C., ainda que nalguns casos possa haver datações mais antigas que atestem presença fenícia, como o caso de *Ronda la Vieja-Acinipo*, apesar de tais datações possam ser discutíveis. Este é o que comumente se designa por processo “orientalizante”, que não se propagou homogeneamente pela Península Ibérica. Se tomarmos o exemplo da área em redor de *Gadir* concluímos que a influência oriental se estendeu rapidamente, no entanto o povoado de *Cabezo de San Pedro* (zona de Huelva) só no século VII a.C. tem uma presença fenícia consolidada.

Deste modo, os contactos que começaram por ser esporádicos e essencialmente através de troca de bens de luxo (facultados pelos fenícios) entre indígenas e fenícios evoluíram e diversificaram-se. Com o fortalecimento das ligações, sítios como *Gadir* cresceram muito devido à convergência de bens e população provenientes da zona de Huelva, que em grande parte assimilaram o carácter fenício sem dificuldade. Elementos como a presença de ânforas, maior exploração dos recursos metalíferos, cerâmica de torno, cerâmica pintada a vermelho e uma maior hierarquização da sociedade (potenciada nalguns casos pelas novidades nos ritos funerários) foram os resultados de uma presença e influência fenícia que cresceu e que em muitos casos foi até bem recebida pelos indígenas consolidando as relações entre Tartessos (entendendo-se aqui se tratava do meio indígena) e fenícios.

GADIR

Agora que resumimos de certa forma a realidade indígena do sul da Península Ibérica podemos dedicar-nos ao tema central deste trabalho, isto é

Gadir, que foi um dos mais importantes centros do sul da Península Ibérica, especialmente a partir da fixação dos povos fenícios no território. Vários dados arqueológicos provenientes de sítios como Morro de Mezquitilla, La Fonteta, Toscanos e Cerro del Villar (na área de influência de Gadir) fornecem-nos dados através do seu espólio arqueológico que permitem atestar a presença fenícia praticamente desde o século VIII a.C.. Sítios como estes estão na génese da origem da “colonização”, no entanto quando mencionamos povoados como estes somos compelidos a referir o Castillo de Dona Blanca, que é atualmente uma das melhores apostas, quando se teoriza acerca da primeira colónia Fenícia.

O Castillo de Dona Blanca está situado na orla costeira perto da serra de San Cristobal e em contacto com rio Guadalete. Merece destaque porque este estabelecimento fenício (munido de formas estruturais com traçado ortogonal, fortificações em torno do povoado, cerâmicas a torno e com decoração vermelha) lança as bases para a teorização da dualidade de ocupação fenícia, isto é, para além deste devia existir na ilha *Eritheya* outro povoado fenício em constante comunicação com o povoado do continente (MATA, Diego Ruiz, 1999 pp. 279-317). Este modelo não é de todo estranho ao povo Fenício (BASALLOTE, M^a. Gener; GARCIA, M^a. de los Á. Navarro; SÁEZ, J. M. Pajuelo; et al. 2012 pp. 135-160) tendo o povoado no continente o objetivo de sondar o território e tentar espalhar a sua influência (MATA, Diego Ruiz, 1999 pp. 279-317).

O sítio denota uma grande quantidade de ânforas, a par de ampla variedade de tipologias o que mostra tratar-se de um centro de trânsito de produtos e de uma grande convergência de pessoas de diversas naturalidades. Existe mesmo a possibilidade de ter sido um local de distribuição dos bens trazidos de outras partes do mediterrâneo para o interior da península, da mesma forma que recebia os produtos gerados pelo interior ibérico (nomeadamente prata) e os redirecionava para outros pontos mais distantes do mediterrâneo (MATA, Diego Ruiz, 1999 pp. 279-317). A sustentar ainda esta teoria podemos referir ainda a escavação do *Ciné-Cómico* recentemente realizada. Nesta intervenção foram descobertos dados no ponto mais alto da ilha *Erytheia*: traçado ortogonal de estruturas, vestígios de atividades laborais caracteristicamente fenícias e ainda alguns elementos materiais (cerâmicos maioritariamente, por exemplo *neck-ridge jug*) que são tipicamente fenícios e

que podem corresponder a uma cronologia cerca dos Finais do século IX a.C., podendo ser localizados nos estratos III e IV de Bikay nas suas escavações em Tiro (BASALLOTE, M^a. Gener; GARCIA, M^a. de los Á. Navarro; SÁEZ, J. M. Pajuelo; et al. 2012 pp. 135-160).

Impulsionados ou não pelas populações do Castillo de Dona Blanca certo é que se formaram mais povoados fenícios (especialmente na zona de Málaga) como Toscanos, Cerro del Vilar, La Fonteta ou ainda Morro de Mezquitilla. Nestes povoados existem os traçados urbanos e defensivos tipicamente orientais bem como pratos fundos com pintura de bandas e cerâmica pintada de vermelho. Encontramos ainda evidências das relações que a eram mantidas com as povoações indígenas por exemplo na argila encontrada sobre os sistemas defensivos, encontrada também na região de Rio Tinto (Huelva). Conseguimos também discernir trocas entre os recentemente formados povoados fenícios, já que se pode encontrar cerâmica policromada, vasos de boca de seta com decorações avermelhadas, e outros tipos de decoração claramente oriental, que circulavam entre os vários povoados de ocupação fenícia já referidos, e ainda outros (BLÁZQUEZ, José María 1988 PP. 299-305).

Estes locais de fundação muito provavelmente fenícia foram extremamente importantes para a afirmação e, crescimento desses povos em território ibérico. Pode-se até salientar que lançaram bases para implantações posteriores de outros povos estrangeiros, tomando o exemplo de Trayamar onde se registou ocupação púnica posterior (SCHUBART, Hermanfrid; AETEAGA, Oswaldo 1994, p. 439).

Os fenícios não só trouxeram uma série de novidades materiais; note-se as inovações na manufatura de cerâmica e estilos de decoração, bem como múltiplos objetos de bijutaria e ourivesaria alfinetes, anéis, ovos de avestruz decorados (BLÁZQUEZ, José María 1988 PP. 299-305). Como foram ainda responsáveis por mudanças culturais e muito provavelmente sociais, observáveis pelos rituais funerários com tendência ao aumento de hierarquização social; mas também a par disto por um incremento no dinamismo das potencialidades naturais das zonas onde se implantaram (BLÁZQUEZ, José María 1988 PP. 299-305).

MUNDO ECONÓMICO DE GADIR

Dada a natureza deste trabalho vou aqui agora explorar o aspeto económico de *Gadir*, ou seja as principais rotas de transações, os produtos (que ao longo deste texto já foram aflorados), bem como algumas questões muito pertinentes quanto ao modelo socioeconómico fenício em confronto com os modelos indígenas.

Parece ser consensual entre os autores antigos que a principal motivação da expansão fenícia para ocidente foi a busca de metais (nomeadamente prata), ideia que é aliás partilhada por alguns autores contemporâneos. Esta busca de recursos metalíferos conduziu os recém-chegados orientais aos territórios ao ocidente peninsular, por exemplo os territórios de Huelva e Rio Tinto, já com tradição de extração e comercialização de minérios e metais, bem como a troca de uma alargada gama de produtos para suprir as necessidades da população. Por este motivo não seria prudente negligenciar a importância de Huelva enquanto centro distribuidor mesmo antes do advento fenício (MATA, Diego Ruiz, 1994, pp.379-429). Por outro lado é também praticamente inegável que os “colonizadores” tiveram um grande impacto nas populações que residiam na zona de Huelva, rapidamente contribuindo para o aumento das trocas, e da rede de transações envolvidas (BLÁZQUEZ, José María 1988 p. 305).

Resulta num difícil exercício destrinçar quais eram as vias de comunicação neste período, nomeadamente por em muitos dos casos não terem um traçado em comum com as vias romanas amplamente mais documentadas (CATALÁN, Manuel Pellicer, 2000, pp. 99-100). Contudo podemos salientar que ao que tudo indica o meio de transporte através de cursos de água era preferencial para os fenícios, sendo isto documentado até pela sua expansão para o interior da Península Ibérica onde o traçado dos rios assume grande importância. Este relevo conferido à rede fluvial é inclusivamente visível pela quantidade de estabelecimentos fenícios, e mesmo os muitos tartéssicos, que se encontravam nas margens de rios como o Guadalquivir, Guadalete, entre outros (FLORIDO, Maria Luísa Lavado, 2000, pp. 379-383). Neste ponto a desembocadura do Guadalquivir era particularmente importante pois a circulação de bens, e pessoas neste espaço era já elevada e aumentou consideravelmente com a

presença dos povos orientais que se foram fixando ao longo dos rios (FLORIDO, Maria Luísa Lavado, 2000, pp. 379-383).

Por conseguinte é seguro referir que não se deve menosprezar a importância das navegações marítimas empreendidas pelos fenícios, que dispunham de meios notáveis (como a navegação em altura) capazes de colocar as suas populações a uma distância muito considerável da costa (AUBET, Maria Eugénia, 1994, pp. 144-172). Na verdade as populações de origem oriental levaram a cabo navegações atlânticas, essencialmente a partir de *Gadir*, dando provas das capacidades de navegação dos fenícios no oceano. Estas rotas atlânticas permitiram ligações a regiões como o Algarve ou até Setúbal, ainda que estas tenham ocorrido ao que tudo indica em momentos mais tardios que o século VIII a.C. (LEON, José Millán, 2000 pp. 859-867). No fundo foi a grande amplitude de redes e contactos com diversas populações que permitiu aos fenícios não só estabelecerem-se em terrenos estrangeiros nos séculos VIII e VII a.C., como prosperarem e serem grandes monopolizadores na circulação de pessoas e bens (desde os mais luxuosos aos de primeira necessidade) em fases mais tardias da sua permanência nas regiões ocidentais do Mediterrâneo (por exemplo século V a.C.) (LEON, José Millán, 2000 pp. 859-867).

As vias de comunicação já descritas eram de facto da maior importância para a proliferação do comércio fenício, bem como dos seus paradigmas sociais. Nestas vias a circulação não se tratava exclusivamente de produtos, mas no fundo também dos arquétipos sociais fenícios, que progressivamente se instalaram na Península Ibérica. Partindo daqui percebemos que os indícios mais evidentes e que permitem mais realisticamente traçar o carácter dos povoados fenícios, são os vestígios dos produtos transacionados e os meios de transporte dos mesmos.

Como já referimos os recursos metalíferos provenientes dos territórios peninsulares adquirem grande importância, especialmente no contacto entre o mundo tartéssico e o fenício. O ferro e a prata são provavelmente os recursos de maior importância neste âmbito e ilustram os primeiros momentos de colonização fenícia (ARRUDA, Ana Margarida, no prelo). Não obstante outros metais como o ouro (do Rio Tejo), o minério de estanho (da rede das Cassitérides), chumbo e cobre entravam na vasta rede de circulação de bens que

os fenícios ajudaram progressivamente a construir (CASTRO, José Luis López, 2000 pp. 107-119). Os fenícios por sua vez negociavam as suas produções típicas com manufatura de alta qualidade como joias de ouro ou prata, perfumes, recipientes de alabastro, e ainda objetos com decoração em marfim, e alimentos destinados às elites (que eram o alvo de muita da oferta de produtos por parte dos fenícios) como o vinho. Lembremo-nos ainda das inovações trazidas no que toca à cerâmica, nomeadamente o torno e as ânforas de grandes dimensões marca evidente da presença fenícia nos territórios ibéricos (CASTRO, José Luis López, 2000 pp. 107-119).

De modo a fechar este ponto devemos reter que além dos metais e de todos os outros produtos que os indígenas tivessem para oferecer, aquilo de que os fenícios tinham a maior necessidade era território, não só para se fixarem mas também para desenvolver atividades básicas de subsistência como a agricultura, que no caso dos fenícios foi uma “agricultura intensiva” (tenha-se em atenção que esta designação deve ser considerada em relação à respetiva cronologia) (WAGNER, Carlos, 2005 pp. 177-192). Como consequência do aumento das suas terras, os fenícios viriam a ter desde muito cedo uma necessidade crescente de mão-de-obra, dado o incremento sentido na exploração da maior parte das atividades económicas (CASTRO, José Luis López pp. 107-119).

Após as informações que foram expostas é possível compreender várias diferenças entre os povos indígenas e os fenícios no que toca às atividades socioeconómicas. Não obstante podem ser apresentadas duas que merecem destaque: Em primeiro lugar veja-se que nas malhas económico-sociais onde se cruzaram indígenas e os estrangeiros orientais, os dois núcleos civilizacionais desempenharam tarefas diferentes dentro do mesmo sistema de trocas. E ainda, talvez mais relevante, deve ser clara a disparidade de natureza existente quando se confrontam os produtos que indígenas e fenícios colocam à disposição uns dos outros. Percebemos isto se compararmos a troca de grandes quantidades de metais facultadas pelos indígenas, por os artefactos de luxo (manufaturados por fenícios) direcionados para as elites locais. Enquanto uma atividade envolve uma maior quantidade de mão-de-obra e move mais recursos (a exploração metalífera) o fabrico de artigos de luxo move mão-de-obra mais especializada, e

uma vez que é direccionada para as elites locais pode ter uma grande margem de lucro.

Esta série de conteúdos permite-nos lançar as bases para a questão da Troca Desigual modelo que, segundo alguns autores como José Luíz López Castro, existiu entre fenícios e indígenas ibéricos nos primeiros momentos de contacto entre as duas sociedades (CASTRO, José Luis López, 2008, pp. 273-287), 200. Na verdade a proposta de as sociedades indígenas sofrerem uma alteração, no sentido de as elites se afirmarem face aos produtos que são disponibilizados pelos fenícios, é bastante verosímil. A realidade é que a valorização dos mesmos produtos não é semelhante nas duas sociedades económicas. Isto aliado a outros dados contribuiu para uma maior hierarquização da sociedade, acontecimento que já tínhamos analisado como consequência do contacto com os fenícios (CASTRO, José Luis López, 2008, pp. 273-287).

Ainda em relação a esta problemática, Carlos Wagner vai mais longe e revê o conceito de violência, que acaba por empregar para classificar a presença fenícia no Ocidente, faceta que muito raramente é usada para classificar o processo de fixação fenícia na Península Ibérica (WAGNER, Carlos, 2005 pp. 177-192). Este autor defende que é uma “agressividade indirecta” que provoca inúmeras transformações nos modelos de exploração, de câmbio e de coesão económico-social, adiantando inclusivamente a ideia de que o aumento da desigualdade social no seio das sociedades indígenas, pode ter desenvolvido comercialização de escravos (WAGNER, Carlos, 2005 pp. 177-192).

Ainda assim o dinamismo provocado pela entrada dos fenícios resulta também no incremento de poder das elites autóctones, e na consolidação da presença fenícia em território ibérico que viria a formar um tipo de aristocracia (CASTRO, José Luis López, 2008, pp. 273-287).

Estas mudanças podem ser vistas de diferentes formas, Carlos Wagner por exemplo argumenta que as mutações impulsionadas pela presença oriental não foram necessariamente melhorias, defendendo que se produziu um sistema mais parecido com um colonialismo, do que propriamente com uma coexistência mutuamente benéfica (WAGNER, Carlos, 2005 pp. 177-192). Por outro lado podemos simplesmente admitir que os indígenas (mais especificamente as elites) adotaram os modelos fenícios que de diversas formas e progressivamente se

impuseram, não existindo necessariamente uma entidade reguladora central, ou um confronto mais direto e evidente (ALBUQUERQUE, Pedro, 2013, PP. 54-55).

Conclusões:

No fecho deste trabalho podemos apresentar algumas das ideias que devem ser retidas após a exposição que foi efetuada. Podemos começar por concluir que a questão da identidade de Tartessos, é na verdade um assunto em aberto aceso debate. Ainda assim independentemente da existência prévia de um substrato indígena que se possa designar como Tartessos, os povoados indígenas sofrem tremendas metamorfoses após o contacto com os fenícios, podendo-se argumentar que com isso ajudaram a criar novos paradigmas sociais económicos e culturais neste espaço ibérico. A par disto é bastante plausível que a sua localização no Ocidente Peninsular, fosse na zona de Huelva, que desde bastante cedo entrou em contacto com os orientais fenícios, hipóteses sustentadas não só pelas fontes mas também pelos espólios arqueológicos de sítios intervencionados na zona de Huelva.

Em relação a Gadir a sua importância derivou de muitos fatores que depois dos séculos VIII e VII a.C. se diversificaram ainda mais. Apesar do seu crescimento a importância desta cidade deveu-se à dualidade Atlântico-Mediterrâneo que permitiu maior leque de contactos e circulação de produtos e indivíduos. Mas deveu-se principalmente à dinamização da área envolvente terrestre utilizando e possibilitando acesso a uma vasta gama de produtos do interior do território ibérico como as enormes quantidades de metais.

Para terminar permitimo-nos apenas reforçar o interesse e gosto pela temática e investigações envolvidas na realização deste exercício teórico, e o desejo de acompanhar com avidez as novas propostas teóricas em temas com um debate tão vivo.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Pedro. “Alguns pontos de interrogação sobre identidade(s) e território(s) em Tartessos”, SPAL, n.º22, Sevilha, 2013, pp. 47-70

ALBUQUERQUE, Pedro. *Tartessos: entre Mitos e Representações*, Cadernos da Uniarq, Universidade de Lisboa, 2010 pp. 19-39 e 61-84

ALMAGRO-GORBEA, Martín. “La precolonización fenicia en la Península Ibérica”, *Actas del IV Congreso Internacional de Estudios Fenicios y Púnicos, Cádiz, 2 al 6 de octubre de 1995*, coordenação de Manuela Barthélemy; María Eugenia Aubet Semmler, vol. 2, Cádiz, Universidad de Cádiz, 2000, pp. 711-721

ARRUDA, Ana Margarida. “Intercultural contacts in the Far West at the beginning of the 1st millennium BCE: Through the Looking-Glass”, No Prelo

AUBET, Maria Eugenia. “Capítulos 1-10”, *Tiro y las Colonias Fenicias de Occidente*, Editora Crítica (Grijalbo Mondadori), Barcelona, 1994 pp. 15-260

BASALLOTE, J. M^a. Gener; GARCÍA, M^a. de los Á. Navarro; SÁEZ, J. M. Pajuelo; et al. “Las Crétulas del Siglo VIII A. C. de las excavaciones del Solar del Cine Cómic (Cádiz)”, *Madrider Mitteilungen*, n.º 53, 2012, pp. 135-160

BLÁZQUEZ, José María. “Capítulo XI - Los Fenicios en la Península Ibérica (1100-final siglo VI a. C.)” *Historia de España Antigua*, J. M. Blázquez, F. L. Lomas, F. Presedo, J. Fernández Nieto, vol. I Protohistoria, Madrid, Catedra, 1988, pp. 277-325

CATALÁN, Manuel Pellicer. “El proceso orientalizador en el Occidente Ibérico”, *Huelva Arqueológica*, n.º16, Huelva (España), 2000, pp. 89-134

CARRASCO, José Luis Escacena. “Fenicios a las puertas de Tartessos”, *Complutum*, 12, Madrid, 2001 pp. 73-96

CASTRO, José Luis López. “Formas de intercambio de los fenicios occidentales en época arcaica” *Intercambio y Comercio preclásico en el Mediterráneo, Madrid 9-12 noviembre 1998*. Pilar Fernández Uriel, Carlos González Wagner, Fernando López Pardo (Eds.), I, Madrid, Centro de Estudios Fenicios Y Púnicos, 2000, pp. 107-119

CASTRO, José Luis López. “Las relaciones mediterráneas en el II milenio A.C. y comienzos del I en la Alta Andalucía y el problema de la ‘Precolonización Fenicia’” *Contacto cultural entre el Mediterráneo y el Atlántico (siglos XII - VIII*

a.n.e.). “*La Precolonización a debate*”, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, CSIC, Escuela Española de Historia y Arqueología en Roma, Madrid, 2008, pp. 273-287

ESCACENA, J. L.. “Gadir” *Aula Orientalis*. *Revista de estudios del Próximo Oriente Antiguo*, vol. III, 1985, pp. 39-53

FLORIDO, María Luisa Lavado. “El comercio a través del Guadalquivir en época antigua: el yacimiento de las monjas (Trebujena-Cádiz)”, *Actas del IV Congreso Internacional de Estudios Fenicios y Púnicos, Cádiz, 2 al 6 de octubre de 1995*, coordenação de Manuela Barthélemy; María Eugenia Aubet Semmler, vol. 1, Cádiz, Universidad de Cádiz, 2000, pp. 385-393

LEON, José Millán. “Las navegaciones atlánticas gadiritas en época arcaica (ss. VIII-VII a.C.): Cerne y las Cassitérides”, *Actas del IV Congreso Internacional de Estudios Fenicios y Púnicos, Cádiz, 2 al 6 de octubre de 1995*, coordenação de Manuela Barthélemy; María Eugenia Aubet Semmler, vol. 2, Cádiz, Universidad de Cádiz, 2000, pp. 859-867

MARTÍ-AGUILAR, Manuel Álvarez. “Arganthonius Gaditanus. La identificación de Gadir y Tarteso en la tradición antigua”, *Klio Beitrage zur alten geschichte*, vol.89, n. ° 2, Alemanha, 2007, pp. 477-492

MATA, Diego Ruiz. “Capítulo 5 - Tartessos” *Historia de España*, vol. 1, *Desde la prehistoria hasta la conquista romana (siglo III a. C.)*, Barcelona, Editorial Planeta, 1994, pp. 379-429

MATA, Diego Ruiz. “La fundación de Gadir y el Castillo de Dona Blanca: Contrastación textual y arqueológica”, *Complutum*, 10, Madrid, 1999, pp 279-317

MONTENEGRO, Ángel; BLÁQUEZ J. M.; MATA, D. Ruiz et. Al.. “La colonización Fenicia”, *Historia de España, Colonizaciones y formación de los pueblos prerromanos (1200-218 a. C.)*, Madrid, Editorial Gredos, 1998, pp. 79-108

SCHUBART, Hermanfrid; ARTEAGA, Oswaldo. “Capítulo 6 - La colonización Fenicia y púnica”, *Historia de España*, vol. 1, *Desde la prehistoria hasta la conquista romana (siglo III a. C.)*, Barcelona, Editorial Planeta, 1994, pp. 431-456

SILVA, João Pedro Oliveira. *Os Primeiros Momentos da Colonização Fenícia na Península Ibérica: uma visão síntese das realidades socioeconómicas de Gadir em contacto com os indígenas*. **Atas do IX Encontro Nacional de Estudantes de História**, Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Biblioteca Digital, 2014, p. 47-62, *eBook*

WAGNER, Carlos G.. “Fenicios en el Extremo Occidente: conflicto y violencia en el contexto colonial arcaico” *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 8, n.º 2 Lisboa, 2005, pp. 177-192.

Imagens de Música na Pintura Quinhentista Portuguesa: o contributo da Iconografia Musical para o reconhecimento de práticas musicais da época

Sónia Duarte

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

sonia_du_arte@hotmail.com

Resumo Com esta comunicação proponho-me apresentar aos estudantes, professores e investigadores em História, outros modos de ver a pintura quinhentista portuguesa, e em Portugal. Feito *in situ* o levantamento e estudo nacional de centenas de imagens de música na pintura retabular não apenas nas obras vivas e memoriais dos Museus mas também naquelas de que pouco ou nada se achava escrito, por se encontrar em microespaços de não tão fácil acesso - trabalho que apresentei à Universidade Nova de Lisboa - cumpre-me, por ora, apresentar uma panorâmica sequencial do trabalho feito, que prossegue, em 2014, tendo em vista o doutoramento, no contexto lusófono e a partir do século XVII. O que são imagens de música? O que nos revelam as imagens de música na pintura quinhentista portuguesa levantadas e analisadas *in situ*? Levantando um pouco o véu posso adiantar que a iconografia musical se revelou uma fonte inesgotável de informação sendo possível identificar: instrumentos musicais coevos e anteriores (organologia); notação musical (paleografia musical); ambientes musicais (espaços); conjuntos vocais e instrumentais como reconhecimento de práticas musicais de uma época; retratos e cripto-retratos de músicos; instrumentos portugueses e instrumentos importados; e, cenas de dança, pormenores até agora pouco tidos em consideração e que nos têm permitido conhecer melhor aspetos da História Moderna e caminhar em direção a uma futura empreitada multi e transdisciplinar: uma base nacional de Iconografia Musical em Portugal.

Abstract In this presentation I want to introduce to History students, teachers and researchers, other ways of seeing the portuguese painting of the sixteenth century, and in Portugal. The national survey and study of hundreds of music images was done *in situ*, covering not only living works of the Museums but extending it to other microspaces not so easy access - work I submitted to the Nova University of Lisbon - I must, for now, give an overview of the work done sequentially, which continues in 2014, in the Lusophone context and from the 17th century on. What are music pictures? What information do the images that were collected and analyzed *in situ* bring us? The pieces proved to be an inexhaustible source of information that allowed me to identify: musical instruments of the early modern history (organology); musical notation (musical paleography); musical environments (spaces); instrumental and vocal ensembles to the recognition of practices; crypto-portraits and self-portraits of musicians; portuguese instruments and imported instruments; and dance scenes, little details so far taken into account that allow us to understand better the aspects of Music in Modern History and move towards to a future enterprise that is multi and transdisciplinary: a national database of Musical Iconography in Portugal.

LEVANTAMENTO DE ICONOGRAFIA MUSICAL NA PINTURA RETABULAR PORTUGUESA, LUSO-FLAMENGA E FLAMENGA EM PORTUGAL, PARA O RECONHECIMENTO DE PRÁTICAS MUSICAIS DA ÉPOCA: FONTES E MODELOS UTILIZADOS NAS OFICINAS DE PINTURA (2009-2011).

A Tese

Recentemente apresentei à Universidade Nova de Lisboa o levantamento e estudo da iconografia musical na pintura retabular quatrocentista e quinhentista portuguesa, e outras com ligações a Portugal, não apenas nas obras vivas dos Museus Nacionais e Museus Municipais - instituições ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, responsáveis por conservá-las, salvaguardá-las, difundi-las e expô-las ao público - mas também naquelas de que pouco ou nada se achava escrito, por se encontrar em microespaços de não tão fácil acesso (DUARTE, 2011). Cumpre-me, por ora, apresentar a panorâmica sequencial do trabalho feito, que prossegue, em 2014, no contexto lusófono e a partir do século XVII.

Iconografia Musical em Portugal: o espaço e o tempo

O estudo da Iconografia Musical nas mais diversas manifestações artísticas está ainda por fazer em Portugal. No caso da pintura quatrocentista e quinhentista sobre madeira, não havia ainda um estudo sistemático que fosse além das obras vivas mais escritas e memoriadas dos Museus e que, quantitativamente, não ultrapassem as três dezenas. Cumpre, por ora, apresentar a panorâmica sequencial do levantamento que levei a cabo em Museus mas também em misericórdias, santuários, capelas públicas, oratórios, capelas privadas/coleções particulares e igrejas paroquiais, que ascendeu as oito dezenas de pinturas e centenas de aspetos musicais desde o exemplo mais remoto encontrado, *A Virgem com o Menino e Anjos* de Álvaro Pires de Évora, em Santa Croce in Fossabanda até às tábuas de finais do século XVI, como a *Assunção* do altar-mor da catedral de Portalegre. Partindo do levantamento de arquivo, identifiquei, analisei e fotografei, *in loco*, os aspetos musicais na pintura retabular (as fontes primárias) sustentando uma interpretação

histórico-artística, tanto quanto possível, no recurso a fontes secundárias como instrumentos originais, tratadística, literatura e outras manifestações artísticas coevas como a pintura mural, escultura, têxteis, ourivesaria, ou gravura, que me remetessem para fontes e modelos utilizados nas oficinas de pintura. O trabalho de levantamento e de disseminação das imagens de música na pintura portuguesa prossegue, em 2014, noutra cronologia.

Fortuna crítica, estado da questão e trabalho de campo

A cuidadosa etapa no levantamento de arquivo permitiu-me preencher uma matriz considerável de pintura a óleo (DUARTE, 2011, 2, 21-39). Foi, no entanto, já *in situ*, que muita pintura havia de revelar o que não era visível na documentação fotográfica dada à estampa e, outra pintura seria encontrada, e da qual nada havia achado escrito. Durante o trabalho de campo, pude ver em diversos espaços como sacristias de igrejas, coleções particulares ou igrejas paroquiais, outras manifestações artísticas repletas de informação musical de períodos anteriores, coetâneos e posteriores que carecem, ainda, de profundo e urgente estudo (como a pintura mural que se tem vindo a degradar). Apesar do critério exaustivo que haveria de revelar paradeiros de pinturas dadas como desaparecidas, como a *Adoração dos Pastores* atribuída a Gregório Lopes, hoje em coleção particular, de paradeiro desconhecido desde há noventa anos e cuja imagem a cores foi publicada pela primeira vez na tese (DUARTE, 2011, 2, 53-57), ou de outras alvo de uma iconoclastia maquilhada, ao deparar-me com painéis que desapareceram em mercados, em curto-circuitos, em incêndios, e outras hoje em sofrível estado de conservação. Ficam algumas considerações sucintas sobre o trabalho de campo: a presença de painéis e conjuntos quinhentistas em campo é significativamente superior ao que se acha em arquivo; há um enorme trabalho de intervenção ao nível da conservação e restauro por fazer no país; é reduzida a publicação de trabalhos multidisciplinares na esteira dos que foram dedicados ao pintor Nuno Gonçalves, ao *Retábulo de Évora* ou ao *Retábulo de Celas*, cuja iconografia musical já foi por mim disseminada (DUARTE, 2011); nos arquivos, há falta de documentação fotográfica de apoio (faltam muito mais pormenores de

pinturas), relatórios de conservação e restauro, e outros dados resultantes de trabalhos laboratoriais como o desenho subjacente e exames de dendrocronologia.

O inquérito de 1976: antes e depois

Abandonado o único projeto que se anunciava maior - o inquérito de 1976, pela Direcção-Geral do Património Cultural - que visava o levantamento de toda a iconografia musical em Portugal nas mais diversas manifestações artísticas - sucintamente publicado nas Actas do IV Encontro Nacional de Musicologia em 1987 pela *Associação Portuguesa de Educação Musical*, analisei o pouco que foi feito *por falta de verbas* e pensei noutras soluções que caminhassem no sentido de uma futura empreitada multidisciplinar, privilegiando, numa primeira fase, a pintura sobre madeira desde o exemplo mais remoto encontrado até finais do século XVI. Muito embora os aspetos musicais se apresentem maioritariamente em planos secundários, não poucas vezes com problemas na camada cromática (desgastes, destacamentos, repintes), julgo ser quase sempre possível no *corpus* de pintura, com recurso a fontes secundárias, uma aproximação ao instrumento musical que o Mestre, oficial ou colaborador ali representou, aparecendo, todavia, alguns exemplos de instrumentos musicais fantasiosos, como habitualmente fez a oficina do pintor-artesão Franz van Kampes (ativo entre 1535-1580) (Francisco de Campos) nas pinturas do Museu de Arte Sacra de Santiago do Cacém, Igreja Matriz de Góis, no Santuário da Boa Nova de Terena, ou na notação musical de uma pintura do retábulo de Nasher Museum of Duke University, atribuído durante muito tempo a um ignoto mestre do círculo de Juan Correa de Vívar. Menos acessível é a representação de notação musical da qual não existe, ainda, exames de reflectografia de infravermelhos e que, nos doze casos identificados no *corpus*, somente uma foi possível transcrever para notação moderna (Figuras 1 e 2).



Figura 1 - *Adoração dos Pastores* (pormenor do livro aberto com notação musical e texto (O) *Gloriosa*), ca. 1550, Mestre desconhecido; óleo sobre madeira de carvalho; 1360 x 1040 cm; Museu de Évora (fot. de Sónia Duarte, 2013).



Figura 2 - Transcrição para notação moderna do livro aberto em *Adoração dos Pastores*, ca. 1550, Mestre desconhecido; óleo sobre madeira de carvalho; 1360 x 1040 cm; Museu de Évora. (transcrição e edição de Sónia Duarte, 2011).

A REDESCOBERTA DA TÁBUA QUINHENTISTA ATRIBUÍDA A GREGÓRIO LOPES

A Natividade outrora no convento de Santo António da Piedade atribuída a Gregório Lopes



Figura 3 - *Natividade*, ca. 1525-50, Gregório Lopes (atrib.); óleo sobre madeira de carvalho; coleção particular (fot. de Sónia Duarte, 2010).

O trabalho preliminar concluído e apresentado em 2011 dividia-se, assim, em duas partes: 1. Trabalho de arquivo e análise direta das fontes secundárias (volume I) como estudo preliminar do inventário do *corpus* de pintura; 2. Análise e descrição das fontes primárias (volume II). Tratou-se, assim, de uma análise iconográfica sucinta de oitenta e cinco painéis de temática religiosa e um de temática profana, onde tentei aproximar, tanto quanto me foi possível, da forma como foi entendida no seu tempo e interpretando os significados intrínsecos que não se confinam apenas a instrumentos musicais - cordofones, aerofones, membranofones e idiofones - mas a notação musical perceptível e imperceptível, e dança. O criterioso e

exaustivo levantamento de arquivo e em campo acabou por me conduzir ao paradeiro de pinturas dadas como desaparecidas - como a *Natividade* atribuída a Gregório Lopes, que havia transitado do convento masculino franciscano de Santo António da Piedade para a Igreja de Nossa Senhora das Mercês e daí para coleções particulares (**Figura 3**) e que, como pude constatar, está colocada, na verdade, em sítio digno e em excelente estado de conservação - e a outras cujos aspetos musicais nunca haviam sido referidos. Por tal, não excluo a hipótese de existir mais pintura quatrocentista e quinhentista sobre madeira com iconografia musical por escrever, como *Cristo na Corte Celeste*, atribuída a Francisco de Holanda, que apareceu recentemente num leilão em Lisboa ou uma *Anunciação* vendida por uma leiloeira portuense na década de oitenta do século XX, a um particular de Lisboa; ou, por infortúnio, uma *Assunção* de coleção particular da Graça do Divor que foi dada como desaparecida há escassos anos, num incêndio, aparecendo apenas vestígios visuais dela no *Inventário Artístico de Portugal*. Outras, ainda, haveriam de ser adaptadas para caberem em espaços para os quais não tinham sido originalmente concebidas, como o esquecido *Batismo de Cristo e doador*, de André de Padilha, na Igreja do Convento de S. Francisco, no Porto, onde há vestígios de fontanelas de charamelas e campânulas (DUARTE, 2011, 2, 110-113).

A MÚSICA NA PINTURA PORTUGUESA

Os temas iconográficos das imagens de música quinhentistas em Portugal

A maioria da pintura sobre madeira com representação de música, em Portugal, é de escola portuguesa, luso-flamenga e flamenga de importação, havendo, no entanto, hispano-flamengas e espanholas em menor número. O resultado do levantamento foi o seguinte: até ao ano 1499, foram levantadas 3 (três) tábuas; entre 1500 e 1549, foram levantadas 57 (cinquenta e sete) tábuas; entre 1550 e 1580, foram levantadas 26 (vinte e seis) tábuas. Quase todas as tábuas estão agora apeadas e desmembradas dos seus locais originais e deverão ter integrado, na época em que foram executadas, um conjunto retabular. Relativamente aos temas iconográficos das tábuas do *corpus* importa

referir que somente o *Chafariz d'El Rey*, hoje da coleção Berardo, não é de temática religiosa. Assim, todas as outras obedecem a quatro grandes núcleos iconográficos - cristológico, mariano, hagiográfico e escatológico.

Os aspetos musicais: intérpretes, canto, notação musical e instrumentos musicais

Quanto aos aspetos musicais representados, estas pinturas revelar-se-iam fontes primárias inesgotáveis de informação. Nelas pude identificar instrumentos musicais da época e anteriores (idiofones, membranofones, cordofones e aerofones); conjuntos vocais e instrumentais (organologia); notação musical perceptível e imperceptível (paleografia musical); ambientes musicais (espaços); e uma imagem de dança atribuída a Francisco de Campos, exposta no santuário de Terena (DUARTE, 2011, 1, 85-135). No que diz respeito à sua representação, sublinho que o idealismo gótico progressivamente abandonado para dar lugar ao naturalismo e minúcia descritiva da 1.^a metade do século XVI veio a ser sobreposto por experiências anticlássicas que culminaram nos Maneirismos da 2.^a metade do século XVI, num contexto tridentino e pós-tridentino. Estas experiências, viragens pictóricas e estilísticas marcariam também a forma de representar os instrumentos musicais. Aliam-se a estes aspetos o fato do pintor-artesão não conhecer bem os instrumentos que representa ou baseado numa arqueologia mal entendida (WINTERNITZ, 1979). Deste ponto de vista, encontram-se representações *de visu* mais ou menos fidelizadas, a partir de gravados avulsos e desenhos, outras de mera invenção ou desenho de memória e derivações de modelos. Para sustentar o que acabo de discorrer, selecionei imagens gerais e de pormenor, de desenho subjacente, de outros painéis para comparação estilística e de outras manifestações artísticas coevas e anteriores. Contabilizei, no *corpus* de pintura levantado, trinta e seis espécimes de aspetos musicais, correspondendo a duzentas e noventa e quatro figurações individuais.

Os intérpretes. Integram o *corpus* dez tipos de intérpretes, predominando, por ordem numérica decrescente, anjos cantores e

instrumentistas; pegureiros; soldado-carrasco; Rei David; moços de coro e cantores; menestréis; segréis (acompanhados de jograis); e o Diabo. Os primeiros, mediadores entre o ser humano e Deus, são representados, sobretudo, com instrumentos de baixo volume sonoro, *música baixa*; os outros intérpretes humanizados associam-se quase sempre a instrumentos de *música alta*, parecendo ser clara e óbvia a hierarquia no instrumentário representado. Do século XV, destacam-se os soldados-carrasco sinalizando o cortejo de Cristo até ao Calvário e do século XVI, os anjos músicos e os pegureiros. Os anjos tangem instrumentos de *música baixa* e de *música alta*, e os pegureiros, repetidamente, gaitas-de-foles, flautas, rabecas ou o conjunto flauta de tamborileiro e tamboril, instrumentos de elevado volume sonoro (com exceção da flauta) associados a um ambiente rural. Em terceiro lugar, a figura do soldado-carrasco que executa, repetidas vezes, um instrumento de sinal no tema iconográfico *Cristo a caminho do Calvário*. O quarto tipo de intérprete mais representado é o Rei David, que geralmente transporta ou tange uma harpa, um dos seus atributos. Por fim, representam-se, em duas tábuas, moços de coro acompanhados de cantores adultos; numa das tábuas oriunda da Madre de Deus de Xabregas representam-se seis menestréis executando charamelas e uma sacabuxa numa tribuna; no plano fundeiro de uma tábua da Charola do Convento de Cristo está representado o que julgamos ser um segrel, um simples prático de origens humildes, com um pequeno cordofone de mão, acompanhado de um jogral; também a figura demoníaca, quer como diabo-mor encarnando Lúcifer, segurando um instrumento de sinal, numa representação singular exposta no Museu Nacional de Arte Antiga, quer como diabo-mulher ou hermafrodita - com volumosos seios e tonsura, no mesmo painel. Em síntese, se os anjos, mediadores entre o ser humano e Deus são representados com variadas espécies de instrumentos musicais predominando os instrumentos de *música baixa*, os outros, seres humanos de baixa condição social, associam-se quase sempre a instrumentos de *música alta*, parecendo ser clara e óbvia uma hierarquia no instrumentário representado.

Os aerofones. Os aerofones são os instrumentos musicais mais representados, seguidos pelos cordofones dedilhados e friccionados e, na cauda, os instrumentos de percussão, idiofones e membranofones. No topo dos primeiros encontram-se as charamelas tiple e as charamelas tenores (53 vezes) representadas, quase sempre, em duo, trio, quarteto ou quinteto, com as sacabuxas, largamente referidas nas fontes literárias coetâneas, em contexto de aclamações, embaixadas, banquetes e bodas:

E o estrondo das trombetas, atambores, charamelas, e sacabuxas, e de todos os menistres era tamanho, que se não ouviam e isto se fazia cada vez que el rey, a Rainha, o Príncipe, a Princesa bebiam, e vinham as primeiras igoarias a mesa, e a copeira era cousa espantosa de ver (...). (GARCIA DE RESENDE, [1991], 173-174).

(...) falai com ele [Calisto, mercador alemão] (...), vós lhe pagai dois tipples e dois tenores e duas sacabuxas e no-las enviai; e se lhe ainda não vieram, lhe dizei que dê a isso pressa; e como vierem, lhas pagai e no-las enviai, porque se hão cá muito mister. (SOUSA VITERBO, 1912, p. 4).

Outros aerofones bastante representados são as trombetas ou o órgão positivo, associados a anjos e menestres, e as gaitas-de-foles e flautas, associadas, quase sempre, a pegureiros.

O canto e a notação musical. São também bastante representativos os agrupamentos vocais, tratando-se, geralmente, de anjos que anunciam o nascimento do Menino, ou moços e adultos de coro, que definem um espaço litúrgico ou aquando da inauguração de um novo espaço de culto. No *Leal Conselheiro* de D. Duarte apresentam-se alguns conselhos para o bom funcionamento de uma Capela, passando por questões relacionadas com a técnica vocal - *Item que não tomem os cantos mais altos do que os folgadoamente puderem levar* - à organização das mesmas e questões tecnicistas - *Item se devem de guardar cantar de língua, nem de desvairamento de boca, mas somente cantem de papo (de laringe) cada um*

melhor que puder (Leal Conselheiro, edição de 1942). Damião de Góis refere, na Crónica a D. Manuel I, que este *tinha estremados cantores e tangedores que lhe vinham de todas partes de Europa* (DAMIÃO DE GÓIS, [1566-67], 595), sendo conhecidos os nomes de alguns, como o do afamado Pero do Porto, cantor e Mestre da Capela também do Cardeal Infante D. Afonso, que na Capela Musical transtagana *tinha mais cantores e os melhores q' podia aver* (ALEGRIA, 1985, 86). Associado aos anjos cantores, está a notação musical sobre livro aberto ou folha de pergaminho, por vezes, anacrónica, denotando-se o recurso a fontes anteriores, como no caso da pintura da Igreja Matriz de Aldeia Viçosa, e outros absolutamente fantasiosos à luz visível, carecendo de um estudo mais profundo a partir de exames de reflectografia de infravermelhos, um infortúnio quando comparados com os estudos de Colin Slim dados à estampa, onde analisa reportório identificável nas pinturas de Caravaggio e seus seguidores que recorrem muitas vezes a compositores como Arcadelt, Noël Bauldewijn, Fra Giovanni da Verona, Holbein, Tintoretto, Francesco Canova da Milano e algumas dezenas de concertos de autores anónimos, onde é possível saber de que tipo de composição musical se trata porque os Mestres pintam fielmente a partir da fonte original.

Os cordofones. Logo atrás, aparecem os cordofones, sendo os mais representados os alaúdes, as harpas associadas ao Rei David como atributo, as violas da gamba, as rabecas, as violas de arco e as violas de mão:

[na mesa de D. Sebastião] *enquanto durou a mesa, houve violas de arco e dolçainas, que tangeram [os seus creados] enquanto comeu.* (CASCÃO, 1573, 118)

Os membranofones. Os idiofones. E, em último lugar, os instrumentos de percussão, que aparecem muito raramente representados quer no *corpus* quer nas fontes literárias, com exceção dos tamboris que fazem duo com as flautas de tamborileiro, as pandeiretas, os guizos e os címbalos. A documentação quinhentista relativa a recebimentos dá conta que estes são menos bem remunerados do que os instrumentistas de sopro e menos ainda que os cantores e instrumentistas de cordas, e não poucas vezes são referidos como

gente de origem africana ou turca, contratados e financiados para uma série de funções como *obrigação de residência na cidade e assistência na Sé e nas procissões e festas para que fossem chamados* (ALVARENGA, 2002, 37) e, portanto, ser do interesse do comitente a sua dissociação da pintura que custeiam. As fontes literárias coetâneas denunciaram a presença desta tipologia de instrumentos musicais associados a ambientes litúrgicos, havendo notícia de vários éditos que tentaram proibir idiofones como o triângulo que na iconografia ocidental aparece ora tocados por anjos em *hortus conclusus* ou procissões, ora por pegureiros em ambientes bucólicos e aprazíveis do campo, associando-os ao canto e outros instrumentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sintetizando o que foi escrito, são variadas as fontes literárias e iconográficas que poderão ter servido os comitentes na exigência de um programa iconográfico que, por sua vez, terão servido de modelos às oficinas de pintura, nomeadamente, os oficiais de debuxo e os pintores. Se nas fontes literárias que consultei procurei uma terminologia de época para com maior rigor identificar, descrever e classificar os aspetos musicais, para os modelos havia que procurar analisar a arqueologia dos instrumentos musicais e as gravuras e tratadística disseminada (entre outras, *Musica Getuscht* de Sebastian Virdung, Basle, 1511; *Musica instrumentalis deudsch*, Martin Agricola, Wittenberg, 1529-45; *Musica teutsch*, Hans Gerle, Nuremberg, 1532; *El Maestro*, Luis de Milan, Valencia, 1536; *Declaración de instrumentos musicales*, Juan Bermudo, Osuna, 1550; e tratados posteriores como «De Organographia» do *Syntagma Musicum* de Michael Praetorius, Wolfenbüttel, 1619; e, finalmente, *Harmonie Universelle*, Marin Mersenne, Paris, 1636). Nas oitenta e seis pinturas do *corpus* levantado e apresentado em 2012, contei com duzentas e noventa e quatro figurações musicais, fontes inesgotáveis de informações fidedignas, mas também fantasiosas. Quanto aos aspetos musicais mais representados, as charamelas tiple e as tenores, geralmente figuradas em duo, trio, quarteto ou quinteto, são os instrumentos musicais que mais se repetem. São igualmente instrumentos muito referidos nas fontes literárias em vários momentos e contextos, como aclamações, embaixadas, banquetes, bodas, fazendo-se notar a relação entre fontes primárias e fontes secundárias.

Logo a seguir, o canto que se associa a anjos cantores a anunciar o nascimento do Menino, ou moços e adultos de coro a definir um espaço de culto ou a inaugurar a cerimónia para a construção de um novo espaço de culto. Estes cantores seguem muitas vezes por livros abertos ou pergaminhos com e sem notação musical, outras vezes, a executar, em simultâneo, um cordofone de mão que acompanha o canto. Se a charamela é o aerofone mais representado e um dos que predominam nas fontes literárias coetâneas, o cordofone que aparece mais vezes na pintura de assunto religioso é o alaúde, logo seguido da harpa, largamente associado ao Rei David, como atributo. Por outro lado, os instrumentos de percussão são os menos representados, e por sinal, dos menos referidos nas fontes literárias, com a exceção do tamboril e dos atabales. Uma análise *in loco* às tábuas que vieram integrar o *corpus* permitiu-me igualmente redescobrir obra desmemoriada, localizar paradeiros de painéis tidos como desaparecidos, clarificar paradeiros, confirmar atribuições, impossibilitar atribuições e dar conta, por infortúnio, do desaparecimento de outras pinturas em mercados, incêndios e curto-circuitos. Outras, ainda, haveriam de ser mutiladas para caberem em espaços para os quais não tinham sido originalmente concebidas, revelando uma iconoclastia maquilhada; e, outras que continuam em paradeiro desconhecido. A exemplo, uma *Anunciação* com iconografia musical de um *Primitivo Português* vendida num leilão, no Porto, na década de oitenta, a um colecionador de Lisboa. Não excluo a possibilidade de existir outras pinturas sobre madeira até 1580 e com representação de aspetos musicais, nomeadamente, no espaço imperial, e que possam vir a ser localizadas, analisadas e integradas em futuros estudos, à semelhança do que aconteceu em tempos recentes: um Rei David com uma harpa numa pintura atribuída a Francisco de Holanda, vendida num leilão em Lisboa (2013). Apesar de algumas fontes apresentarem erros na morfologia dos instrumentos musicais e na representação de figuras musicais sobre os pentagramas devido ao desenho de memória, à interpretação errada das fontes, à estilização de certos pormenores musicais (para além dos repintes), a figuração dos instrumentos musicais, dos cantores e dos instrumentistas, afigura-se, muitas vezes, real e concreta mas também natural. Face aos fatos revelados pelas fontes secundárias, relativas à presença da música nas capelas privadas, nas Sés,

Igrejas ou Mosteiros, festividades religiosas como procissões, parece-me evidente que os instrumentos musicais delimitam espaços, associando-se a diferentes momentos e programas iconográficos. No entanto, urge continuar um levantamento exaustivo e rigoroso de manifestações artísticas coetâneas, para que um maior número de comparações seja possível em trabalhos futuros. Por outras palavras, é urgente dar à estampa trabalhos incisivos, multidisciplinares e atualizados sobre a terminologia para os instrumentos musicais usados em Portugal, para cada época, bem como, continuar o levantamento nacional de aspetos musicais em cada uma das manifestações artísticas e colocá-las ao dispor de historiadores de arte, musicólogos, conservadores-restauradores, professores de música e serviços de Educação de Museus. Julgo, no entanto, que abri um manancial de informação para o reconhecimento de práticas musicais de épocas e referi a urgência na construção de uma Base Nacional de Iconografia Musical. Ciente disto, prossigo o meu trabalho de levantamento de pintura a partir do século XVII, tendo em mãos a concretização de performances à volta dos quadros com imagens de música no Museu Nacional de Soares dos Reis e nos Museus Municipais do Porto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alegria, J. (1985). *O ensino e prática da música nas Sés de Portugal*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

Alvarenga, J. P. d'. (2002). *Estudos de Musicologia*. Lisboa: Edições Colibri.

Cascão, J. (1984). Relação da jornada de El-Rei D. Sebastião quando partiu da cidade de Évora [1573], in Francisco de Sales de Mascarenhas Loureiro, *Uma jornada ao Alentejo e Algarve. A alteração das linhas de força da política nacional*, pp. 79-136. [Lisboa]: Livros Horizonte.

Duarte, S. M. S. (2011). *O Contributo da Iconografia Musical na Pintura Quinhentista Portuguesa, Luso-Flamenga e Flamenga em Portugal para o Reconhecimento de Práticas Musicais da Época*. Dissertação de Mestrado em Musicologia Histórica. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (edição policopiada da autora).

Góis, D. (1749). *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [ed. Fac-similada]. Lisboa: Officina de Miguel Manescal Da Costa [1566-67].

Piel, J. (Ed. crítica e notas). (1942). *Leal Conselheiro o qual fez Dom Eduarte Rey de Portugal e do Algarve e Senhor de Cepta*. Lisboa: Livraria Bertrand.

Resende, G. (1991). *Crónica de D. João II e Miscelânea* [ed. fac-similada da edição de 1798], prefácio de Joaquim Veríssimo Serrão. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

Salmen, W. (1983). *The Social Status of the Professional Musician from the Middle Ages to the 19th Century*. Nova Iorque: Pendragon Press.

Slim, C. (2002). *Painting music in the sixteenth century: essays in Iconography*. Aldershot: Ashgate.

Viterbo, S. (1912). *O Rei dos Charamelas e os Charamelas-móres. Arte Musical*. Lisboa: Typografia J. F. Pinheiro.

DUARTE, Sónia. *Imagens de Música na Pintura Quinhentista Portuguesa: o contributo da Iconografia Musical para o reconhecimento de práticas musicais da época. Atas do IX Encontro Nacional de Estudantes de História*, Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Biblioteca Digital, 2014, p. 63-78, *eBook*

Winternitz, E. (1979). *Musical instruments and their symbolism in Western Art: studies in Musical Iconology*. London: Yale University Press.

Extremitates, Aequalitates: O pecado nefando de João de Távora (1555-1556)

Pedro Miguel Barbosa Moreira

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

pemiguelmoreira@gmail.com

Resumo No início da segunda metade do século XVI, num momento em que o tribunal do Santo Ofício português procurava junto da Santa Sé a permissão para perseguir e julgar o pecado nefando de sodomia, um mourisco forro, batizado em Ceuta com o nome de João de Távora, que no momento aprendia no Colégio dos Meninos Órfãos da Mouraria, é acusado de assédio a duas crianças da instituição. A atenção dada ao pecado de sodomia pela justiça civil e eclesiástica dos reinos católicos era crescente desde o final do período medieval, acompanhando muitas das considerações que a sociedade da época tecia acerca das relações hétero e homoeróticas. O caso apresentado reflete algumas dessas questões, integrando também aspetos relacionados com a violência sexual juvenil.

Abstract Early in the second half of the sixteenth century, at a time when the Portuguese Inquisition sought permission to the Holy See to prosecute and try the abominable sin of sodomy, a freed Moorish, baptized in Ceuta by the name of João de Távora, which at the time was learning at the Colégio dos Meninos Órfãos da Mouraria, is accused of harassing two children of the institution. The attention given to the sin of sodomy by the civil and ecclesiastical justice of the Christian kingdoms was increasing since the final of the medieval period, following many of the considerations that the society of the time wove about the hetero and homoerotic relationships. The case presented here reflects some of these questions, pointing to some aspects relate to juvenile sexual violence.

O SODOMITA E O SANTO OFÍCIO

Lisboa: 1555-1556

Decorria o ano de 1555 no Colégio dos Meninos Órfãos da Mouraria, em Lisboa. Um mourisco forro, feito cozinheiro na dita casa no final do primeiro semestre desse ano, batizado em Ceuta com o nome de João de Távora, termina o ano encarcerado depois de denúncias relativas às suas investidas sexuais a dois rapazes que ali aprendiam a doutrina cristã, sem o consentimento destes. Este é um caso de sodomia, ocorrido no século XVI, que facilmente transmite ao leitor a forma como a Inquisição lidava com casos de criminalidade sexual, nomeadamente de sodomia, e que nos leva a considerar, não só a conceção de crime sexual, e a sua prática, como o modo como os

agentes institucionais se encarregavam de averiguar estes acontecimentos e de instruir o seu julgamento.

O homoerotismo é um tema que há já algum tempo tem recebido uma forte atenção por parte da historiografia. Trabalhos como os de Philippe Ariès (*Reflexões sobre a história da homossexualidade-1979*), Maurice Lever (*Les Bûchers de Sodome, Histoire des “Infâmes”-1985*), Colin Spencer (*Homossexualidade em História - 1995*) ou Georges Duby (*“Amore et sexualité en Occident”-1991*), apresentaram já várias perspetivas sobre o relacionamento entre elementos do mesmo sexo, desde a antiguidade à contemporaneidade.

Na época clássica, nomeadamente na Roma imperial, não parece haver distinção entre amor homossexual e amor heterossexual. O impacto que essa prática pudesse exercer sobre o comportamento público, assim como nas relações sociais do homem, era fortemente tido em conta. A submissão sexual passiva era vista como uma inversão hierárquica, não só em casos onde um escravo ou um homem de um meio inferior se assumia como agente, mas também aquando da prática de sexo oral com a parceira¹.

À medida que entramos no imaginário medieval, surgem alterações na conceção do corpo e da sexualidade e já nem os limites da passividade servem para atenuar os problemas de aceitação social. O recurso ao termo *sodomia* surge-nos neste período e subsequentemente o paradigma religioso e político recorria cada vez mais à coerção para reduzir essa prática, acompanhando as mudanças da consciência social².

No pecado nefando de sodomia cabiam todas as práticas sexuais que anulavam a procriação. Por um lado, a sodomia perfeita, referindo-se à cópula entre dois elementos do sexo masculino; por outro lado, a sodomia imperfeita, correspondendo à penetração anal entre homem e mulher; ou ao relacionamento entre dois elementos do sexo feminino. Outro termo associado, *molície*, designava a masturbação, a fricção, o coito interfemoral e a *fellatio*.

A *conatus* designava a bestialidade e as tentativas sem sucesso das

¹ BROWN, Peter - *A antiguidade tardia*. ARIÉS, Philippe; DUBY, Georges - *História da vida privada: do Império Romano ao ano mil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. P. 218-219

² RONCIÈRE, Charles de La - *A vida privada dos notáveis toscanos no limiar da Renascença*. ARIÉS, Philippe; DUBY, Georges - *História da vida privada: da Europa feudal à Renascença*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. P. 222

práticas anteriores. De resto, era em particular o primeiro caso que preocupava a inquisição relativamente à sua matriz punitiva³.

No caso português, a justiça civil tinha competências para julgar estes casos. No entanto, D. João III dava em 1550 instruções a Baltasar de Faria, embaixador de Portugal junto do Papa, no sentido de obter autorização para que o Santo Ofício português tivesse alçada sobre o delito, sendo esta apenas conseguida a 20 de Fevereiro de 1562 através do breve *Exponis Nobis* de Pio IV⁴. Antes da permissão Papal, a 1 de Setembro de 1552, D. Fernando de Meneses Coutinho, arcebispo da capital do reino, dava à inquisição de Lisboa essa capacidade, confirmada por apostilha de 4 de Março de 1556, que designava para a tarefa frei Jerónimo de Azambuja, o Doutor Ambrósio Campelo e o licenciado Pedro Álvares de Paredes, que a aceitaram no dia seguinte⁵.

A partir do Regimento de 1613 e posteriores, nomeadamente o de 1640, era tida em conta a especificidade do delito⁶. O Regimento de 1552, que sustenta o processo analisado à frente, não dá destaque à questão da sodomia. A sua punição emana da legislação pontifícia relativa à Inquisição medieval ("Decretae" de Bonifácio VIII e "Corpus Júris Canonici"), situando-se na esteira dos códigos civis portugueses, as Ordenações Afonsinas e Manuelinas, numa diacronia legislativa de vocabulário e ofícios⁷. Para este delito, encontramos nas Ordenações Manuelinas a pena de morte pelo fogo⁸.

³ BRAGA, I. Drumond - *Os estrangeiros e a inquisição portuguesa: séculos XVI e XVII*, Lisboa p. 328

⁴ *Ibid*, p. 328

⁵ BRAGA, Paulo Drumond - *As filhas de Safo* p. 34

⁶ BETHENCOURT, Francisco - *História das Inquisições*. Lisboa p. 44

⁷ MEA, Elvira Cunha de Azevedo - *O Santo Ofício Português: da legislação à prática*, p. 168

⁸ Segundo o Título XII do Livro V das Ordenações Manuelinas, "Qualquer pessoa de qualquer qualidade que seja, que pecado de sodomia por qualquer guisa fazer, seja queimado, e feito por fogo em poo por tal que ja mais nunca so seu corpo, e sepultura possa seer avida memoria, e todos os seus bens sejam confiscados pera a Coroa dos Nossos Reynos".

AS CULPAS

No dia 30 de dezembro de 1555⁹ é interrogado Gonçalo Neto, de doze anos de idade, filho de Pero Gonçalves Neto, cónego na cidade de Lisboa. A testemunha era então levada à presença de frei Jerónimo de Azambuja - um dos três Inquisidores da Cidade de Lisboa que no ano seguinte passariam a ter capacidade para conhecer os casos de sodomia - depois de ter partilhado com um dos irmãos o sucedido e este ter influenciado a sua denúncia perante a mesa do santo ofício.

A descrição do primeiro contacto que Gonçalo Neto diz ter tido com João de Távora é pormenorizada e elucidativa da ocorrência. Por ele é dito que,

“sendo omze oras da noyte huum mourisco que se chama Joam de Tavora que no dito colegio aprendia ao tal tempo [...] e agora estaa preso no tromco do dito colegio se veyo a cama omde elle denunciante Jazia deytado apagando prymeyro com a abba da camyssa hũa alampada que na dita casa estava acesa e dizendo calar calar se foy a cama omde elle denunciante estava e lhe tapou a boca e se lamçou com elle na cama e o virou de ilharga e cuspiu na mão e molhou com o cuspinho o trazeyro delle denunciante e lhe meteu a natura sua delle no seu trazeyro e querendo elle denunciante grytar o dito mourisco lhe tapou a boca e esteve o dito mourisco com elle denunciante na cama ate pella menhaam mas nam teve aceso com elle mays que hũa vez aquella noyte e despois da hi a huum mês todas as noytes o dito mourisco se vinha as mesmas oras a cama delle denunciante apagando alampada como da prymeyra vez se lamçava com elle na cama e fazia com elle o que a primeyra noyte fez”¹⁰.

A descrição do ato é elemento fulcral para a análise. O acusado, depois de se aproximar e virar a criança, cospe na mão, preparando o ânus da criança para a penetração, lubrificando-o. Este pormenor criará curiosidade aos

⁹ O documento utilizado apresenta o ano de 1556, no entanto quer-nos parecer que, sendo esse documento uma cópia do original, ocorreu um erro na reprodução, sendo que o processo ocorre em Janeiro desse ano e a sentença é lida ainda do final do primeiro semestre, como é apresentado no presente trabalho.

¹⁰ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Lisboa, proc. 6018.

inquisidores que o irão questionar sobre a conceção que apresenta da prática, como veremos à frente, provavelmente pela reduzida idade do acusado ou pelo à vontade que demonstra ter na prática do ato sexual.

Nesta descrição surgem vários elementos que nos sugerem não só a projeção que João de Távora faz do ato em si, como do possível impacte que recai sobre a criança. O modo como João de Távora escurece a sala é um elemento que sobressai na descrição de Gonçalo Neto, tanto que, o denunciante revela que se repetira nas vezes seguintes, sendo possível que esse elemento tenha penetrado na consciência dele como indicador da repetição do acontecimento anterior.

Esta primeira transcrição revela-nos também o comportamento agressivo de João de Távora perante a testemunha. Quando se aproxima, João de Távora exige que não faça barulho e, aquando da penetração, dá-nos a entender que, tentando gritar, o acusado tapa-lhe a boca, silenciando-o. Não são apresentados mais elementos quanto a outras tentativas de resistência por parte da criança, não se excluindo a possibilidade de choque provocado pelo comportamento coercivo e dominante do acusado, que permanecera com ele até à manhã seguinte. Não obstante, impõe-se a reflexão sobre o período que João de Távora estabelece entre o primeiro assédio e os seguintes, sendo que,

*“perguntado [Gonçalo Neto] por que causa pasada a prymeyra noyte se nam queyxou a seu mestre disse que o dito mourisco o ameaçava muito dizendo lhe que o avya de matar se ho elle descobryse e por esta causa elle denunciante nam ousava de ho dizer”*¹¹.

Para além do comportamento anteriormente apresentado, João de Távora terá supostamente ameaçado a testemunha, caso ele contasse o sucedido e, como nos dá a entender o documento, fê-lo logo após a primeira noite. Só voltaria, portanto, a estar com ele nestes termos passado um mês, repetindo o processo inicial. A este nível, coloca-se a hipótese de tal não se ter repetido antes, ou devido à falta de oportunidade ou ao facto de o acusado se

¹¹ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Lisboa, proc. 6018.

ter mantido atento quanto à possibilidade de ser acusado, apesar da suposta ameaça de morte, sendo provável que com este comportamento quisesse estudar não só o medo, mas também o domínio que à partida pretendia assumir sobre o menino. Este é um elemento que algumas análises contemporâneas sobre criminalidade sexual apresentam como sendo frequente nestas práticas e que, não descurando o desfasamento espaço temporal da nossa análise, nos parece ser relevante considerar.¹²

Questionado sobre outros casos equivalentes, relacionados com o mesmo autor, no Colégio dos Meninos Órfão, a testemunha afirma que,

*“estando elle denunciante na cosinha da dita casa dos orfãos ouviu dizer ao dito Joam de Tavora a outro moço órfão que na mesma casa vivia que se chama o Irmão de porto de moos se querya que fossem ambos hum pequenyno e o dito Irmão de porto de moos lhe respondeo que querya mas que nam emtão se não a noyte e o dito mourisco lhe perguntou se era aquyele certo e o dito Irmão de porto de moos lhe respondeu que certo serya e então se foy o dito Irmão para a dispença e nam sabe se depois a noyte o dito Irmão foy a alguma parte com o dito mourisco”*¹³.

A conversa que a testemunha ouvira na cozinha mostra-nos a possibilidade de, a prática denunciada não ser apenas mediada por um comportamento violento e de coerção, com fim de obrigar o elemento paciente, mas também consentida. Esta é uma possível interpretação, dado o aparente consentimento do irmão de Porto de Mós, que sugere estar à vontade com João de Távora. Como veremos à frente, os processos inquisitoriais sobre sodomia apresentam, como seria de esperar, bastantes casos em que ambas as partes são cúmplices na busca de prazer.

¹² Sobre este tema recorreremos aos trabalhos de Débora Xavier Monteiro, *Crimes sexuais contra crianças*, In Portal dos Psicólogos, p. 7 [consult. 28. Jan. 2014] disponível <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0640>; Mário Gomes de Figueiredo, *Pedofilia: aspetos psicossociais e significações*, Caderno Neder: Violência e Criminalidade. s.l. 3 (s.d.) p. 7 disponível em <http://www.univale.br/sites/editora/>

¹³ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Lisboa, proc. 6018.

No mesmo dia, era interrogada outra criança, esta de dez anos, que acusava João de Távora de assédio quando se encontrava no tronco do colégio, castigo que recebera por ter tentado fugir.

“chegando onde elle denunciante estava com huum pee metydo no tromco o virou de lharga na cama onde elle denunciante Jazia dizendo lhe prymeyro que se querya lamçar com elle e elle denunciante lhe respondeu que se lançase embora e o dito mourisco despois de estar com ele na cama o virou de lharga como tem dito e lhe meteu primeiro o dedo no trazeyro e despois a natura e grytando elle denunciante nam lhe acodiu nyinguem e o dito mourisco vendo grytar se alevantou da cama e se foy [...] e ao outro dia polla menhaam huum moço que se chama aveyro que no mesmo colegio estaa perguntou a elle denunciante por que bradara de noyte e elle denunciante lhe contou o caso”¹⁴.

Neste caso, para além da descrição do ato ser ligeiramente diferente, o acusado parece tirar partido da condição de prisioneiro desta criança. A sua reação e gritos teria sido suficiente para que João de Távora o deixasse, dada a possibilidade de ser apanhado a acometer a testemunha, ainda que esta tenha apontado a inexistência de auxílio por parte de elementos do colégio.

O CONFESSANTE

No dia dois de janeiro de 1556, é dada audiência a João de Távora perante frei Jerónimo de Azambuja para ser interrogado sobre as culpas que sobre ele recaíam. É neste momento que o réu nos é apresentado.

Batizado em Ceuta *“avera seys ou sete meses e que foy seu padrinho hum fidalgo que se chama Tavora e não lhe lembra o proprio nome e que sabia o pater noster que logo disse e asy a ave marya e o credo ate morto e sepultado [...] e que o não sabya por que o fezerão cozinheiro e o não ensinarão na casa dos orfãos onde o poserão pera aprender a doutrina cristaam e perguntado se sabya o por que era preso ou se tynha culpas para confessar que pertencessem a este Santo officio disse que elle viera a esta cidade de*

¹⁴ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Lisboa, proc. 6018.

cepta e o doctor António Pinheyro o mandara a casa dos orfãos a aprender a doutrina e estando laa huum dia hy mandandoo o padre do collegio dormyr com dous meninos”¹⁵.

Na primeira confissão, após ter sido questionado sobre o motivo de seu cárcere, assim como de suas culpas, o acusado dá-nos a conhecer a sua identidade cristã e revela não saber o porquê de ter sido colocado como cozinheiro no Colégio dos Meninos Órfãos. Em termos de defesa, parece-nos que, ao longo da primeira confissão, o acusado tenta contornar a acusação, embora a espiral em que entra o leve para um caminho de que dificilmente consegue escapar,

“hum menyno que se chama de villa franca que chamão Gaspar das chagas disse aos outros dous menynos sobre dytos e que não sabe o nome que não dormisem com elle confessante por que na sua terra os Turcos fazyam Ruyndade com os meninos e declarou que o fariam com eles como com molheres e sem embargo disso hum mulatinho que no dyto collegio aprende [...] dormya na cama delle confessante e outro que avera hum mes que se foy para Coymbra e que agora avera menos de hum mes vyndo hum menino dos orfãos de fora e metendoo o padre no tronco elle confessante de noute se foy onde o dyto menino dormya e lhe disse se querya fazer com elle ruyndade contencam de ter ajuntamento com o menino como fazem os Turcos e por o menino dizer que não querya elle confessante retornou para a cozinha [...] e que não he lembrado de mays [...] e per elle Senhor Inquisidor lhe foy dito que elle não ficava satisfeyto de sua confissão”¹⁶.

Segundo parece, o menino identificado por João de Távora na presente confissão, que se encontrava no tronco, é a segunda testemunha apresentada anteriormente, de dez anos. O acusado, na sua defesa, tentando procurar uma saída, acabara por dar um forte elemento de desconfiança ao inquisidor. O facto de se ter dirigido à criança que se encontrava no tronco, propondo-lhe

¹⁵ *Ibid.*

¹⁶ *Ibid.*

ajuntamento, ainda que de um modo diferente ao que é referido na acusação, era para frei Jerónimo mais do que revelador quanto às suas intenções naquele momento, ainda que afirmasse ter respeitado a vontade do órfão. Ora a intencionalidade e a premeditação são elementos fulcrais em qualquer ato de julgamento e sentença.

Na sequência desse depoimento, João de Távora é mandado para o cárcere, piorando assim a sua situação. O facto de não ter confessado de imediato as suas culpas funcionava como agravante no processo. O capítulo 50 do Regimento de 1552 é bem explícito quanto isso: “quando quer que alguma pessoa for acusada e sempre insistir em sua negativa ate sentença afirmando e confessando a fé católica e que sempre foi é cristão e que e inocente e condenado injustamente sendo o delicto contra o Reu compridamente provado o poderão os Inquisidores declarar e condenar pois juridicamente consta do delicto que o acusado e o Reu não satisfaz devidamente para que com ele possa usar com misericórdia pois não confessa”¹⁷.

Vinte e um dias depois do primeiro interrogatório, João de Távora é novamente levado à presença de frei Jerónimo, sendo desta vez “mais lembrado” que anteriormente. Acabaria por confessar que,

“hũa noyte da salla do dyto colegio onde um dia o dito moço dormya pella cozinha onde elle denunciante estava por ser cozinheyro o qual aceso teve ao dito moço por diante hũa soo vez sujando o dito moço com a sua natura e depois outro dia de dia elle confessante tornou a chamar a chamar o dito moço para a cozinha e tornou a ter aceso a elle por diante da mesma maneyra que o fizera a prymeyra sem o dito moço se queyxa disso nem bradar e depois vimdo o moço que tem dito a tras de fora e Jazendo no tromco com elle confessante se foy hũa noyte pera o dito moço com tenção de ter aceso a elle e chegando se a elle lhe alevantou a abba da pellote por de tras pera ter parte com elle por de tras e lhe pos as mão de tras no trazeyro e por o dito menyno se queyxa e chorar elle confessante não teve aceso a elle e se tornou pera sua cama e declarou que elle nam se posera a cima do menyno mas que estando a pee tomara o dito menyno que se chama neto e que por detras

¹⁷ Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro 392 (1996) p.591.

tivera aceso a elle sem lhe meter a natura no trazeyro somenente lha meteu amtre as pernas a bayxo do trazeyro e aly o çujou e isto he o que lhe lembra agora”¹⁸.

O acusado refere-se então aos dois meninos identificados na primeira citação, nomeadamente Gonçalo Neto e o menino de dez anos, vindo de fora, punido por tentativa de fuga do colégio. Desta vez, confirma a consumação do ato com o primeiro elemento, sem resistência da parte deste. Quanto ao segundo, João de Távora já afirma ter tido contacto com ele, ainda que sem o elemento genital, repetindo ter-se afastado no momento em que a criança se queixara. Desta vez, não só se tinha queixado, como também chorado, como indica. De seguida, refere novamente Gonçalo Neto, apontando não se ter deitado com ele, mas estando em pé, contactando com ele por fricção e ejaculando nas pernas da criança.

Esta última descrição confere elementos importantes para a nossa análise. O acusado não indica ter penetrado nenhuma das crianças, apenas ter criado contacto, ainda que com a aparente intenção de o fazer. A sua genitália apenas toca nas pernas do primeiro menino, como pretende dar a entender. Referia-se assim à *molície*, identificada anteriormente, o que à partida, deveria suscitar maior tolerância e menor rigor da parte do tribunal do Santo Ofício¹⁹. Resta-nos a dúvida quanto ao conhecimento que João de Távora tinha para acionar esta defesa, supostamente consciente de que esta descrição lhe seria abonatória. Fica também a questão de saber o porquê de não o ter usado na primeira vez em que é inquirido. Este aspeto remete-nos para questões, que o processo transcrito não esclarece, sobre o tipo de aconselhamento jurídico a que os acusados poderiam ter acesso.

Frei Jerónimo da Azambuja tinha já conhecimento da efetivação da penetração, pelo depoimento das testemunhas, e esta confissão não era de todo a sua confirmação:

¹⁸ Lisboa, A.N.T.T., Inquirição de Lisboa, proc. 6018.

¹⁹ *Ibid.*

“e per elle senhor Inquysidor lhe foy dito que elle nam confessava ainda a verdade por quanto constava que ele tevera aceso com ambos os menynos por detras no trazeyro e por tanto o amoestava da parte de nosso senhor que elle confessasse inteiramente a verdade por que fazendoo asy se usarya com elle de mysericordia”²⁰.

Continuava por isso o inquisidor insatisfeito com as declarações de João de Távora e, admoestando-o, mandava-o novamente para o carcere para que posteriormente - quase dois meses e meio depois - surgisse com novos elementos.

O interrogatório seguinte estava longe dos quinze dias apontados pelo Regimento de 1552 para as sessões, fator potencialmente devido ao crescente número de réus que atrasava toda a burocracia. Esses longos períodos de espera, no carcere, poderiam ter funcionado como um forte elemento tático, pretendendo abalar as resistências dos presos, criando angústia e ansiedade, tendo em conta que o cárcere não seria o local mais agradável para coabitar.²¹

Só no dia nove de abril é que João de Távora, de novo ouvido, confessava as penetrações, referindo-se a um outro elemento, um menino chamado António, “enfermeiro”. No entanto mantém algumas das suas aceções iniciais. Afirma então que,

“entrando huum dia huum menyno que se chama o Neto de que tambem tem dito na cozinha omde elle confessante estava de dia teve aceso por detras ao dito moço semdo elle disse contente de despois outra noyte se foy elle confessante a cama do dito menyno que dormya na salla e apagando a alampada que na dita salla estava acesa teve aceso por de tras ao dito menyno tambem por sua vontade e outras vez de dia na dita cozinha teve tambem aceso ao dito menyno por de tras de maneyra que por todas foram tres vezes e asy cometeo outro menyno cuyjo nome nam sabe que estava no tromco pera ter aceso a elle por de tras e por o dito menyno bradar deyxou de o fazer e que o nam cometeu mays que aquella vez e asy he mays lembrado que

²⁰ *Ibid.*

²¹ MEA, Elvira Cunha de Azevedo - *O Santo Oficio Português: da legislação à prática* p. 174.

*dormyndo na cama delle confessante outro menyno chamado antonio que era emfermeyro elle confessante teve hũa vez aceso por de tras ao dito menyno e nam teve mays por o dito menyno nam querer mays hir dormyr a sua cama*²².

Desta vez, João de Távora confessa ter penetrado Gonçalo Neto, três vezes. No entanto, as suas declarações apenas encaixam quando refere ter apagado a lâmpada da sala, deitando-se de seguida com ele, acrescentando que de todas as vezes o fez com o consentimento do elemento paciente. Quanto ao segundo menino, confirma a sua investida, ainda que a descrição não integre o elemento da penetração. Refere-se também a António, o outro menino enfermeiro, com quem esteve intimamente, deixando de o fazer quando este não quis mais, segundo confessa. O consentimento é aqui aparentemente exposto como atenuante da sua culpa.

O acusado não confirma ter forçado o ato, como as duas testemunhas atestam. Não é possível afirmar perentoriamente que algum dos elementos implicados no processo tivesse intenções em esconder informações ou eventualmente dissimular o seu consentimento. Gonçalo Neto afirma que a primeira vez que João de Távora estivera com ele o forçara ao silêncio e que um mês depois o fazia todas as noites. A segunda testemunha não se viu impedida de pedir ajuda. O acusado salienta a predisposição de Neto para estar com ele. O irmão de Porto de Mós não é identificado por João de Távora, não sendo descabido equacionar que este e o “irmão enfermeiro” fossem o mesmo.

Não nos parece ser de excluir nenhuma destas hipóteses. Para João de Távora parece claro que o consentimento e a negação da realização do ato com violência é argumento que quer acionar de forma estratégica. Quanto a Gonçalo Neto, não se exclui a hipótese de, na sua versão, omitir alguns pormenores, ou até a sua predisposição. Ainda que não se exclua nenhuma destas possibilidades, as investidas agressivas de João de Távora parecem provadas, nomeadamente no que se refere a um dos meninos, que se encontrava preso.

Detalhes do processo parecem indicar também a prática repetida e dominante dos contactos, incluindo a penetração. Como já referimos, João de Távora é

²² Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Lisboa, proc. 6018.

questionado sobre os pormenores descritos pelas duas crianças aquando das suas investidas. É confrontado com esse facto, nos seguintes termos:

“e todas as vezes que tinha aceso a estes moços molhava pymeiro a mão com o cuspinho e com a mão molhava o trazeyro aos ditos menynos amtes que dormysse com elles e perguntado quem lhe ensinara este officio e dumde o soube disse que nymguem lhe emsynara somente que o diabo o emganara e que isto era o que lhe lembra”²³.

Pelas descrições que nos são apresentadas, João de Távora não parecia ser um desconhecido no mundo do prazer. Não nega o modo como acariciara as crianças, o que, como vimos, revela algum conhecimento sobre como se deveria comportar perante outro corpo. Desconhecemos a sua história, onde estivera antes de Ceuta, o que conhecera, o que experienciara. Em relação a esses contextos, é-nos sugerido por Khaled El-Rouayheb que as relações entre elementos do mesmo sexo no universo muçulmano, sobretudo durante a puberdade, eram frequentes, havendo uma tendência para relacionamentos entre agentes passivos juvenis e agentes adultos²⁴.

Por ser menor de vinte e cinco anos, foi atribuído a João de Távora um curador a 17 de abril. A nomeação de um curador era obrigatória aos menores da idade apresentada, o que nem sempre acontecia. O estabelecido era que este seria nomeado entre os oficiais inquisitoriais (solicitadores, alcaldes e guardas), com a intenção de reforçar o sigilo. Pretendia-se assim que o réu fosse acompanhado e aconselhado, embora fosse frequente que a sua nomeação ocorresse quando o processo chegava já à fase do libelo, ou posteriormente²⁵.

“per elle foy dito que nomeava por seu curador a pero fernandez escudeyro da casa del Rey o qual pero fernandez que presente estava disse que aceytava a dita curadorya”²⁶.

²³ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Lisboa, proc. 6018.

²⁴ El-Rouayheb, Khaled, - Before homosexuality in the arab-islamic world, 1500-1800 p. 139.

²⁵ MEA, Elvira Cunha de Azevedo - O Santo Ofício Português: da legislação à prática p. 170.

²⁶ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Lisboa, proc. 6018.

Era, portanto, um escudeiro da casa del Rei que era nomeado para curador do acusado. Uma figura de relevância nas representações sociais quinhentistas. Tendo-lhe sido lidas as culpas de João de Távora, questiona-o duas vezes sobre a veracidade da acusação, recebendo em ambas a confirmação.

“Pero Fernandez seu curador [...] que pedia a suas proprias que se ouvese com o dito reu mysericordia avendo respeyto”²⁷.

Esta era a intervenção *pro reo* de Pero Fernandes, curador de João de Távora, que tinha visto confirmadas as culpa da prática de sodomia do acusado.

A sentença deste caso foi então publicada no dia 30 de julho desse ano, na Casa do Despacho. João de Távora era então condenado,

“avendo porem respecto algum e qualidade da pessoa do reu e pouco tempo que he feyto christãao o condenam em dez annos de degredo pera as galees nas quaes serviraa de remeyro e faraa penitencia de tam graves offenssas que cometeo contra nosso senhor e seraa primeiryro beem doctrinado e Instruido nas cousas da fee e que conveem pera sua salvação”²⁸.

Ainda que, escapando ao fogo do braço secular, o réu era condenado a dez anos de serviço como remeiro nas galés, mas com um período anterior ao cumprimento da pena para ser instruído e doutrinado na fé cristã. A confirmação do cumprimento da sanção é para nós até ao momento inexistente, não sendo descabido considerar a hipótese de a pena ter sido atenuada. Não nos parece que para João de Távora a condenação à fogueira fosse tentadora, mas uma jornada de dez anos nas galés não aliviaria certamente as dificuldades que viria a enfrentar pelas culpas de que fora julgado.

²⁷ *Ibid.*

²⁸ *Ibid.*

SODOMITAS

Durante o século XVI e XVII terão sido presas pela Inquisição Portuguesa 350 pessoas acusadas de sodomia, sendo que o número de denunciados corresponderia a quase treze vezes mais do que os que tinham conhecido o cárcere²⁹. Quanto a processos envolvendo estrangeiros, foram julgados pelo menos 27, sendo que neste caso não se apresentam casos que compreendam dois elementos do sexo feminino³⁰.

Em alguns casos são apresentados elementos relativos a tentativas de aliciamento, contando com recurso à força, assim como o *conatus*, que não deixava de ficar registado. Tais são os casos de Micer Fernandes, despenseiro de um tal D. Fulgêncio, que tentara, pela força, ter sexo com ele ou de frei João de Valenzuela, carmelita calçado, de Jerez de la Frontera, acusado de tentar sodomizar um rapaz contra a sua vontade,

*“elle reu o chamou [o rapaz] e tirou por elle estando o dito moço nu e o levou dentro da sua cama nu [...] o qual [réu] tinha a sua natura mui teza e alevantada posta no traseiro do dito moço [...] tapando o traseiro com a sua mão com muita força e empuxões que lhe dava o não desviara”*³¹.

Outros casos demonstram a aceitação de ambas as partes, quer na prática da sodomia perfeita, com homens alterando a sua situação de agentes e pacientes, ou praticando fricção, coito interfemoral ou *fellatio*, conhecidos por *molícies*. O caso de António Torres, entre outros, fornece alguns pormenores relativos à prática. Tendo ido a casa de Vicente Nogueira, cónego na Sé de Lisboa, residente na Casa dos Bicos,

“se pos [António Torres] de bruços na cama e o dito Vicente Nogueira se pose n coma delle e lhe metteo seo membro viril no traseiro e nelle derramou

²⁹ Mott, Luíz - *Meu Menino Lindo: Cartas de Amor de Um Frade Sodomita, Lisboa (1690)*. *Luso-Brazilian Review* p.99.

³⁰ Braga, I. Drumond - *Os estrangeiros e a inquisição portuguesa: séculos XVI e XVII*, Lisboa p. 330.

³¹ *Ibid*, p. 331.

semente e antes disso se tinha elle confitente posto en cima delle d'ilharga e lhe metteo seo membro viril no traseiro e la derramou semente"³².

Estamos já longe de considerar que os relacionamentos homoeróticos fossem em todos os casos de matriz física, sem que houvesse paralelamente uma ligação emocional. A correspondência endereçada a frei Mathias de Mattos, de 40 anos, por frei Francisco da Ilha da Madeira, um jovem corista, analisada por Luiz Mott, é um forte exemplo. Neste caso, o primeiro, a 13 de Setembro de 1690, pede audiência à Mesa do Santo Ofício para descarregar a sua consciência. Declarara que frei Francisco, que conhecera no convento de Belém, lhe tinha escrito a presente correspondência, que entregava à mesa do Santo Ofício, e que lhe tinha pedido para destruir as que lhe mandara. Temendo ser acusado em primeiro lugar, acabaria por se apressar na confissão, referindo que o único contato físico que tiveram fora de *molície*³³. Numa das cartas, o corista declarava:

“Hoje quando fui limpar o coro, cuidei que se achasse la, para poder desabafar contigo, e justamente ver-te, porque so com isso desabafo.

Nao sei o que me tem dado, porque somente ver-te as caras me causa alivio no coracao. Ora, meu caozinho, aqui me tens: mata-me! Estourarei de padecer o que advinho hei de padecer contigo. Bem sei que emprego bem o meu amor em ti, porque conheço que por ti nao hei de cobrar estes amorinhos"³⁴.

A bestialidade ou zoofilia integrou também alguns processos, umas vezes tentada, outras efetivamente concretizadas, nomeadamente com cães e burros. André Sanches, de 31 anos, natural de Zamora, sendo soldado em Angra,

“procurou que hum cão de um soldado dormisse carnalmente com elle declarante lançando-se de bruços e pondo sobresi o ditto cão esfregando-lhe sua natura pera que lha metesse no traseiro o que fez por duas vezes mas o

³² *Ibid*, p. 333.

³³ Mott, Luíz - *Meu Menino Lindo: Cartas de Amor de Um Frade Sodomita, Lisboa (1690)*. *Luso-Brazilian Review* p.100.

³⁴ *Ibid*, p. 104.

*ditto cão lhe fogio” e “hua noute dormindo em hua adega [...] aonde estava a hua burra se pos em sima della metendo-lhe seu membro pelo vazo derramando dentro delle semente”*³⁵.

Muitos eram os fatores que levavam a que os acusados recebessem um variado tipo de reprimendas ou punições que quase na totalidade ficava longe do castigo da fogueira, previsto na legislação civil. O arbítrio dos inquisidores e a qualidade do confitente, o facto de confessar ou ser sujeito a pressões, de ser agente ou paciente, ter realizado ou não a sodomia perfeita, periódica ou sistematicamente, a reincidência, funcionavam como elemento agravante ou abonatório aos implicados nos processos, num momento em que o *Leviathan* era embrião.

Este Trabalho não é senão uma aproximação a uma temática de grande complexidade que envolve fatores de ordem individual, social, política, cultural e religiosa que se referem, mas que exigem aprofundamentos que nos propomos seguir em fases subsequentes de investigação e formação académica.

³⁵ Braga, I. D. - *Os estrangeiros e a inquisição portuguesa: séculos XVI e XVII*, Lisboa p. 337.

FONTES

Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Lisboa, proc. 6018

FONTES PUBLICADAS

Ordenações Manuelinas, Ed. fac-simil. da edição da Real Imprensa da Universidade, de 1797, Lisboa, s.d. Disponível <http://legislacaoregia.parlamento.pt>

Regimento de 1552, Ed. da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro 392 (1996) p.572-614 [Consult. 12 Fev. 2014] disponível em http://www.scribd.com/document_downloads

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BETHENCOURT, Francisco - **História das Inquisições**. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.

BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond - **Os estrangeiros e a inquisição portuguesa: séculos XVI e XVII**. Lisboa: Hugin, 2002.

BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond - **Relações familiares e parafamiliares dos mouriscos portugueses**. *Historia y Geneologia*. S.l. 2 (2012) 201-2013. [consult. 15 Dez. 2013] Disponível em <http://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3858832.pdf>

BRAGA, Paulo Drumond - **As filhas de Safo**. Alfragide: Texto Editores, 2011

BROWN, Peter - *A antiguidade tardia*. ARIÉS, Philippe; DUBY, Georges - **História da vida privada: do Império Romano ao ano mil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 213-284

El-Rouayheb, Khaled - **Before homosexuality in the arab-islamic world, 1500-1800**. Chicago: The University Chicago Press, 2005

FIGUEIREDO, Mário Gomes de - **Pedofilia: aspetos psicossociais e significações**. *Caderno Neder: Violência e Criminalidade*. s.l. 3 (s.d.) 5-15

HESPANHA, A. Manuel - **A história do direito na história social**. Lisboa: Livros horizonte, 1978

HESPANHA, Manuel António - **Justiça e Litigiosidade: história e prospectiva**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993

MEA, Elvira Cunha de Azevedo - **O Santo Ofício Português: da legislação à prática**. In Polónia, A.; Ramos, L. O.; Ribeiro, J. - Estudos em Homenagem a João Francisco Marques. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001. p. 165-174 [Consult. 14 Jan. 2014] Disponível em http://aleph.lettras.up.pt/F?func=find-b&find_code=SYS&request=000188627

MONTEIRO, Alex Silva - A Heresia dos Anjos: A infância na Inquisição portuguesa nos séculos XVI, XVII e XVIII. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2005. Dissertação de pós-graduação em história

MONTEIRO, Débora Xavier - **Crimes sexuais contra crianças**. In Portal dos Psicólogos, p. 7 [consult. 28. Jan. 2014] disponível em <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0640>

MOTT, Luíz - **Meu Menino Lindo: Cartas de Amor de Um Frade Sodomita, Lisboa (1690)**. Luso-Brazilian Review. Winsconsin. 38:2 (2001) 97-115 [Consult. 29 Out. 2013]. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/3513967>

RONCIÈRE, Charles de La - *A vida privada dos notáveis toscanos no limiar da Renascença*. ARIÉS, Philippe; DUBY, Georges - **História da vida privada: da Europa feudal à Renascença**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 166-313

Arthasastra e O Príncipe

Uma análise comparativa das obras

Carla Alexandra Lima Pereira

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

alexandralima356@sapo.pt

Resumo A nossa proposta para a comunicação é uma análise comparativa entre duas obras, separadas temporalmente por cerca de quinze séculos, redigidas em continentes diferentes e para dirigentes específicos. A obra mais antiga é *Arthasastra*, da autoria de Kautilya, do último quartel do século IV a.C., composta na conjuntura espacial do subcontinente indiano.³⁶ A outra obra é *O Príncipe*, redigida por Nicolau Maquiavel, e publicada em 1513, nas terras de Itália.³⁷ Tenta-se perceber, apesar das diferentes cronologias e geografias, se preocupações similares subsistiram, se a política foi percebida da mesma forma, por Kautilya e Maquiavel.

A nossa análise começará com uma breve apresentação da conjuntura da época de cada obra, com referência aos dirigentes na Índia e em Florença, e aos autores das obras em estudo, sem esquecer a intencionalidade das obras. Numa segunda parte efetuar-se-á uma análise de cada obra, com uma reflexão de possíveis problemáticas associadas, uma anotação da estrutura de cada uma, e com um estudo do ponto de vista temático, sem esquecer o modelo ideal que cada autor delineou para o governante. Numa terceira parte, iremos constatar qual foi a aceitação das obras nas suas épocas respetivas e suas implicações.

Abstract Our proposal for the communication is a comparative analysis between two works, separated temporarily for about fifteen centuries, written in different continents and to very specific governors. The more ancient work is *Arthasastra*, of Kautilya, from the last quarter of the fourth century B.C., composed in the territory of Indian subcontinent.³⁸ The other work is *The Prince*, written by Nicolau Maquiavel, and published in 1513, in Italy.³⁹ It is trying to understand, despite the different chronologies and geographies, if similar concerns subsist, if the policy was perceived in the same way, by Kautilya and Maquiavel.

Our analyses will start with a brief presentation of the period juncture of each work, referring the governors in India and Florence, and the studying work authors, without forgetting the work intentions. In a second part it will be performed an analysis of each work, with a reflection about possible associated problematics, a structured note of each one, and with a study from the thematic point of view, without forgetting the ideal model that each author outlined for the governor. In a third part, we will find which was the respective times work acceptance and its implications.

³⁶ Cf. KAUTILYA, *Arthasastra*, tradução de Gérard Chaliand & François Richard, Paris, Éditions du Félin, 1998, pp. 11-12.

³⁷ Cf. MAQUIAVEL, Nicolau, *O Príncipe*, 8ª ed., Lisboa, Guimarães Editores, 1997.

³⁸ Cf. KAUTILYA, *Arthasastra*, translation of Gérard Chaliand & François Richard, Paris, Éditions du Félin, 1998, pp. 11-12.

³⁹ Cf. MAQUIAVEL, Nicolau, *O Príncipe*, 8ª ed., Lisboa, Guimarães Editores, 1997.

UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS OBRAS

O nosso trabalho é uma abordagem comparativa entre duas obras, o *Arthasastra* ou ciência política, uma obra da autoria de Kautilya, do último quartel do século IV a.C., composta na conjuntura espacial do subcontinente indiano, e a outra obra é *O Príncipe*, redigida por Nicolau Maquiavel, em 1513, nas terras de Itália.⁴⁰ Apesar destas duas obras serem o objeto do nosso estudo, não deixaremos de complementar o trabalho com estudos historiográficos que nos ajudarão a obter uma visão mais abrangente de cada peça, no seu tempo.

A nossa análise está dividida em três partes. Iniciamos com o estudo das conjunturas inerentes a cada obra, passando pelo estudo de cada uma delas, e acabando pela constatação da aceitação de cada obra no seu tempo. Também queremos perceber, se em diferentes cronologias e geografias, preocupações similares subsistiram. Se a política foi percecionada da mesma forma por Kautilya e Maquiavel.

CONJUNTURAS INERENTES À ÉPOCA DE CADA OBRA

A análise deste ponto reporta-se à conjuntura inerente a cada obra, com os seus dirigentes, e um apontamento sobre a datação e autoria das obras, sem esquecer o propósito das obras, antes de prosseguirmos para a carreira dos seus autores.

Seguindo a linha do pensamento filosófico da Índia antiga, são conhecidos dois períodos de excepcional fertilidade: o período védico e o período dito épico.⁴¹ Foi durante a época dita épica, (desde o século VII/VI a.C.

⁴⁰ Cf. KAUTILYA, *Arthasastra*, tradução de Gérard Chaliand & François Richard, Paris, Éditions du Félin, 1998, pp. 11-12. Usaremos ao longo da nossa análise a denominação francesa da obra, ou seja, *Arthasastra*, por questões de coerência, mesmo com a evocação a estudos de língua inglesa. Todavia, na versão inglesa a obra é denominada *Arthashastra*. Cf. MAQUIAVEL, Nicolau, *O Príncipe*, 8ª ed., Lisboa, Guimaraes Editores, 1997.

⁴¹ O período védico (desde o século XV a.C. ao século VII a.C.) abrangeu algum tempo precedente às incursões dos Indo-europeus no Norte da Índia, as próprias incursões e a apresentação dos *Veda* e dos *Upanishad*. Cf. KAUTILYA, *Op. Cit.*, p. 11. O *Veda* significa «Saber» ou «Revelação», e apresentou-se inicialmente como Palavra Sagrada. Do ponto de vista filosófico-religioso reflete as concepções religiosas dos arianos ou Indo-europeus, os primeiros conquistadores do subcontinente indiano, assim como as concepções desenvolvidas na planície indo-gangética no tempo seguinte. O *Veda* divide-se em quatro categorias de textos, com uma ordem cronológica, mas por vezes com sobreposição. Na primeira categoria

ao século III d.C.) que correspondeu à aparição de duas correntes religiosas, a budista e a jainista e de obras monumentais como o *Mahâbhârata* e o *Râmâyana*, que surgiu o *Arthasastra*, no âmbito dos tratados filosóficos e éticos sobre a conduta da vida.⁴²

temos os *samhitâ* ou «colectâneas», que se formaram entre os séculos XV e X a.C., e são quatro: o *Rg-Veda* ou «Veda das estrofes»; o *Yajur-Veda* ou «Veda das fórmulas sacrificiais»; o *Sâma-Veda* ou «Veda das melodias sacrificiais»; e o *Atharva-Veda*, com encantamentos e fórmulas mágicas. A segunda categoria é composta pelos *Brâhmana* ou «Glosas Bramânicas», escritos em prosa, com descrição dos tipos de sacrifício e explicação do mecanismo retributivo. A categoria seguinte é dos *Âranyaka* ou «Textos da Floresta», “porque os elementos de magia que neles se contêm tornariam o respetivo estudo «perigoso» no seio do espaço civilizado das cidades e das aldeias.” A quarta categoria é das *Upanisad*, (por volta dos séculos IX e IV a.C.) considerado como “um sistema de correspondências termo a termo entre as componentes da pessoa humana, os elementos do sacrifício e as estruturas do universo físico.” O *Veda* é atualmente o primeiro *corpus* de textos do hinduísmo, uma religião que se baseia em vários *corpus* de textos, considerados como emanados, “do absoluto divino que se comunica livremente ao homem.” Cf. HULIN Michel & Lakshmi Kapani, «O Hinduísmo», in *As Grandes Religiões do Mundo*, dir. Jean Delumeau, 3ª ed., Lisboa, Editorial Presença, 2002, pp. 339-340.

⁴² Cf. KAUTILYA, *Op. Cit.*, pp. 11-12. O *Mahâbhârata* e o *Râmâyana* são duas epopeias da Índia, e fazem parte do segundo *corpus* de textos do hinduísmo denominado *Smrti* ou «Tradição Confiada à Memória». As epopeias expõem o *dharma* (ou ordem universal) e os seus problemas, “através de uma grande diversidade de situações humanas e em que contêm igualmente (sobretudo o *Mahâbhârata*) numerosas passagens que expõem diretamente certos ensinamentos religiosos.” Cf. HULIN, Michel & Lakshmi Kapani, «O Hinduísmo»..., pp. 340-341. Na perspectiva de Jean-Noël Robert, “o budismo é a mais inapreensível das religiões universais.” Uma religião sem língua sagrada comum, sem uma autoridade geral, sem dogmas claramente formulados e obrigatórios, e a sua forma de implantação difere de um país para outro. Porém, é assente que o fundador foi Buda Śākyamuni, cujo nome inicial era Gautama Siddhârta («No objectivo realizado»), e terá vivido por volta de 566 a 486 a.C. A palavra buda significa «despertado», «desabrochado», é “aquele que percorreu plenamente uma carreira balizada desde uma imemorial antiguidade, cujas «oito etapas» são os principais pontos de referência.” Siddhârta compreendeu a natureza do mundo e a forma como se libertar dele. O objetivo desta prática religiosa e da reflexão filosófica era a libertação (*vimoksa*) de um ciclo, do qual o ser humano era prisioneiro, por causa dos atos (*karma*) de que era responsável, bons ou maus e que orientavam os seus renascimentos. Pois acreditavam na existência, como um mero episódio de uma série (*samsâra*) de nascimentos e mortes, quase eterno. Concebia-se a libertação como uma reunião do Eu individual (*âtman*) e do Princípio absoluto (*brahman*). Buda acreditava na existência de uma ordem que sustentava o mundo a todos os graus, o *dharma*. O *dharma* é considerado em simultâneo, a realidade em si mesma, o discurso sobre a realidade, “os elementos da realidade fenoménica a superar e o comportamento a seguir para atingir essa superação.” Buda aceitava igualmente a representação dos mundos humanos e divinos da cosmogonia indiana, mas sem a revelação védica. Cf. ROBERT, Jean-Noël «O Budismo: História e Fundamentos», in *As Grandes Religiões do Mundo*, dir. Jean Delumeau, 3ª ed., Lisboa, Editorial Presença, 2002, pp. 429-430, 432-433, 436-438.

O jainismo ou jinismo é uma religião que se estabeleceu em solo indiano, com um fundador chamado Jina ou «Vencedor (do mundo)». Este mesmo Jina era também chamado de Mahāvira ou «Grande Herói», que viveu por volta de 540 a 470 a.C. Um contemporâneo de Buda, com uma vivência de luxo e prazeres similar a este, e tal como ele abandonou tudo e tornou-se “um mendigo religioso errante”. Pensa-se que os dois mestres nunca se encontraram apesar de ambos terem pregado no Bihar, na região entre o curso inferior do Ganges e os Himalaias, mais precisamente. O Jina apenas sistematizou um ensino já conhecido, e é apresentado como o último de vinte e quatro *tîrthamkara*, ou «fazedores de vau». Os fundamentos da doutrina estão redigidos numa coleção de textos sagrados, o Cânone jaina, como uma

Quanto à datação da obra, não há certezas, o arco temporal varia entre o século IV a.C. e o século IV d.C. Nos dias de hoje, aceita-se a formulação da obra em torno do primeiro século, ou seja, uma obra com cerca de dois mil anos.⁴³ Porém, Boesche refere que esta obra terá sido escrita por volta de 300 a.C.⁴⁴

Tradicionalmente considera-se este tratado como tendo sido obra de Kautilya, o ministro e conselheiro do primeiro imperador da dinastia Maurya, Chandragupta, que reinou no último quartel do século IV a.C., um contemporâneo de Alexandre Magno.⁴⁵ Segundo Murphey, o texto do *Arthasastra* que chegou aos nossos dias terá sido composto por várias figuras ao longo dos séculos após o tempo de Kautilya, mesmo tendo sido este o autor do original perdido.⁴⁶ Ao escrever o *Arthasastra*, Kautilya teria como objetivo, mostrar a um rei sensato, como derrotar os seus inimigos e governar em nome de um bem comum.⁴⁷

Na opinião de Boesche, Kautilya foi o principal conselheiro do soberano Chandragupta Maurya, o primeiro unificador do subcontinente indiano, depois

transcrição direta do ensino oral do Jina. As doutrinas jaina e budista assumiram-se como reação contra o ritualismo bramânico, e à atribuição de um significado religioso à organização da casta. O jainismo afirma a materialidade da alma e considera que tudo no universo é dotado de sensibilidade. Esta religião está assente na busca da libertação pela via da força (*nirjarâ*), ou seja, visa a eliminação do *karman*, (“uma subtil forma de matéria que vem (...) infiltrar-se na alma, nela suscitando conflito (...)”) já ingerido, e a criação de uma barreira (*samvara*) contra a entrada de novo *karman*. Cf. HULIN, Michel «O Jainismo (Jainismo)», in *As Grandes Religiões do Mundo*, dir. Jean Delumeau, 3ª ed., Lisboa, Editorial Presença, 2002, pp. 413-414.

⁴³ Cf. KAUTILYA, *Op. Cit.*, p. 12.

⁴⁴ Cf. BOESCHE, Roger, “Kautilya's "Arthasāstra" on War and Diplomacy in Ancient India”, *The Journal of Military History*, vol. 67, nº 1, 2003, (<http://www.jstor.org/stable/3093167>, consultado a 09/11/2012), p. 9.

⁴⁵ Cf. KAUTILYA, *Op. Cit.*, p. 12. Também na obra de Rhoads Murphey é atribuída a autoria de *Arthasastra* a Kautilya, o primeiro-ministro de Chandragupta. Chandragupta começou por controlar as planícies do Indo e do Ganges e o Noroeste, com a aquisição de províncias, que atualmente são parte integrante do Afeganistão. Controlou todo o Hindustão e a maior parte do Noroeste, com capital em Pataliputra, no Ganges. A Chandragupta sucedeu Bindusara, seu filho, (em c. 293-268 a.C.) que lançou uma campanha no Decão, para aumentar o controlo Maurya no Sul da península até Mysore. Após a morte do filho sucedeu o neto, Ashoka (c. 268-232 a.C.). Cf. THAPAR, Romila, *A History of India*, volume I, Londres, Penguin Books, 1999, pp. 70-71. Cf. MURPHEY, Rhoads, *A History of Asia*, 6ª ed., New Jersey, Pearson Prentice Hall, 2009, pp. 75-77. Cf. Roger Boesche, *Op. Cit.*, p. 12.

⁴⁶ Cf. MURPHEY, Rhoads, *Op. Cit.*, p. 76.

⁴⁷ Cf. BOESCHE, Roger, *Op. Cit.*, p. 10.

de derrotar os reis Nanda e ter travado o avanço dos sucessores de Alexandre Magno.⁴⁸

Kautilya, que ficou também conhecido como Canakya e Vishnugupta, terá tido um papel nesta conjuntura, ou seja, terá ajudado a derrotar a dinastia Nanda, e a instalar Chandragupta Maurya como rei de Magadha no Norte da Índia.⁴⁹ Além de conselheiro do rei Chandragupta, que governou o Norte da Índia de c. 322 a 298 a.C., também aconselhou o rei Bindusara, filho e sucessor do fundador do império Maurya.⁵⁰

Agora façamos um salto geográfico e temporal até à Florença do Movimento Renascentista.⁵¹

⁴⁸ Kautilya é por vezes também chamado de Chanceler, algo similar a Bismarck. Cf. *Idem*, *Ibidem*, pp. 9-10.

Chandragupta Maurya terá começado por conquistar o reino de Nanda, em 321 a.C., situado em Magadha, no centro do vale do Ganges. Na campanha de 305 a 303 a.C., contra Seleuco Nicator, adquiriu as províncias do atual Afeganistão. Cf. THAPAR, Romila *Op. Cit.*, pp. 70-71. Alexandre Magno (nasceu a 356 a.C. e morreu a 323 a.C.) foi rei, faraó e imperador entre 336 e 323 a.C., depois de ter herdado de seu pai, Filipe II, o seu reino da Macedónia, com o seu exército e seus recursos. Depois de ter consolidado a sua autoridade, após o assassinato de seu pai, iniciou a campanha militar de conquista do império persa em 334 a.C. Em 327 a.C. atravessou o Hindu Kush, a passagem de Khyber e irrompeu pelo Noroeste do subcontinente indiano. Encontrou uma Índia com vários estados rivais, e acabou por derrotar alguns deles no vale do Indo e no Punjab. Depois de descer e o rio Indo e alcançar o seu delta, no verão de 325 a.C., retorna a Babilónia pelo deserto de Gedrósia. Após a sua morte, a 10 de Junho de 323 a.C., na cidade da Babilónia, os seus generais iniciaram a disputa pela herança deixada por Alexandre, lançando o caos mundial. Os dois líderes inatos foram Perdicas na Ásia, que tinha consigo o filho de Alexandre Magno (nascido após a morte de seu pai), e Antípatro, (havia sido general de Filipe II) na Europa. A coroa da Macedónia passou para um meio-irmão de Alexandre e o filho deste. Os restantes generais tornaram-se senhores locais, com a seguinte distribuição: Ptolomeu no Egípto; Antígono na Frígia; Lisímaco na Trácia; e Seleuco Nicator na Babilónia. Contudo, esta divisão acabou por levar a uma série de disputas e conquistas de uns sobre outros. Cf. MURPHEY, Rhoads *Op. Cit.*, p. 74-75. Cf. BOSWORTH, A. B., *Conquest and Empire: The Reign of Alexander the Great*, Cambridge, Cambridge University Press, 2001, pp. 5-6, 35, 119-142. Cf. WOOD, Michael, *In the Footsteps of Alexander the Great*, London, BBC Worldwide Limited, 2001, pp. 36, 170-207, 239. Cf. LEVI, Peter, *Grécia: Berço do Ocidente*, s.l., Círculo de Leitores, («Coleção Grandes Culturas e Civilizações»), 1991, p. 181.

⁴⁹ Cf. THANAWALA, Kishor, “Kautilya's Arthashastra: a neglected work in the history of economic thought”, in *Ancient economic thought*, vol. I, Londres & Nova Iorque, B. B. Price, 1997, pp. 43-44.

⁵⁰ Cf. BOESCHE, Roger, *Op. Cit.*, p. 12. Cf. THANAWALA, Kishor, *Op. Cit.*, p. 43.

⁵¹ O Renascimento, como “uma idade de ouro da cultura e criatividade”, é uma imagem de meados do século XIX, sobretudo graças a Jules Michelet (historiador francês) e a Jacob Burckhardt (académico suíço). Este último na obra, *Civilisation of the Renaissance in Italy*, definiu o período em dois conceitos: o individualismo e modernidade. Segundo Burke, Burckhardt apresentou uma descrição enganadora do Renascimento. Aceitou os juízos e autoimagens de académicos e artistas da época, mas que se revelaram enganadoras. O Movimento Renascentista é definido por Burke, que considera preferível atribuir a este período de 1300-1600, uma dimensão coletiva, e uma observação como um todo. Um dos traços característicos do movimento foi a tentativa de reavivar, de imitar a Antiguidade. Mas existiram outros traços característicos. Burke ainda refere que a metáfora do renascimento

Florença era uma cidade-Estado, isto é, um dos cinco principais centros do poder do território italiano, nos séculos XV e XVI.⁵² Na segunda metade do século XV, Florença já era um centro artístico de primeira posição. Com famílias florentinas, poderosas e ricas, como os Médicis, os Strozzi e outros, a serem mecenas de intelectuais e artistas, que investiam em obras de arte e enchiam a cidade com palácios particulares.⁵³

Na opinião de Gaille-Nikodimov, o pensamento de Maquiavel foi influenciado por este desenvolvimento artístico e humanista em Florença. Neste período, artistas, escritores e pensadores políticos, estabeleceram uma identidade e um projeto sobretudo cultural, o renascimento, visto como renovação e redescoberta da Antiguidade, que procuraram imitar, em várias áreas e por vários meios.⁵⁴ Enquanto os homens das letras redescobriam as obras antigas, dos gregos e romanos, também os pensadores políticos recorriam à antiga herança, e Maquiavel não foi exceção.⁵⁵ Maquiavel foi contemporâneo de Thomas More, de Lutero, Rabelais, mas também de Erasmo, Miguel Ângelo e Leonardo da Vinci.⁵⁶

Neste ambiente decorreu a redação da obra *De Principatibus*, conhecido como *Il Príncipe (O Príncipe)*, em finais de 1513, por Maquiavel.

era usualmente aplicada, “não às artes mas à *bonae litterae*, as “boas letras” ou, por outras palavras, língua, literatura e instrução.” Deverá ser entendida a referência a Renascimento, ao longo do trabalho, segundo a perspectiva de Burke. Cf. BURKE, Peter, *O Renascimento*, Lisboa, Edições Texto & Grafia, 2008, pp. 9, 12, 17, 22-23.

⁵² Os outros poderes eram: Veneza, ducado de Milão; Estados Pontifícios e o reino de Nápoles. Cf. GAILLE-NIKODIMOV, Marie, *Maquiavel*, Lisboa, Edições 70, 2008, pp. 23.

⁵³ Existem outras famílias que contribuíram para o mecenato e/ou construção dos palácios. O caso dos Spinis, Tornabuonis, Rucellai, Portinaris e os Pittis. Cf. *Idem, Ibidem*, pp. 26-27.

⁵⁴ Cf. *Idem, Ibidem*, pp. 27-28. A palavra humanismo tem diferentes significados. Começou por se usar na Alemanha, no início do século XIX, para denominar a tradicional educação clássica. A origem da palavra remonta ao século XV, em referência ao “professor universitário de “humanidades”, os *studia humanitatis*.” A expressão descrevia um programa académico composto por cinco disciplinas: Gramática, Retórica, Poesia, Ética e História. Os princípios básicos dos humanistas, explícitos no tratado do século XVI, do francês Charles de Bouelles, viam a humanidade perfectível, mas apenas os humanistas eram verdadeiramente humanos. Também consideravam a vida contemplativa ou o estudo, como superior à vida ativa, mas esta questão não gerou consenso. Um dos conceitos-chave dos humanistas era o da imitação. Porém, não seria tanto da natureza, mas dos grandes artistas e escritores. O objetivo era assimilar o modelo, apropriar-se dele, para o igualar ou ultrapassar. Cf. BURKE, Peter, *Op. Cit.*, p. 17, 25-27, 32-33.

⁵⁵ Cf. GAILLE-NIKODIMOV, Marie, *Op. Cit.*, p. 28.

⁵⁶ Erasmo (1469-1536); Miguel Ângelo (1475-1564) e Leonardo da Vinci (1452-1519). Cf. MOUNIN, Georges, *Maquiavel*, Porto, Edições 70, 1984, p. 9.

Segundo as conclusões de Federico Chabod, é possível que se tenha prolongado esta composição pelos inícios de 1514.⁵⁷

A obra “insere-se na tradição literária da tratadística consagrada à formação do governante e à governação”.⁵⁸ São feitas considerações acerca dos vários tipos de Principado e das questões da governação, que culminam na descrição do perfil do homem de poder.⁵⁹

Maquiavel dedicou a obra a Lourenço de Médicis, filho de Pedro de Médicis.⁶⁰ Segundo Mounin, Maquiavel esperava que a obra convencesse os Médicis da sua capacidade política e o retirassem do exílio a que o votaram. Perante esta realidade, houve quem visse nesta obra, como “«uma petição para obter um lugar»”.⁶¹

O texto da dedicatória a Lorenzo de Médicis, não o apresenta como exemplo, que inspirou o retrato do Príncipe descrito, subvertendo as normas padrão da época.⁶² Maquiavel encaminhou a atenção de Lorenzo para o livro e para si mesmo, o autor, e para as condições em que se encontrava, pois desejava ser novamente integrado na administração governativa, mas não o levou a uma atitude subserviente. O que ofereceu, foram os seus conhecimentos adquiridos com a sua longa experiência.⁶³

Na opinião de Marnoto, não se pode conceber a redação da obra e a dedicatória apenas em função do jogo de interesses, gerido pelo autor, Maquiavel, de maneira mais ou menos oportunista.⁶⁴

⁵⁷ Existe uma carta de Maquiavel, o autor, ao amigo Francesco Vettori, a relatar a composição da obra. Federico Chabod é citado por Rita Marnoto, no capítulo citado. Cf. MARNOTO, Rita, «*Il Príncipe ou De Principatibus de Niccolò Machiavelli: O Príncipe novo que parece antigo*», in *O retrato literário e a biografia como estratégia de teorização política*, coord. A. Pérez Jiménez, José Ferreira & M. do Céu Fialho, Coimbra & Málaga, Imprensa da Universidade de Coimbra & Universidad de Málaga, 2004, p. 159.

⁵⁸ Cf. *Idem, Ibidem*, p. 165.

⁵⁹ Cf. *Idem, Ibidem*, p. 167.

⁶⁰ Cf. MAQUIAVEL, Nicolau, *Op. Cit.*, pp. 9-10. Lourenço de Médicis obteve o poder das mãos de João de Médicis, o que foi eleito Papa Leão X. Depois confiou o governo de Florença a seu irmão, Juliano. Mas em 1513, por causa da pouca apetência do irmão para a governação, entregou o poder ao seu sobrinho, Lourenço de Médicis. O Papa diz-lhe que “a política dos Médicis é uma política de pessoas mais do que de instituições.” Cf. GAILLE-NIKODIMOV, Marie, *Op. Cit.*, pp. 118-119.

⁶¹ Cf. MOUNIN, Georges, *Op. Cit.*, p. 16.

⁶² Cf. MARNOTO, Rita, *Op. Cit.*, p. 169.

⁶³ Cf. *Idem, Ibidem*, pp. 169-170.

⁶⁴ Cf. *Idem, Ibidem*, p. 168.

Para melhor se compreender as razões da obra e sua dedicatória, é essencial perceber o seu autor, cuja vida se funde a certa altura, com a República de Florença.

Nicolau Maquiavel era oriundo de uma família com passado político em Florença. Aquando do seu nascimento, em 1469, não pertencia a uma poderosa família da aristocracia.”⁶⁵

Maquiavel cresceu no cenário das guerras de Itália, com incursão de Carlos VIII, visto mais como um libertador do que invasor, tendo por aliado o duque de Milão. Mas também assistiu ao êxito de Savonarola, que ocupou um lugar de destaque na República a partir de 1494.⁶⁶

Em 1498 Maquiavel obteve um alto cargo, o de Secretário da Segunda Chancelaria florentina, e no mesmo ano Savonarola foi condenado à fogueira. Ao longo de 15 anos desdobrou-se em tarefas relacionadas com a orgânica burocrática da República, com a organização militar e diplomática, ou seja, teve também responsabilidades relacionadas com a Primeira Chancelaria e com o secretariado dos Dez. Fez várias deslocações a França, Alemanha, e liderou missões ao Papa e a Cesare Bórgia.⁶⁷ No ano de 1512, ocorreu o saque de Prato, que ditou o regresso dos Médicis ao governo, e foi o fim da sua carreira na

⁶⁵ Nasceu a 04 de Maio de 1469, em Florença. Seus pais eram Bernardo Machiavelli e Bartolomea d’Nelli. Os seus antepassados eram nobres gibelinos, aquando da sua chegada a Florença, vindos do castelo de Montespertoli, (situado no Val di Pesa). Tornaram-se guelfos e assimilaram ofícios urbanos. Vários membros da família exerceram cargos públicos. Seu pai foi jurista e recebeu o título de “«senhor»”. Os rendimentos da família eram obtidos maioritariamente da terra, e seu pai conseguiu aumentar o património. A sua educação foi média, com aprendizagem da gramática e das letras latinas, e também da matemática aplicada à contabilidade. Não ingressou na universidade, e também não recebeu lições privadas de filologia e filosofia, nem tão pouco aprendeu a ler grego, que esteve em voga até 1520. Foi a educação que os pais puderam oferecer. Na opinião de Gaille-Nikodimov, esta educação poderá explicar a reputação que tinha de homem pouco culto, junto de alguns seus contemporâneos. Casou em 1501 com Marietta Corsini, oriunda de uma família influente. Neste mesmo ano, de 1501, foi quando se terá encontrado pela primeira vez com Cesare Borgia. Acabou por morrer a 20 de Junho de 1527. Cf. GAILLE-NIKODIMOV, Marie, *Op. Cit.*, pp. 19-20, 22, 29-30, 78, 182. Cf. MOUNIN, Georges, *Op. Cit.*, pp. 18-19.

⁶⁶ Cf. GAILLE-NIKODIMOV, Marie, *Op. Cit.*, pp. 48, 62. Gerolamo Savonarola foi um frade dominicano, que chegou a Florença em 1480. Criticou a corrupção dos costumes, e a atuação dos Médicis. Cf. MARNOTO, Rita, *Op. Cit.*, p. 160.

⁶⁷ De 1434 a 1494 Florença havia sido governada pelos Médicis, por um aparente regime representativo. Com a sua deposição, instaurou-se uma República, que refletia interesses cívicos mais amplos da classe média, nas palavras de Marnoto. Cf. MARNOTO, Rita, *Op. Cit.*, pp. 161, 171. A administração central era a Primeira Chancelaria. A Segunda Chancelaria, no tempo de Maquiavel, tinha poderes delegados que se estendiam aos Ministérios da Guerra, do Interior e dos Negócios Estrangeiros. Segundo Mounin, o Secretário deve ser encarado como chefe de gabinete, como se fosse um diretor dos serviços. Cf. MOUNIN, Georges, *Op. Cit.*, p. 13. Cf. GAILLE-NIKODIMOV, Marie, *Op. Cit.*, pp. 182-183.

chancelaria de Florença. No ano de 1513 foi quando se tornou um escritor político, estava ele desempregado e só, em San Casciano.⁶⁸

Na óptica de Ricciardi, a obra de Maquiavel deve ser vista numa conjuntura em que “«se fundavam e se destruíam repúblicas e principados»», em que Maquiavel dizia estar “consciente de que «encontrar novos métodos e sistemas é tão perigoso quanto a descoberta de terras e mares desconhecidos»”.⁶⁹

ANÁLISE DE CADA OBRA

Neste segundo ponto, iremos refletir sobre as possíveis problemáticas associadas a cada obra, com uma anotação da estrutura de cada uma, e um estudo do ponto de vista temático, sem esquecer o modelo ideal que cada autor delineou para o governante.

Uma das questões que consideramos relevante mencionar, é sobre a tradução da obra *Arthashastra*. Para cumprimento do prazo estabelecido para a realização deste trabalho, recorreremos a uma obra traduzida para francês, e que nos foi emprestada. Esta tradução não partiu do original, mas de uma tradução existente em inglês.⁷⁰ Segundo Chaliand, um dos autores da tradução, chama a atenção para a questão da obra não estar traduzida na íntegra, ou seja, apenas foi traduzida a parte que considerou fundamental na área política.⁷¹ Chaliand justifica esta escolha, por ver no *Arthashastra* o momento da nascença da política, tal como atribui a Sun Zi, (ou Sun Tzu) a responsabilidade pela emergência da estratégia.⁷²

⁶⁸ Outras das obras que escreveu foram: *Dicursos Sobre a Primeira Década de Tito-Lívio; A Arte da Guerra; Memoriale a Raffaello Girolami* entre outras. Cf. GAILLE-NIKODIMOV, Marie, *Op. Cit.*, pp. 91, 125, 186-188. Cf. MOUNIN, Georges, *Op. Cit.*, p. 16.

⁶⁹ Cf. RICCIARDI, Maurizio, “A república antes do Estado: Nicolau Maquiavel no limiar do discurso político moderno”, in *O poder: história da filosofia política moderna*, org. Giuseppe Duso, Petrópolis, Editora Vozes, 2005, p. 37.

⁷⁰ A obra que procuramos, mas até ao momento ainda aguardamos resposta é a seguinte: Kautilya, *Arthashastra*, s.l., Penguin Classics, 2000. Esta obra é uma tradução de toda a obra para a língua inglesa. Cf. Kautilya, *The Arthashastra* 1st Edition Flipkart (<http://www.flipkart.com/kautilya-arthashastra-1st/p/itmcyrbdavduh69>, consultado a 23/10/2012); Cf. *Arthashastra* - Kautilya - Bertrand livreiros (<http://www.bertrand.pt/ficha/arthashastra?id=1556504>, consultado a 23/10/2012).

⁷¹ Cf. KAUTILYA, *Op. Cit.*, p. 12.

⁷² Cf. KAUTILYA, *Op. Cit.*, p. 12. Deduzimos que a obra a que se referem, escrita por Sun Tzu é *A Arte da Guerra*.

Apesar de não termos a totalidade da obra, faremos uma análise na ótica política, económica e militar, com recurso a artigos complementares, sem esquecer de apresentar o modelo de rei, defendido por Kautilya.⁷³ Mas dada a dimensão da obra e do trabalho, apenas iremos mencionar alguns princípios das temáticas a analisar. Todavia, a análise destas temáticas também será aplicada à obra de Maquiavel, com exceção da economia.

Do ponto de vista formal, a peça *Arthashastra*, que no original foi escrita em sânscrito, é composta por quinze livros, e para cada livro há um tema intrínseco. Cada livro, por sua vez, encontra-se dividido em capítulos relativos ao tema tratado.⁷⁴

Segundo Chaliand, *Arthashastra* é um testemunho do poder e da originalidade do pensamento político indiano. Um tratado sobre o Estado, o poder e o uso da força.⁷⁵ Na perspectiva do mesmo autor, o tratado de Kautilya pode ser visto como maquiavélico, ou seja, salvaguardando a questão do anacronismo, o discurso indiano pode ser apreciado como antecedente à reflexão de Maquiavel, em cerca de quinze séculos.⁷⁶ Também Max Weber reconheceu nesta obra o maquiavelismo, mas afirmou que este maquiavelismo era radical, no sentido popular da palavra, e quando comparado à obra *O Príncipe* de Maquiavel, este último era inofensivo.⁷⁷

⁷³ A tradução francesa tem integralmente o livro VII, das relações interestaduais. Também tem partes de outros livros como: o livro X sobre a guerra; o livro XII acerca da conduta de um rei menor; e o livro XIII sobre a forma de apreender um forte, mas estes três têm alguns cortes. Cf. *Idem, Ibidem*, pp. 12-13, 109-115.

⁷⁴ O livro I é sobre o rei, os seus deveres e sua aprendizagem. A escolha dos ministros e as tarefas das reuniões do Conselho. O livro II é sobre o papel económico do Estado, as taxas e impostos. Sobre as minas, manufaturas, comércio e o papel dos administradores. O livro III é acerca das leis e regulamentos que dizem respeito à organização jurídica da sociedade. O livro IV refere-se às punições dos delitos e dos crimes. O livro V refere-se ao compromisso de acompanhar o Estado. O livro VI menciona os círculos dos reis, dos estados soberanos. O livro VII menciona as relações interestaduais. O livro VIII diz-nos o que fazer perante calamidades. O livro IX refere os preparativos nas hostilidades, e o livro X é sobre a guerra. O livro XI menciona as causas de dissensões. O livro XII refere a conduta de um rei menor. O livro XIII trata sobre a forma como apreender um forte. O livro XIV diz respeito às práticas secretas e o livro XV é sobre o conhecimento. Cf. *Idem, Ibidem*, pp. 12-13, 109-115. Cf. MODELSKI, George, "Kautilya: Foreign Policy and International System in the Ancient Hindu World", *The American Political Science Review*, vol. 58, nº 3, 1964, (<http://www.jstor.org/stable/1953131>, consultado a 11/11/2012), p. 549.

⁷⁵ Cf. KAUTILYA, *Op. Cit.*, p. 11.

⁷⁶ Cf. *Idem, Ibidem*, p. 11.

⁷⁷ Max Weber é citado por Roger Boesche, o artigo mencionado. Cf. BOESCHE, Roger, *Op. Cit.*, p. 9.

A obra trata dos problemas e dos mecanismos de poder, das regras de comportamento do rei, visto como um conquistador, além de instituir a teoria.⁷⁸ Para Kautilya, o soberano deveria ser o conquistar do mundo, isto é, conquistar o que os indianos consideravam como as fronteiras naturais da Índia, desde os Himalaias até ao Sul, atingindo o oceano Índico, e do mar Arábico até à Baía do Bengala.⁷⁹ A conquista para Kautilya, não era injusta. Um rei que exercesse as suas funções, governasse de acordo com a lei, aplicasse justas punições, com uso de uma lei igual para amigos e inimigos, e protegesse os seus súbditos, podia conquistar toda a terra.⁸⁰

Segundo Chaliand, as qualidades do rei conquistador foram descritas com precisão por Kautilya, na obra em estudo. Considerava que um monarca deveria ter eloquência, audácia, uma inteligência ousada e segura, ter autodomínio, sem vícios, e com capacidade de distribuir castigos e recompensas com equidade. Também deveria ter capacidade de julgar entre o que é melhor, a paz ou a guerra, de modo a perceber as debilidades do inimigo, entre outras características.⁸¹

Acreditamos que a conjuntura política que envolveu Chandragupta acabou por estimular este ideal de rei conquistador. Apesar de não termos conseguido apurar com mais exatidão a influência de Kautilya sobre Chandragupta, antes do início do ciclo de conquistas, mas não seria de todo impossível ver Kautilya como o mentor e o teórico desta nova dinastia, mesmo antes de se saber o que o futuro lhes reservava.

Além de conquistador, o *Arthasastra* estabeleceu os deveres do soberano para com os seus súbditos, que deveria envolver-se em diferentes tipos de atividades, não só na área da proteção ou defesa, mas também na esfera do bem-estar de seu povo. Mas a proteção do povo e propriedade, implicou a manutenção de uma força policial equipada e um exército.⁸²

O próprio título da obra tem uma dimensão programática. Ao decompor a palavra *Arthasastra*, constata-se que *Artha* significa

⁷⁸ Cf. KAUTILYA, *Op. Cit.*, p. 11.

⁷⁹ Cf. BOESCHE, Roger, *Op. Cit.*, p. 17.

⁸⁰ Cf. *Idem, Ibidem*, p. 16.

⁸¹ Cf. KAUTILYA, *Op. Cit.*, p. 13.

⁸² Cf. THANAWALA, Kishor, *Op. Cit.*, p. 52. Para lá de proteger o reino, o rei ao socorrer-se da ciência de Kautilya poderia trazer para ele e para os seus súbditos, os três bens da vida: os prazeres, o ganho material e o bem espiritual. Cf. BOESCHE, Roger, *Op. Cit.*, p. 16.

prosperidade e a sua demanda, sobretudo material, tendo para o Estado o sentido da aquisição e conservação de riqueza e poder.⁸³

Segundo Thanawala, a palavra *Artha*, no sânscrito, significa riqueza/prosperidade, e *Sastra* significa ciência.⁸⁴ O *Artha* ou prosperidade é um dos quatro objetivos do empenho humano, prescrito na tradição Hindu, juntamente com o *Dharma* (comportamento moral), *Kama* (prazeres mundanos) e *Moksha* (salvação).⁸⁵ Para Louis Dumont, *Artha* diz respeito à política.⁸⁶

Na opinião de Thanawala, o conceito de *Arthasastra*, isto é, ciência da riqueza, era uma das quatro ciências sobre as quais assentava os negócios da governação, e estava intimamente relacionada com a ciência política.⁸⁷

Boesche refere-se a *Arthasastra* como uma obra de ciência política, pois o intuito era de ensinar o rei sobre a forma de governar, com conselhos de variadíssima ordem.⁸⁸

A obra de Kautilya pode ser vista em duas vertentes. Uma, sobre as políticas internas e a segunda, menos referida pelos estudiosos, relativa às questões da guerra e diplomacia.⁸⁹ Zimmer refere que a obra tem leis intemporais de política, economia, diplomacia e guerra.⁹⁰

Na perspectiva de Boesche, Kautilya acreditava que a ciência tinha por objetivo o poder, e que era no poder que residia a força, nomeadamente, a força para mudar o espírito.⁹¹

Segundo Boesche, Kautilya via a sua obra como a maior arma que um rei podia ter, e a ciência política era mais importante que a riqueza, exércitos ou conquistas, porque era o instrumento para atingir estes.⁹²

⁸³ Cf. KAUTILYA, *Op. Cit.*, p. 12.

⁸⁴ Cf. THANAWALA, Kishor, *Op. Cit.*, p. 43.

⁸⁵ Cf. *Idem, Ibidem*, p. 43.

⁸⁶ O autor é citado na nota de rodapé da obra *Arthasastra*. Cf. KAUTILYA, *Op. Cit.*, p. 11.

⁸⁷ Cf. THANAWALA, Kishor, *Op. Cit.*, p. 56.

⁸⁸ Na opinião de Boesche, Kautilya propôs em termos de política interna um estado social, algo que foi chamado de monarquia socializada, pois defendia o bem comum com medidas duras. Cf. BOESCHE, Roger, *Op. Cit.*, pp. 9-10.

⁸⁹ Kautilya escreveu sobre os reinos que seriam aliados e inimigos; a disponibilidade para fazer tratados, mesmo que os tivesse de quebrar; a doutrina de guerra silenciosa ou a guerra de assassinato; e a utilização de agentes secretos para matar líderes inimigos e semear a discórdia entre eles. Via a religião e superstição como meios para apoiar as suas tropas e desmoralizar os soldados inimigos. Também menciona o tratamento humano para com os soldados conquistados e súbditos. Há mais assuntos tratados por Kautilya. Cf. *Idem, Ibidem*, p. 10.

⁹⁰ Citado por Boesche no artigo mencionado. Cf. *Idem, Ibidem*, p. 15.

⁹¹ Cf. *Idem, Ibidem*, p. 15.

No que diz respeito às questões económicas, o *Arthasastra* é útil do ponto de vista da história do pensamento económico.⁹³ Através deste tratado, temos uma ideia clara do sistema económico que prevalecia naqueles tempos.⁹⁴ Kautilya defendia a necessidade de riqueza para desenvolver mais prosperidade. Considerava que o governo/administração ou o soberano, deveriam ser forças ativas na gestão da economia, visto que, a fonte da riqueza material era a atividade económica.⁹⁵

O próprio tesouro era importante para a administração da economia, por isso nos diz, que um rei com um tesouro diminuído devora os seus cidadãos e as pessoas do campo.⁹⁶ Na obra refere que o tesouro permite a existência de um exército, mas o exército estava arraigado no tesouro, e ambos deveriam estar nas mãos do rei.⁹⁷ Como refere Thanawala, a obra propõe um significativo grau de controlo sobre a economia por parte do Estado. Tal controlo só era possível graças a uma administração eficiente e bem definida, e Kautilya descreveu uma máquina administrativa elaborada.⁹⁸

Entre as várias ações do monarca, Kautilya atribuiu-lhe o dever de regulamentar o trabalho dos vários agentes económicos, para proteção dos consumidores, visto como uma prioridade pelo conselheiro. Também redigiu regulamentos para gerir as atividades de vários grupos.⁹⁹ A economia descrita era dominada pelo Estado, e a atividade económica privada existente era residual, com exceção para a produção agrícola, mas ainda assim sujeita ao controlo da administração.¹⁰⁰

⁹² Cf. *Idem, Ibidem*, p. 16.

⁹³ Cf. THANAWALA, Kishor, *Op. Cit.*, p. 44.

⁹⁴ Cf. *Idem, Ibidem*, p. 45.

⁹⁵ Cf. *Idem, Ibidem*, p. 46.

⁹⁶ Cf. *Idem, Ibidem*, p. 47.

⁹⁷ Sendo o tesouro e o exército, respetivamente, meios para alcançar o sucesso dos empreendimentos e para os actos de piedade e prazer, ou para a aquisição e proteção de tesouros. Cf. *Idem, Ibidem*, p. 47.

⁹⁸ Também é defendido que as receitas do tesouro deveriam proceder de variadas fontes, (impostos, portagens, rendas de propriedades do Estado) e deveriam ser geridas devidamente. Referiu mais de trinta diferentes departamentos cimeiros, com a descrição dos deveres de cada um. Alguns dos títulos oficiais eram: Superintendente do Tesouro; Mestre da Casa da Moeda; Diretor do Comércio; Superintendente das Medidas; Comissário Têxtil. Até os salários dos funcionários do Estado são discutidos no *Arthasastra*, referindo os princípios necessários para determinar os salários dos vários funcionários do Estado. Cf. *Idem, Ibidem*, pp. 48-50.

⁹⁹ Eram os artesãos, atores, médicos, tecelões, trabalhadores do metal e lavadeiros. Cf. *Idem, Ibidem*, p. 53.

¹⁰⁰ Cf. *Idem, Ibidem*, p. 56.

Na opinião de Thanawala, a visão que o *Arthasastra* expõe é a de um país predominantemente rural, de um Estado centralizado e burocrático, embora houvesse uma grande autonomia local, com uma população baseada numa estrutura composta por quatro *varnas*, e cada uma delas era responsável, quase em exclusivo, por certas funções económicas, políticas e sociais.¹⁰¹

Segundo Chaliand, a política externa de Kautilya estava definida em seis caminhos: o da paz e da guerra, com alianças com os aliados e o recurso à guerra, respetivamente; o de manter-se em silêncio, à espera das condições favoráveis; o de colocar-se em ação, para aumentar o seu poder; o de refugiar-se, mesmo com submissão a outro, provisoriamente; e o duplo jogo, de preparar a guerra, mesmo que alegue desejar a paz.¹⁰²

Sobre a política externa e a guerra, Boesche defende que Kautilya pressuponha duas certezas sobre os países vizinhos, que todos pretendiam maximizar o seu poder e os seus próprios interesses.¹⁰³

Kautilya defendia que as alianças com os aliados deveriam durar, enquanto os interesses próprios estivessem assegurados. Não acreditava no altruísmo dos países, mas que estes atuariam para defender os seus próprios interesses, no domínio político, económico e militar.¹⁰⁴ Kautilya sustentava que um país não deveria fiar-se na bondade do seu vizinho, mas adotar o pior cenário, caso contrário, estaria a trair o seu próprio povo e a condená-lo à destruição.¹⁰⁵

¹⁰¹ Cf. *Idem, Ibidem*, p. 56. O Estado descrito por Kautilya é o de uma monarquia legítima, em que o monarca concentra em si todos os poderes, com o *Arthasastra* com preceitos que visam o bem do reino, e tendem à conquista e à consolidação. Cf. KAUTILYA, *Op. Cit.*, p. 13. A palavra, *varna*, significa cor ou casta. Este sistema de *varnas*, também é conhecido como sistema de castas. Cada *varna* tem ocupações que lhe estão associadas. A um *brahman* está associado a classe “sacerdotal”. Um *kshatriya* está associado aos guerreiros e à classe dirigente. Um *vaishya* designa alguém proprietário de terras ou de rebanhos, ou até mesmo os mercadores. Um *shudra* está ligado ao trabalho como servidor, operário assalariado. Cada *varna* estava dividida em pequenas unidades, as chamadas *jati* ou castas, para designar o grupo ocupacional a que pertencia cada indivíduo, desde o nascimento, e que em teoria era inalterável. Os casamentos mistos e as refeições conjuntas eram determinados pelas *jati* de cada *varna*. Cf. STEIN, Burton, *A History of India*, 2ª ed., West Sussex, Wiley-Blackwell Publishers, 2010, pp. 51-52, 425-429.

¹⁰² Os seis caminhos da política externa encontram-se descritos por Kautilya, das pp. 30-79. Cf. KAUTILYA, *Op. Cit.*, pp. 13-14, 16, 21-24.

¹⁰³ Cf. BOESCHE, Roger, *Op. Cit.*, p. 17.

¹⁰⁴ Cf. *Idem, Ibidem*, pp. 17-18.

¹⁰⁵ Cf. *Idem, Ibidem*, p. 18.

Boesche chama a atenção para a teoria delineada por Kautilya, que ficou conhecida como teoria de Mandala na política externa, a maior contribuição da Índia antiga, para a teoria política. Nesta teoria, os vizinhos mais próximos são considerados inimigos naturais, mas um país do outro lado deste país vizinho inimigo, era visto como aliado. A ideia de que o inimigo do meu inimigo é meu amigo.¹⁰⁶

Há um campo relevante para Kautilya e indissociável do rei conquistador, a guerra.

Na opinião de Boesche, Kautilya considerava a guerra como uma ciência, provavelmente como parte da ciência política, ao ponto de escrever no *Arthasastra* um livro dedicado à guerra.¹⁰⁷

Um dos princípios defendidos por Kautilya era sobre a preparação do comandante do exército, que deveria estar treinado em todas as formas de luta e armas, e ser afamado por montar elefantes, cavalos e dominar carros de guerra.¹⁰⁸

Kautilya aconselhava o rei a não deixar os assuntos da guerra inteiramente entregues a outros, deveria acompanhar constantemente esta matéria e vistoriar as suas artes.¹⁰⁹ Era adepto da guerra aberta, considerando-a a mais justa, porém estava disposto a usar qualquer ou todos os tipos de guerra, como a guerra silenciosa, para alcançar a consolidação e expansão do reino.¹¹⁰ Na opinião de Boesche a questão da moralidade não se colocava, mas sim uma questão de estratégia, que visava o bem comum de um reino.¹¹¹

Boesche, nas questões da guerra, referiu que Kautilya e Sun Tzu não se interessavam pela glória e fama. O que pretendiam era ganhar a qualquer

¹⁰⁶ Tem um esquema delineado, o círculo dos reis, representado por Bernard Mangin. Cf. KAUTILYA, *Op. Cit.*, p. 16. Cita Singh sobre o contributo da teoria de Mandala para a teoria política. Cf. BOESCHE, Roger, *Op. Cit.*, pp. 18-19.

¹⁰⁷ Ver o livro X, das pp. 81-94. Cf. KAUTILYA, *Op. Cit.*, p. 13. Cf. BOESCHE, Roger, *Op. Cit.*, p. 22.

¹⁰⁸ Cf. BOESCHE, Roger, *Op. Cit.*, p. 22.

¹⁰⁹ Cf. *Idem, Ibidem*, p. 22.

¹¹⁰ A guerra silenciosa é face a um outro reino, e o rei e seus ministros devem actuar, publicamente, como se estivessem em paz para com esse reino. Contudo, agentes secretos e espões actuam nesse reino, matando os líderes, promovendo a divisão e a espalhar a desinformação. Cf. *Idem, Ibidem*, pp. 22-23.

¹¹¹ Kautilya também advogou o uso das mulheres como arma de guerra, pois via-as como fonte de prazer, que podia ser viciante, e usá-las contra o inimigo para minar um governo oligárquico. Também defendia o uso de outras armas, como a desinformação. Cf. *Idem, Ibidem*, pp. 23-24, 33-34.

custo, mas com o mínimo de baixas possível, em ambos os lados do conflito.¹¹² Porém, a comparação de Kautilya a outros, não se ficou por aqui, também comparou com as ideias de Maquiavel, nomeadamente com a sua obra, *A Arte da Guerra*. Boesche considera que Maquiavel nada inovou, porque via os romanos e os gregos como os que tudo sabiam.¹¹³

Passemos agora à análise da obra de Nicolau Maquiavel.

Na sua estrutura formal, *O Príncipe* é composto por 26 capítulos, escritos em prosa.¹¹⁴ Uma obra de dimensão mais reduzida, do que a anterior, o que irá implicar um menor número de assuntos abordados.

Do ponto de vista temático e na perspectiva de Marnoto, a obra divide-se em duas partes. Na primeira parte, o primeiro capítulo começa logo por explicar a lógica da orgânica analítica, que ao longo da obra é aprofundada.¹¹⁵ Na conjuntura da época, tinham sido recentemente adquiridos Principados, e havia dificuldades para os dominar. Neste sentido foram analisadas questões sobre a política externa, sobre a relação entre *fortuna* e *virtù* e também sobre a organização militar. As considerações que tece são ilustradas com exemplos de personagens, tais como: Moisés, Alexandre Magno, Rómulo e o rei de França.¹¹⁶ Esta metodologia, não foi de todo seguida por Kautilya.

Existe ainda uma reflexão sobre a importância das capacidades do Príncipe, dando como exemplo a figura de Cesare Bórgia.¹¹⁷ Sobre Cesare Bórgia, Gaille-Nikodimov diz-nos que as suas acções acabaram por ser a fonte de inspiração para *O Príncipe*, ao ponto de as apresentar na obra como casos de

¹¹² Boesche citou uma ideia de Sun Tzu, que mostra a vontade de vencer com o mínimo de mortes. Sun Tzu considerava que o auge da perícia não estava na obtenção de cem vitórias em cem batalhas, mas em subjugar o inimigo sem lutar. Cf. *Idem, Ibidem*, p. 37.

¹¹³ Cf. KAUTILYA, *Op. Cit.*, pp. 36-37.

¹¹⁴ Cf. MARNOTO, Rita, *Op. Cit.*, p. 166.

¹¹⁵ Cf. MAQUIAVEL, Nicolau, *Op. Cit.*, p. 11. Cf. MARNOTO, Rita, *Op. Cit.*, p. 166.

¹¹⁶ Cf. MAQUIAVEL, Nicolau, *Op. Cit.*, pp. 24-28. Ao recorrer ao exemplo, seguiu a metodologia humanista, considerado o de mais alto valor, que obrigava ao conhecimento da história destes homens. Cf. MARNOTO, Rita, *Op. Cit.*, pp. 166, 176.

¹¹⁷ Cesare Bórgia era filho de Vanozza Cattanei e Rodrigo Bórgia, que se tornou o papa Alexandre VI, a partir de 1492. Também era chamado Valentino, por ser duque de Valentino. Segundo Marnoto, a fortuna e o apoio das armas do pai permitiram-lhe adquirir os territórios da Romagna. Foi considerado por Maquiavel um bom governante, quer pela forma como lidou com o povo e com os inimigos, mas também pela forma como soube organizar as milícias e por ter consolidado o seu poder. Para Maquiavel o erro de Cesare Borgia foi o de não ter impedido a eleição do papa Júlio II, após a morte de seu pai. Cf. Rita Marnoto, *Op. Cit.*, p. 166. Encontra-se no capítulo 7, a reflexão das capacidades do Príncipe. Cf. MAQUIAVEL, Nicolau, *Op. Cit.*, pp. 34-43. Cf. GAILLE-NIKODIMOV, Marie, *Op. Cit.*, p. 77.

estudo político, e descreve a figura como o único homem com capacidade para libertar a Itália dos bárbaros.¹¹⁸ Na ótica de Strauss, a utilização deste exemplo suscita um problema. Maquiavel ao dar as acções de Cesare Bórgia como arquétipo a Lourenço de Médicis, e se este seguisse o exemplo, estaria a admitir a sua inferioridade perante Cesare Bórgia.¹¹⁹ No *Arthasastra* não existe a definição de um exemplo concreto a ser seguido.

Na segunda parte, que se inicia no capítulo 12, juntamente com os dois seguintes, referem-se à organização interna do Principado. Também é dada atenção às milícias, em que as mercenárias e as auxiliares eram consideradas inúteis, e por vezes perigosas, “por serem indisciplinadas e infiéis”.¹²⁰ Refere o tipo de tropas, e caracteriza cada uma delas. Sendo o príncipe o seu capitão, similar ao pensamento de Kautilya, mas sem referir a necessidade de saber das artes de combate.¹²¹ Na paz, o príncipe deve exercitar-se ainda mais no exercício da guerra, para estar preparado aquando das mudanças da fortuna.¹²²

A partir do capítulo 15 é desenvolvida a caracterização do Príncipe.¹²³

Na obra, reformula a relação entre política e moral, propondo a necessidade de simular e de dissimular. Da distinção do bem e mal ser relativizada, ao referir-se à conquista e manutenção do poder, mantendo a distinção no campo moral.¹²⁴ Também Kautilya advoga a ausência da questão moral, quando o assunto é a guerra, pois o objetivo é vencer com o mínimo de baixas.

Outra das questões que surgem é a *fortuna* e a *virtù*. Maquiavel poderá ter criado uma nova ética, em que a *virtù* é vista como a “«qualidade do homem que o capacita a realizar grandes obras e feitos», o «poder humano de efectuar mudanças e controlar eventos», o «pré-requisito da liderança», é a motivação interior”, induz os homens a enfrentar a *fortuna*, o acaso. Será

¹¹⁸ Entenda-se a Itália com os vários poderes já mencionados, e não como a República dos dias de hoje. Cf. GAILLE-NIKODIMOV, Marie, *Op. Cit.*, p. 80.

¹¹⁹ Cf. STRAUSS, Leo, “Machiavelli’s Intention: The Prince”, *The American Political Science Review*, vol. 51, nº 1, 1957, (www.jstor.org/stable/1951768, consultado a 09/11/2012), p. 28.

¹²⁰ Cf. MAQUIAVEL, Nicolau, *Op. Cit.*, pp. 60-74. Cf. MARNOTO, Rita, *Op. Cit.*, pp. 166-167.

¹²¹ As tropas podiam ser mercenárias, auxiliares ou mistas. Cf. MAQUIAVEL, Nicolau, *Op. Cit.*, pp. 60-71.

¹²² Cf. *Idem, Ibidem*, pp. 72-74.

¹²³ Cf. *Idem, Ibidem*, pp. 74-126. Cf. MARNOTO, Rita, *Op. Cit.*, p. 167.

¹²⁴ Cf. GAILLE-NIKODIMOV, Marie, *Op. Cit.*, p. 126.

entre estes dois polos que se desenvolve a ação política.¹²⁵ Kautilya também defende a necessidade do monarca ter a capacidade de realizar mudanças.

Contudo, foi o seu retrato do Príncipe que suscitou a maior reação. Parte do princípio que os homens não são bons, pois valorizam os seus interesses pessoais em demasia. Também refere que um Príncipe deve evitar os vícios prejudiciais ao governo, mas não se deve preocupar com os que podem ser uma mais-valia na administração do Estado. Deve ter prudência na distribuição de benesses e na cobrança de impostos. Deve ser temido e amado, não sendo possível ambas, aconselha que seja temido.¹²⁶

Outro dos elementos do Príncipe é a capacidade de saber usar a força do leão e a astúcia da raposa, sabendo ser fingidor e dissimulador. Na ótica de Marnoto, alegava a coexistência de uma vertente energética e outra prudente e controlada.¹²⁷ Para Maquiavel, o Príncipe deve antes de mais, aparentar ter as qualidades, do que tê-las efetivamente. Piedade, fidelidade, humanidade, integridade e religiosidade, não devem ser seguidos pelo Príncipe em determinadas circunstâncias. Mas o Príncipe deverá saber adaptar-se às variações da fortuna.¹²⁸ Defende que o Príncipe tudo deverá fazer para vencer e manter o Estado.¹²⁹ Tal como em *Arthasastra*, também Kautilya evoca o recurso a todos os meios para a aquisição de território. Para Maquiavel, um dos mais importantes assuntos de um Príncipe, era de tornar satisfeito o seu povo, e de não ostracizar os grandes. Eram os objectivos dos estados organizados e dos príncipes sábios.¹³⁰

Santos refere o pressuposto da emergência política do povo, que é fundamentada pela ideia de que só o povo “pode julgar verdadeiramente a ação do *Príncipe* e, por isso, ele legitima, mais do que se poderia supor”. A ideia de que o povo é que estaria no centro do discurso, mas a natureza dos povos só pode ser conhecida pelos príncipes. Desta forma, Príncipe e Povo são

¹²⁵ Cf. MOREIRA, Marcilio *et. al.*, *Maquiavel: Vida e Pensamentos*, São Paulo, Editora Martin Claret, 1997, pp. 35-36.

¹²⁶ Cf. MAQUIAVEL, Nicolau, *Op. Cit.*, pp. 74-83. Cf. MARNOTO, Rita, *Op. Cit.*, p. 173.

¹²⁷ Cf. MAQUIAVEL, Nicolau, *Op. Cit.*, pp. 84-85. Cf. MARNOTO, Rita, *Op. Cit.*, p. 174.

¹²⁸ Cf. MAQUIAVEL, Nicolau, *Op. Cit.*, pp. 85-86. Cf. MARNOTO, Rita, *Op. Cit.*, p. 174.

¹²⁹ Cf. MAQUIAVEL, Nicolau, *Op. Cit.*, p. 86.

¹³⁰ Cf. MOUNIN, Georges, *Op. Cit.*, p. 67.

os dois elementos constantes do sistema. Este princípio pode legitimar a monarquia absoluta.¹³¹

A ACEITAÇÃO DAS OBRAS EM CADA ÉPOCA E SUAS IMPLICAÇÕES

Na opinião de Chaliand, a obra *Arthasastra* contribuiu para estabelecer os fundamentos da ciência política.¹³² Esta obra é um dos exemplos mais antigos do que veio a tornar-se um género, um livro de mão para dirigentes com conselhos sobre como apoderar-se, manter e manipular o poder, tendo no Ocidente, como exemplo mais famoso, *O Príncipe* de Maquiavel, escrito no século XVI.¹³³ Contudo, nas proximidades da Índia, o contágio foi mais precoce. Murphey menciona um texto similar na China, denominado *The Book of Lord Shang*, e quase cem anos depois as doutrinas de Li Si, o primeiro-ministro do primeiro imperador unificador da China, Qin Shi, que tomou o título de imperador (Huang Di), quando os estados em guerra foram fundidos num império, pela via da conquista, dando origem à dinastia Qin entre 221 e 202 a.C.¹³⁴ Durante o domínio de Qin Shi, o seu primeiro-ministro, Li Si, cuja

¹³¹ Cf. SANTOS, João de Almeida, «Viagem pelas releituras de Maquiavel», in *Maquiavel e o maquiavelismo*, org. António Bento, Coimbra, Almedina, 2012, pp. 143-144.

¹³² Cf. KAUTILYA, *Op. Cit.*, p. 11.

¹³³ Cf. MURPHEY, Rhoads, *Op. Cit.*, pp. 75-76. Cf. MARNOTO, Rita, *Op. Cit.*, p. 159.

¹³⁴ Cf. MURPHEY, Rhoads, *Op. Cit.*, pp. 76, 91, 98. *The Book of Lord Shang* foi redigido por Lord Shang, conhecido também como Gongsun Yang ou Shang Yang, que faleceu a 338 a.C., oriundo do estado de Wei, vizinho de Qin. Foi primeiro-ministro do estado de Qin em meados do século IV a.C., numa altura em que Qin era simplesmente um dos estados resultantes da fragmentação do reino de Zhou. (A dinastia dos Zhou iniciou-se em 1050 a.C., colocando um ponto final à dinastia Shang, com uma revolta de escravos, e adquiriram a maior parte da cultura e tecnologia dos seus predecessores, dando continuidade à evolução tecnológica e cultural já iniciada. Esta dinastia viu o seu fim a 256 a.C.) Lord Shang terá iniciado as suas reformas em Qin, em 359 a.C., sobre leis já existentes, contribuindo para o seu fortalecimento. Lord Shang elaborou e promulgou leis que prescreviam recompensas e punições para comportamentos desejáveis ou não. As suas reformas distinguem-se pelo rigor, pois os seus objectivos eram garantir a disciplina, um eficiente uso dos recursos e de concentração da energia da população em duas tarefas, na agricultura e na guerra. Cf. Selection from *The Book of Lord Shang* - Asia for Educators (http://afe.easia.columbia.edu/ps/cup/book_of_lord_shang.pdf, consultado a 10/02/2013). Qin Shi Huang Di partiu do estado de Qin, um dos estados mais pobres e pequenos sob a dependência da dinastia Zhou. Com o decorrer do tempo, os generais e dirigentes tornaram-se mestres em estratégia e táticas, e usaram a diplomacia, propaganda, traição, espionagem e guerra psicológica com destreza. Este processo ajudou à ascensão do poder de Qin, e ao desenvolvimento de uma série de campanhas vitoriosas durante os anos de 230 e 220 a.C., que culminaram na derrota final dos outros estados em 221 a.C., tornando o Norte da China e o vale de Yangzi unidos politicamente pela primeira vez, sob as ordens de um governante de

carreira considera-se similar à de Kautilya, (o primeiro-ministro do fundador da dinastia Maurya da Índia) terá fundado uma nova escola filosófica chamada Legalismo. A intenção terá sido a de incorporar nas políticas de Qin Shi, o sentido de controlo estatal firme sobre tudo.¹³⁵

Alguns acreditam que as medidas extremas defendidas por Kautilya, algumas das quais aplicadas por Chandragupta, foram necessárias para trazer ordem e um Estado de direito sobre o caos, permitindo desta forma a emergência de Ashoka, seu neto, visto como um dos melhores reis da história mundial.¹³⁶

Segundo Rao, as inovações defendidas no *Arthasastra* e aplicadas, bem como a administração de Chandragupta, estimularam a progressiva secularização da sociedade, permitindo uma preparação do país para receber a transformação moral introduzida por Ashoka e a sua administração.¹³⁷ Também na política externa os princípios de Kautilya foram perfeccionados, mas fora do contexto geográfico e temporal. Boesche aponta-nos o século XX e a doutrina do equilíbrio das forças, em que era defendida, que as nações igualmente armadas, à partida, impediam a guerra. Kautilya já defendia esta ideia, mas referia-se aos ganhos, caso estes fossem iguais entre dois aliados com força semelhante, deveria haver paz, mas caso fosse desigual, deveria haver guerra.¹³⁸

Sobre o impacto dos ensinamentos de Maquiavel, diz-se que foram seguidos por Catarina de Médicis, (1519-1589) rainha de França. Para manter a soberania para os filhos, jogou os católicos contra os protestantes.¹³⁹ No entanto, o legado de Maquiavel não foi percebido pelos seus críticos. No século XVIII, Frederico II da Prússia escreveu uma obra de crítica profunda à obra, *O*

Qin, que se tornou imperador. As conquistas após 221 a.C., iniciaram a aquisição e anexação do Sul. Cf. MURPHEY, Rhoads, *Op. Cit.*, pp. 91, 93, 97-98, 100.

¹³⁵ O controlo aumentou com a expansão de um estado burocrático, com uma rígida supervisão de toda a educação. Tal como ocorreu na Índia Maurya, assistiu-se ao desenvolvimento de um sistema policial e de um sistema secreto para pôr a descoberto os dissidentes e puni-los, defendido por Kautilya. Cf. MURPHEY, Rhoads, *Op. Cit.*, p. 100.

¹³⁶ Cf. BOESCHE, Roger, *Op. Cit.*, p. 12. Na opinião de Thanawala, muitas autoridades defendem que foi graças sobretudo a Kautilya que o império Maurya sob liderança de Chandragupta e Ashoka se tornou num modelo de governo eficiente. Cf. THANAWALA, Kishor, *Op. Cit.*, p. 44.

¹³⁷ Citado por Boesche no artigo mencionado. Cf. BOESCHE, Roger, *Op. Cit.*, pp. 12-13.

¹³⁸ Cf. *Idem, Ibidem*, pp. 19-20. Cf. KAUTILYA, *Op. Cit.*, p. 37.

¹³⁹ Catarina de Médicis era filha de Lourenço de Médicis, a quem foi dedicada a obra. Cf. MOREIRA, Marcilio *et. al.*, *Op. Cit.*, p. 12.

Príncipe, após as reflexões que usufruiu com Voltaire, seu amigo. Nesta obra, composta igualmente por 26 capítulos, pretende restabelecer o primado da justiça e da razão, contra a “ «política com a intenção de destruir os princípios de uma sã moral» ”.¹⁴⁰

Segundo Sobek, o contributo da obra, *O Príncipe*, refletiu-se na teoria política, apesar de não ter sido uma preocupação de Maquiavel. Defendeu que o príncipe devia deixar de lado todas as considerações morais, e lutar para manter o controlo do governo. Nesta ideia, está subjacente a luta entre elites para controlo do governo, e por isso das políticas públicas, à semelhança do que ocorre nos dias de hoje.¹⁴¹

CONCLUSÃO

Ambas as obras desenvolveram-se numa conjuntura cultural e filosófica intensa, e com conjunturas políticas de mudança. Na Índia ocorreu a conquista, e em Florença mudanças na governação. Os seus autores estiveram diretamente envolvidos nas matérias da administração, sendo que, Maquiavel, usou a sua experiência.

Segundo Spengler, o principal objetivo de Kautilya, ao escrever o *Arthasastra* era instruir o rei nos assuntos sobre a expansão e preservação do seu domínio, por vários meios, quer políticos ou económicos, para esse fim.¹⁴² Também Maquiavel usou a obra, para habilitar o Príncipe na arte da conquista e administração dos seus domínios.

Na perspectiva de Boesche, o *Arthasastra* de Kautilya é uma obra de realismo político, e o primeiro tratado escrito sobre política. Uma obra que revela ao soberano, como por vezes, as medidas a tomar, podem ser calculistas e brutais para preservar o reino e o bem geral.¹⁴³ Também Maquiavel exorta o Príncipe a socorrer-se dos meios necessários para manter o seu Estado.

¹⁴⁰ A obra redigida por Frederico II denomina-se, *Antimachiavel ou examen du Prince de Machiavel*. Cf. SANTOS, João de Almeida, *Op. Cit.*, p. 149.

¹⁴¹ Cf. SOBEK, David, “Machiavelli’s Legacy: Domestic Politics and International Conflict”, *International Studies Quarterly*, vol. 49, nº 2, 2005, (www.jstor.org/stable/3693511, consultado a 09/11/2012), pp. 182, 184.

¹⁴² Cf. THANAWALA, Kishor, *Op. Cit.*, p. 56.

¹⁴³ Cf. BOESCHE, Roger, *Op. Cit.*, p. 14.

O soberano de Kautilya, um conquistador, devia apresentar várias qualidades, e nenhuns vícios para exercer as suas funções de proteção ao seu povo, e de zelo pelo seu bem-estar. Também na obra, *O Príncipe*, o seu papel é de salvaguardar a felicidade do seu povo e de não ostracizar os grandes.

O modelo de Príncipe descrito por Maquiavel vai além dos códigos da ética humanista, sem pretensões para alcançar um modelo perfeito.¹⁴⁴ Maquiavel não coloca de lado a existência de vícios no Príncipe, mas estes devem ser usados para benefício do Estado, além de aparentar ter certas qualidades.

As duas obras tiveram repercussões, tanto no seu tempo, como nos dias de hoje. Contudo, a obra de Maquiavel, não foi desde logo compreendida, ao contrário do *Arthasastra*.

¹⁴⁴ Cf. MARNOTO, Rita, *Op. Cit.*, p. 175.

FONTES IMPRESSAS

KAUTILYA, *Arthasastra*, tradução de Gérard Chaliand & François Richard, Paris, Éditions du Félin, 1998.

MAQUIAVEL, Nicolau, *O Príncipe*, 8ª ed., Lisboa, Guimarães Editores, 1997.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BURKE, Peter, *O Renascimento*, Lisboa, Edições Texto & Grafia, 2008. ISBN 9789899568914

HULIN, Michel & Lakshmi Kapani, «O Hinduísmo», in *As Grandes Religiões do Mundo*, dir. Jean Delumeau, 3ª ed., Lisboa, Editorial Presença, 2002, pp. 339-412. ISBN 9789722322416

HULIN, Michel, «O Jinsimo (Jainismo)», in *As Grandes Religiões do Mundo*, dir. Jean Delumeau, 3ª ed., Lisboa, Editorial Presença, 2002, pp. 413-417. ISBN 9789722322416

LEVI, Peter, *Grécia: Berço do Ocidente*, s.l., Círculo de Leitores, («Coleção Grandes Culturas e Civilizações»), 1991. ISBN 972-42-0321-2

MURPHEY, Rhoads, *A History of Asia*, 6ª ed., New Jersey, Pearson Prentice Hall, 2009. ISBN 9780205649167

ROBERT, Jean-Noël, «O Budismo: História e Fundamentos», in *As Grandes Religiões do Mundo*, dir. Jean Delumeau, 3ª ed., Lisboa, Editorial Presença, 2002, pp. 429-442. ISBN 9789722322416

STEIN, Burton, *A History of India*, 2ª ed., West Sussex, Wiley-Blackwell Publishers, 2010. ISBN 978-1-4051-9509-6

THAPAR, Romila, *A History of India*, volume I, Londres, Penguin Books, 1999. ISBN 978-0-14-194976-5

BOESCHE, Roger, “Kautilya's "Arthaśāstra" on War and Diplomacy in Ancient India”, *The Journal of Military History*, vol. 67, nº 1, 2003, (<http://www.jstor.org/stable/3093167>, consultado a 09/11/2012), pp. 9-37.

BOSWORTH, A. B., *Conquest and Empire: The Reign of Alexander the Great*, Cambridge, Cambridge University Press, 2001. ISBN 0-521-40679

GAILLE-NIKODIMOV, Marie, *Maquiavel*, Lisboa, Edições 70, 2008. ISBN 9789724414591

MARNOTO, Rita, «*Il Principe* ou *De Principatibus* de Niccolò Machiavelli: O Príncipe novo que parece antigo», in *O retrato literário e a biografia como estratégia de teorização política*, coord. A. Pérez Jiménez, José Ferreira & M. do Céu Fialho, Coimbra & Málaga, Imprensa da Universidade de Coimbra & Universidad de Málaga, 2004, pp. 159-180. ISBN 972-8704-25-9 (Portugal) 84-608-0166-7 (Espanha)

MODELSKI, George, “Kautilya: Foreign Policy and International System in the Ancient Hindu World”, *The American Political Science Review*, vol. 58, nº 3, 1964, (<http://www.jstor.org/stable/1953131>, consultado a 11/11/2012), pp. 549-560.

MOREIRA, Marcilio *et. al.*, *Maquiavel: Vida e Pensamentos*, São Paulo, Editora Martin Claret, 1997. ISBN 8572320970

MOUNIN, Georges, *Maquiavel*, Porto, Edições 70, 1984. ISBN 9724404587, 9789724404585

RICCIARDI, Maurizio, “A república antes do Estado: Nicolau Maquiavel no limiar do discurso político moderno”, in *O poder: história da filosofia política moderna*, org. Giuseppe Duso, Petrópolis, Editora Vozes, 2005, pp. 37-51. ISBN 853263103

SANTOS, João de Almeida, «Viagem pelas releituras de Maquiavel», in *Maquiavel e o maquiavelismo*, org. António Bento, Coimbra, Almedina, 2012, pp. 137-171. ISBN 978-972-40-4737-9

SOBEK, David, “Machiavelli’s Legacy: Domestic Politics and International Conflict”, *International Studies Quarterly*, vol. 49, nº 2, 2005, (www.jstor.org/stable/3693511, consultado a 09/11/2012), pp. 179-204.

STRAUSS, Leo, “Machiavelli’s Intention: The Prince”, *The American Political Science Review*, vol. 51, nº 1, 1957, (www.jstor.org/stable/1951768, consultado a 09/11/2012), pp. 13-40.

THANAWALA, Kishor, “Kautilya's Arthashastra: a neglected work in the history of economic thought”, in *Ancient economic thought*, vol. I, Londres & Nova Iorque, B. B. Price, 1997, pp. 43-58. ISBN 0415149304

WOOD, Michael, *In the Footsteps of Alexander the Great*, London, BBC Worldwide Limited, 2001. ISBN 0-563-53783-3

Arthashastra - Kautilya - Bertrand livreiros, <http://www.bertrand.pt/ficha/arthashastra?id=1556504>, consultado a 23/10/2012.

Kautilya, *The Arthashastra* 1st Edition Flipkart, <http://www.flipkart.com/kautilya-arthashastra-1st/p/itmcyzrbdavduh69>, consultado a 23/10/2012.

Selection from *The Book of Lord Shang* - Asia for Educators, http://afe.easia.columbia.edu/ps/cup/book_of_lord_shang.pdf, consultado a 10/02/2013.

A Ásia conhecida pelos europeus

Dos relatos dos autores clássicos aos descobrimentos portugueses

Ana Cláudia dos Santos Joaquim

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

claudiajoaquim1991@hotmail.com

Resumo Propõe-se como tema de comunicação “A Ásia conhecida pelos europeus: Dos relatos dos autores clássicos aos descobrimentos portugueses”. Isto é, procura-se compreender de que forma, nos inícios da Época Moderna, a Ásia era conhecida e/ou concebida pelos europeus, uma vez que, como é sabido, os portugueses não foram os primeiros europeus a chegar a este continente. Pela “Rota da Seda”, circulavam não só produtos como também pessoas e ideias. A Rota da Seda, mais do que um ou vários caminhos, compreendia grandes eixos de comunicação euro-asiáticos, tanto terrestres como navais. E é deste modo que outros europeus, nomeadamente gregos e romanos, chegam à Ásia, antes dos portugueses.

E é pelo seu legado escrito que tentaremos compreender de que forma os europeus, em finais do Século XV, inícios do Século XVI, conheciam e/ou imaginavam o mundo asiático. E, deste modo, de que informações dispunham os portugueses em 1497, aquando da partida de Vasco da Gama de Belém, pois, tal como afirma Juan Gil, “*Su contenido [textos da Antiguidade], en cierto modo, forma la base ideológica de la expansión occidental (...).*”¹⁴⁵

Abstract It is proposed as communication theme “Asia known by European: from the classic author’s narrative to Portuguese discoveries”. Namely, it looks to understand in which way, at the beginnings of Modern Era, Asia was known and/or conceived by European, since, as it is known, Portuguese weren’t the first Europeans to reach this continent.

By the “Silk Road” were circulated not only products but also people and ideas. The Silk Road, more than one or several paths, it comprised big Euro-Asiatic communication axis, both terrestrial and marine. And it is by this way that others European, namely Greeks and Romans, arrived to Asia, before Portuguese.

And it is for their legacy that we’ll try to understand how Europeans, at the end of XV century and beginning of XVI century, known and/or imagined the Asiatic world. And so, which informations the Portuguese could have at 1497, when Vasco da Gama left Belem.

On this account, such as Juan Gil says, “*Su contenido [texts of antiquity], en cierto modo, forma la base ideológica de la expansión occidental (...).*”¹⁴⁶

¹⁴⁵ Cf. Juan GIL, *La India y el Catay - Textos de la Antigüedad clásica y del Medievo occidental*, Madrid, Alianza Editorial, 1995, p. 11.

¹⁴⁶ Cf. Juan GIL, *La India y el Catay - Textos de la Antigüedad clásica y del Medievo occidental*, Madrid, Alianza Editorial, 1995, p. 11.

AUTORES DA ANTIGUIDADE CLÁSSICA

Inicialmente, quando este trabalho foi concebido, havíamos decidido abordar as obras de quatro autores da Antiguidade Clássica em específico: Heródoto, Ctesias, Plínio, o Velho, e Arriano. Isto é, dois autores gregos e dois autores romanos, respetivamente. Ainda que sejam estes os autores mais analisados no decurso desta pesquisa, a verdade é que, por vezes, se irá fazer referência a outros, nomeadamente a Estrabão ou a Pompónio Mela, uma vez que os mesmos nos apresentam dados considerados imprescindíveis nesta análise documental.

Antes de passarmos à análise propriamente dita destas fontes, considera-se de extrema importância frisar que os antigos utilizavam o termo "Índia" num sentido bastante lato, abarcando realidades muito diversas, pelo que a Índia a que um autor se refere não é, necessariamente, a Índia a que o outro autor se refere. Cosme Indicopleustes, na sua obra *Topografia Cristã*, diz-nos que conheceu a Índia "exterior". Isto é, a Etiópia, segundo Juan Gil. Por outro lado, a Índia "interior" ou "grande", corresponderia à Índia propriamente dita. No entanto, outros autores, como Odorico de Pordenone, distinguem uma Índia "alta" ou "grande", a China, de uma Índia "baixa" ou "pequena", a Índia propriamente dita. Isto é, estas Índias correspondiam às Índias aquém e além do Ganges, de Ptolomeu. Porém, a estas designações, Marco Pólo veio juntar uma terceira Índia, a "média", ou seja, a Abissínia, designação que foi seguida por Jourdain de Séverac.¹⁴⁷

Posteriormente, na Idade Média, por influência de Ptolomeu, eram utilizados os seguintes conceitos: Índia "Maior" ou "Cisgangética", para designar o subcontinente indiano; Índia "Menor" ou "Transgangética", para designar o território a este do rio Ganges; "Nilo", que designava a fronteira entre África e Ásia; Índia "média", "terceira" ou "etiópica", referente ao território africano.¹⁴⁸

¹⁴⁷ Cf. *Idem, Ibidem*, p. 94.

¹⁴⁸ Esta questão da nomenclatura é importante, uma vez que, devido ao facto de existirem demasiados termos, não se sabe exatamente a que Índia se referiam as bulas papais recebidas pelos portugueses, em meados do século XV (*Bula Romanus Pontifex*, em 1455, e *Bula Inter Coetera*, em 1456). Estas atribuíam o monopólio dos descobrimentos aos portugueses, tendo

No entanto, a verdade é que, seja a que Índia se referissem os autores clássicos, esta “*sedujo muy en particular la imaginación helénica con el brillo hiperbólico de sus tesoros dorados.*”¹⁴⁹

E, de facto, a primeira grande potência europeia a interessar-se pela Ásia era liderada por Alexandre, o Grande.¹⁵⁰ Em 331 a.C., este consulta o célebre santuário de Amón, em Siwa, no deserto Líbio, onde o oráculo lhe terá confirmado que conseguiria conquistar todo o Mundo, pelo que o monarca se convence de que ninguém o conseguirá deter.¹⁵¹ Submetida a Pérsia, Alexandre planeia, então, a sua expedição à Índia, estendendo as suas ambições para lá dos confins do antigo Império Persa. E este poderia ser o momento em que alguns dos seus homens se mostrassem relutantes em continuar. Porém, incentivado pelas lendas da visita do Deus Dionísio à Índia, o seu exército seguiu-o até ao vale do Indo.¹⁵²

Na verdade, segundo Arriano, “*Cuentam muchas historias que, antes de Alejandro, también Dionisio realizó una campaña contra la India y sometió a sus habitantes (...)*”.¹⁵³

Mas também Hércules, antepassado de Alexandre por via paterna, havia ido à Índia: “*El Heracles que, según se cuenta, fue a la India recibe entre ellos el nombre de ‘Hijo de la tierra’.*”¹⁵⁴

por limite a “terra das Índias”. Terra essa que, pelo motivo acima mencionado, não se sabe precisamente qual era.

¹⁴⁹ Cf. Juan GIL, *Op. Cit.*, p. 29.

¹⁵⁰ Macedónio, filho de Filipe II. Este, chegado ao trono da Macedónia em 358 a.C., tinha estendido as fronteiras do seu território até ao vale do Estrimão, na Trácia Ocidental. E nos 20 anos seguintes, devido ao seu oportunismo político e ao seu exército, havia conseguido dominar todo o campo da política grega, impondo aos helénicos uma paz que os próprios não tinham conseguido estabelecer. Porém, um complô gerado na sua própria casa acabou com a sua vida, em 336 a.C. E é, então, que Alexandre, que tinha à data 20 anos de idade, sobe ao poder. Em pouco tempo, Alexandre certificou-se de que toda a Grécia estava controlada por guarnições macedónicas ou por políticos simpatizantes com a sua causa. Assegurada a Grécia continental e a Trácia, Alexandre partiu, logo no ano seguinte, em direção à Pérsia. No entanto, este soberano quis ir sempre mais além. Afirmando-se descendente de Aquiles, por parte da mãe, e de Hércules, por parte do pai, Alexandre conquista Persépolis, capital do Império Persa, em 331 a.C. e em 327 a.C. parte para a Índia, onde se torna rapidamente num soberano indiscutível. Cf. John WARRY, *Grandes Batalhas - As Campanhas de Alexandre 334-323 a.C.. Alexandre Conquista a Ásia*, Barcelona, Osprey Publishing, 2010, pp. 6-11. E Carlos GARCÍA DUAL, “El Último Héroe de Grecia - Alejandro Magno” in *Historia - National Geographic*, nº 67, Madrid, 2009, pp. 44-51.

¹⁵¹ Cf. Carlos GARCÍA DUAL, *Op. Cit.*, pp. 45-47.

¹⁵² Cf. John WARRY, *Op. Cit.*, p. 72.

¹⁵³ Cf. “Arriano” in *La India y el Catay (...)*, p.321.

Sobre as origens do culto a Dionísio veja-se Bernard de GIVE, *Les Rapports de l’Inde et de l’Occident - Des origines au règne d’Ásoka*, Paris, Les Indes Savantes, 2005, pp. 37-44.

Deste modo, considerado um novo Dionísio¹⁵⁵ e legitimada a sua conquista,¹⁵⁶ Alexandre entrou na Índia, pelo desfiladeiro do Khaiber, em 327 a.C. E em apenas cerca de três anos, havia cruzado o alto do Hindu Kush, derrotado o Rei Poro do Punjab e os seus elefantes, vencido o terrível deserto de Gedrósia e reinava como soberano indiscutível de toda a Ásia conhecida pelos gregos.¹⁵⁷

Assim, a sua marcha vitoriosa para Oriente, só travada pela recusa das suas tropas em irem mais além do rio Indo, veio, então, aumentar o seu reconhecimento como um novo Dionísio e reforçar a sua ascendência a Hércules.¹⁵⁸

E foi no calor das conquistas de Alexandre, que vários dos seus homens procuraram immortalizar os seus feitos. Nearco, Onesícrito, Ptolomeu e outros pegaram na pena para eternizar as incríveis aventuras pelas quais haviam passado nos confins do mundo, ao passo que, por outro lado, satisfizeram a curiosidade dos seus compatriotas, ávidos em conhecer os mistérios daquela terra enigmática.

Porém, a verdade é que, não tendo tempo de ver tudo, os homens de Alexandre complementaram as lacunas das suas informações com deduções analógicas e, sobretudo, com fantasias, que procuravam corroborar as maravilhas contadas por outros homens que já haviam percorrido sobre a Índia anteriormente. Nomeadamente, de Heródoto e de Ctesias.¹⁵⁹

¹⁵⁴ Cf. “Arriano” in *La India y el Catay (...)*, p. 323.

¹⁵⁵ Considerado o civilizador dos indianos. Cf. Juan GIL, *Op. Cit.*, p. 33.

¹⁵⁶ Pelo facto de se considerar que uma filha de Hércules, Pandaia, tinha sido Rainha da Índia, esta pertencia aos gregos por direito. Era a recuperação de uma herança que lhes pertencia desde a Antiguidade. Sobre isto veja-se *Idem, Ibidem*, p. 33.

¹⁵⁷ Cf. Carlos GARCÍA DUAL, *Op. Cit.*, p.49.

No entanto, os objetivos de Alexandre não eram apenas ideológicos. De querer, simplesmente, ir mais longe que Dionísio ou que Hércules. Depreende-se isto mesmo, quando Juan Gil afirma que, depois de se encontrar no rio Indo, Alexandre enviou um homem da sua confiança, Nearco, fazer o reconhecimento de toda a costa até Susa, na zona do atual Irão. Este reconhecimento tinha como objetivo analisar a praticabilidade de navegação, a fim de levar produtos indianos, como especiarias ou pedras preciosas, para o Mediterrâneo. Ao mesmo tempo que este reconhecimento da costa se processava, o seu exército regressava à Pérsia, através do deserto de Gedrósia. Cf. Juan GIL, *Op. Cit.*, p. 33.

¹⁵⁸ Sobre a divinização de Alexandre veja-se Carlos GARCÍA DUAL, *Op. Cit.*, pp. 44-50.

¹⁵⁹ Cf. Juan GIL, *Op. Cit.*, pp. 33-34.

Na verdade, Heródoto¹⁶⁰ não discorre longamente sobre a Índia. Mas, ainda assim, apresenta dados fulcrais, que levaram os gregos a seduzirem-se pela mesma.

Nomeadamente, quando referiu que “(...) hay (...) oro infinito, uno bajo tierra, outro arrastrado por los ríos y otro cogido de la manera que he indicado.”¹⁶¹ Isto é, Heródoto afirma que existem formigas, mais pequenas que cães mas maiores que raposas,¹⁶² que quando escavam a terra fazem com que o ouro venha à superfície.¹⁶³

Porém, ainda que para os gregos esta possa ter sido uma das partes mais interessantes do relato de Heródoto, na nossa análise não podemos deixar de referir outras descrições que o mesmo faz, e que nos ajudam a compreender qual o conhecimento que se tinha sobre a Índia no século V a.C..

De facto, o autor começa por nos dizer que “*La muchedumbre de los indios es la mayor con mucho de todos los pueblos que conozcamos (...) Entre los indios hay muchos pueblos que hablan lenguas diferentes; unos son nómadas, otros no (...)*”.¹⁶⁴

Mas mais do que a diversidade de povos e de línguas, Heródoto faz menção à cor escura dos indianos, comparando-os aos etíopes, e afirma que, à exceção dos cavalos, os animais indianos são os maiores do mundo.

No entanto, o que importa verdadeiramente ter em conta é esta descrição que o autor apresenta sobre alguns indianos: “*Otros tien muy distinta manera de vivir. No dan muerte a nada animado, ni siembran, ni se preocupan*

¹⁶⁰ Nascido em Halicarnasso, Heródoto viveu depois em Atenas, onde se familiarizou com a tragédia e com o sofismo, e participou na colonização de Túrios (444/43 a.C.). E foi, precisamente, entre a sua fixação em Atenas e a fundação de Túrios que Heródoto realizou várias viagens, das quais se conta uma ao Egípto e à Mesopotâmia e outra à Cítia, onde viveu até aos primeiros anos da guerra do Peloponeso. A sua obra, dividida em nove livros (número correspondente às nove Musas), conta a história das guerras Médicas, na qual se inserem extensas monografias etnográficas, nomeadamente sobre o Egípto e a Cítia, pelas razões óbvias. Já a parte dedicada à Índia, por sua vez, é bastante pequena, referindo-se o autor à mesma apenas quando faz a lista de todos os países tributários do Império Persa, no tempo de Artaxerxes I (465-424 a.C.). Cf. *Idem, Ibidem*, pp. 143-144.

¹⁶¹ Cf. “Heródoto” in *La India y el Catay (...)*, p. 149.

¹⁶² Marmotas, segundo Juan Gil. Cf. Juan GIL, *Op. Cit.*, p. 147.

¹⁶³ “*De esta manera es como los indios obtienen la mayor parte del oro, según relatan los persas; también se excava algo, pero rara vez.*” Cf. “Heródoto” in *La India y el Catay (...)*, pp. 146-149.

También Pompónio Mela nos fala na existência destas “formigas gigantes”. Cf. “Pomponio Mela” in *La India y el Catay (...)*, p. 247.

¹⁶⁴ Cf. *Idem, Ibidem*, pp. 144-145.

*de tener vivienda, sino que se alimentan de hierbas (...) Quien contrae alguna enfermedad, se va al descampado y se tumba, y nadie se cuida ni del doliente ni del muerto.*¹⁶⁵

Ou seja, na nossa opinião, o autor já tem conhecimento da existência¹⁶⁶ do bramanismo e do jainismo.

De facto, o bramanismo desenvolveu-se no período védico-tardio (900-500 a.C.), correspondendo a um clericalismo do vedismo. Este termo vem do sânscrito “veda”, que significa conhecimento. Isto é, o anseio pelas respostas para as dúvidas dos homens. O período védico (1500-500 a.C.) é um período associado a grandes textos religiosos, como o *Rigveda*, que corresponde a um conjunto de hinos, compostos em louvor e honra aos deuses. Estes hinos eram empregues durante os sacrifícios aos deuses. Pois, na verdade, o culto era centrado no sacrifício, na ideia de que a criação do Universo havia resultado de um sacrifício, pelo que havia, não só, de se memorizar este feito mas, também, de alimentar os deuses. Estes tinham que ser alimentados, a fim de não enfraquecerem e de a ordem cósmica não ser posta em causa. Inicialmente, eram sacrificados animais ou, até mesmo, humanos. Porém, com o passar do tempo, e muito por influência do Budismo e do Jainismo, estes passaram a ser orgânicos, com terra, por exemplo.¹⁶⁷ Surge assim a ideia de que os brâmanes não matam ser algum, nem comem nenhum animal, pelo que Heródoto nos dá a entender estar a fazer uma descrição dos brâmanes.

Por outro lado, pela segunda parte da descrição, o autor parece referir-se aos jainas.

¹⁶⁵ Cf. *Idem, Ibidem*, p.146.

¹⁶⁶ Mesmo que não tenha consciência disso, o que é o mais natural.

¹⁶⁷ Cf. Romila THAPAR, *A History of India*, vol. I, Londres, Penguin Books, 1990, p. 72.

Durante o período Védico, começa a surgir a ideia de reencarnação, associada ao ciclo lunar. Segundo o vedismo, a lua ia se “enchendo” de almas, até ficar completamente cheia. Depois disto, esta começava a “esvaziar” (em que se associa o quarto minguante), libertando almas para a terra, sob a forma de orvalho, que caía em cima das plantas, potenciando, desta forma, a criação de mais vida.

No entanto, no final do período védico, existiram algumas alterações que levaram ao bramanismo. Uma prendeu-se exatamente com esta questão, em que se começa a pensar que as almas passam a ser alojadas em corpos e não em plantas. E quanto mais recta tivesse sido a vida anterior, melhor seria o corpo em que se iria alojar a nova vida. Mas para além desta questão, torna-se fundamental haver uma profissionalização sacerdotal. Começa a ser necessário que alguém saiba os hinos de cor e que leve a cabo os rituais, não “perdendo tempo” no exercício de outras atividades produtivas. Pelo que o bramanismo está, como o seu próprio nome indica, associado à figura dos brâmanes. Cf. *Idem, Ibidem*, p. 74.

Mahavira, fundador do jainismo, terá nascido por volta de 530 a.C., tendo recebido o cognome de “Jina”, conquistador, de onde terá derivado a palavra “jainismo”. Segundo o mesmo, não existe Deus (nem deuses), existindo, sim, espírito e matéria, sendo que o Homem só encontra a libertação quando o seu espírito se separa da matéria, isto é, na morte ou na ascese. Devido a este facto, o ideal de morte para um jaina é a morte por inanição, uma vez que, através da mesma, a matéria se vai tornando cada vez mais fraca antes da morte.¹⁶⁸

Assim, Heródoto pode se estar a referir a brâmanes¹⁶⁹ e a jainas, ou pode estar só a reportar-se a estes últimos, uma vez que os mesmos têm como ideal de vida a *Ahimsa*, ideal de vida de não-violência. Expressa não só contra os humanos, mas incluindo também os animais. Estes não deveriam ser mortos, devendo haver um total respeito por todas as formas de vida.¹⁷⁰

Mas referindo-se a brâmanes e a jainas, ou só a jainas, o que importa frisar é a consciência da existência destes seres “diferentes”, que, ao contrário dos gregos, não comem animais e que não querem ser tratados durante a doença.

Por fim, importa referir que Heródoto tinha a plena convicção de que a Índia era a última terra a Este habitada pelos humanos,¹⁷¹ o que mostra que a China e o Japão não eram de todo conhecidos pelos europeus, no século V a.C..

Aquando da expedição de Alexandre, o *Grande*, também já Ctesias havia escrito sobre a Índia,¹⁷² afirmando que tudo o que conta ou foi visto pelo próprio ou teve conhecimento através de pessoas que haviam presenciado tais

¹⁶⁸ Cf. *Idem, Ibidem*, p. 74.

¹⁶⁹ Como nos diz Juan Gil. Cf. Juan Gil, *Op. Cit.*, p. 146.

¹⁷⁰ Cf. Claude MARKOVITS (direcção), *Histoire de l'Inde Moderne 1480-1950, s.l., Fayard*, 1994, p. 444.

¹⁷¹ Uma vez que nos diz que “(...) *la comarca oriental de la India es un desierto a causa de la arena.*”, bem como “*A los confines de la tierra habitada les han tocado en suerte las cosas mejores (...)*”. Cf. “Heródoto” in *La India y el Catay (...)*, pp. 144, 149.

¹⁷² Natural de Cnido, território da actual Turquia, Ctesias foi médico, profissão que lhe vinha de família. Conduzido à Pérsia como prisioneiro chegou, de facto, a ser médico de Artaxerxes II Mnémon (404-359 a.C.), ao lado de quem esteve sempre, durante a guerra contra o seu irmão Ciro. Segundo o próprio Ctesias, terá vivido na Pérsia durante 17 anos, voltando à sua pátria por volta de 398/397 a.C., onde redigiu a sua obra que aqui se apresenta. Segundo Juan Gil, através da mesma, Ctesias procurou, de certo modo, superar Heródoto. Cf. “Ctesias” in *La India y el Catay (...)*, pp. 151-152.

factos e garantido que só não contou outros dados mais assombrosos, por achar que as pessoas não iriam acreditar em si.¹⁷³

Tal como Heródoto, Ctesias começa por declarar que “(...) *los indios son casi más en número que el resto de los hombres juntos (...)*” e que “*No hay otra tierra habitada que se encuentre más allá.*”,¹⁷⁴ uma vez mais, o que estava em causa era a numerosa população indiana e o total desconhecimento de terras a Oriente da Índia.

A obra de Ctesias tem, ainda, o mérito de ser a primeira fonte a descrever o papagaio, ave que ele terá visto, muito possivelmente, na corte persa, segundo Juan Gil.¹⁷⁵

Fala, também, na existência de uma fonte de ouro, de um rio onde corre âmbar, bem como de montanhas de pedras preciosas.¹⁷⁶ Apesar disso, Ctesias declara que estes materiais são bastante difíceis de se obter.¹⁷⁷

De seguida, o autor descreve os tigres, animais desconhecidos por parte dos gregos,¹⁷⁸ fala da existência de pigmeus¹⁷⁹ e assevera o total “*desprecio a la muerte*”, por parte dos indianos.¹⁸⁰ No entanto, assegura que estes não adoecem e que podem viver até aos duzentos anos.¹⁸¹

Ctesias faz-nos a primeira descrição de uns seres que irão sempre marcar o imaginário europeu sobre o mundo asiático, os cinocéfalos. É-nos dito que “*En esas montañas dice que habitan hombres que tienen cabeza de perro. Se visten de pieles de animales, y no hablan lengua alguna, sino que aúllan como canes, de suerte que comprenden sus ladridos. Tienen dientes más grandes que*

¹⁷³ Cf. *Idem, Ibidem*, p.170.

¹⁷⁴ Cf. *Idem, Ibidem*, p. 153.

¹⁷⁵ Ctesias descreve-o como um pássaro que tem língua e voz de homem, tamanho de falcão e cara púrpura. Diz, ainda, que o seu corpo é azul-escuro, o seu pescoço cor de cinabre e que fala com o homem em indiano e que se aprender grego, que fala grego. Cf. *Idem, Ibidem*, pp. 153, 163.

¹⁷⁶ Cf. *Idem, Ibidem*, pp. 154-155.

¹⁷⁷ Uma vez que nessas montanhas “(...) *habitan los grifos, aves de cuatro patas, del tamaño de un lobo, com patas y garras de león; las plumas del pecho son rojas, las del resto del cuerpo negras. Por su causa el oro de las montañas, a pesar de su abundancia, es de obtención difícil.*” Cf. *Idem, Ibidem*, p. 160.

Segundo Juan Gil, este tipo de histórias não eram, senão, um embuste para dissuadir um possível rival económico de se deslocar a estes locais. Sobre todo o tipo de invenções que existiam a este respeito veja-se Juan GIL, *Op. Cit.*, p. 75.

¹⁷⁸ Cf. “Ctesias” in *La India y el Catay* (...), p. 156.

¹⁷⁹ Cf. *Idem, Ibidem*, pp. 158-159.

¹⁸⁰ Cf. *Idem, Ibidem*, p. 161.

¹⁸¹ Cf. *Idem, Ibidem*, pp. 161-162.

los perros (...) Viven en las montañas hasta el río Indo. Son negros y sobremanera justos (...) Los indios los llaman calistrios, que en griego significa ‘cara de perro’.”¹⁸²

Ctesias não se limitou a descrever pela primeira vez os papagaios, os tigres ou os cinocéfalos. Este descreveu, ainda, os rinocerontes. Animais que, durante mais de 1500 anos, foram imaginados pelos europeus como figuras graciosas, os unicórnios.

O autor descreveu-os da seguinte forma: *“En la India nacen asnos salvajes iguales y aun mayores que caballos. Son blancos de cuerpo, de cabeza de color purpúro y de ojos azul oscuro; tienen un cuerno en la frente (...) La base del cuerno (...), es muy blanca; la punta es aguda y de color purpúreo, muy roja; la parte central del cuerno es negra (...) el más hermoso que yo jamás haya visto, que es como de buey en su forma y tamaño, pesa como el plomo, y en su superficie y en su interior es rojo como el cinabrio.*”¹⁸³

Ainda que Ctesias descreva os rinocerontes como parecidos com os bois, na sua força e tamanho, e que diga que estes são pesados “como chumbo”, até aos descobrimentos¹⁸⁴ portugueses, e até à primeira representação de um rinoceronte, por Dürer, estes são imaginados pelos europeus como animais belos e elegantes, associados à pureza e à força, os unicórnios.¹⁸⁵

Por fim, Ctesias faz menção a homens com oito dedos em cada mão e em cada pé e a homens *“(...) que tienen las orejas tan grandes, que les cubren los brazos hasta el codo, por detrás les tapan la espalda y con una oreja se tocan la otra.*”¹⁸⁶

¹⁸² Cf. *Idem, Ibidem*, pp. 163-164.

¹⁸³ Cf. *Idem, Ibidem*, pp. 166-167.

¹⁸⁴ Apesar de a palavra *descobrimientos* já ter sido substituída por *descompartimentação*, pelo facto de os povos extraeuropeus conceberem que a primeira transmitia, apenas, a visão europeia, neste trabalho, por uma questão pragmática, falaremos, apenas, em *descobrimientos*. Cf. João Paulo Oliveira e COSTA, e Teresa LACERDA, *A interculturalidade na expansão portuguesa, séculos XV-XVIII*, Lisboa, ACIME, 2008, p.28.

¹⁸⁵ Aliás, nos primeiros tempos da expansão portuguesa, ainda se fala da existência destes animais míticos. É o que acontece no caso de *Marco Paulo*, de Valentim Fernandes, em que o mesmo, entre papagaios e elefantes, afirma que existem, também, unicórnios. Cf. Valentim FERNANDES (1502), *Marco Paulo* (introdução e índices por Francisco Maria Esteves Pereira), Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1922, p. ajv.

Obviamente que hoje conseguimos compreender que se trata de um rinoceronte, no entanto, temos que compreender que no início do século XVI tudo era suscetível de existir. Durante a Época Moderna, a conceção do mundo, e dos seus seres, era bastante plástica, mudando com frequência, o que leva estes homens a admitirem a possibilidade de existirem todos os seres.

¹⁸⁶ Cf. “Ctesias” in *La India y el Catay (...)*, pp. 159-160.

Mas não só os gregos discorreram sobre a Índia, também os romanos o fizeram.

Plínio, *o Velho*, foi um deles.¹⁸⁷

Tal como os autores gregos já abordados, Plínio volta a fazer menção ao elevado número de povos que habitam o território indiano, 9000 segundo os seus cálculos, afirmando que tal sucede devido ao facto de os indianos serem “(...) *el único pueblo que no haya emigrado jamás de su patria.*”¹⁸⁸

Plínio refere, também, o facto de alguns indianos se alimentarem de carne humana, o tamanho “assombroso” dos rios indianos, bem como o facto de o firmamento e o clima serem peculiares nesta zona do globo.¹⁸⁹

Tal como nos textos gregos, este autor fala-nos das riquezas da Índia, bem como da existência de homens fabulosos, que têm os olhos nos ombros, só uma perna, com a qual se protegem do sol, ou que não têm boca, entre outros.¹⁹⁰

No entanto, consideramos que a parte mais importante do relato de Plínio é a seguinte: “*Entre los indios más civilizados a cada cual el está asignado un tipo de vida diferente. Unos cultivan la tierra; otros se dedican a la milica; otros exportan sus mercancías e importan las foráneas; los mejores y más ricos rigen los negocios públicos, administran justicia y aconsejan a los reys; la quinta casta, consagrada a la sabiduría - a la que honran y toman casi como una religión - pone siempre fin a su vida con una muerte voluntaria en la pira que han encendido previamente. Hay, además, una última casta*

¹⁸⁷ Nascido por volta de 24 ou 23 d.C., pertenceu ao círculo do general e poeta Pompónio Segundo. Foi oficial de cavalaria, servindo na Germânia e tendo estreita relações com o Imperador Tito Flávio Vespasiano. Plínio faleceu em 76 d.C., durante a erupção do Vesúvio. O texto que aqui se analisa é retirado da sua grande obra enciclopédica, intitulada *La Historia Natural*, dedicada ao Imperador Tito. A mesma é composta por trinta e sete livros e tem o mérito de adicionar novos dados sobre a Taprobana e sobre a navegação do Egipto até à Índia. Segundo Juan Gil, Plínio segue, em linhas gerais, Megástenes e Eratóstenes, justapondo a ciência do século III a. C. às novidades do seu tempo, sem estudá-las em profundidade. Cf. Juan GIL, *Op. Cit.*, pp. 287-288.

¹⁸⁸ Cf. “Plinio el Viejo” in *La India y el Catay (...)*, p. 291.

O que, em parte, não deixa de ser verdade, uma vez que a elevada fecundidade das terras sempre levou a uma baixa taxa de emigração.

¹⁸⁹ Cf. “Plinio el Viejo” in *La India y el Catay (...)*, pp. 290-291.

¹⁹⁰ Cf. *Idem, Ibidem*, pp. 310-314.

semisalvaje abrumada por un inmenso trabajo del que están exentas las antedichas, el de cazar y domar los elefantes (...).¹⁹¹

Isto é, Plínio apresenta-nos uma descrição, ainda que não seja perfeita, do sistema de varna (castas) da sociedade indiana.

Mas não é o único a fazê-lo. Também Arriano¹⁹² o faz posteriormente. Este afirma que: *“Todos los indios se dividen aproximadamente en siete castas. Una la forman los sabios, que son menos en número que los demás, pero tenidos en mayor honra y estima; en efecto, no están obligados a hacer trabajos corporales ni a entregar al erario una parte de su esfuerzo. En realidad, su único deber estriba en ofrecer sacrificios a los dioses por el bien de la comunidad (...) después de éstos viene la casta segunda, la dos labradores, que es la más numerosa. No tienen armas ni entienden de artes marciales, sino que cultivan la tierra y pagan tributo a los reys y a las ciudades que son independientes (...) La tercera es la de los pastores: overejos y boyeros (...) La cuarta la constituyen los artesanos y mercaderes (...) Los guerreros forman la quinta casta, la más numerosa después de la de los labradores y la que disfruta de mayor libertad y comodidades (...) La sexta es la de los llamados inspectores. Éstos vigilan lo que sucede en el campo y en ciudad y se lo comunican al rey, allí donde existe una monarquía, o bien a los magistrados, allí donde las ciudades son independientes (...) Componen la séptima los que deliberan sobre el bien común con el rey o, en las ciudades que son independientes, con los magistrados.”*¹⁹³

Depois desta descrição exaustiva, Arriano declara: *“Está prohibido tomar por esposa a una mujer de otra casta, por ejemplo, a los labradores casarse con una mujer de los artesanos, y viceversa. También está prohibido que un mismo hombre desempeñe dos oficios, o que cambie de una casta a otra, como pasar de pastor a agricultor o de artesano a pastor.”*¹⁹⁴

¹⁹¹ Cf. *Idem, Ibidem*, p. 294.

¹⁹² Natural da Bitínia, zona da atual Turquia, Arriano mudou-se durante a sua juventude para Nicópolis. Foi cônsul, procônsul, tendo, ainda, ocupado vários cargos municipais. À morte do Imperador Adriano, retirou-se para Atenas, onde se dedicou à escrita da obra aqui analisada. Cf. “Arriano” in *La India y el Catay (...)*, pp. 315-316.

¹⁹³ Cf. *Idem, Ibidem*, pp. 327-329.

¹⁹⁴ Cf. *Idem, Ibidem*, pp. 329.330.

Estes dois autores não foram os primeiros a descrever a organização social da Índia. Já Megástenes, que tinha frequentado a corte de Chandragupta, o havia feito. No entanto, a sua descrição ainda é bastante imperfeita e, por vezes, idealizada, misturando muitas vezes as distintas varnas com simples ofícios.¹⁹⁵ Que é, precisamente, o que Plínio e Arriano também fazem.

O sistema de varna¹⁹⁶ é um sistema de divisão social, herdado das invasões arianas, de c.1500 a.C.. Aquando das invasões, os arianos vêm divididos em três varnas, ou grupos sociais: brahmana, kshatriya e vaishya. Estes correspondem, *grosso modo*, à classe sacerdotal, guerreira e produtiva, respetivamente. Porém, aquando da chegada dos invasores ao novo território, foi surgida uma nova varna: shudra, que englobou os autóctones, os dravidianos. Assim, esta passou a ser a varna responsável pelo sustento, pelas atividades agrícolas e piscatórias, por exemplo.¹⁹⁷

Dentro de cada varna, ou grupo, existem várias profissões. Existem várias jati, ou várias “castas”.¹⁹⁸

Ainda que nenhuma das duas descrições apresentadas seja perfeita, a de Plínio parece ser a mais próxima da realidade, uma vez que faz uma divisão mais assente nas diversas varnas, ao passo que Arriano confunde bastante os diversos ofícios com as castas.

Ainda assim, Arriano tem razão ao afirmar que as diversas varnas são grupos fechados sobre si mesmos, em que a progressão social e o casamento fora da casta de origem não são aceitáveis.¹⁹⁹

Pelo exposto se depreende que, durante o Império Romano, a Europa continuou a estabelecer contactos com o Oriente. As trocas comerciais entre os

¹⁹⁵ Cf. Juan GIL, *Op. Cit.*, p. 36.

¹⁹⁶ Palavra que significa “cor”. Esta é, portanto, uma divisão da sociedade assente num conceito pejorativo.

¹⁹⁷ Existia, ainda, uma quinta varna, apesar de não ser, oficialmente, considerada enquanto tal. A dos párias. Correspondia às pessoas que se ocupavam das profissões consideradas mais indignas da sociedade, como as que envolvam tratar do lixo ou dos mortos, por exemplo. Cf. Romila THAPAR, *Op. Cit.*, p. 134.

¹⁹⁸ De referir que a palavra “casta” é de origem portuguesa, surgida no âmbito dos descobrimentos, mas será utilizada neste contexto por uma questão de comodidade.

¹⁹⁹ Cf. *Idem, Ibidem*, pp. 135-136.

dois mundos continuavam a existir²⁰⁰ e vários Imperadores romanos, receberam várias embaixadas da Índia. E, deste modo, o sonho dos europeus em chegar à Índia continuou a existir.²⁰¹

Porém, e ainda que Bizâncio tenha mantido relações diplomáticas com o Oriente depois da queda do Império romano do Ocidente, a verdade é que a queda do mesmo levou a uma inevitável quebra do conhecimento do Oriente. O que foi agravado pelo difundir de uma geografia mítica, imposta pela Bíblia, bem como, a partir de 650, pelo surgimento do Islão, uma vez que tal implicou o corte do tráfico marítimo entre os dois mundos.²⁰²

No entanto, devido à fama de Alexandre, o *Grande*, a Índia nunca foi totalmente esquecida pelos europeus, agravado pelo facto de, por via do Islão, chegarem contos e fábulas sobre esse longínquo território.²⁰³

De facto, durante a Idade Média, a Europa viveu bastante fechada sobre si própria, e os seus habitantes viajavam pouco. Pelo que não é de estranhar que, em pleno século VII, Santo Isidoro de Sevilha nos apresentasse a seguinte descrição sobre a Índia: *“Do mesmo modo que em cada povoação aparecem alguns homens monstruosos, assim também no conjunto do género humano existem alguns povos de seres monstruosos (...) Os cinocéfalos devem o seu nome ao facto de terem cabeça de cão (...) Nascem na Índia. Também a Índia engendra ciclopes. Denominam-se «ciclopes» porque ostentam um olho no meio da frente (...) Crê-se que na Líbia nascem os blemnias, que apresentam um tronco sem cabeça e que têm os olhos nos ombros (...)”*.²⁰⁴

Isto é, devido ao surgimento do Islão²⁰⁵ e à geografia mítica imposta pela Bíblia, os homens da Idade Média aceitaram as descrições fabulosas dos clássicos, voltando a descrever, de forma acrítica, o mesmo que estes, como é o caso de Santo Isidoro.

²⁰⁰ Apesar da guerra intermitente que Roma sempre viveu com a Pérsia, intermediária entre o Ocidente e o Oriente. Cf. Juan GIL, *Op. Cit.*, p. 81.

²⁰¹ Cf. *Idem, Ibidem*, pp. 42-50.

²⁰² Cf. *Idem, Ibidem*, pp. 92-93.

²⁰³ Cf. *Idem, Ibidem*, pp. 100-102.

²⁰⁴ Cf. S. Isidoro de SEVILHA, *Etimologias*, vol. VII, Madrid, La Editorial Catolica, 1983, pp. 49-51.

²⁰⁵ Que levou, como se referiu, a um grande corte direto do tráfico marítimo entre o Ocidente e Oriente e, conseqüentemente, a uma maior intermediação entre os dois mundos através de agentes islâmicos. Era, maioritariamente, através destes que os europeus ouviam algumas descrições sobre a Ásia ou adquiriam produtos deste continente. Cf. Juan GIL, *Op. Cit.*, pp.92-93.

Porém, esta situação muda um pouco a partir do século XII. A partir desta altura, a Europa conheceu um período de grande fluxo de homens e ideias, sendo os viajantes desta época bastante diversificados.²⁰⁶

Entre estes temos os irmãos Niccolò e Matteo Polo, que terão sido os primeiros a chegar a Kambaluc, território da atual cidade de Pequim, onde, para além de realizarem excelentes negócios, foram recebidos na corte do Imperador Kublai Khan. Regressados a Veneza, em 1269, de onde eram naturais, as suas narrativas terão entusiasmado Marco, filho de Niccolò, de tal forma que este, em 1271, quando o seu pai e o seu tio decidem empreender uma nova viagem, acompanha-os.²⁰⁷

Os Pollo terão regressado à sua terra natal em 1295 sendo que, pouco depois, Marco descreve a sua aventura na obra denominada *O Livro de Marco Polo*.²⁰⁸ Nela, Polo faz uma descrição muito precisa da sua viagem à China, bem como do seu regresso através da Malásia e da Índia. A par destas descrições precisas, continuavam a circular várias fábulas como o facto de existirem cinocéfalos, amazonas ou vales de diamantes.²⁰⁹

Era desta forma que se descrevia o Oriente no século XIII. No final da Idade Média, o mundo asiático continuava a ser, para os europeus, um lugar onde o ouro e as pedras preciosas²¹⁰ abundavam, mas também o local onde existiam seres, tanto humanos como animais, monstruosos. Pelo que se tratavam, de facto, “*mais de bestas que de homens*”.²¹¹

Cerca de dois séculos depois, estas conceções começariam, pouco a pouco, a mudar, graças à ação dos portugueses.

²⁰⁶ Viajariam, com alguma regularidade, peregrinos, cavaleiros, eclesiásticos, exploradores e mercadores. Cf. Paulo LOPES, *Os livros de viagens medievais*, nº2, Lisboa, IEM - Instituto de Estudos Medievais, 2006, p.2.

Disponível em: <http://www.fcsh.unl.pt/iem/MEDIEVALISTA2/MEDIEVALISTA2/PDF2/viagens-PDF.pdf> [Consultado a 12 de Fevereiro de 2013].

²⁰⁷ Cf. Vitorino Magalhães GODINHO, *Mito e Mercadoria, Utopia e Prática de Navegar (Séculos XIII-XVIII)*, Lisboa, Difel - Difusão Editorial, Lda, 1990, p. 281.

²⁰⁸ Cf. *Idem, Ibidem*, p. 586.

²⁰⁹ Cf. Juan GIL, *Op. Cit.*, p. 111.

²¹⁰ Bem como as especiarias e outros artigos exóticos.

²¹¹ Cf. S. Isidoro de SEVILHA, *Op. Cit.*, p. 49.

PORTUGUESES - MAIS LONGE QUE GREGOS E ROMANOS

*“Cessem do sábio grego e do troiano/ As navegações grandes que fizeram; / Cale-se de Alexandre e de Trajano/ A fama das vitórias que tiveram, / Que eu canto o peito ilustre lusitano, / A quem Neptuno e Marte obedeceram; / Cesse tudo o que a Musa antiga canta, / Que outro valor mais alto se levanta.”*²¹²

Era desta forma que Luís de Camões, no século XVI, iniciava a sua epopeia sobre os feitos dos portugueses. Afirmando que eles haviam passado por *“mares nunca dantes navegados”*, passando para além da mítica Taprobana, a que os clássicos se referiam.²¹³ Os mesmos clássicos a quem João de Barros²¹⁴ ou Duarte Pacheco Pereira,²¹⁵ por exemplo, se referiram para refutar e questionar a veracidade das suas informações.

²¹² Cf. Luís de CAMÕES, *Os Lusíadas*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2002, canto I, estrofe 3, p.30.

²¹³ A mesma corresponde ao Ceilão, tendo Estrabão feito uma descrição sobre este mesmo território. Cf. “Estrabón” in *La India y el Catay (...)*, p. 188.

²¹⁴ João de Barros nasceu em 1496, provavelmente em Viseu, no seio de uma família fidalga, onde se destacavam membros que costumavam frequentar a corte bem como membros do Alto Clero. Devido à morte do seu pai, João de Barros acaba por ser admitido na corte por D. Manuel I, através do intermediário de D. João de Menezes, camareiro-mor do herdeiro D. João. Deste modo, João de Barros é educado na escola do Paço, juntamente com outros moços fidalgos. Sendo que é, portanto, aqui que vem buscar a sua formação literária, e não à Universidade. Tendo o privilégio de crescer com o príncipe D. João, futuro D. João III, João de Barros acaba por ser nomeado moço de guarda-roupa, quando D. Manuel I põe casa própria ao herdeiro. Terá, então, surgido uma relação de forte amizade e proteção entre os dois homónimos, de tal forma que, em 1520, o príncipe terá acompanhado todo o processo de produção da primeira obra de João de Barros, a *Crónica do Imperador Clarimundo*, com entusiasmo. E é, precisamente, esta crónica, que exalta as origens da casa real portuguesa, que estará na base deste texto que aqui se pretende analisar. Cf. Ana Isabel BUESCU, «A Ásia de João de Barros - um projecto de celebração imperial» in *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional Comemorativo do seu Nascimento*, Lisboa, CHAM & CEPCEP, 2004, pp. 57-58.

²¹⁵ Nascido no terceiro quartel do século XV, Duarte Pacheco Pereira foi um dos mais destacados protagonistas da Expansão portuguesa, devido às viagens de exploração que protagonizou, aos feitos militares no Oriente que o celebrizaram e à obra *Esmeraldo de Situ Orbis*, súpula dos seus vastos conhecimentos geográficos e cosmográficos. Duarte Pacheco Pereira descendia de linhagens distintas da Nobreza portuguesa, apesar de tanto o seu avô, Gonçalo Pacheco, tesoureiro da casa de Ceuta e um dos comerciantes mais ricos de Lisboa à época, como o seu pai, João Pacheco, serem filhos bastardos. Após a morte do seu pai, em combate contra os muçulmanos, entrou ao serviço da Coroa, tendo sido cavaleiro da casa de D. João II. É ao serviço deste Rei que iniciou o seu percurso de navegador, capitaneando viagens de exploração da costa ocidental africana. Em 1490 figurava como membro da guarda pessoal do Rei e em 1494 encontrava-se entre os representantes escolhidos por D. João II para negociar a fixação dos limites do Tratado de Tordesilhas. Algumas fontes indicam também que terá integrado a armada de Pedro Álvares Cabral em 1500, apesar de não ter comandado

O Primeiro afirma que tem amor à sua pátria, querendo “(...) *tirar a infamia d’algumas fabulas, e ignorancias, que andam na boca do vulgo, e per papeis escritos dignos de seus Auctores*”²¹⁶, enquanto que o segundo afirma claramente que a experiência “(...) *nos faz viver sem engano das abusões e fábulas que alguns dos antigos cosmógrafos escreveram acerca da descrição da terra e do mar*”.²¹⁷

Ou seja, pelo experiencialismo, decorrente das viagens marítimas portuguesas, começam-se a pôr em causa as descrições que os clássicos haviam feito, considerando-se as mesmas, como se conclui pelas descrições acima transcritas, como fábulas.

A verdade é que apesar de os portugueses criticarem os clássicos por este motivo, também acabaram por incorrer, várias vezes, no mesmo erro.

Por exemplo, em 1501, D. Manuel I mandava a seguinte carta aos Reis Católicos: “*Envió el navio a haver nuevas de la mina de Zofala (...) y allí allí nuevas que entre los hombres que traen el oro allí á cuestras, vienem muchos que tienen quatro ojos, dos delante e dos detrás, y son hombres pequeños de cuerpo é bermejos, y diz que son crueles é que comen los hombres con quien tien guerra, y que las vacas del rey traen collares de oro gruesos al pescuezo.*”²¹⁸

Ou seja, por muito que se comece a ter, pouco a pouco, uma conceção mais real do mundo, ainda existe uma grande dificuldade em fazer desaparecer as imagens tradicionais que se tinham da Índia e dos seus seres. É difícil a D.

nenhuma embarcação. Tendo servido no Oriente até 1504, no seu regresso ao Reino ter-se-á ocupado da elaboração do *Esmeraldo de Situ Orbis*, obra que, no entanto, deixou inacabada, dado que a partir de 1509 foi de novo chamado a servir a Coroa no mar. No entanto, com a morte do Rei, em 1521, terminou abruptamente este período benfazejo da carreira de Duarte Pacheco Pereira. Caído em desgraça devido à nova conjuntura política, advinda da subida ao trono de D. João III, Duarte Pacheco Pereira regressou aprisionado ao Reino em 1522, detido sem acusação conhecida e com os seus bens confiscados. Apesar de rapidamente ter sido ilibado e posto em liberdade, nunca mais a sua carreira atingiu o prestígio anterior. Viveu em Portugal os seus últimos anos, falecendo em data desconhecida, provavelmente entre 1531 e 1533. Cf. José FERREIRA, S. V. “PEREIRA, Duarte Pacheco (? - 1531/3) ” in *CHAM - Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa*. Disponível em: <http://www.fcsh.unl.pt/cham/eve/> [Consultado a 14 de Fevereiro de 2013].

²¹⁶ Cf. João de BARROS, *Ásia*, I, i, 1.

²¹⁷ Cf. Duarte Pacheco PEREIRA, *Esmeraldo de Situ Orbis*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1975, p. 20.

²¹⁸ Cf. [D. MANUEL I] “Carta de D. Manuel I aos Reis Católicos, Santarém, 27.VII.1501” in *A Expedição de Pedro Álvares Cabral e o Descobrimento do Brasil*, Jaime Cortesão, Lisboa, IN-CM, 1994, p.186.

Manuel I assumir que não encontrou os seres fantásticos que durante séculos se pensou que existissem.

Ainda assim, segundo Gaspar da Cruz, o que se dizia sobre a Índia, acabou por cair por terra, aquando da chegada dos portugueses à mesma, apesar de nos primeiros tempos, os próprios portugueses continuarem a pensar que as criaturas magníficas a que os clássicos se referiam existiam, de facto, mas nas zonas mais longínquas, onde ainda não tinha sido possível chegar.²¹⁹ Nos primeiros tempos da expansão portuguesa em terras asiáticas, a geografia ainda não era perfeitamente nítida, existindo ainda algumas confusões.²²⁰

Ainda que os clássicos sejam várias vezes criticados pelos seus exageros e pelas suas fantasias, a verdade é que estes continuam a ser um exemplo. Daí que os autores portugueses da época tivessem uma grande necessidade de afirmar várias vezes que os portugueses foram mais longe do que os clássicos.

Tal é visível na estrofe dos *Lusíadas*, mas também no prólogo do *Esmeraldo de Situ Orbis*, onde Duarte Pacheco Pereira afirma: “*Mas qual eloquência terá tanta perfeição, que perfeitamente possa dizer o peso de tão grandes feitos como os do nosso César Manuel? Cá Marco Túlio, o mais excelente dos Latinos, e Homero e Demóstenes, os principais oradores dos Gregos, que por excelência sua eloquência entre todos os mortais até agora floresceu, certamente suas mãos temeram de escrever feitos de tamanha gravidade.*”²²¹

Já Valentim Fernandes,²²² por seu turno, compara D. Manuel I ao Rei Salomão, a Alexandre Magno ou aos romanos sendo que, segundo o próprio, os feitos do monarca português ultrapassam os dos restantes.²²³ Uma vez que

²¹⁹ Cf. Juan GIL, *Op. Cit.*, pp. 131-132.

²²⁰ Francisco Xavier, por exemplo, chega a distinguir a China do Cataio, de Marco Polo. Cf. *Idem, Ibidem*, 136.

²²¹ Cf. Duarte Pacheco PEREIRA, *Op. Cit.*, p.18.

²²² Originário da Morávia, terá partido para Nürnberg e, posteriormente, para Sevilha, onde começa a fazer relatos dos descobrimentos e das conquistas. Entretanto, em 1494, devido à peste, há um médico de Nürnberg - Jerónimo Münzer - que se desloca à Península Ibérica e para quem Valentim passa a servir de intérprete. Desta forma, vários autores acreditam que Valentim tenha acompanhado Münzer na sua visita a Portugal, onde terão chegado a 16 de Novembro do mesmo ano. Depois disto, Valentim terá sido contratado como intérprete na cidade de Lisboa e terá tido, conseqüentemente, acesso às cortes de D. João II e de D. Manuel I, pela via de Münzer. Cf. João José Alves DIAS (coordenação), *No quinto centenário da Vita Christi*, Lisboa, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1995, pp. 16-18.

²²³ Isto na medida em que o primeiro necessitou da ajuda do rei de Damasco para chegar a Orphir, Alexandre e o seu capitão Onesícrito ficariam, claramente, na sombra de D. Manuel,

este²²⁴ tinha conseguido chegar desde Ceuta “(...) *alem do Mar roxo e Syno persico ate o Syno colchico (...)*”, o que leva a Valentim Fernandes afirmar que “(...) *todo ho vniuerso mundo se marauilha.*”²²⁵

E, de facto, “todo o mundo” se maravilhava. Esta não era apenas a posição destes quatro autores modernos apresentados, era a posição de muitos portugueses. Estes tinham conseguido ir mais longe que gregos e romanos, modelos civilizacionais seguidos durante o período renascentista que se vivia, conseguindo mesmo corrigir os seus erros.

CONCLUSÃO

Pelo exposto, conclui-se que, até ao século XV, a civilização europeia não tinha consciência da verdadeira dimensão do planeta e da diversidade da sua fauna e flora. No entanto, este não é um aspeto exclusivo da Europa. De facto, até aos descobrimentos portugueses, nenhuma civilização tinha esta perceção. Este foi um facto que só começou a mudar, progressivamente, a partir da expansão portuguesa.²²⁶ Só a partir de então, a imagem do mundo alcança, pela primeira vez, uma dimensão planetária.²²⁷

Na verdade, foi a viagem de Gil Eanes, em 1434, que veio, de certo modo, abrir “as portas à Modernidade”, rompendo com o medo do Mar Tenebroso, que inibia a circulação pelo oceano e, desta forma, a comunicação entre os vários continentes.²²⁸

No entanto, esta viagem não significou o fim das dúvidas sobre a configuração do mundo, como já vimos acima. De facto, nos inícios do século XVI, estas dúvidas continuavam a ser enormes. O mapa de Cantino é um bom

bem como os romanos que nunca teriam conseguido ultrapassar as colunas de Hércules, isto é, o estreito de Gibraltar.

²²⁴ “(...) *sem ajuda de nenhuũ outro rey (...)*”. Cf. Valentim FERNANDES (1502), *Op. Cit.*, p. aiijr.

²²⁵ Cf. *Idem, Ibidem*, p. aiijr.

²²⁶ Tal como referiu Silva Dias, o Mundo viveu um “choque existencial”, em que se punham, várias vezes, em causa os antigos, uma vez que se descobria algo de novo quase diariamente. Cf. J. S. Da Silva DIAS, *Os Descobrimentos e a Problemática Cultural do Século XVI*, Lisboa, Editorial Presença, 1988, p. 131.

²²⁷ Cf. Luís Filipe BARRETO, *Os Descobrimentos e a Ordem do Saber - Uma Análise Sociocultural*, Lisboa, Gradiva, 1989, p. 11.

²²⁸ Cf. João Paulo Oliveira e COSTA, e Teresa LACERDA, *Op. Cit.*, p. 29.

exemplo destas dúvidas, uma vez que mistura aspetos tradicionais com modernos, fruto das descobertas portuguesas.²²⁹

Tal como as fontes portuguesas apresentadas o são. Por um lado, estas criticam os clássicos pelas suas efabulações e, por outro lado, acabam muitas vezes por cair no mesmo erro.²³⁰

Ainda assim, e tal como já vimos, os clássicos continuavam a representar um modelo a seguir, ou não se vivesse em pleno período renascentista. Pois, tal como afirmou Luís Filipe Barreto, “Os *antigos/autoridades* são, no Renascimento, ainda saber, mas já não o saber.” Isto é, o seu legado estava interiorizado nos campos científico-filosófico, mas já não eram tidos por infalíveis, servindo, como se viu, como termo de identificação mas também de comparação.²³¹ Justificando-se, deste modo, a necessidade de os autores portugueses afirmarem várias vezes que os portugueses haviam ido mais longe do que gregos e romanos, corrigindo os seus erros.

Em simultâneo, D. Manuel I é comparado a Alexandre, o *Grande*, que, como também já foi dito, desenvolveu um grande campanha militar na Ásia e foi divinizado ainda em vida. Em comparação, D. Manuel I aspirava ao título Imperial, facto que os seus contemporâneos consideravam possível, devido aos seus grandes feitos.²³²

Por fim, importa referir que, ainda que os antigos fossem um modelo a seguir, em momento algum se encontram diretrizes dos reis portugueses para procurar o Cataio de Marco Polo, por exemplo. Pelo contrário, o avanço português na Ásia fazia-se com base nas informações obtidas no terreno, e não

²²⁹ Este mapa data de 1502 e, pela primeira vez, representa o continente africano com o seu recorte a sul, permitindo o contacto ente o Atlântico e o Índico. Por seu turno, a Índia surge já como uma península e a Indochina e Samatra surgem também representadas, apesar de os portugueses ainda não terem lá chegado. Por outro lado, o Brasil também já está presente, apesar de as suas linhas costeiras ainda serem bastante imprecisas. Tudo isto é fruto dos descobrimentos portugueses, ao passo que, por outro lado, nos locais menos explorados continuam a aparecer representações de inspiração ptolemaica. Cf. *Idem, Ibidem*, pp. 31-32.

²³⁰ Um bom exemplo é a questão da existência de unicórnios, como já se viu em cima. Tal como já se referiu que, no início da expansão portuguesa, tudo era suscetível de existir. Pois, tal como Vitorino Godinho afirmou: “(...) *tudo era possível, ou nada impossível* (...)”. Cf. Vitorino Magalhães GODINHO, *Op. Cit.*, p.92.

²³¹ Cf. Luís Filipe BARRETO, *Caminhos do Saber no Renascimento Português - Estudos de História e Teoria da Cultura*, Porto, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1986, pp. 85-88.

²³² Sobre isto veja-se João Paulo Oliveira e COSTA, «Um país que se afirma» in *D. Manuel I. Um Príncipe do Renascimento*, [s.l.], Círculo de Leitores, 2005, pp.175-179.

a partir das descrições de antigos viajantes. Na verdade, o único mito que parece ter condicionado a expansão lusa era o do Preste João.²³³

Através de rotas comerciais milenares, nomeadamente da “rota da seda”, os europeus haviam chegado à Ásia e descrito a mesma, logo no século V a.C.. Porém, deixaram-se maravilhar pelo que viam e não foram capazes de fazer²³⁴ descrições precisas da realidade que encontraram, efabulando.

Posteriormente, estas concepções foram mantidas e, nalguns casos, reforçadas. Deste modo, em finais do século XV, inícios do século XVI, observamos os portugueses a “chegarem mais longe que gregos e romanos” e, pela experiência, a fazerem cair por terra, pouco a pouco, as concepções milenares que circulavam do mundo asiático.

²³³ Cf. *Idem, Ibidem*, p.158.

²³⁴ Ou não as quiseram fazer, como é o caso dos mercadores, como já foi referido.

FONTES

[D. MANUEL I], “Carta de D. Manuel I aos Reis Católicos, Santarém, 27.VII.1501” in *A Expedição de Pedro Álvares Cabral e o Descobrimento do Brasil*, Jaime Cortesão, Lisboa, IN-CM, 1994. ISBN 972-27-0698-5.

BARROS, João de, *Da Ásia: dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento dos mares e terras do Oriente*, 24 vols., Lisboa, Livraria Sam Carlos, 1973-1975. (citado por autor, década, livro e capítulo).

CAMÕES, Luís de, *Os Lusíadas*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2002. ISBN 972-42-2734-0.

FERNANDES, Valentim (1502), *Marco Paulo* (introdução e índices por PEREIRA, Francisco Maria Esteves), Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1922.

GIL, Juan (org.), “Textos de la Antigüedad clásica” in *La India y el Catay - Textos de la Antigüedad Clásica y del Medievo Occidental*, Madrid, Alianza Editorial, 1995. ISBN 9788420628301.

PEREIRA, Duarte Pacheco, *Esmeraldo de Situ Orbis*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1975.

SEVILHA, S. Isidoro de, *Etimologias*, vol. VII, Madrid, La Editorial Católica, 1983.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, Luís Filipe, *Caminhos do Saber no Renascimento Português - Estudos de História e Teoria da Cultura*, Porto, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1986.

BUESCU, Ana Isabel, «A Ásia de João de Barros - um projecto de celebração imperial» in *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional Comemorativo do seu Nascimento*, Lisboa, CHAM & CEPCEP, 2004. ISBN 972-98672-7-5.

COSTA, João Paulo Oliveira e, *D. Manuel I. Um Príncipe do Renascimento*, [s.l.], Círculo de Leitores, 2005. ISBN 978-972-759-920-2.

COSTA, João Paulo Oliveira e, e LACERDA, Teresa, *A interculturalidade na expansão portuguesa, séculos XV-XVIII*, Lisboa, ACIME, 2008. ISBN 978-989-8000-31-6.

DIAS, J. S. Da Silva, *Os Descobrimentos e a Problemática Cultural do Século XVI*, Lisboa, Editorial Presença, 1988. ISBN 9789722301053.

DIAS, João José Alves (coordenação), *No quinto centenário da Vita Christi*, Lisboa, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1995. ISBN 972-565-213-4.

FERREIRA, José, S. V. “PEREIRA, Duarte Pacheco (? - 1531/3) ” in *CHAM - Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa*. Disponível em: <http://www.fcsh.unl.pt/cham/eve/> [Consultado a 14 de Fevereiro de 2013].

GARCÍA DUAL, Carlos “El Último Héroe de Grecia - Alejandro Magno” in *Historia - National Geographic*, nº 67, Madrid, 2009, pp. 42-51.

GIL, Juan, *La India y el Catay - Textos de la Antigüedad Clásica y del Medievo Occidental*, Madrid, Alianza Editorial, 1995. ISBN 9788420628301.

GIVE, Bernard de, *Les Rapports de l' Inde et de l'Occident. Des origines au règne d'Ásoka*, Paris, Les Indes Savantes, 2005. ISBN 978-2846540360.

GODINHO, Vitorino Magalhães, *Mito e Mercadoria, Utopia e Prática de Navegar (Séculos XIII-XVIII)*, Lisboa, Difel - Difusão Editorial, Lda, 1990. ISBN 972-29-0043-9.

GODINHO, Vitorino Magalhães, *Os Descobrimentos e a Ordem do Saber - Uma Análise Sociocultural*, Lisboa, Gradiva, 1989.

LIU, Xinru, *Ancient India and Ancient China. Trade and Religious Exchanges ad 1-600*, Oxford, Oxford University Press, 1988. ISBN 9780195620504.

LOPES, Paulo, *Os livros de viagens medievais*, nº2, Lisboa, IEM - Instituto de Estudos Medievais, 2006. Disponível em: <http://www.fcsh.unl.pt/iem/MEDIEVALISTA2/MEDIEVALISTA2/PDF2/viagens-PDF.pdf> [Consultado a 12 de Fevereiro de 2013]

MARKOVITS, Claude (direcção), *Histoire de l'Inde Moderne 1480-1950*, s.l., Fayard, 1994. ISBN 978-2213592039.

THAPAR, Romila, *A History of India*, vol. I, Londres, Penguin Books, 1990. ISBN 978-0-14-194976-5.

JOAQUIM, Ana Cláudia dos Santos. *A Ásia conhecida pelos europeus: dos relatos dos autores clássicos aos descobrimentos portugueses*. **Atas do IX Encontro Nacional de Estudantes de História**, Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Biblioteca Digital, 2014, p. 125-147, *eBook*

WARRY, John, *Grandes Batalhas - As Campanhas de Alexandre 334-323 a.C.. Alexandre Conquista a Ásia*, Barcelona, Osprey Publishing, 2010. ISBN 978-84-473-6885-3.

A Barra da Cidade do Porto

Breves apontamentos do século XVII

Ruben Ribeiro

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

rubengomesribeiro@gmail.com

Resumo O texto aqui apresentado, pretende dar algum relevo ao desenvolvimento da barra na cidade do Porto. O espaço temporal situa-se entre o século XVI e o XIX, sendo no entanto o século XVII mais referenciado. Isso é devido ao tema que constituiu de defesa ao Mestrado da minha parte, título este «*A atividade do arquiteto João Antunes no norte de Portugal*» (2013). Neste pequeno texto, integro três documentos que se encontram na Biblioteca Nacional da Ajuda, salientando o papel na vistoria dos arquitetos João Antunes, João Duarte, Mateus do Couto e Pedro Matróz, sendo João dos Reiz, o autor do rascunho. Conhece-se ainda duas cartas, contendo melhores informações, a do bispo do Porto, D. João de Sousa, para o secretariado de D. Pedro II.

Abstract The text presented here, aims to give some relief to the development of the quay in Porto. The timeline is between the sixteenth and nineteenth century, but is important the seventeenth century longer referenced. This is due to the theme which was the Master of defense on my part, this title «*The activity of the architect João Antunes in Northern Portugal*» (2013). In this short text, integrate three documents that are in the *Biblioteca Nacional da Ajuda*, highlighting the role of architects in the survey João Antunes, João Duarte, Mateus do Couto and Pedro Matróz, with João dos Reiz, the author of the draft. It is known also two letters, containing the information to the bishop of Porto, D. João de Sousa, for the secretariat of D. Pedro II.

O tema aqui apresentado é dedicado sobretudo ao século XVII, tendo proporcionado à cidade do Porto, alterações quanto ao desenvolvimento da arquitetura. Isso deve-se às iniciais ligações com o Brasil, mas também às relações comerciais com os países do Norte da Europa. A própria proximidade com Espanha, coloca o Porto como cidade essencial na distribuição da mercadoria no norte de Portugal.

Seguidamente é conveniente referir os diversos estudos que têm sido realizados para um claro esclarecimento dos movimentos comerciais na barra do Douro, assim como na resolução dos problemas da mesma barra. Destacaria a obra de Agostinho Rebelo da Costa («*Descrição topografica e historica na cidade do Porto*», 1788), tendo o autor referido no capítulo VI, o grande rio Douro, e no qual nos apresenta uma descrição da sua barra. Inclui ainda um desenho de Teodoro de Sousa Maldonado, e gravura de Manuel da Silva

Godinho, datada de 1789. O mesmo capítulo apresenta tabelas que esclarecem os diversos negócios entre a cidade e os países comerciantes.

Um outro estudo, pertence a Virgínia Rau («*O movimento da barra do Douro durante o século XVIII*», 1958), o qual salienta que durante o século XVIII, a barra do Douro surge com um tráfego importante para a cidade, devido ao comércio com os ingleses, holandeses, dinamarqueses, suecos, franceses e alemães. A mesma autora identifica ainda os produtos e as transações efetuadas. Esta análise apresenta diversos gráficos úteis para a compreensão da origem dos navios saídos da barra. Outras intervenções são apresentadas por Aurélio de Oliveira e Jaime Garcia Lombardero («*Alguns dados em torno das relações económicas entre o Porto - sua região e a Galiza na época moderna - século XVII, XVIII*», 1979), pelo que os autores introduzem os factores políticos e geográficos nas trocas de Entre-Douro e Minho e a Galiza, assim como o de Francisco Ribeiro da Silva («*Porto e Galiza: Embarcações galegas no transporte de vinho do Douro, 1622 e 1626*», 1984). O mesmo autor publica na revista “O Tripeiro”, «*Os pilotos da barra do Douro, século XVI-XVIII*», 1990, que nos dá a conhecer alguns pontos incluídos no Regimento dos Pilotos da Barra de 1628, assim como a obra do Regimento um século mais tarde (1731).

Acrescentaria mais duas obras, uma de Mário Jorge Barroca («*As fortificações do litoral português*», 2001), no qual apresenta a fortificação de S. João da Foz, e a obra de Miguel Soromenho que apresenta documentos novos em relação às alterações efetuadas na barra do Douro («*Manuel Pinto de Vilalobos: Da engenharia militar à arquitectura*», 1991).

Estudos que clarificam melhor a barra do Douro, foram sendo produzidos por Horácio Marçal («*A barra do Douro e o porto de Leixões*», 1965), e por Adolfo Loureiro («*Estudos e obras para melhoramentos do Porto e barra do Douro na antiguidade*», 1909-1910).

A ARQUITETURA NO SÉCULO XVII: A APRENDIZAGEM

O século XVII e mais concretamente a partir dos anos cinquenta, a arquitetura religiosa apresenta um modelo praticamente diferente no que diz respeito à planimetria e espacialidade. O cliente e o encomendante,

determinam sempre o risco e a produção, uma vez que são eles que financiam o empreendimento, estabelecendo uma espécie de compromisso.

Assim como a arquitetura religiosa, também a casa nobre foi sofrendo alterações para ceder lugar a uma modernização da cidade, caracterizando-se pela simplicidade das suas fachadas, num plano austero e rigoroso.

Um século mais tarde, a arquitetura irá acompanhar os gostos arquitetónicos que se manifestavam pela cidade. No entanto, nunca foi deixado de parte as formas seiscentistas, a uma estética mais neoclássica.

Em todos estes processos, a tratadística constituiu-se como uma das fontes de trabalho nos mestres pedreiros, arquitetos e engenheiros. Exemplo disso, refira-se os tratados de Vitruvius²³⁵, Alberti²³⁶ e Sebastiano Serlio²³⁷. Importa ainda salientar o tratado de carácter militar de Manuel de Azevedo Fortes, «*O Engenheiro Português*».

Recuando um pouco na cronologia, importa referir que a arquitetura em Portugal absorve as primeiras transformações nos finais do reinado de D. João III. Esta apresentava os primeiros inícios de uma arquitetura nacional, marcada por um estilo austero e com base numa tratadística de valores militares.

Quanto à aprendizagem destes arquitetos, salienta-se a *Aula de Esfera* do colégio jesuítico de Santo Antão em Lisboa, tendo sido iniciada a c. 1580, estabelecendo-se como uma das mais importantes instituições de ensino científico do país. As áreas seriam a da Cosmografia, Matemática, Astronomia, Náutica, bem como a Arquitetura Militar.

Em 1594, criam-se três lugares de aprender a arquitetura, tendo como Mestre das Obras, Filipe Tercio.²³⁸ Estes 3 ajudantes, assistiam ao estudo da cidade. Em 1647, funda-se a *Aula da Matemática* ou *Aula da Fortificação* a pedido do engenheiro-mor Luís Serrão Pimentel²³⁹.

Do outro lado da fronteira, a aprendizagem também era feita, através da *Academia de Matemáticas e Arquitectura*, em Madrid, projeto de Juan de

²³⁵ Consultar «*Regole delli cinque ordini d'architettura*» (1562)

²³⁶ Consultar «*Da re aedificatoria*»

²³⁷ Obra «*Tutte l'Opere d'Architettura, et Prospetive*», sobretudo o Livro III e IV (1540-1550)

²³⁸ Cf. MOREIRA, Rafael - *A Escola do Paço da Ribeira e a Academia de Matemáticas de Madrid*, 1986, pp. 66-67. Filipe Tercio (1520-fal. 1597), exerceu os cargos de Arquitecto Geral do reino e Engenheiro-mor, e vem para Portugal ao serviço de El-Rei D. Sebastião (1577), no qual o acompanhou na expedição a Alcácer-Quibir.

²³⁹ Luís Serrão Pimentel (1613-fal. 1678), foi lente na *Aula de Matemática e fortificação da Ribeira das Naus*, e Cosmógrafo-mor do reino (1671).

Herrera. Neste ensino, incluía-se o estudo de obras como a de Alberti, traduzida por André de Resende, e a de Euclides por Domingos Peres.

Em 1689, D. Pedro II publica o «*Regimento dos Mestres Architectos dos Paços Reais*», orientando o ensino da Arquitectura Civil.

Com o rei D. João V, o enraizamento familiar na Escola terminaria, tendo passado por sucessivas gerações de artistas, como os Frias, os Coutos, Turrianos e Tinocos. Durante cerca de um século, houve herança de pais para filhos ou de tios para sobrinhos, grande parte instalada nos cargos oficiais do Reino. Apesar de tudo isso, El-Rei D. Pedro II fazia chegar a Portugal dois artistas estrangeiros, o arquiteto Carlos Gimac, falecendo a c. 1730, em Roma, e o escultor Claude de Laprade, falecido em 1738 em Lisboa.

Por sua vez, e no início do século XVIII, viria o alemão João Frederico Ludwig (1673-fal. 1752). Ao contrário de D. Pedro II, D. João V deu preferência aos artistas estrangeiros, preterindo por exemplo o Padre Tinoco, continuando este como lente na *Aula do Paço da Ribeira*.

Na aula de ensino, não existia uma regra quanto à nomeação, nem um tempo determinado de permanência no cargo. Os aprendizes eram avaliados, em que o peso da Matemática e das disciplinas da Geometria era significativo, e o uso da tratadística desempenhava um papel de relevo nesta aprendizagem.

A função do arquiteto previa a obrigação de intervir nas avaliações, orçamentos, vistorias, escolha de materiais e medições, assim como obras de carácter mais decorativo. Determina-se portanto que o arquiteto estava preocupado em não exceder os gastos.

No século XVII, a arquitetura militar é inserida no contexto europeu provocando um desenvolvimento na ciência militar.

Em relação à fortificação na época moderna, atendia-se a um traçado exigente e operado no armamento. Esta geografia militar mudaria após a Restauração da Independência, para o interior das fronteiras com Espanha. A criação da *Aula de Fortificação e Arquitectura Militar* pretendeu responder a esta edificação de estruturas defensivas, especialmente numa área fronteiriça com Espanha.

Relembramos que entre 1640 e 1668, Portugal está em guerra com Espanha e toda a gestão financeira é dirigida para uma economia de guerra,

construindo fortes e baluartes. Portugal encontrava-se ainda em plena crise dinástica com a incapacidade de D. Afonso VI para governar, e numa crise política por intermédio de golpes palacianos.

A BARRA NA CIDADE DO PORTO: AS SUAS EVOLUÇÕES

Após estas referências do sistema político e do ensino nas respetivas escolas de formação arquitetónica e militar, interessa-nos a região do litoral norte entre o Minho e o Douro. Sobretudo a cidade como o Porto, pólo de atração de todo o comércio interno e externo, configurou-se numa estratégia comercial para os navios chegados do norte da Europa, como a Inglaterra e Holanda.

Determinados mercadores ingleses, possuíam atividade no comércio de importação de bacalhau, cereais e tecidos de lã, apesar de todos eles exportarem o vinho. Contudo, tanto os ingleses, holandeses, suecos e alemães adquiriam o vinho do Porto.

No entanto, é de referir que só através do ouro do Brasil, permitia alterar o saldo negativo da balança comercial para com o mercado estrangeiro, especialmente com a Inglaterra.²⁴⁰

Ora a agricultura, no reinado de D. Pedro II, caracterizou-se por um aumento da produção e pelo surgimento de novas culturas perante os produtos tradicionais como o azeite, cereais e fruta. A acessibilidade no Douro previa ainda a comercialização de vinhos, permitindo a procura da parte dos ingleses.

Salienta-se que em 1640, o território nacional encontrava-se indefeso e Lisboa não era exceção. Para a defesa marítima do Tejo e suas imediações, permaneciam as Torres de São Vicente de Belém e de São Sebastião de Caparica, acrescentando-se a Fortaleza de Santo António da Barra. Posteriormente, seria desenvolvido a construção da Fortaleza de São Lourenço da Cabeça Seca.

Em relação ao Douro, exercia funções a Fortaleza de São João da Foz, mandada erguer por D. Sebastião. A questão da navegabilidade no rio Douro é o

²⁴⁰ Cf. RAU, Virgínia - *O movimento da barra do Douro durante o século XVIII*, 1958, p. 21

tema que aqui se apresenta, tendo sido a verdadeira preocupação dos engenheiros em finais do século XVII.

A barra do Douro apresentava vários conjuntos de penedos e que durante as marés cheias, a água os encobria, levantando dificuldades à navegação. De forma a resolver esta situação, os mareantes recorriam a várias marcas, permitindo a orientação dos barcos.²⁴¹ Estas marcas assumiram a forma de torres numa fase posterior.

E para salientar as dificuldades na barra, transcrevo o seguinte: «*Na barra do Porto não se entra sena com hum quarto de agoa cheya sendo pataxo, e sendo navio grande com tres quartos de agoa cheya, e isto no veraõ, porque no inverno he muito perigosa, e difficultosa a entrada [...] A Cidade fica pouco mais de meya legoa da barra, mas pelas muitas pedras que tem este rio he impossivel entrar nele sem pratico.*»²⁴²

Daqui se vê a urgência na limpeza do seu curso, assim como o melhoramento da sua barra.

Em 1689 faziam-se vistorias para avaliar a exequibilidade da obra. A Corte pedia avaliação ao Pe. João Duarte e ao engenheiro Mateus do Couto²⁴³.

Devido à sua localização geográfica, a questão da barra do Douro constituiu um episódio complexo da engenharia portuguesa e foi com certeza um terreno de experimentação.

João Antunes²⁴⁴ terá também procedido a uma vistoria na barra do Porto, denotando-se portanto, uma grande preocupação pelas questões da navegabilidade no rio Douro neste período.²⁴⁵

No documento aqui apresentado, está bem patente a urgência em elaborar um novo cais, de forma aos navios chegarem à cidade do Porto, e daí partirem.

²⁴¹ Cf. BARROCA, Mário Jorge - *As fortificações do litoral portuense*, 2001, p. 45.

²⁴² Cf. GONÇALVES, Flávio - *A barra do Douro no século XVIII*, 1949, p. 10.

²⁴³ Mateus do Couto, *Sobrinho* (c.1620-fal. 1696), Arquitecto das Ordens Militares e Engenheiro militar, terá passado pela Aula de Arquitectura Civil de Filipe Tercio. Foi assistente nas obras das Fortalezas da Barra de Lisboa e Engenheiro das fortificações de Peniche.

²⁴⁴ João Antunes (c. 1643-1712), foi aprendiz de Arquitectura Civil na Aula do Paço da Ribeira, Arquitecto das Ordens Militares e Arquitecto Régio. Entre as diversas obras em que está presente (pe. Igreja de Santa Engrácia, Lisboa), saliento o seu parecer acerca da fortificação de Palmela.

²⁴⁵ Cf. RIBEIRO, Rúben Ricardo Gomes - *A atividade do arquiteto João Antunes no norte de Portugal*, 2013, p. 58.

O Padre João dos Reis, seria a pessoa indicada a elaborar a planta. Sendo um matemático, de origem alemã, terá vindo para Portugal com a função de inspecionar as fortificações.

“Eu fiz vir architecto João Antunes, e também o P. João dos Reiz matematico alemao que me deixou o rascunho. que envio a v.^{as}. e me dizem que deu sua planta a S. Mg.de ambos concordao com os votos de outros engenheiros, essas metade com o de João Duarte que convence o parecer de Matheus do Couto, e Pedro Matróz”²⁴⁶.

A barra do Porto conteve sempre diversos problemas no que diz respeito à navegação e respetivo comércio. Um documento datado de 1567, identifica o problema e declara que seria Simão de Ruão por intermédio de D. Sebastião, a tentar resolver este assunto. A função de Simão de Ruão não seria apenas estudar a fortificação da barra do Douro (S. João da Foz), mas também o desenvolvimento de uma defensiva na cidade do Porto.

Mais tarde, seria João de Castilho e Filipe Tercio a preocuparem-se por este assunto. Após a Independência do domínio filipino, a preocupação na construção de uma defensiva militar passa na intenção da reconstrução da barra e em 1681, a Corte declara a necessidade da construção de um paredão entre o Anjo e a Afurada, tendo nomeado Miguel de Lescole. Um ano mais tarde, seria a vez de António Tinoco, João Duarte da Costa, Francisco Pimentel e do sargento-mor Mateus do Couto.

A preocupação pela barra do Porto, teve ainda outro interveniente, como se pode reparar num dos documentos, que passa por uma carta do bispo do Porto, D. João de Sousa²⁴⁷, o qual refere que deveria ser feita a barra de conveniência aos mercadores estrangeiros.

²⁴⁶ Ver em anexo documental, a Carta do Bispo do Porto, D. João de Sousa, para o Conde da Ericeira [B.A. 51-IX-38 f. 5v-6]

²⁴⁷ D. João de Sousa (1647-1710), foi educado pelo seu tio D. Diogo de Sousa, arcebispo de Évora (1671-1678). Exerceu o cargo de bispo do Porto (1684-1696), arcebispo de Braga (1696-1703) e arcebispo de Lisboa (1703-1710). Manteve uma grande amizade com João Antunes, uma vez que enquanto bispo, encomendou diversas obras ao respetivo arquiteto.

“do comercio desta praça, os mercadores desta assim naturay, com estrangeiros considerando q a sua conveniencia era inseparavel da utilid.^e da coroa, porq as perdas eraò comuay cem consequencias em grande prejuízo”²⁴⁸.

Num outro documento aqui presente, denota-se a urgência neste mesmo assunto.

“apeticaò q com ella minha mandou S Mag.^{de} logo do cons.^o da fazenda com ordem `q consulta tem com toda a bruid.^e , e eu terei cuid.^o de a apressar p.^a `q S. Mag.^{de} possa resolver materia taò importante.”²⁴⁹.

Na década de 30 do século XVIII, seria El-Rei D. João V a nomear os engenheiros Joseph Fernandes Pinto e Dionysio de Castro para em companhia de um curioso, de nome Manoel Rodrigues, riscar uma planta da barra do Porto, e de seguida ser enviada para o governo proporcionando uma resolução dos problemas.

A questão da existência de enormes pedras na foz do Douro conduziu a um permanente problema para a navegação, e desta forma, resolveu-se quebrar as mesmas pedras. Continuados gastos financeiros, originou que através de uma carta régia do final do século XVIII, implicasse um imposto de meio real sobre os comerciantes do vinho.

A defesa dos portos e das barras foi um assunto de primeira importância.

Por motivos de uma defensiva militar, se sacrificava outro tipo de construções ou mesmo arquiteturas. Exemplo disso era a permanência de uma grande quantidade de pedra no rio para a construção de um forte e assim defender a barra.

Esta construção partiu não só de engenheiros mas também de capitães de navios e mercadores, ouvidos pela câmara, tendo sido a melhor forma de melhorar a barra.

²⁴⁸ Ver em anexo documental, a Carta do bispo do Porto, para o secretariado de Estado [B.A. 50-V-32 f. 308]

²⁴⁹ Ver em anexo documental, a resposta do bispo secretário [50-V-32 f. 308]

É sabido que em 1789, a barra não continha as mínimas condições, tendo havido pressões para que a navegação não se dirigisse até à cidade do Porto, e desta forma provocaria perdas avultadas no comércio da região norte.

Em 1789, Reinaldo deslocava-se uma vez mais ao Porto, para elaborar um novo levantamento da barra do Douro, uma vez que o assoreamento atingia proporções preocupantes.²⁵⁰

Em 1790, procedia-se à abertura da barra da Foz, e desenvolvia-se o cais do Castelo, proporcionando a navegabilidade dos navios. Seria ainda conveniente a construção de um cais para abrigo dos navios e embarcações. O plano seria no entanto rejeitado por Reynaldo Oudinot, tendo este apresentado um programa alternativo.²⁵¹

Refira-se que a barra da cidade do Porto, apresenta um fundo com saliências e depressões, causando problemas de navegação aos barcos. Isto devido aos inúmeros penedos que se elevam.

É curioso observar que mal se presenciava um navio ao longe, uma catraia se encaminhava em seu auxílio, sendo o piloto desta embarcação a conduzir o navio para um melhor lugar. Esta função já tinha sido implementada na época de D. Filipe II (1584), o que iria proporcionar em 1628, a criação do *Regimento dos Pilotos da Barra*, que determinava a sequência de operações a observar obrigatoriamente pelos pilotos. Um século mais tarde, seria colocado em prática um novo regimento, com pequenas alterações. Estes pilotos, determinavam a graduação do navio, assim como tomavam o seu leme de forma a introduzi-lo dentro do porto. Na ausência de vento, entravam as embarcações grandes, auxiliadas pelas catraias dos outros pilotos da terra.

Houve espaço ainda para uma outra contribuição financeira, ligada desta vez ao setor da pesca, valor este de cerca de duzentos réis por tonelada, com exceção dos barcos de pescado fresco. O pagamento estava reservado ao Governador do castelo de S. João da Foz, impedindo que algum navio saísse da barra, sem ficar registado o respetivo pagamento.

No início da segunda metade do século XIX, ocorreria um naufrágio perto da barra do Douro, tendo falecido 66 pessoas. Em 1852, o governo decide criar

²⁵⁰ Cf. BARROCA, Mário Jorge - *As fortificações do litoral portuense*, 2001, p. 84.

²⁵¹ Cf. LOUREIRO, Adolfo - *Estudos e obras para melhoramentos do Porto e barra do Douro na antiguidade*. n.º 54, 1909, p. 278.

uma comissão através dos engenheiros Belchior Garcez, Sebastião Calheiros e Plácido de Abreu, tendo apresentado uma regularização da margem norte do Douro. Dois anos mais tarde, seria chamado o engenheiro francês Gayffier, assim como o inglês William Jates Freebody, para propor o que fosse mais conveniente. Seguiu-se o estudo de John Rennie, que terá apresentado um relatório, propondo as obras indispensáveis para o melhoramento da barra, e declarava a possibilidade de construir um porto artificial na posição dos rochedos “Leixões”. Mais tarde, seria a vez do engenheiro Knox apresentar um esboço que consistia em aterrar a foz do rio, abrindo-lhe uma nova corrente pela base do Cabedelo.

Foram-se sucedendo diversos estudos hidrográficos do porto e da barra do Douro, através do engenheiro Caetano Maria Batalha (1859 a 1862), e do francês H. Lazeu (1863). Muitos outros projetos foram sendo desenvolvidos por engenheiros nacionais e estrangeiros que contudo nunca terão passado do papel.

A partir de 1869, inicia-se uma nova era, que terá passado pela constituição de uma direção independente e confiada ao engenheiro Afonso Joaquim Nogueira Soares que as dirigiu até 1892. De facto, os trabalhos realizados, melhoraram a navegação na barra do Douro, mas no entanto, chegou-se à conclusão de que a cidade do Porto precisava de um maior espaço comercial e de que a barra nunca oferecia as condições de segurança exigidas.

Conclui-se portanto que a barra do Douro, nunca proporcionou grande segurança, apesar dos elevados custos ao longo dos séculos. A barra continha o seu fundo desigual, cheio de saliências e depressões, um ameaço constante para os barcos. De forma a resolver esta situação e uma vez que o rio não permitia a navegabilidade, decidiu-se aproveitar um espaço na costa Norte, frente a Leça da Palmeira e Matosinhos, para a construção de um porto artificial. A primeira pedra foi lançada a 27 de Julho de 1884, tendo as obras sido concluídas em 1895.²⁵²

Em modo de conclusão, resta-me salientar o conjunto de pessoas que pretendeu estabelecer junto do rei D. Pedro II, a intenção de alterar o cais da barra do Porto, desde o Conde da Ericeira, ao bispo D. João de Sousa, até os

²⁵² Cf. MARÇAL, Horácio - *A barra do Douro - Ameaço constante para a navegação*, 1970, p. 271.

mercadores vindos do Brasil. Para isso recorreram aos melhores arquitetos e engenheiros desse mesmo período como por exemplo Mateus do Couto e o arquiteto régio João Antunes. Importa referir, que outros documentos vão sendo descobertos e devidamente estudados, permitindo um claro esclarecimento da arquitetura no século XVII e na região norte de Portugal.

FONTES

Fontes manuscritas - Biblioteca da Ajuda

Ms. 50-V-32 f. 308

Ms. 51-IX-38 f. 5v-6

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROCA, Mário Jorge - *As fortificações do litoral portuense*. Lisboa: Edições Inapa, 2001.

CAETANO, Joaquim Oliveira; SILVA, Nuno Vassallo e - *Breves notas para o estudo do arquitecto João Antunes*. S.l.: Separata da revista “Poligrafia”, n. 2, 1993.

COSTA, Agostinho Rebelo da - *Descrição topográfica e histórica na cidade do Porto*. [2ª. ed.] Porto: Livraria Progredior, 1945.

GONÇALVES, Flávio - *A barra do Douro no século XVIII*. In «O Tripeiro», n.º 1, ano V, Maio de 1949.

LOUREIRO, Adolfo - *Estudos e obras para melhoramentos do Porto e barra do Douro na antiguidade*. Porto, n.º 53, 54, 56, 1909-1910.

MARÇAL, Horácio - *A barra do Douro - Ameaça constante para a navegação*. In «O Tripeiro», n.º 9, ano X, Setembro de 1970.

MARÇAL, Horácio - *A barra do Douro e o porto de Leixões*. Matosinhos: Separata “Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos”, 1965

MOREIRA, Rafael - *A Escola do Paço da Ribeira e a Academia de Matemáticas de Madrid*. In Actas do Colóquio «As relações artísticas entre Portugal e a Espanha na época das grandes descobertas». II Simpósio Luso-Espanhol de História da Arte, Coimbra, 1986 (1987?)

MORENO, Humberto Baquero - *A navegabilidade do rio Douro nos sécs. XVI e XVII*. In «Actas do 1.º Congresso Internacional sobre o rio Douro». Vila Nova de Gaia, 1987.

OLIVEIRA, Aurélio de; LOMBARDEIRO, Jaime Garcia - *Alguns dados em torno das relações económicas entre o Porto - sua região e a Galiza na época moderna - século XVII, XVIII*. Porto: Separata da Revista de História, vol. II - Centro de História da Universidade do Porto, 1979.

RAU, Virgínia - *O movimento da barra do Douro durante o século XVIII: Uma interpretação*. Porto: Boletim Cultural da C. M. do Porto, vol. XXI, 1958.

RIBEIRO, Rúben Ricardo Gomes - *A atividade do arquiteto João Antunes no norte de Portugal* (Dissertação de Mestrado em História da Arte Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto) Porto, 2013.

SILVA, Francisco Ribeiro da - *Os pilotos da barra do Douro, século XVI-XVIII*. In «O Tripeiro», n.º 10, ano 9, 1990.

SILVA, Francisco Ribeiro da - *Porto e Galiza: Embarcações galegas no transporte de vinho do Douro, 1622 e 1626*. Porto: Separata de: Lucerna: Colectânea de Estudos de Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão, 1984.

SOROMENHO, Miguel Conceição Silva - *Manuel Pinto de Vilalobos: Da engenharia militar à arquitectura* (Dissertação de Mestrado em História da Arte Moderna apresentada à Universidade Nova de Lisboa) Lisboa, 1991 (texto policopiado)

ANEXOS

Documento n.º 1

Carta do bispo do Porto p.^a o secretariado de estado sobre se fazer a barra com apetiçãò dos mercadores

Porto, 1685, Dezembro, 8; B.A. 50-V-32 f. 308

A sua Mag.^{de} q D g.^{de} he prescute os repetidos clastimosos naufragios q tem havido nesta barra com tanta perda da fazenda real ... do comercio desta praça, os mercadores desta assim naturay, com estrangeiros considerando q a sua conveniencia era inseparavel da utilid.^e da coroa, porq as perdas eraò comuay cem consequencias em grande prejuizo p.^a está Ig.^{ra} na falta de socorro p.^a os vivos q perene, ... atendendo principal.^{te} as bem espirital de tantos diseu q naufragos medo ... a aceitarlhe apetiçãò nelusa, q ... a vs. p.^a q aqueixa por dosper de S. Mag.^{de} a qual depois de estar assignada, justificou aexper quinta fr.^a 6 de corrente, porq sahando tres navios p.^a o Brazil, o prim.^{ro} se for apique dando na pedra chamada a ..., e no seu naufragio se prevenindo os dois com grande perigo sem poderem sahir da barra capella necessite de ... he conclusãò de todos e o `q propoem os mesmos mercadores he conferido com alguns engenheiros e pilotos mais praticos desta barra, e excedem a todas as informações q S. Mag.^{de} pode ter em ... p.^a esta obra huà contribuiçãò taò copiosa com a impor o ... certo de `q se naò isentió os mesmos estrangeiros ingleses. VS mefaça m.^{ce} querer propor este papel a sua Mag.^{de} segurandolhe `q ne ... sô aparelho o seu serviço, e o bem das almas; e quãndo entrevenha algúa conveniência das g.ro, esta hã deser a pedra nas forne à apiedada de sua Mag.^{de} lance neste edificio, e quando no `q refiro tenha `q castigar, pode sô ser culpado o puro zelo com `q o faço ... g.^{de} a VM.
Porto 8 de Dezembro de 1685

Documento n.º 2

Resposta do bispo secretario

Lisboa, 1685, Dezembro, 22; B.A. 50-V-32 f. 308

Meu s.^{or} os achaques `q continuam^{te} me preseguem impediraò responder logo â carta de vs. do correyo passado, e tambem porq aquis ler a S Mag.^{de}, e poder dar alguà ... a vs. S. Mag.^{de} conhece o zello de vs nesta sorte, `q he qual ao q vs tem em todas as suas accoes ; apeticaò q com ella minha mandou S Mag.^{de} logo do cons.^o da fazenda com ordem `q consulta tem com toda a bruid.^e, e eu terei cuid.^o de a apressar p.^a `q S. Mag.^{de} possa resolver materia taò importante.

Com esta occasiaò a seguro al `q a vinda q m.^{tas} vezes se naõ escrevo pelo livrar de molestias , tenho comtudo grande desejo de `q vs mede continuas occasiões de seu serviço, e ainda `q he pouco o meu prestimo , e a minha pouca saude faz `q cada vez seja menor , todavia paque vs. da vontade, `q he m.^{to} sua, e tenha vs m.^{to} alegres festas com.^{tos} e muy felices annos `q nosso S.^{or} lhe conceda com a vinda a saúde `q lhe desejo. Lx.^a 22 de Dezembro de 1685

Documento n.º 3

Carta do Bispo do Porto, D. João de Sousa, para o [1.º] Conde da Ericeira, [D. ... de Meneses], sobre se fazer um cais na barra do porto do Porto, conforme os votos de vários engenheiros como João Antunes, João Duarte, e o P. João dos Reis [ou Konig], matemático alemão, que fez um rascunho, que lhe envia, e que deu uma planta a S. M. [D. Pedro II], Mateus do Couto e Pedro Matróz ?, cuja obra os mercadores da cidade desejam ver realizadas para que deixe recolher os navios que foram arribados à barra [de Lisboa ?], e que propõem na petição que Lourenço Freire Varela há-de dar a S. M. em nome dos mais homens de negócio

Porto, 1687, Dezembro, 18; B.A. 51-IX-38 f. 5v-6

Coppia de carta para Conde de Ericeira sobre se fazerem barra e virem outra vez para este porto os navios da frota que foram para Lisboa
Meu (...) V^a. senão deve escandalizar dele escrever porque faço só em ocasiões em que tenha emprego zello de V^a. Senhoria o servirão desta Magestade com os moradores desta cidade mas que devem a v. s. e nesta occasiao desejo que se estabeleça neles o conhecimento de quanto a coroa deve osvey argumentar e afiançar cuidado de v. m., incertas particulares quisera ser devedor a vm, ou merecimento de se definir à petição, dos mercadores desta Cidade, ou à consideração decurir escura, porque este dezengano tambem de favor: no ano de 685 escrevey a S. Mde. com apetiçaõ dos (...)omeny de negocio desta praça e como Vs.^a verá das copias sis duras, sobre se forem e um cais na barra deste porto, S. Mg.de mandou ver, merunlrou vindo aqui o Marques de Arrondes mandar-lhe S. Mg.de se informar se convinha esta obra, celle sefroal a foi à Barra com varias pessoas praticas para poder interpor os eu parecer. Eu fiz vir architecto João Antunes, e também o P. João dos Reiz matematico alemao que me deixou o rascunho. que envio a v.^{as}. e me dizem que deu sua planta a S. Mg.de ambos concordao com os votos de outros engenheiros, essas metade com o de João Duarte que convence o parecer de Matheus do Couto, e Pedro Matróz como V.^{as} verá desses co jjoiez, com a experiencia cada dia mostra mais anecefecidade de se fazer este beneficio à barra, por cuja causa recorrem nova (...) os mercadores a sua Md.de p^a. que se ponha em execuçaõ, e tambem para que deixe recolher os navios que forao arribados a esta barra outra vez a buscar a sua, mostrando a conveniência da fazenda real, cemitarcesista arruina dos particulares pelas vezes que propoem nesta petiçao que Lourenço Freire Varella sa dedar a sua Mg.de em nome dos meus homens de negocio; a vs. seguro que me nao moro a ser procurador ter alguma utilidade propria senao intender que a sua Mg.de convem definir a estes requerimentos, e a N^a S. querer dever lhe nesta protecçao o maior favor com alternativa que propuz ao principio para que sua dellay tenha efeito o que julgo por infalivel se los quizer aplicar a sua eficacia, e a mim onrarme como lhe mereço, N^a. g.de a Vs^a.
Porto, 18 de Dez.bro de 687

A BARRA DO DOURO: AS INTERVENÇÕES

<i>Data</i>	<i>Intervenientes</i>	<i>Acontecimento</i>	<i>Reg. Bibliog./ Docum.</i>
1567	Simão de Ruão	Elabora um projeto para a fortificação da barra do Porto	BARROCA, Mário Jorge; <i>As fortificações do litoral portuense</i> , p. 60
1642	Charles de Lassart	Realiza uma vistoria ao forte de S. João da Foz	BARROCA, Mário Jorge; <i>As fortificações do litoral portuense</i>
1681	Miguel de Lescolle	Seria o engenheiro responsável a executar as obras	LOUREIRO, Adolfo; <i>Estudos e obras para melhoramentos do Porto e barra do Douro na antiguidade</i> , p. 259
1682	Antonio Tinoco, João Duarte da Costa, Francisco Pimentel e Mateus do Couto	Ê-lhes pedido para estudarem e fazerem as obras da barra	LOUREIRO, Adolfo; <i>Estudos e obras para melhoramentos do Porto e barra do Douro na antiguidade</i> , p. 259
1687, 18 de Dezembro	João dos Reiz, Mateus do Couto, Pedro Matroz, João Duarte e João Antunes	Seria pedido a João dos Reiz um rascunho da planta da barra do Porto, sob o parecer dos outros intervenientes	B.A. 51-IX-38 f. 5v-6
1729, 22 de Julho	Joseph Fernandes Pinto e Dionysio de Castro	Para «fazerem uma exacta planta da barra e rio d'esta cidade»	LOUREIRO, Adolfo; <i>Estudos e obras para melhoramentos do Porto e barra do Douro na antiguidade</i> , p. 259
1773, 19 de Dezembro		Fez-se uma vistoria à ruína do cais de Massarelos	LOUREIRO, Adolfo; <i>Estudos e obras para melhoramentos do Porto e barra do Douro na antiguidade</i> , p. 260
1784, 30 de Agosto		Pretendia-se a construção do cais entre «Guindaes até àquelle que já se achava construido por particulares»	LOUREIRO, Adolfo; <i>Estudos e obras para melhoramentos do Porto e barra do Douro na antiguidade</i> , p. 260
1789	Reinaldo Oudinot	Tem como missão «dispor e examinar o necessario à obra da barra»	BARROCA, Mário Jorge; <i>As fortificações do litoral portuense</i> , p. 84. LOUREIRO, Adolfo; <i>Estudos e obras para melhoramentos do Porto e barra do Douro na antiguidade</i> , p. 278
23 de Abril		Foi aprovado que se continuasse o cais setentrional do rio Douro	LOUREIRO, Adolfo; <i>Estudos e obras para melhoramentos do Porto e barra do Douro na antiguidade</i> , p. 260
1790, 15 de		Deliberou-se a	LOUREIRO, Adolfo; <i>Estudos e</i>

<i>Data</i>	<i>Intervenientes</i>	<i>Acontecimento</i>	<i>Reg. Bibliog./ Docum.</i>
Junho		continuação do cais de Massarelos	<i>obras para melhoramentos do Porto e barra do Douro na antiguidade</i> , p. 260
1852, 3 de Abril	Belchior Garcez, Sebastião Calheiros e Plácido de Abreu	Plano de obras que pretendia a regularização da margem norte do Douro	MARÇAL, Horácio; <i>A barra do Douro e o porto de Leixões</i> , p. 114
1854, 18 de Janeiro	William Jates Freebody	Vinha examinar a barra e propor o que fosse mais conveniente	MARÇAL, Horácio; <i>A barra do Douro e o porto de Leixões</i> , p. 114
1854, 3 de Julho	Gayffier	O seu plano consistia num cais do Passeio Alegre até aos penedos das Felgueiras	MARÇAL, Horácio; <i>A barra do Douro e o porto de Leixões</i> , p. 114
1855, 14 de Junho	John Rennie	Propunha obras na barra e a possibilidade de construção de um porto artificial em «Leixões»	MARÇAL, Horácio; <i>A barra do Douro e o porto de Leixões</i> , pp. 114-115
1858	Knox	Pretendia uma nova corrente em Cabedelo e novos molhes marítimos	MARÇAL, Horácio; <i>A barra do Douro e o porto de Leixões</i> , p. 115
1859	José Carlos Conrado de Chelmiki	Propôs que se aproveitasse o dique do Sul, para que se formasse uma grande doca de marés	MARÇAL, Horácio; <i>A barra do Douro e o porto de Leixões</i> , pp. 115-116
1859-1862	Caetano Maria Batalha	Indicava a quebra de determinados penedos entre 4 a 6 m, dependendo dos mesmos	MARÇAL, Horácio; <i>A barra do Douro e o porto de Leixões</i> , p. 116
1863, 18 de Dezembro	H. Lazeau	Propunha mudar a orientação na barra de sudoeste para noroeste.	MARÇAL, Horácio; <i>A barra do Douro e o porto de Leixões</i> , p. 116
1865, 6 de Fevereiro	Robert Messer	Pedia a concessão de dois molhes ou diques para a regularização das correntes	MARÇAL, Horácio; <i>A barra do Douro e o porto de Leixões</i> , p. 117
1869-1892	Afonso Joaquim Nogueira Soares	Obras no molhe Norte (Foz do Douro)	MARÇAL, Horácio; <i>A barra do Douro e o porto de Leixões</i> , p. 117

A Liderança e as Lideranças do Partido Regenerador

Patrícia Gomes Lucas

Instituto de História Contemporânea / Universidade Nova de Lisboa

patricia.gomes.lucas@hotmail.com

Resumo A liderança dos partidos políticos representa uma parte significativa da sua ação, mais ainda quando focamos o estudo no momento da génese dessas organizações em Portugal. Pretende-se, portanto, avaliar a importância das lideranças na estruturação dos partidos políticos, limitando o estudo ao contexto português da segunda metade do século XIX.

Seguindo este raciocínio, procuramos neste texto abordar o conceito de liderança nos partidos políticos, fazendo em seguida uma análise mais demarcada, tendo como objeto de estudo o Partido Regenerador. Faremos uma avaliação dos diferentes líderes que presidiram à organização ao longo de mais de meio século, e tentaremos compreender as semelhanças e divergências entre as chefias.

O caso do Partido Regenerador tem uma importância especial, pela sua longevidade e dominância no panorama partidário português da segunda metade do século XIX. Em simultâneo, foi o partido que maiores desafios apresenta para quem pretende estudá-lo, por manifestar características muito próprias. Constituiu-se assim num caso único na política portuguesa, tendo as suas lideranças influenciado significativamente a sua ação e os seus resultados.

Abstract The leadership of political parties represents a meaningful amount of its action. This is clear especially when the study is developed upon the moment of genesis of such organizations in Portugal. We therefore intend to evaluate the importance of leaderships in terms of structuring political parties, limiting our study to the Portuguese politics context of the second half of the XIXth century. According to this mind-set, we use this text in order to approach questions related to the concept of leadership in political parties, moving to a narrower analysis with the Regenerator Party as primary object of study. In this essay we also intend to make an assessment of the different leaders who were the presidents of this organization for a period of half a century, and to gather a better understanding of the similarities and divergences between the several leaders.

The case of the Regenerator Party is of particular importance due to its long course of action, as well as its dominance in the landscape of Portuguese politics in the second half of the XIXth Century. Furthermore, it is considered that the Regenerator Party presents the biggest challenges for those who decide to investigate it, which can be explained by its particular characteristics. Therefore, it may be assumed as a unique case in Portuguese politics, due to the impact its leaderships provided, which influenced significantly its actions and results.

INTRODUÇÃO

O conceito de liderança está diretamente relacionado com todo o tipo de instituições ao longo da História da Humanidade, e os partidos políticos não são exceção. Neste caso específico, os líderes desempenham um papel muito

significativo, sendo a face visível das decisões tomadas, confundindo-se muitas vezes com a própria noção do partido ou do programa apresentado.

O caráter ambíguo das lideranças partidárias foi muito evidente no seu período inicial de formação, durante a segunda metade do século XIX. O lento processo de maturação e estruturação dos partidos representou um espaço de tempo durante o qual o «chefe» tinha um poder decisivo na organização. Os partidos políticos do século XIX - partidos de notáveis ou de quadros, conforme os autores - apresentavam características comuns: estrutura descentralizada, sem uma real divisão administrativa ou burocrática; fraco conteúdo programático, substituído pela defesa de interesses pessoais ou de grupo; composição interna com membros das classes média ou alta, especialmente se fossem figuras com prestígio ou capacidade financeira - os chamados «caciques» - evitando integrar massas populares; atividade direcionada para as eleições, sendo por isso semi-sazonal, restando a ação parlamentar como ocupação permanente; e grande rivalidade entre pequenos grupos de indivíduos dentro do partido, que constituía uma parte significativa - quando não total - da vida partidária²⁵³. Para além disso, a liderança dos partidos estava a cargo de figuras de grande carisma, que monopolizavam em grande parte, quando não totalmente, o poder diretivo, não o delegando, portanto, em assembleias de representantes. Num meio dominado pelos caciques e influentes, o político com maior influência e carisma era aquele que congregava mais apoios e, conseqüentemente, se colocava numa posição de maior autoridade.

PARTIDO REGENERADOR

O Partido Regenerador tinha características muito próprias, que condicionam o seu estudo. No que toca a um programa ou uma linha ideológica formalmente exposta o partido não produziu estatutos ou programas políticos que expressassem de forma clara a ideologia que o sustentava, utilizando como

²⁵³ Sobre este tema v. DUVERGER, Maurice, *Os Partidos Políticos*, Rio de Janeiro: Zahar, 1980; CHARLOT, Jean, *Os Partidos Políticos*, Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 1972; SARTORI, Giovanni, *Partidos y sistemas de partidos: marco para un análisis*, Madrid: Alianza Editorial, 1980; para o caso português v. SOUSA, Marcelo Rebelo de, *Os partidos políticos no direito constitucional português*, Braga: Livraria Cruz, 1983; SARDICA, José Miguel, «A Regeneração sob o signo do consenso: a política e os partidos entre 1851 e 1861», Dissertação de Mestrado, FCSH-UNL, 1996.

bases teóricas essencialmente os Atos Adicionais à Carta Constitucional ou exposições pouco sistematizadas de alguns dos seus membros, apresentadas no Parlamento²⁵⁴. Esta realidade representou, todavia, uma vantagem face ao sistema político português: a indefinição ideológica permitiu aos Regeneradores, que sempre foram identificados como o partido mais conservador, legislar e pôr em prática as medidas mais liberais e inovadoras - entre as quais podemos destacar, a título de exemplo, a lei eleitoral de 1878 e a reforma constitucional de 1885.

A indefinição ideológica do Partido Regenerador era tão visível que possibilitou que, em determinados momentos, se consolidassem diferentes fações com posicionamentos políticos contrários. De um lado formou-se a ala radical, mais adepta de uma abordagem «de massas», liderada por Augusto Barjona de Freitas, e do outro lado existia a ala conservadora e ultra-cartista do Conde de Casal Ribeiro.

No âmbito da estrutura interna, encontramos um sistema muito fluido e ambíguo, coincidente com o caráter pouco definido dos partidos políticos até ao terceiro quartel do século XIX, e do Partido Regenerador ao longo de toda a sua existência. A liderança dos Regeneradores foi, até aos últimos anos de existência do partido e da Monarquia Constitucional, entregue a figuras de relevância política, sem votação interna para esse fim. Foi isto que ocorreu com Joaquim António de Aguiar e António Maria Fontes Pereira de Melo, e, em certo sentido, também com António de Serpa Pimentel e Ernesto Hintze Ribeiro. Desta forma podemos concluir que, até à transição para o século XX, não existiram votações abrangentes dentro do Partido Regenerador - nem havia a noção de que estas eram necessárias - e mesmo quando começaram a realizar-se estavam limitadas pelas características informais da estrutura partidária e pela influência dos caciques locais.

No plano da organização partidária a nível nacional, não existia um interesse em mobilizar adeptos, pelo que, como refere Marcelo Rebelo de Sousa “O papel das bases apaga-se completamente perante o chefe local

²⁵⁴ COELHO, Henrique Trindade, *Manual político do cidadão português*, Porto: Empresa Litteraria e Typographica, 1908, 635; as exceções foram alguns artigos publicados na imprensa em momentos eleitorais mais relevantes; v. MARQUES, A. H. de Oliveira e SOUSA, Fernando de (coord.), *Portugal e a Regeneração*, vol. X, Nova História de Portugal, Lisboa: Editorial Presença, 2003, 231.

concelhio, e a assembleia geral do partido carece de efetiva representatividade dos seus filiados, atendendo ao peso dos membros por inerência”²⁵⁵. A formalização de centros partidários era desvalorizada, sendo as operações dirigidas pelos caciques locais, figuras com relevância regional, ligados aos negócios e à grande propriedade fundiária. O poder estava, essencialmente, nas mãos de um conjunto reduzido de membros, como ministros, ministros de Estado honorários, pares do Reino, deputados, governadores civis e alguns notáveis. Era, portanto, um partido que se mantinha em estado latente durante largos períodos, acordando apenas nos momentos eleitorais.

AS PRIMEIRAS LIDERANÇAS DO PARTIDO REGENERADOR

Um dos debates existem sobre o Partido Regenerador diz respeito à data da sua génese: os autores clássicos referem o ano de 1851 como momento de formação do partido, tendo o golpe de estado da Regeneração marcado a transformação política que permitiria o seu nascimento²⁵⁶; outros apresentam uma data mais tardia para a sua criação, nomeadamente o Verão de 1856, durante o qual foi formada uma comissão central que iria dirigir as manobras eleitorais e parlamentares²⁵⁷. Esta segunda posição, mais recente na historiografia, será a que iremos adotar para a elaboração deste texto, por apresentar argumentos que nos parecem plausíveis, a saber, que em 1856 os Regeneradores surgem mais estruturados, com uma organização interna, ainda rudimentar, mas que se apresenta autónoma em relação ao movimento genericamente denominado Progressista, que surgira em consequência do golpe da Regeneração.

Este debate sobre o momento de origem do partido reflete-se, como seria de esperar, na questão da liderança: quem foi, então, o primeiro chefe do Partido Regenerador?

²⁵⁵ SOUSA, Marcelo Rebelo de, *Os partidos políticos no direito constitucional português*, 160.

²⁵⁶ CAETANO, Marcello, *Manual de ciência política e direito constitucional*, Lisboa: Coimbra Editora, 1967, 409-411; COELHO, Henrique Trindade, *Manual político do cidadão português*, 635-636; TENGARRINHA, José, «Regenerador, Partido», em *Dicionário de História de Portugal*, vol. V, Porto: Livraria Figueirinhas, 1992, 256-257.

²⁵⁷ SARDICA, José Miguel, *A Regeneração sob o signo do consenso: a política e os partidos entre 1851 e 1861*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2001, 204-207.

Ao golpe de Estado de 1 de Maio de 1851 seguiu-se um período de tempo carregado de ambiguidades políticas, durante o qual as facções que haviam transitado da década de 40 se foram definindo e organizando, essencialmente, em dois grupos: um formado por moderados e alguns cartistas, que se autodenominava de «A Regeneração», e que subiu ao poder em 1851²⁵⁸; outro apresentado como progressista histórico, que incluía antigos setembristas, patuleias e outros indivíduos que se declaravam herdeiros do verdadeiro progressismo. Contudo, esta separação não foi estanque, levando a que alguns membros de setores radicais, como António Rodrigues Sampaio, se aproximassem dos Regeneradores. O processo de clarificação partidária foi demorado, e revelou-se mais eficaz para os Progressistas Históricos. Estes, por estarem na oposição, sentiram-se impelidos a desenvolver uma estrutura partidária para aumentar as suas possibilidades de chegar ao poder, enquanto “a parcialidade que fora governamental [a Regeneração], com todas as vantagens daí inerentes, entre 1851 e 1856, nunca julgara necessário organizar-se de forma minimamente estável”²⁵⁹.

Esta realidade teve o efeito de não permitir que, antes do Verão de 1856, se considerem como partidos esses dois grandes grupos da política portuguesa. Em consequência, não é possível considerar como líder partidário a figura que encabeçou a Regeneração nesses primeiros anos, o Duque de Saldanha. Saldanha era menos um governante apostado em exercer a sua autoridade do que uma figura prestigiada da política cuja presença garantia estabilidade social: como antigo herói militar, Saldanha tinha grande influência junto do exército, o que se revelou fundamental em momentos marcantes como o golpe da Regeneração; por outro lado, o fato de se ter rodeado, enquanto Presidente do Conselho de Ministros, de figuras com posições muito marcadas, como Fontes Pereira de Melo ou Rodrigo da Fonseca Magalhães²⁶⁰, permitiu-lhe ser o detentor do poder sem ver o seu nome associado às medidas mais contestadas, como aconteceu, por exemplo, com Fontes e as questões

²⁵⁸ BONIFÁCIO, Maria de Fátima, *Um homem singular: biografia política de Rodrigo da Fonseca Magalhães*, Alfragide: D. Quixote, 2013, 380 e 404.

²⁵⁹ SARDICA, José Miguel, *A Regeneração sob o signo do consenso: a política e os partidos entre 1851 e 1861*, 205.

²⁶⁰ Rodrigo da Fonseca Magalhães foi ministro do Reino (1851-1856) e da Justiça (1851-1852), e Fontes Pereira de Melo deteve as pastas da Marinha (1851) e da Fazenda (1851-1856).

financeiras e, por isso, garantir uma certa maleabilidade de posições. Saldanha foi, portanto, um líder sem partido.

Enquanto isso, nos bastidores movia-se o homem que desenhara o consenso e a política «pasteleira» entre os setores moderados, Rodrigo da Fonseca Magalhães²⁶¹. Mais que um político, fora um ideólogo, e isso explica que tivesse granjeado, em simultâneo, tanto apoios como inimizades. Ao contrário de Saldanha, que aspirava ao reconhecimento do mundo político, a «Raposa» - como era conhecido - preferia conduzir o aparelho partidário de uma posição mais discreta. Foi por esse motivo que “Rodrigo da Fonseca Magalhães nunca foi um chefe de partido: «nunca teve um grupo de homens políticos que militassem sob a sua influência»”²⁶².

Em Junho de 1856 o governo da Regeneração demitiu-se, e subiu ao poder um executivo que incluía Progressistas Históricos e Cartistas, liderado pelo Duque de Loulé. As eleições foram marcadas para Novembro, criando um intervalo durante o qual os posicionamentos políticos se decidiram. Na oposição, a Regeneração não teve outra alternativa a não ser produzir uma estrutura partidária para angariar votos. Ainda presos ao ideal progressista trazido dos anos de luta contra o Cabralismo, passaram a denominar-se Progressistas Regeneradores, e organizaram assembleias para eleger uma Comissão Central.

Afastado Saldanha, ficava, assim, vago o lugar da liderança, que só viria a ser realmente preenchido a 14 de Setembro, numa assembleia realizada no Teatro S. Carlos. Nesta foi eleita uma comissão de 15 membros, tendo à cabeça Joaquim António de Aguiar²⁶³. Segundo José Miguel Sardica, “Foi nesse dia que verdadeiramente nasceu o Partido Regenerador”²⁶⁴. Contudo, o processo eleitoral não terá sido pacífico. Segundo os periódicos da oposição, existia uma segunda lista a votos, liderada por Rodrigo da Fonseca, o que teria causado

²⁶¹ O conceito de política «pasteleira» ficou associado aos primeiros anos da Regeneração e à figura de Rodrigo da Fonseca Magalhães. Tinha como objectivo produzir um consenso entre os diferentes grupos políticos, pondo de parte as diferenças ideológicas que haviam provocado graves conflitos nos anos anteriores, e salientando os temas em comum, como o progresso económico e tecnológico.

²⁶² BONIFÁCIO, Maria de Fátima, *Um homem singular: biografia política de Rodrigo da Fonseca Magalhães*, 25.

²⁶³ *A Revolução de Setembro*, Lisboa, 16-9-1856, p.1.

²⁶⁴ SARDICA, José Miguel, *A Regeneração sob o signo do consenso: a política e os partidos entre 1851 e 1861*, 206.

alguma animosidade entre diferentes setores Regeneradores. A situação acabou por ser abafada, mas “o fato é que, depois de Setembro de 1856, a influência de Rodrigo entre os regeneradores diminuiu a olhos vistos”²⁶⁵.

Quanto a Joaquim António de Aguiar, era um político cujos méritos ninguém se atrevia a discutir. Liberal da velha guarda, participara na Guerra Civil, fora Ministro do Reino e da Justiça, e deixara a sua marca na política portuguesa com a lei de extinção das ordens religiosas, pela qual recebera o epíteto de «Mata-Frades». Ainda assim, a sua liderança não teve a pujança mostrada em outros momentos da sua carreira. Apesar de ser considerado o chefe dos Regeneradores, essa direção era mais formal do que propriamente real: quando, em 1859, o governo Histórico apresentou a demissão, foi contra Fontes Pereira de Melo que os Históricos se viraram, recusando totalmente que integrasse um novo ministério²⁶⁶. Quanto a Aguiar, não se pronunciaram.

Nos anos seguintes, Fontes continuou a dirigir o partido a partir dos bastidores, como Rodrigo da Fonseca fizera anos antes. Com os Regeneradores na oposição, interessavam mais as iniciativas que pudessem garantir apoios e menos o nome que se encontrava na liderança. Aguiar voltou a ganhar alguma autoridade em 1865, com a formação do «Ministério da Fusão», um executivo que se pretendia como resultado da política de consenso prometida desde 1851, e que deveria incluir membros dos Partidos Regenerador e Histórico. Mas, ao contrário do esperado, a Fusão revelou-se um fracasso político: Oliveira Martins diria, anos mais tarde, que a Fusão fora “o modo grave de o partido histórico se sumir”²⁶⁷, em alusão ao estado débil e fragmentado em que se encontrava em Janeiro de 1868. Quanto aos Regeneradores, não viram a sua posição reforçada, depois do descontentamento provocado pelas medidas que tinham tomado.

²⁶⁵ Ibid., 207.

²⁶⁶ BONIFÁCIO, Maria de Fátima, «História de um nado-morto: o primeiro ministério histórico (1856-1859)», *Análise Social* XXXV, n. 157, 2001: 999.

²⁶⁷ MARTINS, J. P. de Oliveira, *Portugal Contemporâneo*, vol. II, Lisboa: Guimarães Editores, 1996, 281.

FONTES PEREIRA DE MELO: “O PARTIDO REGENERADOR ERA ELE”²⁶⁸

Progressivamente, Aguiar foi-se afastando do poder e Fontes Pereira de Melo foi ganhando maior prestígio. Não houve uma transição formal, nem uma assembleia de membros do partido reunidos para eleger a nova liderança. A instabilidade que se seguira à «Janeirinha» terminou em 1871, quando o Duque de Ávila pediu a demissão. Fontes mantivera-se sereno durante todo esse tempo, aguardando pelo seu momento. Este chegara, finalmente, e o fato é que “o executivo de Fontes Pereira de Melo é, em rigor, o primeiro governo da Regeneração indubitável e diretamente saído de um só partido monárquico”²⁶⁹. Uma vez no poder, Fontes iria segurá-lo durante 6 anos, saindo em 1877 apenas para descansar durante algum tempo e voltar um ano depois.

Apesar de só naquele momento aparecer publicamente como chefe dos Regeneradores, a sua obra vinha a ser edificada há décadas. Fontes fora o responsável pelos empréstimos que, em 1855, tinham permitido iniciar a construção do caminho-de-ferro em Portugal. O seu objetivo era transformar o país, pobre e agastado por demasiados anos de guerra civil, numa nação desenvolvida como as potências europeias. E, à época, a forma de o fazer era investir no desenvolvimento tecnológico, representado pelas estradas, caminhos-de-ferro e telégrafo. Esta política ficou de tal forma associada ao seu introdutor em Portugal que viria a passar à História com o nome de «Fontismo»²⁷⁰.

Apesar do seu carisma, a personalidade de Fontes Pereira de Melo também lhe trouxe algumas inimizades: o rei D. Pedro V tinha dificuldade em relacionar-se com a inércia exigida pelo sistema constitucional, e com alguns dos políticos que o constituíam. D. Pedro considerava Fontes um homem arrogante, e atribuíra-lhe o epíteto de «D. Magnífico»²⁷¹.

²⁶⁸ MÓNICA, Maria Filomena, *Fontes Pereira de Melo: uma biografia*, Lisboa: Alêtheia, 2010, 170.

²⁶⁹ SARDICA, José Miguel, «Os partidos políticos no Portugal oitocentista (discursos historiográficos e opiniões contemporâneas)», *Análise Social* XXXII, n. 142, 1997: 576.

²⁷⁰ JUSTINO, David, «Fontismo: ideologia e política económica», apresentado no XXXI Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social, Coimbra, 2011.

²⁷¹ MÓNICA, Maria Filomena, *D. Pedro V*, Lisboa: Círculo de Leitores, 2005, 93.

Ainda assim, a sua importância no panorama partidário era inegável. Rafael Bordalo Pinheiro e João Rialto, salientavam isso mesmo, aproveitando, contudo, para o criticar: Fontes Pereira de Melo

“É chefe do partido regenerador, e ao mesmo tempo que é chefe, é elle proprio o programma, o que lhe dá uma vantagem manifesta sobre o partido progressista seu principal adversario. Em logar de estar obrigado a uma lista de preceitos exarados em meia folha de papel almasso, está unicamente obrigado ao cumprimento da sua vontade, o que lhe deixa muito maior liberdade d’acção”²⁷².

Afirmações como esta deixavam patente o carácter pessoalista do sistema partidário, e o perfil ideológico difuso do Partido Regenerador.

Fontes Pereira de Melo acabaria por simbolizar os propósitos dos Regeneradores, apresentando a versão mais acabada da política da Regeneração em Portugal. A sua importância era tal que, segundo reza a lenda, antes de morrer o próprio Fontes teria dito “Vou fazer falta”²⁷³. Mesmo um dos seus opositores partidários, José Luciano de Castro, assumiu a sua importância como homem e como estadista:

“O Partido Regenerador era ele e não sei como poderá substituí-lo. Pessoalmente senti viva mágoa pelo seu desaparecimento. Politicamente, penso que alguma coisa lucrámos, principalmente pelas dificuldades que nos criava na presidência da Câmara dos Pares. O país e o rei com certeza perderam bastante, porque não vejo quem o substitua na direcção do Partido Regenerador, apesar de todos os defeitos da escola política que ele simbolizava”²⁷⁴.

Fontes Pereira de Melo foi o chefe eterno dos Regeneradores, que os liderara ainda antes de lhe ser oficialmente atribuída a chefia, e cuja ação os

²⁷² PINHEIRO, Rafael Bordalo e RIALTO, João, *Álbum das glórias*, Lisboa: Typ. Editora Rocio, 1902.

²⁷³ MÓNICA, Maria Filomena, *Fontes Pereira de Melo: uma biografia*, 13.

²⁷⁴ Carta de José Luciano de Castro a Oliveira Martins, transcrita em *ibid.*, 170-171.

seus herdeiros políticos haviam de tentar imitar até ao fim da Monarquia Constitucional.

AS ÚLTIMAS LIDERANÇAS DO PARTIDO REGENERADOR

A morte de Fontes Pereira de Melo, em 1887, deixava graves questões por resolver: Fontes não nomeara um herdeiro político - a sua morte inesperada não o permitira - e existiam vários nomes que se mostravam interessados no cargo. Em consequência, abriram-se cisões numa organização formada por diversas sensibilidades políticas, que vinha contrariando as fragilidades no seu seio através da capacidade de gestão do seu líder. Os principais candidatos eram Barjona de Freitas, líder da facção mais radical e democrática, e Lopo Vaz de Sampaio e Melo, considerado o grande estratega do partido, líder da nova geração de Regeneradores e que chegara a ser deputado pelo Partido Reformista.

A escolha do novo líder foi feita a 20 de Junho, numa reunião em que estiveram presentes 12 dos principais membros do Partido Regenerador, mas a comunicação da escolha do novo líder só foi tornada pública a 1 de Agosto, através de um manifesto assinado por 157 membros do partido²⁷⁵. O nome escolhido foi António de Serpa Pimentel, o que agradava à ala mais jovem do partido, de Lopo Vaz e Hintze Ribeiro, que consideravam que a sua liderança seria apenas de transição, sem se impor realmente, permitindo-lhes manobrar internamente o rumo do partido. E foi realmente isso que aconteceu. Serpa dirigiu o governo Regenerador que subiu ao poder depois do *Ultimatum* de 1890, acompanhado por Lopo Vaz, Hintze e João Franco, mas a experiência não foi bem-sucedida, e deixou-o desgastado. A pressão da opinião pública portuguesa levou à demissão do governo ao fim de 9 meses em funções. Dentro do executivo Lopo Vaz e Hintze Ribeiro tinham-se tornado rivais, aumentando a fragilidade do partido.

Em 1892 faleceu Lopo Vaz de Sampaio e Melo, deixando o caminho livre a Hintze Ribeiro. Este chegaria ao poder em 1893, quando o Partido Regenerador foi convidado a formar governo. Nessa altura, António de Serpa

²⁷⁵ *Jornal da Noite*, Lisboa, 31-07 e 1-8-1887, p.1.

declinou o convite, sugerindo Hintze para Presidente do Conselho. Serpa começou assim a afastar-se do centro de ação, mantendo apenas uma presença discreta na Câmara dos Pares. Quando faleceu, em Março de 1900, Serpa estava já distante dos assuntos políticos há algum tempo, apesar de ter mantido a chefia honorária do Partido Regenerador. Tinha delegado o poder em Hintze Ribeiro, pelo que a escolha de um sucessor não levantou dúvidas: numa reunião em que - mais uma vez - estiveram presentes apenas 12 membros do partido, realizada a 10 de Março de 1900 em casa do próprio Hintze, foi decidido que a sua liderança, que já desempenhava de fato, passava a ser oficial²⁷⁶.

Os anos de Hintze Ribeiro como líder do partido foram diferentes. A geração a que pertencia introduzira uma nova forma de fazer política: já não se tratava apenas de acordos parlamentares e caciques locais; era necessário mobilizar a opinião pública, convocar *meetings*, fundar centros políticos. O mais empenhado nessa estratégia era João Franco, com quem Hintze se desentendeu. Ambicioso e com apoios, Franco promoveu uma dissidência, e em 1901 fundou o Partido Regenerador Liberal. Em simultâneo, o açoriano Jacinto Cândido da Silva, antigo ministro do governo Hintze-Franco de 1895, seguiu o mesmo caminho, criando em 1903 o Partido Nacionalista. A alteração da conjuntura política e as divisões internas do partido tiveram efeitos no posicionamento de Hintze Ribeiro enquanto líder, que começou a seguir um rumo cada vez mais conservador, acabando por perder a capacidade de adaptação que herdara de Fontes Pereira de Melo. Foi na vigência de governos liderados por Hintze que o país assistiu à situação extravagante de ter uma Câmara de Deputados unicamente composta por Regeneradores, que ficou para a História como o «Solar dos Barrigas» (1895), e foi também Hintze que promulgou a lei eleitoral que ficaria conhecida como «Ignóbil Porcaria» (1901).

Hintze Ribeiro morreu no dia 1 de Agosto de 1907. Aos 57 anos, a morte de Hintze Ribeiro surpreendeu o país, e deixou os Regeneradores numa situação difícil. A sucessão não era óbvia e vários nomes se perfilavam como possibilidades para a liderança. Durante a liderança de Hintze Ribeiro as rivalidades internas tinham aumentado, pelo que o nome escolhido veio de

²⁷⁶ *A Tarde*, Lisboa, 12-3-1900, 1.

fora: a 12 de Outubro de 1907, numa assembleia geral muito concorrida, os ministros de Estado honorários, governadores civis, deputados e pares do Reino afetos ao partido escolheram para seu chefe Júlio Marques de Vilhena²⁷⁷. Vilhena estava desde jovem ligado ao Partido Regenerador, mas tinha pouco capital político e era visto, à semelhança de António de Serpa, mais como uma figura que geraria poucas divisões. Contudo, Vilhena tinha alguns méritos de perceção da situação política: por essa altura declarara, quase profeticamente, sobre a ditadura franquista que “Isto termina fatalmente por um crime ou por uma revolução”²⁷⁸.

A situação dentro do Partido começou a agravar-se depois do Regicídio, com a dissidência de Artur de Campos Henriques, que levou consigo uma parte dos deputados Regeneradores. Comentando a situação política, José Luciano de Castro diria ao rei que “O partido regenerador está a desconjuntar-se”²⁷⁹.

Para combater a aliança entre os Progressistas e os Regeneradores Dissidentes de Campos Henriques, Vilhena reuniu-se com José Maria de Alpoim, líder da Dissidência Progressista, que havia surgido alguns anos antes, propondo-lhe um acordo que consistia na divisão de pastas num governo que viesse a ser formado. Este acordo entre as duas organizações partidárias terá sido feito com o consentimento e agrado do rei, mas deixando claro que se encontravam em oposição aberta ao governo.

Dentro do Partido Regenerador a situação agudizava-se: António Teixeira de Sousa, o número dois dos Regeneradores, afirmava que “O mal todo da nossa política existe desde que elegemos para chefe o Júlio de Vilhena! êle não faz nada, não se ocupa de nada e não se importa com nada, excepto com ser presidente do conselho!”²⁸⁰.

No final do Verão de 1909 decorreram algumas manobras políticas, com conhecimento e intervenção de D. Manuel II, que tinham como objetivo alterar o panorama partidário português. Depois de uma conferência com o marechal Regenerador Luís Pimentel Pinto, o rei anotava que aquele lhe havia dado a

²⁷⁷ *O Popular*, Lisboa, 13-10-1907, 1-2.

²⁷⁸ *Ibid.*, 20-10-1907, p.1.

²⁷⁹ Carta de José Luciano de Castro de 1-9-1908, *Documentos políticos encontrados nos palácios reais depois da revolução republicana de 5 de Outubro de 1910*, Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1915, 21-22.

²⁸⁰ Notas de D. Manuel de 27-8-1909, *ibid.*, 88.

indicação de ser necessário formar dois grandes partidos com base na união dos já existentes: um que juntasse Progressistas, Regeneradores de Campos Henriques, Franquistas e Nacionalistas, e outro formado por Regeneradores e Dissidentes Progressistas²⁸¹. Algo semelhante havia sido sugerido por Teixeira de Sousa, “fazer dois grandes partidos refundindo-os: conservadores e liberais”²⁸².

Do lado Regenerador, Júlio de Vilhena, cada vez menos apoiado, atacado dentro do seu próprio partido, e preterido mais uma vez na presidência de um governo, face aos Progressistas, decidiu pedir a demissão de chefe do Partido Regenerador no final de 1909. A 23 de Dezembro reuniu em sua casa a comissão executiva do partido, explicando os seus motivos para a renúncia e recusando qualquer tentativa de o demover. Declarava que nunca tivera como ambição ser chefe do Partido Regenerador, aceitara o cargo apenas por acreditar que a sua ação podia ser útil aos destinos dos Regeneradores, mas sentia naquele momento que a sua presença deixara de ser necessária²⁸³.

Teixeira de Sousa foi escolhido por aclamação na assembleia geral realizada a 16 de Janeiro de 1910. No seu discurso de tomada de posse, deixou claro que era necessário que o Partido Regenerador fosse chamado a tomar o poder, e que tinha um plano de governo com opções concretas para os problemas do país²⁸⁴. Como principal inimigo do bom funcionamento das monarquias Teixeira de Sousa elegia o conservadorismo, pelo que o Partido Regenerador teria de se apresentar como essencialmente liberal para poder fazer frente a esta ameaça em crescimento. Propunha o fim das ditaduras, o regresso dos Pares eletivos e uma nova lei eleitoral que garantisse maior representação às minorias, entre outras medidas. Era um homem virado à esquerda, com bons entendimentos com membros do Partido Republicano, e era do conhecimento público a sua amizade com Afonso Costa. O objetivo de Teixeira de Sousa era retirar poder aos grupos radicais aproximando-se deles, inspirado no que Fontes Pereira de Melo fizera com os Progressistas na década de 80. Porém, a sua disponibilidade para estender acordos a novos campos

²⁸¹ Notas de D. Manuel de 6-9-1909, *ibid.*, 95.

²⁸² Notas de D. Manuel de 27-8-1909, *ibid.*, 89.

²⁸³ *Diário Popular*, Lisboa, 24-12-1909, p.1.

²⁸⁴ *Ibid.*, 17-1-1910, p.1. SOUSA, António Teixeira de, *Para a história da revolução*, Porto: Typografia da Empresa Literaria e Typográfica, 1912, 117 e ss.

políticos incomodava uma boa parte dos monárquicos, incluindo o rei D. Manuel II, que considerava que Teixeira de Sousa estava a ser demasiado liberal, e temia a proximidade dos Republicanos²⁸⁵.

Teixeira de Sousa ainda foi encarregado de organizar um ministério, que tomou posse a 26 de Junho, mas pouco tempo teve para pôr as suas ideias em prática. A 5 de outubro estalou a revolução Republicana, acontecimento que não podemos desvincular do estilhaçar do setor monárquico.

CONCLUSÃO

Desta análise é possível deduzir a intensidade com que o método ou a força de um líder se reflete na ação do partido. Para os Regeneradores, diferentes líderes significaram diferentes rumos, e diferentes líderes significaram inclusive diferentes partidos. Não podemos encarar da mesma forma o Partido Regenerador sob a direção de Fontes Pereira de Melo, ou durante os anos em que foi seu chefe Hintze Ribeiro. Em simultâneo, a importância da liderança esteve intimamente ligada com períodos históricos específicos, ou com a evolução do processo de estruturação dos partidos políticos.

No caso do Partido Regenerador, o seu caráter fluido permitiu que algumas figuras ganhassem especial relevância, e que o seu pensamento fosse, por mais de uma vez, confundido com o programa do partido. Estas características tornaram-no num caso particular da política portuguesa, e distinguiram-no do seu principal rival, o Partido Progressista - formado em 1876 a partir da fusão dos partidos Histórico e Reformista - uma vez que este dispunha de um programa político, de uma organização interna bem definida e, pelo menos em parte da sua existência, de uma liderança eleita²⁸⁶. Nenhum outro partido se manteve em funcionamento - e em funções como governo - durante tanto tempo, sem apresentar uma ideologia marcadamente sua, registada em documentos oficiais, ou sem se amparar numa rede de centros e

²⁸⁵ Carta de D. Manuel II de 15-9-1910, *Documentos políticos encontrados nos palácios reais depois da revolução republicana de 5 de Outubro de 1910*, 122.

²⁸⁶ FERNANDES, Paulo Jorge, *Mariano Cirilo de Carvalho. O «Poder Oculto» do liberalismo progressista (1876-1892)*, Lisboa: Assembleia da República/ Texto Editores, 2010, 48-51.

clubes que mobilizasse apoiantes. Isto deveu-se, em alguns dos momentos aqui mencionados, às lideranças do Partido Regenerador.

FONTES

FONTES HEMEROGRÁFICAS

A Revolução de Setembro (Lisboa, 1856)

A Tarde (Lisboa, 1900)

Diário Popular (Lisboa, 1909)

Jornal da Noite (Lisboa, 1887)

O Popular (Lisboa, 1907)

FONTES IMPRESSAS

PINHEIRO, Rafael Bordalo, e RIALTO, João. *Álbum das glórias*. Lisboa: Typ. Editora Rocio, 1902.

MARTINS, J. P. de Oliveira. *Portugal Contemporâneo*. Vol. II. Lisboa: Guimarães Editores, [1881] 1996.

SOUSA, António Teixeira de. *Para a história da revolução*. Porto: Typografia da Empresa Literaria e Typográfica, 1912.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONIFÁCIO, Maria de Fátima. «História de um nado-morto: o primeiro ministério histórico (1856-1859)». *Análise Social* XXXV, n. 157 (2001): 989-1012.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima. *Um homem singular: biografia política de Rodrigo da Fonseca Magalhães*. Alfragide: D. Quixote, 2013.

CAETANO, Marcello. *Manual de ciência política e direito constitucional*. Lisboa: Coimbra Editora, 1967.

CHARLOT, Jean. *Os Partidos Políticos*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 1972.

COELHO, Henrique Trindade. *Manual político do cidadão portuguez*. Porto: Empresa Litteraria e Typographica, 1908.

Documentos políticos encontrados nos palácios reais depois da revolução republicana de 5 de Outubro de 1910. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1915.

DUVERGER, Maurice. *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

FERNANDES, Paulo Jorge. *Mariano Cirilo de Carvalho. O «Poder Oculto» do liberalismo progressista (1876-1892)*. Lisboa: Assembleia da República/ Texto Editores, 2010.

JUSTINO, David. «Fontismo: ideologia e política económica». XXXI Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social, Coimbra, 2011.

MARQUES, A. H. de Oliveira, e SOUSA, Fernando de (coord.). *Portugal e a Regeneração*. Vol. X. *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 2003.

MÓNICA, Maria Filomena. *D. Pedro V*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005.

MÓNICA, Maria Filomena. *Fontes Pereira de Melo: uma biografia*. Lisboa: Alêtheia, 2010.

SARDICA, José Miguel. «A Regeneração sob o signo do consenso: a política e os partidos entre 1851 e 1861». Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa, 1996.

SARDICA, José Miguel. *A Regeneração sob o signo do consenso: a política e os partidos entre 1851 e 1861*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2001.

SARDICA, José Miguel. «Os partidos políticos no Portugal oitocentista (discursos historiográficos e opiniões contemporâneas)». *Análise Social* XXXII, n. 142 (1997): 557-601.

SARTORI, Giovanni. *Partidos y sistemas de partidos: marco para un análisis*. Madrid: Alianza Editorial, 1980.

SOUSA, Marcelo Rebelo de. *Os partidos políticos no direito constitucional português*. Braga: Livraria Cruz, 1983.

TENGARRINHA, José. «Regenerador, Partido». Em *Dicionário de História de Portugal*, V:256-257. Porto: Livraria Figueirinhas, 1992.

Os Expostos em Números

Uma Análise Quantitativa do Abandono Infantil na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (1850-1903)

Joana Catarina Vieira Paulino

Instituto de História Contemporânea / Universidade Nova de Lisboa

joana_paulino40@hotmail.com

Resumo O ano de 1867 marcou uma viragem na política de abandono infantil em Portugal - a roda, símbolo da exposição anónima legal, foi extinta. O abandono persistiu, mas com admissão restrita e mediante identificação parental. Foram ainda concedidos subsídios de lactação às mães e parentes pobres. Acompanhando a tendência nacional e internacional, em 1870, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) encerrou a roda dos expostos. Este estudo visa reflectir sobre o antes e depois da abolição da roda, atestando as continuidades e rupturas do novo modelo de acolhimento na SCML (1850-1903), à luz de uma análise quantitativa das estatísticas anuais dos Relatórios da Mesa desta instituição. Procura-se demonstrar que, mais do que uma mudança «orgânica», a «revolução» está nos números, reflexo do sucesso da ruptura legislativa. A partir de 1870 é ainda possível analisar as características do abandono (aos abandonos, à mortalidade, ao número e localização de amas e mestres de ofícios somem-se os motivos da exposição, o estado civil das mães, a proveniência das crianças e a concessão de pensões de lactação). Será que, a partir da lei de 1867, houve uma mutação na exposição infantil, prática até então generalizada e massificada na Europa católica? A nova atitude para com a criança oitocentista foi extensível aos expostos?

Abstract In 1867 there was a change in portuguese policy towards child abandonment - the wheel, symbol of juridical acceptance of anonymous abandonment, was abolished. The abandonment persisted, but the admissions were restricted and the parents had to identify themselves. Allowances of lactation were also given to mothers who kept their children. In 1870, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) followed this trend and the wheel was closed. This study aims to reflect about the period before and after the abolition of the wheel, looking for the continuities and ruptures of the new model of care in SCML (1850-1903) through a quantitative analyses based on the annual statistics produced by this institution. The goal it's to demonstrate that, more than an «organic» turn, the «revolution» shows up in the numbers, reflecting the success of the legislative rupture. From 1870 it's also possible to analyze the abandonments' characteristics (to the abandonments, infant mortality, number and location of nannies and teachers of crafts, we may add the reasons of exposure, the marital status of the mothers, the children's' provenance and the grant of lactation allowances). Was there, from the law of 1867, a change in childhood exposure, a generalized and mass practice in catholic Europe? Was the new attitude towards the child, in the 19th century, extended to foundlings?

No século XIX, a mortalidade grassava nas Casas da Roda, fruto das muitas recepções motivadas pela permissão do abandono anónimo, uma prática

legalizada pelos estados da Europa católica, sobretudo, do sul. Cientes desta realidade, iniciaram-se debates em torno da abolição da roda e da adoção de um novo modelo de acolhimento dos menores abandonados.

Em Portugal, a extinção da roda dos expostos foi decretada em 1867. A partir de então, a identificação parental tornou-se obrigatória, os hospícios substituíram as rodas e foram concedidos subsídios de lactação. Porém, na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), estas medidas só foram aplicadas 3 anos mais tarde. Este estudo pretende constituir uma análise quantitativa do abandono de crianças nesta instituição antes e depois do encerramento da roda, entre 1850-1903.²⁸⁷

Esta análise está dividida em duas partes. Num primeiro momento, contextualizar-se-á o abandono infantil em Portugal, no final do século XVIII e, sobretudo, no século XIX, desde a legalização da roda à sua extinção e às medidas que a substituíram.

Numa segunda fase, procurar-se-á conhecer, em números, os expostos da SCML, com base nas estatísticas anuais dos Relatórios da Mesa desta instituição (1850-1903), estudados à luz da análise quantitativa e de um SIG. Vários parâmetros do abandono infantil serão tidos em conta, de forma a atestar se a ruptura legislativa foi bem-sucedida. Para tal, pretender-se-á verificar se, após 1870, na SCML: diminuiu o número de abandonados? Qual o contributo das pensões de lactação? Por que motivo eram deixados na instituição? Qual o estado civil das mães expositoras? Qual a proveniência das crianças? E as amas e mestres de ofícios, diminuíram? Qual a sua localização? Perante esta análise geral, verifica-se o sucesso das medidas «reformistas»?

²⁸⁷ O estudo principia em 1850, acompanhando o início da produção estatística da SCML que, na década de 1870, foi completada com novos dados face à imposição da identificação parental. A opção de término em 1903 coincide com o fim dessas estatísticas e por, pela salvaguarda de informações individuais, a instituição não permitir o acesso a documentação posterior a 1910.

Não obstante a análise centrar-se numa instituição lisboeta a reflexão será mais abrangente. Por exemplo, as amas e os mestres de ofícios eram naturais de vários concelhos da faixa litoral atlântica, desde a Figueira da Foz até Sesimbra ou Setúbal; enquanto as crianças provinham de concelhos tão distantes como Guimarães. Apesar da sua fraca representatividade, estes casos constituem uma realidade.

DA RODA DOS EXPOSTOS NO COMBATE AO INFANTICÍDIO À ABOLIÇÃO DO SÍMBOLO DE ABANDONO ANÓNIMO

Em 24 de Maio de 1783, Pina Manique (1733-1805), chefe da Intendência Geral da Polícia, decretou o imperativo de existência de instituições de assistência aos expostos, com rodas, em todos os centros administrativos, fruto do alto infanticídio, que privava o País de indivíduos úteis para o seu progresso. O abandono passou-se a reger pelo silêncio, segredo e anonimato, não se penalizando ou tentando identificar os pais.²⁸⁸

Contudo, os problemas económicos das misericórdias, a falta de amas, os seus baixos e incertos salários, a ausência de rodas em muitas regiões, o abandono em rodas vizinhas, ... foram alguns dos motivos que levaram Passos Manuel (1801-62) a uniformizar o serviço de expostos pelo decreto de 19 de Setembro de 1836 - a assistência passou das misericórdias para as Juntas Gerais do Distrito e câmaras municipais, reforçando-se o papel preexistente destas últimas e sendo o financiamento concelhio. Porém, não findaram os ditos *handicaps*, agudizando-se o sentimento para com as crueldades vividas pelos expostos, sobretudo, a alta mortalidade.²⁸⁹

“A polémica instalou-se a partir de meados do século. Os médicos e os jornalistas, os maiores críticos, consideravam-na [a roda] um símbolo de miséria (...), denunciavam os gastos ruinosos do erário público, o convite à dissolução de costumes e a incapacidade da Roda em assegurar a sobrevivência de um número cada vez maior de expostos”. Os parlamentares davam voz aos protestos municipais de falta de verbas, à contestação popular e às amas. Contudo, a roda também tinha os seus apoiantes, que criam salvaguardar a honra e honestidade femininas, permitindo a sobrevivência de muitas crianças por constituir uma alternativa ao infanticídio e ao aborto.²⁹⁰

²⁸⁸ Desde as *Ordenações Manuelinas* que a criação dos expostos estava a cargo dos municípios. As misericórdias destacaram-se nesta função, celebrando-se contratos com os concelhos, que financiavam os abandonados, havendo apenas uma «adjudicação» da assistência. Era frequente, perante as dificuldades financeiras dos concelhos, emergirem estratégias colectivas de abandono das crianças noutros. BRETTEL, 1989, p. 218; FONTE, 2012, p. 18; LEANDRO, 2011, p. 13; LOPES, 1993, p. 503.

²⁸⁹ CUBEIRO, 2011, p. 10.

²⁹⁰ CUBEIRO, 2011, p. 10; CUBEIRO, 2011, p. 11; REIS, 2012, p. 163.

O combate às rodas «oficializou-se» em 1862 quando, após a apresentação de dados de governadores civis, Juntas Gerais do Distrito e da SCML, comprovativos do agravamento dos abandonos e da hecatombe nas instituições, o governo nomeou uma comissão para estudar soluções. Esta propôs três medidas de reestruturação do abandono infantil: substituição das rodas por hospícios de admissão controlada; declaração de gravidez de mulheres não recatadas; e, atribuição de subsídios de lactação, por pobreza comprovada, responsabilizando-se os pais pela criação dos filhos.²⁹¹

Com estas medidas, aplicadas pelo decreto de 21 Novembro 1867, aboliu-se, em Portugal, o abandono anónimo infantil e, com ele, as rodas. Quando o mesmo foi revogado, após 4 meses, já as Juntas Gerais do Distrito tinham iniciado a reestruturação da assistência aos expostos. “A supressão das rodas foi feita gradualmente: logo na década de 1860 em Aveiro, Leiria, concelhos rurais de Lisboa, Porto, Penafiel, Ponte de Lima e Torres Novas; no decénio seguinte na cidade de Lisboa, Coimbra, Viseu, Bragança, Évora, Beja ...”.²⁹² Tal faz transparecer a consciencialização do carácter insustentável e desumano da situação vivida nas Casas da Roda.

Em 5 de Janeiro de 1888 foi aprovado o *Regulamento para o serviço dos expostos e menores desvalidos ou abandonados*, o qual, em parte, adoptou o modelo de «hospedagem» anterior a 1867 - as crianças, a cargo dos municípios, iam para amas até aos 7 anos, quando eram internadas em asilos para receberem formação profissional.²⁹³

Ficou ainda regulamentado quem receberia assistência: expostos de pais desconhecidos; abandonados, cujos pais desapareceram; e, ainda, crianças que não pudessem ser criadas pelos pais (por morte, prisão, doença, idade avançada ou degredo) nem tivessem ninguém a quem ficar a cargo.²⁹⁴

Quanto aos subsídios de lactação, estipulou-se a duração máxima de 12 meses (extensível a 18/24 por doença). Caso os pais fossem indigentes, viúvos

²⁹¹ Os hospícios tinham enfermarias de maternidade, obrigando-se as mães a criarem os filhos (salvo motivo comprovado). Surgiram ainda creches para os filhos de trabalhadores. Já as pensões de lactação, instituídas na 2ª metade do séculoXIX e vulgarizadas pelo fim da roda, eram concedidas a mães solteiras e viúvas pobres e aos pais pobres viúvos ou que não pudessem trabalhar. CUBEIRO, 2011, pp. 6 e 10-11; MOREDA, s.d., p. 129; SÁ, 1992, p. 181.

²⁹² CUBEIRO, 2011, pp. 11-12.

²⁹³ CUBEIRO, 2011, p. 12.

²⁹⁴ CUBEIRO, 2011, p. 12.

pobres ou perante invalidez do filho, após os 7 anos, podiam pedir o internamento da criança, mediante autorização da Junta Geral de Distrito.²⁹⁵ A substituição da exposição pelas pensões demonstra uma tentativa de permanência do menor na família biológica.

OS EXPOSTOS EM NÚMEROS

Nesta parte do trabalho, o estudo quantitativo do abandono infantil na SCML, pretende-se atestar as suas características e o sucesso das medidas reformistas de 1867 com base nas estatísticas da instituição. A persecução deste objectivo terá como primeiro passo a análise da evolução do total de expostos. De seguida, estudar-se-ão as características do abandono (motivos, procedência materna e naturalidade das crianças), finalizando com o destino dos abandonados (evolução e distribuição geográfica das amas e mestres de ofícios, concessão de subsídios de lactação e mortalidade).

Devem-se, contudo, fazer algumas ressalvas: os dados não são cronologicamente homogêneos, pois a informação neles constante é mais abundante e diversificada após o encerramento da roda na SCML. Por sua vez, a abrangência geográfica desses mesmos dados extravasa o concelho e distrito de Lisboa. Refira-se ainda que, na cartografia elaborada pela utilização de um SIG, relativa à origem dos expostos, amas e mestres de ofício, optou-se pela adopção da divisão administrativa de 1878.²⁹⁶

²⁹⁵ Sobre os subsídios de lactação ler CUBEIRO, 2011, pp. 17-20.

²⁹⁶ Porquê não se optou pelas divisões de 1864 ou 1890? Em 1864, Lisboa era composta por 4 bairros (Alcântara, Alfama, Bairro Alto e Rossio), tal como em 1890 (Primeiro, Segundo, Terceiro e Quarto Bairros), e não pelos três invocados na fonte (Central, Ocidental e Oriental). Considere-se ainda que, em 1890, a cidade de Lisboa cresceu pela incorporação das partes extra-muros das freguesias de S. Jorge de Arroios, S. Sebastião da Pedreira, Sta. Isabel e S. Pedro de Alcântara, pela absorção das freguesias dos extintos concelhos periféricos de Belém e Olivais (1885) e ainda de Camarate e Sacavém (outrora do concelho de Loures (1886)). Por outro lado, 1878 é o ano que se situa mais próximo do meio da cronologia do presente estudo. LIMA, 2009, pp. 29-31.

TOTAL DE CRIANÇAS ABANDONADAS NA SCML

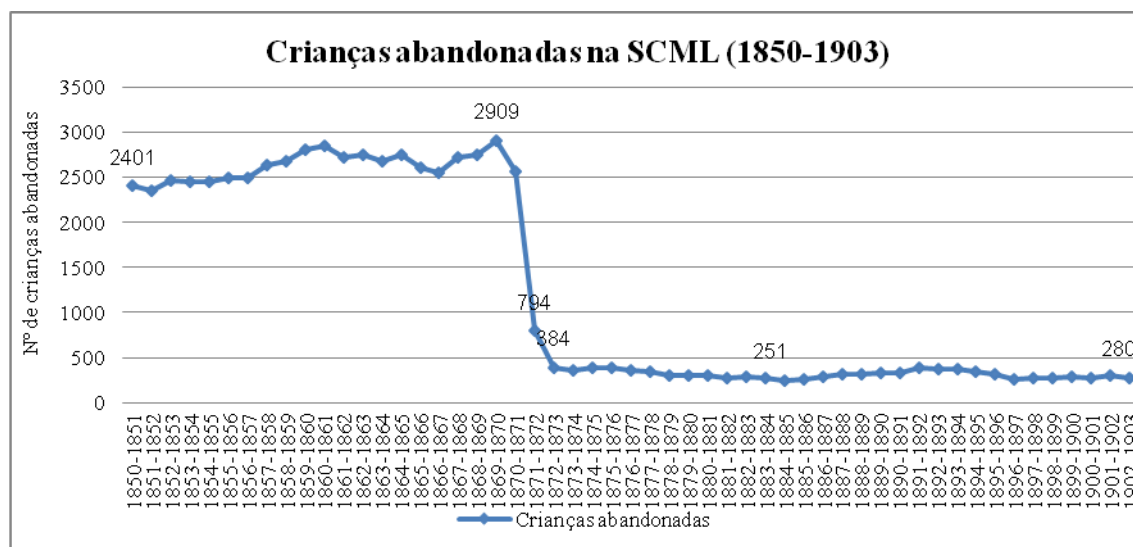


Gráfico 1: Crianças abandonadas na SCML por ano económico (1850-1903)

Fonte: *Relatório que a mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ...*, 1861-1904.

Pela análise do gráfico 1 é possível distinguir duas fases na exposição infantil na SCML: 1850-70 e 1871-1903, correspondendo na contextualização histórica, ao antes e após extinção do abandono anónimo.

Não se pode descurar o crescimento do abandono infantil nas duas primeiras décadas (1850-1870), apesar de pequenas variações - iniciando-se em 1850 (2401), as exposições na SCML crescem até 1870, o seu pico máximo (2909). Este aumento leva a crer nas elevadas dimensões que o fenómeno estava a tomar. Não obstante os debates e o decreto de 1867, a exposição progredia, justificando o seu imperativo combate.

Entre 1871-73, há uma forte diminuição dos abandonos (384 no último ano), embora este hiato possa representar uma fase de adaptação, consolidando-se os valores a partir de então e atingindo o seu mínimo em 1884-85 (251).

Assim, conclua-se que, entre 1871-1903, o número de exposições ronda c.10% do valor médio de 1850-70. No primeiro hiato contabilizavam-se 2617 exposições anuais, valor que decresceu para 299, reflexo do sucesso das medidas implementadas após a extinção da roda dos expostos na SCML. Porém,

pode-se questionar se o fim do anonimato incrementou o aborto clandestino, tendência sentida na da Europa católica.²⁹⁷

As características do abandono

Como referido, o novo modelo de abandono infantil pressupunha um inquérito parental. Contudo, perante a ausência de informação anterior a 1870, não é possível atestar as continuidades e rupturas destas características.

Motivos do abandono

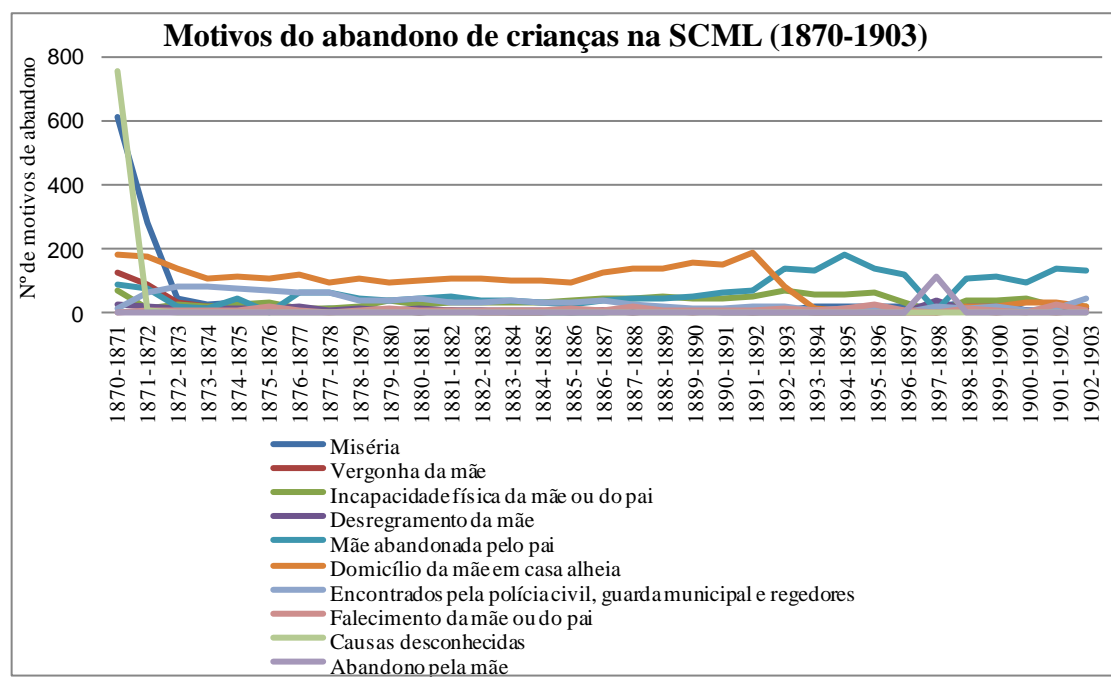


Gráfico 2: Motivos do abandono por ano económico (1870-1903)²⁹⁸

Fonte: *Relatório que a mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ...*, 1871-1904.

Atendendo ao primeiro ano do gráfico 2, prevalecem os abandonos por causa desconhecida (754) e por miséria (613). Relativamente aos primeiros, pode-se questionar: nesta fase de transição, existia desconfiança face ao novo

²⁹⁷ MATTOSO, 2011, p. 135.

²⁹⁸ A estes motivos devem-se somar o desregramento do pai, prisão dos pais, portaria do ministério do reino e suicídio da mãe, excluídos da análise pela sua pouca representatividade (inferiores a 4 casos).

sistema? Não havia, ainda, uma estrita fiscalização? Seriam outros agentes que não os pais a entregar a criança, desconhecendo o porquê do abandono?

Quando estes motivos decaem, em 1871-72 e 1872-73, respectivamente, emergem outros, destacando-se o domicílio da mãe em casa alheia até 1893-94 e, partir de então, o abandono da mãe pelo pai. Possivelmente, o primeiro corresponde ao serviço de criadagem, residindo a mãe com os patrões; remetendo o segundo para o facto da mãe, sozinha, não conseguir criar o filho ou, por ser solteira, visar salvaguardar a sua honra.

Devem-se ainda salientar dois elementos. Por um lado, o facto da morte da mãe ser um motivo menor - havia maiores cuidados com a gravidez? Por outro, a ausência de uma redução gradual de crianças encontradas pelas autoridades - existiam resquícios de abandono anónimo em locais públicos, crendo que muitos pais não se pretendiam identificar? Estava tal prática associada à vergonha e honra familiar de mães solteiras ou à bastardia?²⁹⁹

Procedência das mães

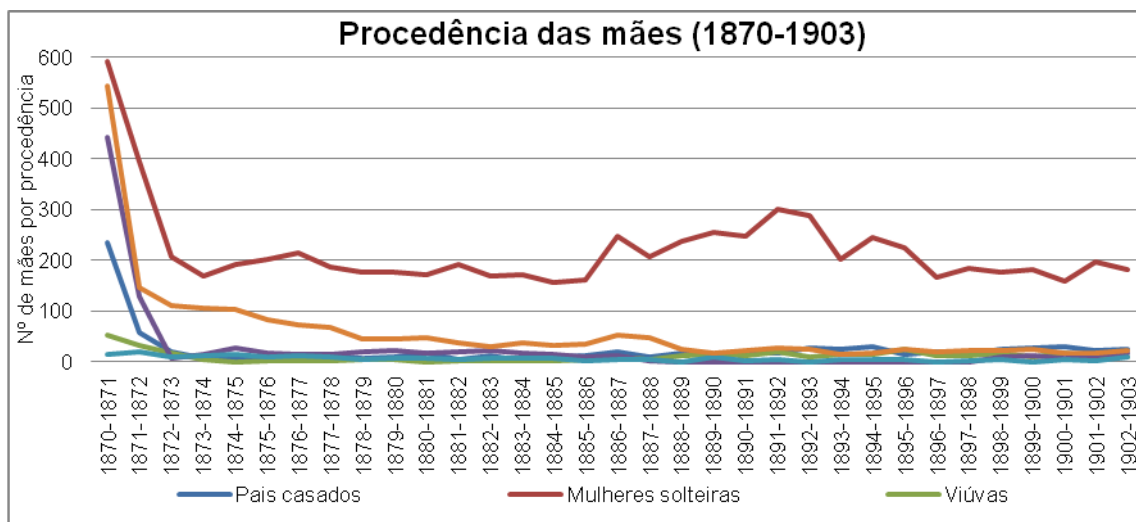


Gráfico 3: Procedência das mães expositoras por ano económico (1870-1903)
Fonte: *Relatório que a mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ...*, 1871-1904.

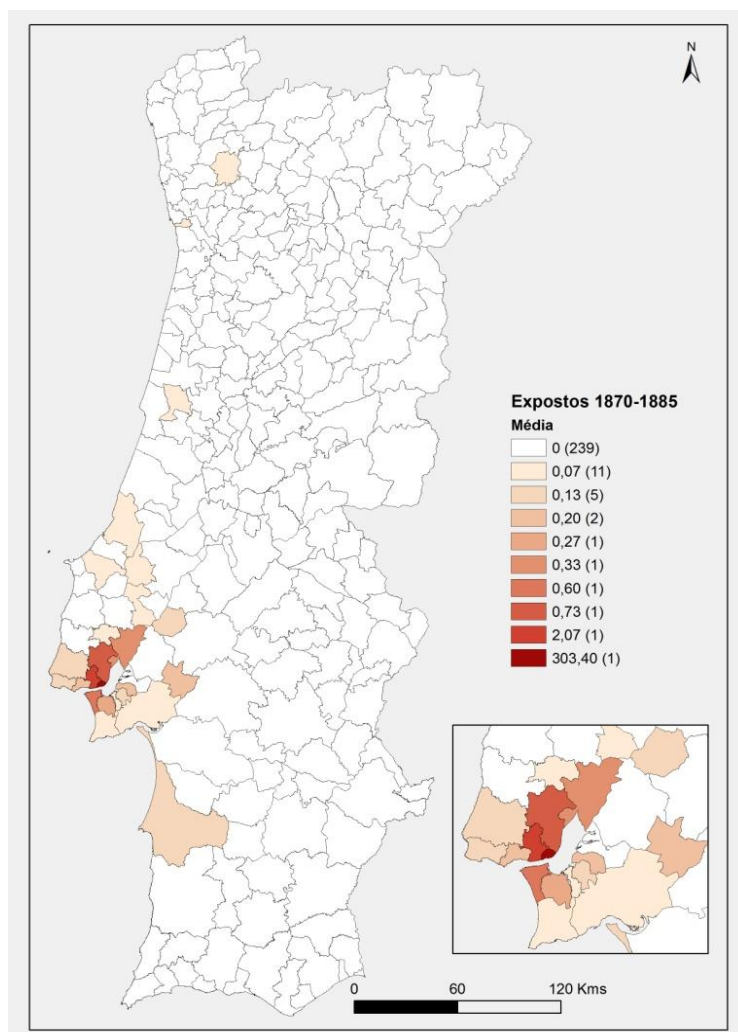
²⁹⁹ Tal confirmaria a afirmação de Isabel Guimarães dos Sá de que existem crianças abandonadas anonimamente, em locais públicos, até aos anos 30 do século XX. SÁ, 1998, p. XVII.

No gráfico 3 deve-se distinguir a procedência de mães declarada, na qual se inserem casadas, solteiras, viúvas, amancebadas e meretrizes, da procedência encoberta.

Ao longo dos 33 anos, sobressai o abandono por mães solteiras, relacionável com os motivos de exposição (gráfico 2) - quem abandonava eram as mães que residiam em casa alheia, não tendo quem ficasse com os seus filhos e, as abandonadas pelos pais, sem meios de sustento ou socialmente discriminadas pelo seu estado civil.

É ainda de destacar que as mães expositoras com procedência encoberta diminuem ao longo do tempo. Deixaram as mulheres de ter medo de se identificarem, confiando no novo sistema? Ou eram elas intimadas pelas autoridades a identificarem-se, sendo este um «falso» decréscimo?

Origem geográfica dos expostos



Mapa 1: Média da origem concelhia (1870-1885)³⁰⁰

Fonte: *Relatório que a mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ...*, 1871-86.

Calculada a média do número de crianças de cada concelho entregues à SCML (1870-85), elaborou-se o mapa 1. Uma análise primária revela que esta instituição recebia crianças de concelhos tão distantes como Guimarães. Porém, era a sua influência assim tão abrangente, dado tal representar um caso isolado? E era homogénea no contexto português? Um olhar mais atento revela que a SCML não recebia crianças de todos os concelhos e que o seu valor torna-se pouco significativo conforme nos afastamos de Lisboa.

Assim, concluiu-se a fraca influência da SCML no território português, o que se pode justificar pela generalização das Casas da Roda. Exceptuem-se os concelhos periféricos a Lisboa - Belém e Olivais - os quais, apesar do destaque, com uma média de 2 e 0,7, revelam-se pouco representativos por comparação ao concelho da capital, que recebia uma média de 303 crianças por ano entre 1870-85.³⁰¹

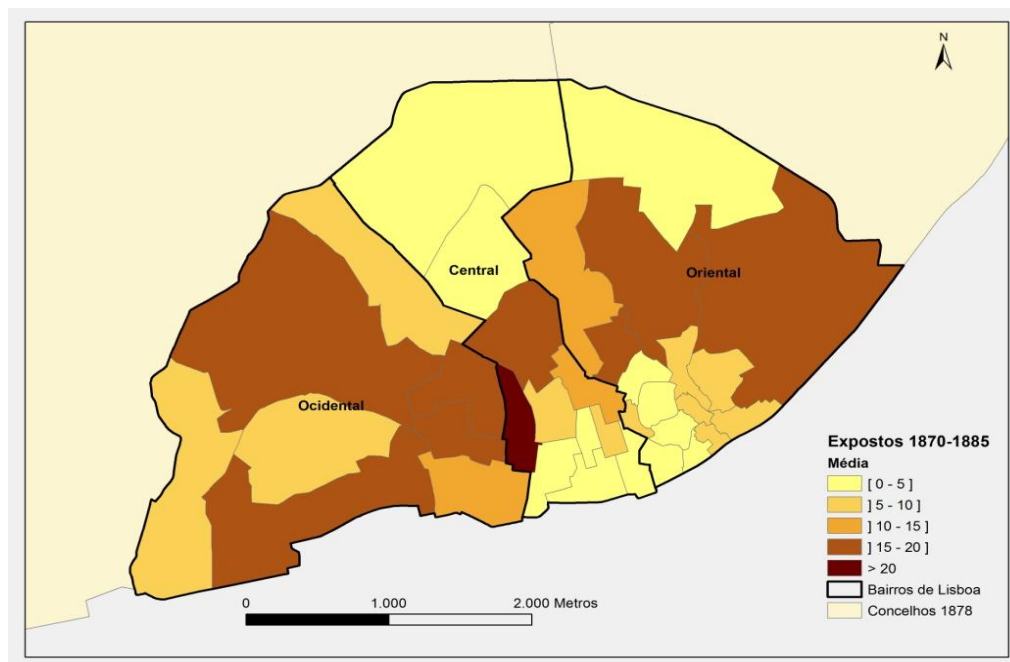
A prevalência deste último justifica-se pelo facto de nele se sediar a SCML. É possível que, num estudo anterior a 1870, se verificasse um elevado número de crianças com outra naturalidade, pois a reforma decretou o comprovativo de residência no concelho há mais de 9 meses para «candidatura» à exposição.³⁰²

O peso do concelho de Lisboa contrasta com os restantes. Mas de que freguesias da capital eram maioritariamente oriundos os expostos?

³⁰⁰ Sendo baixas as médias dos expostos por concelho optou-se por apresentá-las com 2 casas decimais.

³⁰¹ Por homogeneidade da fonte, após a absorção destes concelhos por Lisboa (1885), os mesmos continuam a ser apresentados de forma independente. Belém e Olivais tiveram um crescimento populacional rápido, neles residindo população desfavorecida, por vezes, sem meios para sustentar os filhos. ALVES, 2010, p. 59.

³⁰² MANOEL, 1999, p. 44.



Mapa 2: Média da origem por freguesia do concelho de Lisboa (1870-1885)

(Nota: média total das freguesias = 8,9)

Fonte: *Relatório que a mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ...*, 1871-86.

No mapa 2 destaca-se um espaço central, junto à zona ribeirinha, cuja média de crianças abandonadas era reduzida. Trata-se da zona rica da cidade, em torno da qual se deu a expansão urbana aquando da reconstrução da capital após o terramoto (1755).³⁰³

A cidade expandiu-se para algumas freguesias periféricas ao centro histórico, cujas médias de origem de crianças expostas são superiores (Sta. Engrácia, S. José, Mercês, Sta. Catarina, Sta. Isabel e Santos-o-Velho). Assim se pode concluir que o abandono infantil acompanhou o crescimento da capital - nestas freguesias residia uma população mais desfavorecida, à qual era difícil sustentar a criação do menor.

Porém, a urbanização não «tocou» todas as freguesias limítrofes, pois as mais distantes do centro e circundantes àquelas periféricas de onde a exposição era maioritária, apresentam valores baixos reflexo do seu fraco povoamento (S. Jorge, S. Sebastião da Pedreira e Coração de Jesus).

Mas, no mapa 2, o que mais se destaca, é a exceção no núcleo histórico - a freguesia da Encarnação. Nela se situa a SCML, o que nos leva a apontar várias hipóteses para o facto de, em média, anualmente, mais de 20 crianças

³⁰³ PINHEIRO, 2001, p. 9.

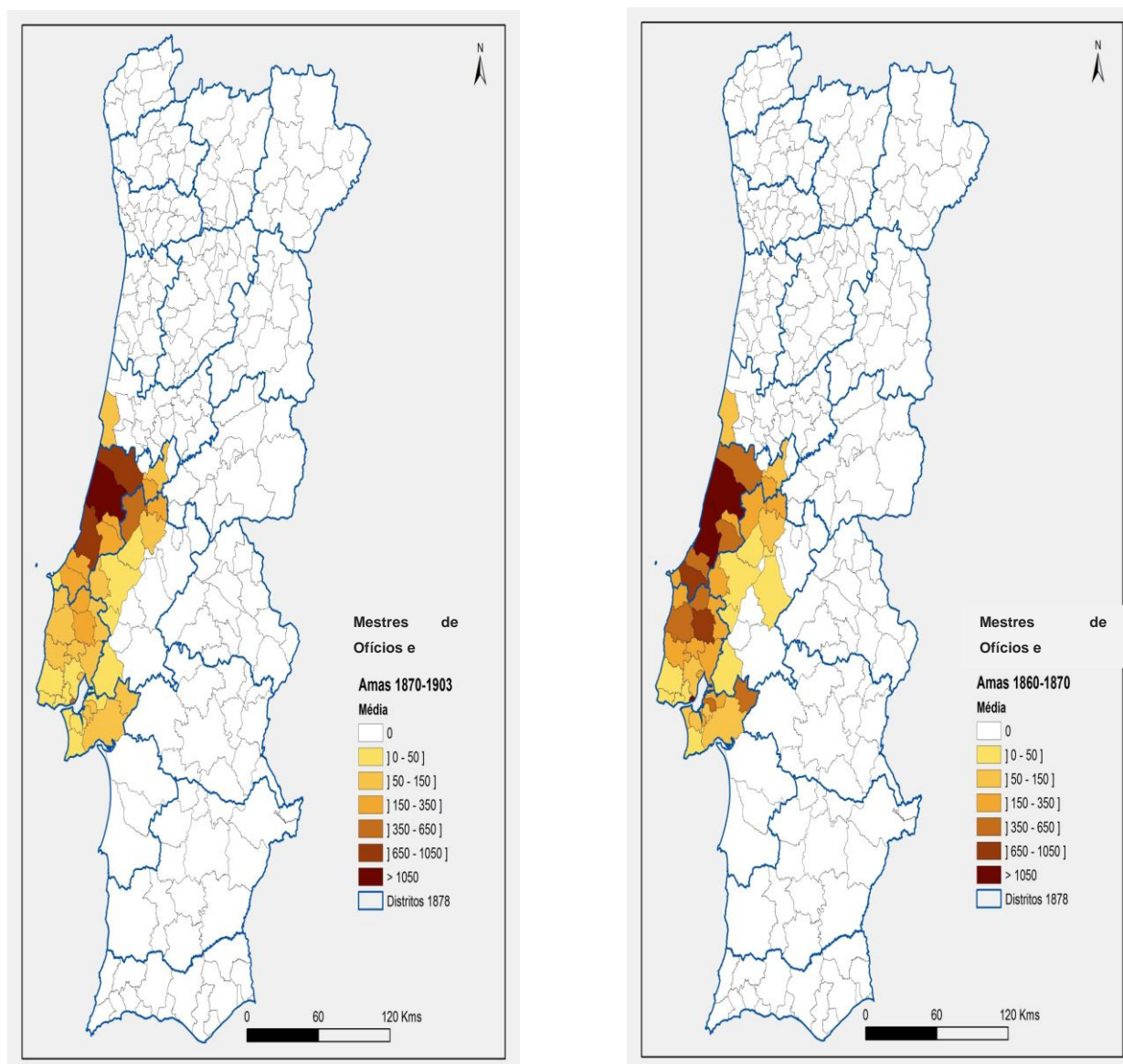
originarem desta freguesia - seriam os menores entregues por indigentes sem residência? Ainda não eram baptizados? Ou será, em última instância, reflexo da presença de abandono anónimo, desconhecendo-se sua a origem?

O DESTINO DAS CRIANÇAS: AMAS E MESTRES DE OFÍCIOS, SUBSÍDIOS DE LACTAÇÃO E MORTALIDADE

Amas e mestres de ofícios por concelho

Distrito de inspecção	Concelho	Distrito administrativo
Lisboa	Lisboa	Lisboa
Caldas da Rainha	Alcobaça	Leiria
	Cadaval	Lisboa
	Caldas da Rainha	Leiria
	Lourinhã	Lisboa
	Óbidos	Leiria
	Peniche	Leiria
	Rio Maior	Santarém
Leiria	Batalha	Leiria
	Leiria	Leiria
	Pombal	Leiria
	Porto de Moz.	Leiria
	V. N. de Ourém	Santarém
Sobral	Alenquer	Lisboa
	Arruda	Lisboa
	Azambuja	Lisboa
	Mafra	Lisboa
	Torres Vedras	Lisboa
	V. F. de Xira	Lisboa
Fora dos distritos de inspecção	Alcochete	Lisboa
	Aldeia Galega	Lisboa
	Almada	Lisboa
	Alvaiázere	Leiria
	Barquinha	Santarém
	Belém	Lisboa
	Benavente	Santarém
	Cartaxo	Santarém
	Cascais	Lisboa
	Chamusca	Santarém
	Sesimbra	Lisboa
	Sintra	Lisboa
	Ferreira do Zêzere	Santarém
	Figueira da Foz	Coimbra
	Figueiró dos Vinhos	Leiria
	Moita	Lisboa
	Oeiras	Lisboa
	Olivais	Lisboa
	Santarém	Santarém
	Sejal	Lisboa
Setúbal	Lisboa	
Tomar	Santarém	
Torres Novas	Santarém	

Tabela 1: Distritos de inspecção / administrativos



Mapas 3 e 4: Média de amas e mestres de ofícios por concelho (1860-1870 e 1870-1903)

Fonte: *Relatório que a mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ...*, 1871-1904.

A tabela 1 revela que as amas e os mestres de ofícios se distribuían por 4 distritos administrativos - Coimbra, Leiria, Santarém e Lisboa. Porém, esta divisão não corresponde à adoptada pela instituição, os distritos de inspecção - Sobral, Caldas da Rainha e Leiria. Estes últimos emergem por neles se concentrarem mais abandonados, bem como as melhores amas e mestres. A existência de inspectores nestes distritos permitia que os funcionários não se deslocassem à sede para receberem os seus salários.³⁰⁴

³⁰⁴ *Relatorio...*, 1861, p. 4-5.

Analisando os mapas 3 e 4, verifica-se uma diminuição do número de amas e mestres - se o abandono decresce e as crianças tuteladas pela SCML se emancipam, não é necessário tão elevado número destes funcionários. Emergem como excepções os concelhos de Leiria, que domina o contexto nacional com uma média anual superior a 1050, Pombal e V. N. de Ourém.³⁰⁵

Paralelamente existem menos amas e mestres, mas os concelhos são os mesmos. Podia-se ter reduzido o número de concelhos pela redistribuição dos expostos. Ao não se ter optado por esta via denota-se uma consciencialização da importância, para a criança, do desenvolvimento de laços afectivos e da sua inserção numa família.

Mães subsidiadas

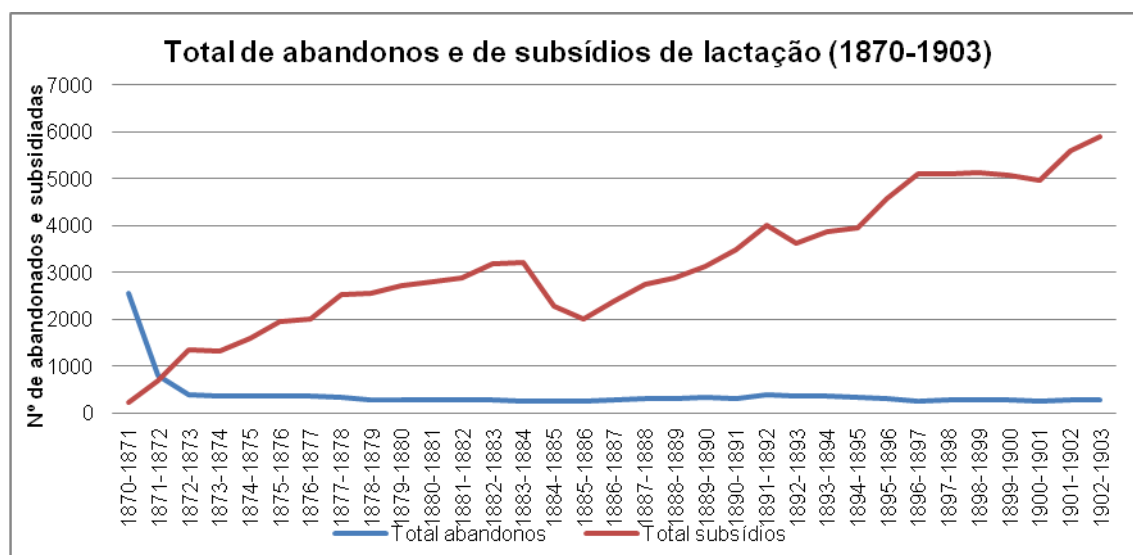


Gráfico 4: Evolução das exposições e pensões concedidas por ano económico (1870-1903)

Fonte: *Relatório que a mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ...*, 1871-1904.

³⁰⁵ Tal pode estar relacionado com a cultura local, estando esta prática enraizada ou imperando a necessidade de mão-de-obra. Uma tentativa de explicação passaria ainda pelo estudo da mortalidade infantil nesta região a qual, caso fosse alta, ajudaria a justificar o porquê do elevado número de amas.

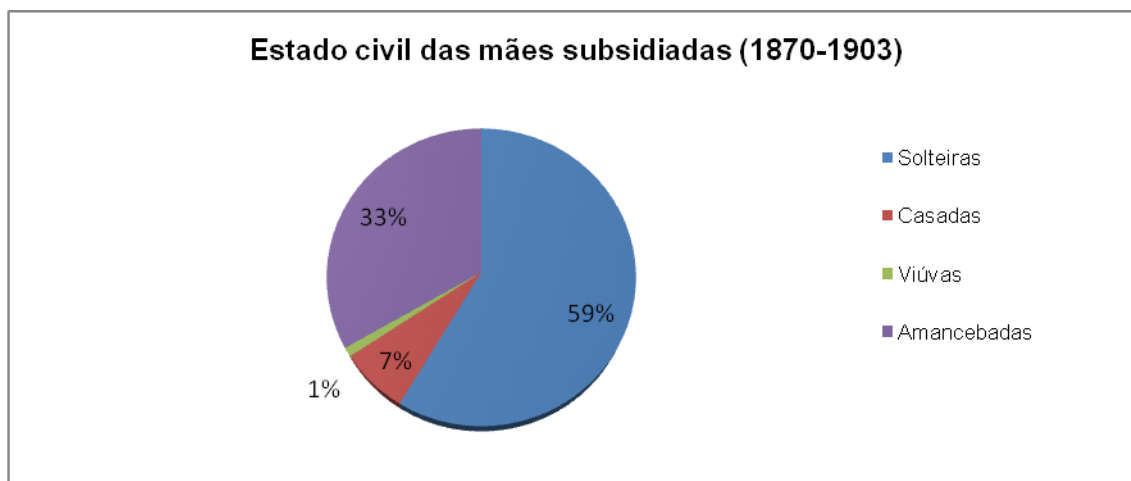


Gráfico 5: Média percentual do estado civil das lactantes (1870-1903)
Fonte: *Relatório que a mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ...*, 1871-1904.

Foram os subsídios de lactação responsáveis pela diminuição do abandono infantil? Como se verificou (gráf.1), o número de exposições diminuiu após 1870, estabilizando a partir de 1872-73. O total de subsídios de lactação concedidos contrasta com essa tendência, crescendo ao longo dos 33 anos, iniciando-se com 235 pensões e finalizando com 5902, muito embora entre 1883-85 haja um decréscimo, fruto da restrição das concessões dado o encargo que representavam.³⁰⁶

Desta forma, podemos concluir que a concessão de subsídios de lactação constituiu um dos motivos da diminuição do abandono infantil. Contudo, não podemos deduzir ser o único, pois as duas variáveis não evoluem na mesma proporção.

Mas qual o estado civil das mães subsidiadas? O gráfico 5 demonstra que, entre 1870-1903, as pensões eram atribuídas, sobretudo, a mães solteiras (58%), seguindo-se as amancebadas (33%) e, sendo pouco significativas as concessões a casadas (7%) e, ainda menos, a viúvas (1%).

Considerando as solteiras como grupo dominante deve-se referir o paralelismo ao facto destas serem as maiores expositoras (gráf.3). Visavam estas subsidiadas abandonar os filhos, tendo sido intimadas a manter a criança por via da concessão de um auxílio financeiro? Ou estariam a dar ao filho uma oportunidade de sobrevivência no seu meio biológico?

³⁰⁶ *Relatório ...*, 1885, p. III.

Mortalidade das crianças à tutela da SCML

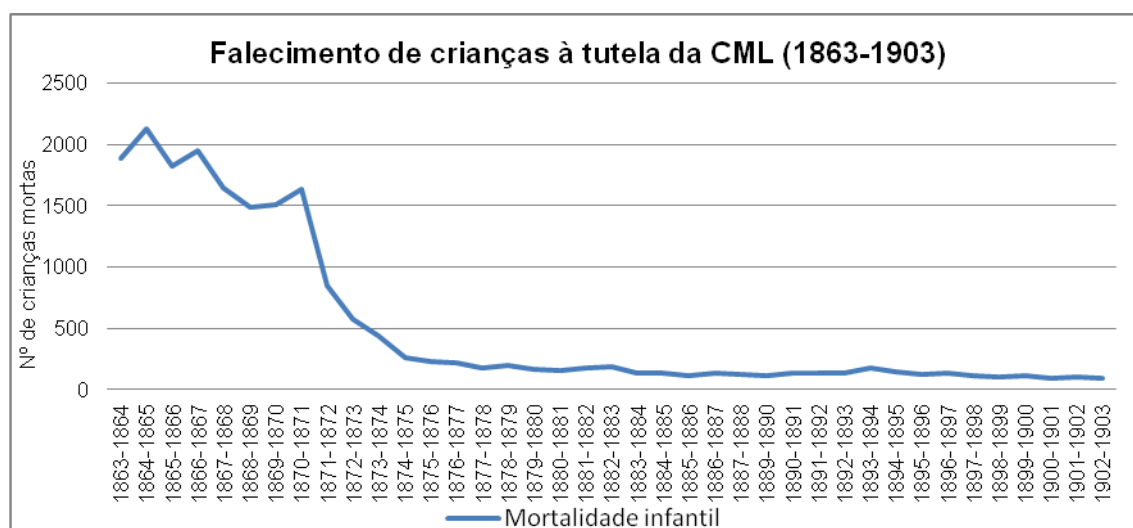


Gráfico 6: Número de crianças que faleceram, por ano económico, à tutela da SCML (1863-1903).

Fonte: *Relatório que a mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ...*, 1871-1904.

Para finalizar, analise-se um dos destinos infantis mais representativos do século XIX - a mortalidade -, estímulo à reforma de 1867 e à extinção da roda dos expostos.

O gráfico 6 revela uma alta mortalidade dos menores tutelados pela Santa Casa da capital, não obstante a tendência decrescente, sobretudo, entre 1863-70, chegando a falecer 2124 crianças por ano (1864-65), o que se justifica por “factores como o estado de saúde e de nutrição da criança à chegada, os comportamentos das amas, o clima, as condições das casas em que viviam, as epidemias (...)”.³⁰⁷ A maioria destes falecia durante o primeiro ano de vida, especialmente, até aos 6 meses.³⁰⁸

A partir do encerramento da roda na SCML, o número de mortes decresce significativamente, sobretudo, entre 1871-75, alcançando-se 93 no último ano (1903). A abolição deste mecanismo foi responsável pela redução da mortalidade de menores na instituição, mas será o único justificativo? Não se pode descurar o paralelismo da diminuição do abandono infantil.

³⁰⁷ BRAGA, 2011, p. 245.

³⁰⁸ SÁ, 1992, p. 120.

Por outro lado, pela concessão de pensões, muitas crianças passaram a ser alimentadas pelas mães, evitando o contágio de doenças, frequentemente propagadas pelas amas-de-leite. Simultaneamente, estas já não eram transportadas para as amas residentes em espaços rurais, viagem durante a qual muitas crianças faleciam pelas más condições de transporte.

Não se pode ainda esquecer a importância do progresso da puericultura que, no final do séculoXIX, começou a dar os primeiros passos, bem como a adopção de enfermarias de maternidade nos hospícios, crescendo os cuidados durante o parto e nos primeiros tempos de vida da criança.

CONCLUSÃO

Oitocentos foi o século da criança, com uma crescente consciencialização da sua importância não só pela família, como também pelo Estado, que a perspectivava como o progresso da Nação. Desta forma se justifica, no que concerne aos expostos, desde o final do séculoXVIII e ao longo do séculoXIX, as várias medidas, inicialmente, combativas do infanticídio e, mais tarde, do abandono infantil.

A criação de Casas da Roda em todos os centros administrativos, acção do Estado português que acompanhou a tendência da Europa católica (sobretudo do sul), chamando a si a responsabilidade para com os expostos, visava permitir a sobrevivência física e espiritual das crianças pelo abandono anónimo. Contudo, agravou a situação vivida nestas instituições, bem como a mortalidade destes menores que, por si só, já era elevada.

O ponto extremo da inquietação em torno da hecatombe da exposição deu origem ao decreto que aboliu as rodas (1867), o qual se pode considerar, em certa medida, reformista. Não obstante a sua revogação 4 meses depois, o facto das medidas decretadas terem sido aplicadas faz transparecer a crescente preocupação para com as crianças marginalizadas na sociedade contemporânea portuguesa.

Efectivamente, o decreto estabelece uma ruptura face ao antigo modelo assistencial de acolhimento aos expostos. Porém, pode-se questionar qual o alcance desta mudança, quando o percurso das crianças continuou a ser o

mesmo - os pais eram identificados, mas os abandonados continuavam a permanecer poucos dias na SCML sendo, depois, enviados para uma ama no meio rural.

Com este estudo, demonstrou-se que a mudança mais significativa está nos números (mais do que no «novo modelo» de acolhimento). Pela análise quantitativa verifica-se a verdadeira mutação: uma grande diminuição do número de crianças abandonadas na SCML após 1870, acompanhada por um decréscimo da mortalidade de menores à tutela da instituição e do número de amas e mestres de ofício. Não obstante, persistem alguns elementos entre 1870-1903: as mães solteiras, residentes em casas de outros ou abandonadas pelos pais, destacam-se como expositoras, sendo os seus filhos, maioritariamente, naturais do concelho de Lisboa e, neste, da freguesia da Encarnação. Eram também as mães solteiras que recebiam mais subsídios de lactação, contribuindo para o decréscimo do número de abandonos, quer pelo novo ascendente da criança no seio familiar, quer pela intimidação das autoridades.

Assim, podemos concluir que os números reiteram a ideia de que a criança novecentista alcançou uma posição de progressivo destaque na sociedade europeia católica, importando a sua criação, educação e bem-estar.

FONTES

Relatorio e contas da Commissão Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa relativas ao anno economico de 1850-1851. Lisboa: Imprensa Nacional, 1851.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa nomeada por decreto do 1.º de Setembro de 1860 dirigiu ao Ill.^{mo}e Ex.^{mo} Sr. Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1860-1861. Lisboa: Typ. da Sociedade Typographica Franco-Portuguesa, 1861.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1861-1862. Lisboa: Imprensa Nacional, 1862.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1862-1863. Lisboa: Imprensa Nacional, 1863.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1863-1864. Lisboa: Imprensa Nacional, 1864.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1864-1865. Lisboa: Imprensa Nacional, 1866.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1865-1866. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos

Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1866-1867. Lisboa: Imprensa Nacional, 1868.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1868-1869. Lisboa: Imprensa Nacional, 1870.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1869-1870. Lisboa: Imprensa Nacional, 1871.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1870-1871. Lisboa: Imprensa Nacional, 1871.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1871-1872. Lisboa: Imprensa Nacional, 1872.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1872-1873. Lisboa: Imprensa Nacional, 1874.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1873-1874. Lisboa: Imprensa Nacional, 1874.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1874-1875. Lisboa: Imprensa Nacional, 1875.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos

Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1875-1876. Lisboa: Imprensa Nacional, 1877.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1876-1877. Lisboa: Imprensa Nacional, 1878.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1877-1878. Lisboa: Imprensa Nacional, 1879.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1878-1879. Lisboa: Imprensa Nacional, 1880.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1879-1880. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1880-1881. Lisboa: Imprensa Nacional, 1882.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1881-1882. Lisboa: Imprensa Nacional, 1883.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1882-1883. Lisboa: Imprensa Nacional, 1884.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos

Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1885-1884. Lisboa: Imprensa Nacional, 1885.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1884-1885. Lisboa: Imprensa Nacional, 1886.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1885-1886. Lisboa: Imprensa Nacional, 1887

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1886-1887. Lisboa: Imprensa Nacional, 1888.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1887-1888. Lisboa: Imprensa Nacional, 1889.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1888-1889. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1889-1890. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1890-1891. Lisboa: Imprensa Nacional, 1892.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos

Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1891-1892. Lisboa: Imprensa Nacional, 1893.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1892-1893. Lisboa: Imprensa Nacional, 1894.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 189-1894. Lisboa: Imprensa Nacional, 1895.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1894-1895. Lisboa: Imprensa Nacional, 1896.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1895-1896. Lisboa: Imprensa Nacional, 1897.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1896-1897. Lisboa: Imprensa Nacional, 1898.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1897-1898. Lisboa: Imprensa Nacional, 1899.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1898-1899. Lisboa: Imprensa Nacional, 1900.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos

Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1899-1900. Lisboa: Imprensa Nacional, 1901.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1900-1901. Lisboa: Imprensa Nacional, 1902.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1901-1902. Lisboa: Imprensa Nacional, 1903.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1902-1903. Lisboa: Imprensa Nacional, 1905.

BILIOGRAFIA

ALVES, Daniel - **A República atrás do balcão: os lojistas de Lisboa na fase final da monarquia**. Lisboa: s.n., 2010.

ALVIM, Maria Helena - Aspectos da assistência às crianças expostas e desvalidas do concelho de Valongo, no século XIX. *Revista de Ciências Históricas*. Nº 2 (1987), p. 261-267.

ALVIM, Maria Helena - Em torno dos expostos. As duas primeiras casas de expostos portuguesas. *Revista de História*. Vol. I (1894), p. 147-166.

ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu, COELHO, Maria Helena da Cruz - **A cidade e o campo: colectânea de estudos**. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2000.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de, FERREIRA, Fátima Moura (orgs.) - **A Infância no Universo Assistencial da Península Ibérica (séculos XVI-XIX)**. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2008.

ARIÈS, Philippe - **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1973.

ARIÈS, Philippe, DUBY, Georges (dir.) - **História da vida privada**. S.l., Edições Afrontamento, 1990-1991.

ARIÈS, Philippe - La infancia. *Revista de educación*. Nº 281 (1986), p. 5-17.

BOULANGER, Isabelle Le - **L'abandon d'enfants**. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2011.

BRAGA, Isabel - Fugindo dos “Grilhões do Cativoiro”: os expostos pretos e pardos na Casa da Roda da Misericórdia de Lisboa (1780-1807). *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. Nº 11 (2011), p. 223-247.

BRETTELL, Caroline, FEIJÓ, Rui - A Roda de Viana do Castelo no século XIX: apoio social e estratégias familiares. *Cadernos Vianenses*. Nº 12 (1989), p. 216-266.

BRETELL, Caroline, FEIJÓ, Rui - Foundling in Nineteenth-Century Northwestern Portugal: Public Welfare and Family Strategies. In **Enfance Abandonnée et Société en Europe XVe- XXesiècle**. Roma: École Française de Rome, 1991, p. 273-300.

CALDEIRA, Maria José C. Silva - **Assistência infantil em Lisboa na 1ª República**, Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2004.

CALDEIRA, Maria José C. Silva - **De meninos se fazem homens. Assistência infantil e juvenil na cidade de Lisboa durante a Primeira República**. Lisboa: s.n., 1993.

CORTES, Nuno Osório da Nóbrega, Expostos de Loulé: condições de acolhimento e atitudes no abandono (1820-1879). In **Actas do 6º Congresso do Algarve**. Vol. 1, 1990, p. 123-130.

CORTES, Nuno Osório da Nóbrega - **O abandono de crianças no Algarve. O caso dos expostos de Loulé (1820-1884)**. Porto: s.n., 1991.

CORTES, Nuno Osório da Nóbrega - O sistema liberal da Roda dos Expostos, O exemplo da administração algarvia (1820-1884). In **Expostos e ilegítimos na realidade ibérica. Actas do III Congresso da (ADEH) Associação Ibérica de Demografia Histórica**. Vol. 3. S.l.: Biblioteca das Ciências do Homem / Edições Afrontamento, s.d.

CUBEIRO, Tiago Manuel Rodrigues - **A assistência à infância em Torres Novas: estudo dos subsídios de lactação concedidos pela Câmara Municipal (1873-1910)**. Coimbra: FL-UC, 2011.

DIAS, Ana Rita Botelho Moniz - **O abandono de crianças na roda dos expostos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa no século XVIII e XIX**. Lisboa: ISPA, 2007.

DUBY, Georges, PERROT, Michelle (dir.) - **História das mulheres**. Vols. IV e V. S.l.: Edições Afrontamento, 1994-1995.

FERREIRA, Jorge M. Rodrigues, FERREIRA, Olegário A. Vieira - O abandono de crianças na Roda da Câmara Municipal de Faro entre 1839 e 1848. In **Expostos e ilegítimos na realidade ibérica. Actas do III Congresso da (ADEH) Associação Ibérica de Demografia Histórica**. Vol. 3. S.l.: Biblioteca das Ciências do Homem / Edições Afrontamento, s.d.

FONTE, Teodoro Afonso da - A mobilidade dos expostos nos séculos XVIII e XIX. Da concentração urbana nas rodas à dispersão rural pelas amas. *As cidades na história: população - Congresso Internacional*, Guimarães: s.n., 2012.

FONTE, Teodoro Afonso da - Conjuntura económica e comportamento demográfico. O preço dos cereais e o abandono de crianças em Ponte de Lima (1675-1874). In **Expostos e ilegítimos na realidade ibérica. Actas do III Congresso da (ADEH) Associação Ibérica de Demografia Histórica**. Vol. 3. S.l.: Biblioteca das Ciências do Homem / Edições Afrontamento, s.d.

FONTE, Teodoro Afonso da - **No Limiar da Honra e da Pobreza. A Infância Desvalida e Abandonada no Alto Minho (1698-1924)**. Braga: ICS-UM, 2004.

FONTE, Teodoro Afonso da - **O abandono de crianças em Ponte de Lima (1625-1910)**. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Ponte de Lima / Centro de Estudos Regionais, 2005.

FUCHS, Rachel - **Foundlings and child welfare in nineteenth century France**. Albany: State University of New York Press, 1984.

GOUVEIA, Maria da Luz Ferreira - **O Hospital Real dos Expostos de Lisboa (1786-1790)**. Lisboa: FL-UL, 2001.

Inventário da criação dos expostos do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1998.

LIMA, Nuno Miguel. **Os «Homens-Bons» do Liberalismo. Os Maiores Contribuintes de Lisboa (1867-1893).** Lisboa: Banco de Portugal, 2009.

LOPES, Maria Antónia - Crianças e jovens em risco no século XVIII e XIX. O caso português no contexto europeu. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. Nº 2 (2002), p. 155-184.

LOPES, Maria Antónia - Os expostos no concelho de Meda em meados do século XIX (1838-1866). *Revista Portuguesa de História*. Nº 21 (1984), p. 119-176.

LOPES, Maria Antónia - Os pobres e a assistência pública. In **História de Portugal. O Liberalismo (1807-1890)**. Vol. 5. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, p. 501-515.

MANOEL, Francisco d'Orey - A voz dos sinais. *Cidade Solidária. Revista da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. Nº 15 (2006), p. 76-85.

MANOEL, Francisco d'Orey, MORNA, Teresa Freitas - Os expostos da roda da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Uma exposição com catálogo. *Cidade Solidária. Revista da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. Nº 7 (2001), p. 110-115.

MANOEL, Francisco d'Orey, COLEN, Maria Luísa Barbosa - Os expostos e desamparados da Misericórdia de Lisboa. *Cidade Solidária. Revista da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. Nº 2 (1999), p. 40-48.

MATOS, Sebastião de - **Os expostos da Roda de Barcelos (1783-1835)**. Barcelos: Assoc. Cult. Rec. De Areias de Vilar, 1995.

MATTOSO, José (dir.) - **História da Vida Privada em Portugal**. Vol. 3. Lisboa: Temas & Debates, 2011.

MORAIS, M. G. - Dos expostos da Roda do Hospital Real de Santo André da Vila de Montemor-o-Novo no início do século XIX (1806-1830). *Revista da Cultura Almansor*. (1987), p. 45-87.

MOREDA, Vicente Pérez (coord.) - **Expostos e ilegítimos na realidade ibérica do século XVI ao presente**. *Actas do III Congresso de ADEH (Associação Ibérica de Demografia Histórica)*. Vol. 3. Porto: Edições Afrontamento, s.d.

NEVES, Lúcia Maria Rodrigues - Subsídios de lactação - elementos para o estudo de mães solteiras nos finais do século XIX. *Nova Augusta*. Nº 8, II Série (1994), p. 35-36.

PINHEIRO, Magda, BAPTISTA, Luís V., VAZ, Maria João (org.) - **Cidade e Metrópole. Centralidades e Marginalidades**. Oeiras: Celta Editora, 2001.

REIS, Maria de Fátima - **Os Expostos em Santarém. A Acção Social da Misericórdia (1691-1710)**. Lisboa: Cosmos, 2001.

REIS, Maria de Fátima Porém - Margens Sociais. *Cidade Solidária. Revista da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. Nº 27 e 28 (2012), p. 152-163.

ROLLET-ECHALIER, Catherine - **La politique a l'égard de la petite enfance sous la III^e République**. S.l.: Institut National d'Études Démographiques/Presses Universitaires de France, 1990.

RODRIGUES, Henrique Fernandes - Emigração de expostos, órfãos e filhos ilegítimos no século XIX com destino ao Brasil. In **Expostos e ilegítimos na realidade ibérica. Actas do III Congresso da (ADEH) Associação Ibérica de Demografia Histórica**. Vol. 3. S.l.: Biblioteca das Ciências do Homem / Edições Afrontamento, s.d.

SÁ, Isabel dos Guimarães - **A assistência aos expostos no Porto. Aspectos institucionais (1518-1838)**. Porto: FL-UP, 1987.

SÁ, Isabel dos Guimarães, - A assistência: as misericórdias e os poderes locais. In *História dos municípios e do poder local (dos finais da idade média à União Europeia)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, p. 136-142.

SÁ, Isabel dos Guimarães - A assistência à infância no Porto do século XIX: expostos e lactados. *Cadernos do Noroeste*. Vol. 5, nº 1-2 (1992), p. 179-190.

SÁ, Isabel dos Guimarães - A Casa da Roda do Porto e o seu funcionamento (1710-1780). *Revista da Faculdade de Letras - História*. II Série, vol. II (1985), p. 161-199.

SÁ, Isabel dos Guimarães - **A circulação de crianças na Europa do Sul: o caso dos expostos do Porto**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / JNIC, 1995.

SÁ, Isabel dos Guimarães - A circulação de crianças na Europa Meridional do século XVIII: o exemplo da “Casa da Roda” do Porto. *Boletín de la Asociación de la Demografía Histórica* .X, nº 3 (1992), p. 115-123.

SÁ, Isabel dos Guimarães, CORTES, Nuno - A assistência à infância no Porto do século XIX: expostos e lactados. *Cadernos do Noroeste*. Nº 5 (1992), p. 179-190.

SÁ, Isabel dos Guimarães - Abandono de crianças, identidade e lotaria: reflexões em torno de um inventário. In **Inventário da Criação dos Expostos do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa**. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia, 1998, p. IX-XXII.

SÁ, Isabel dos Guimarães - Abandono de crianças, infanticídio e aborto na sociedade portuguesa tradicional através das fontes jurídicas. *Penélope*. Nº 8 (1992), p. 75-89.

SÁ, Isabel dos Guimarães - Assistance do children in north-west Portugal: the case of pre-industrial Braga. *Cadernos do Noroeste*. Vol. 6, Nº 1-2 (1993), p. 96-116.

SÁ, Isabel dos Guimarães - Circulation of children in eighteenth-century Portugal. In **Abandoned Children**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000, p. 27-40.

SÁ, Isabel dos Guimarães - Child abandonment in Portugal: legislation and institutional care. *Continuity and Change*. Nº 9 (1) (1994), p. 69-89.

SÁ, Isabel dos Guimarães - Expostos e ilegítimos na realidade ibérica do século XVI ao presente. In **Expostos e ilegítimos na realidade ibérica. Actas do III Congresso da (ADEH) Associação Ibérica de Demografia Histórica**. Vol. 3. S.l.: Biblioteca das Ciências do Homem / Edições Afrontamento, s.d.

SÁ, Isabel dos Guimarães - Expostos, história das populações e informática. In **II Encontro sobre História e Informática**. S.l.: Universidade do Minho, 1989.

SÁ, Isabel dos Guimarães, LOPES, Maria Antónia - **História breve das misericórdias portuguesas: 1498-2000**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2008.

SÁ, Isabel dos Guimarães - **Quando o rico se faz pobre: misericórdias, caridade e poder no império português: 1500-1800**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos portugueses, 1997.

SÁ, Isabel dos Guimarães - Subalternas ou excluídas? O caso das crianças abandonadas no Antigo Regime demográfico. *Exclusão na História*. (2000), p. 41-51.

SÁ, Isabel dos Guimarães - The “Casa da Roda do Porto”: reception and restitution of foundlings during the eighteenth century. In *Enfance abandonnée et société en Europe XVe-XXe siècle. Actes du colloque*. Rome: Ecole Française de Rome, 1991, p. 539-572.

SÁ, Isabel dos Guimarães - **The circulation of children in eighteenth century Southern Europe: the case of Porto**. S.l.: Instituto Universitário Europeu, 1992.

SÁ, Isabel dos Guimarães - Trabalho de mulheres e economia familiar: o caso das amas de expostos da roda do Porto no século XVIII. *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*. XII, 2/3 (1994), p. 233-250.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA - **Colectânea legislativa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (1498-1998)**. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1998.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA - **Os Expostos da Roda**. S.l.: Museu de São Roque e Arquivo Histórico/Biblioteca, s.d.

SANTOS, Graça de Abreu Arrimar Brás dos - **A Assistência da Santa Casa da Misericórdia de Tomar. Os Expostos (1799-1823)**. Tomar: Santa Casa da Misericórdia de Tomar, 2002.

SANTOS, Maria Manuela - **A assistência infantil na transição para o século XX e nos primeiros anos da República**. Lisboa: s.n., 1989.

SIMÕES, João Alves - **Os Expostos da Roda de Góis (1784-1841)**. Porto: FL-UP, 1999.

Sinais de expostos. Exposição histórico-documental. S.l.: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, s.d.

SUBTIL, Carlos, VIEIRA, Margarida - **Expostos, amas, rodeiras e hospitaleiras: personagens dum problema maior da saúde pública entre o**

vintismo e a regeneração (1820-1852). *Cultura de los Cuidados*. Nº 31 (2011), p. 77-84.

TIAGO, Sílvia Maria Bandeira Rodrigues - Subsídios para o estudo dos expostos em Viana - século XIX. *Cadernos Vianenses*. Nº 23 (1998), p. 171-206.

TILLY, L., FUCHS, R., KERTZER, D., RANSEL, D. - Child abandonment in European History: a symposium. *Journal of Family History*. Vol. 17, nº 1 (1992), p. 1-23.

TOMÉ, Maria Rosa - A cidadania infantil na Primeira República e a tutoria da infância. A criação da Tutoria de Coimbra e do refúgio anexo. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. Nº 10, Tomo II (2010), p. 481-500.

TOMÉ, Maria Rosa - **A criança e a delinquência juvenil na Primeira República**. Lisboa: CPIHTS, 2003.

VENÂNCIO, Renato Pinto (org.) - **Uma História Social do Abandono das Crianças. De Portugal ao Brasil: séculos XVIII-XX**. São Paulo /Alameda: Editora PUC Minas, 2010.

Os arquivos de família: o caso galego-português

Angel Arcay Barral

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

arcaybarral@gmail.com

Resumo Estudo comparado das duas propostas principais, da arquivística galega e da portuguesa, no âmbito da ciência da informação, no que se refere aos arquivos de família, e exemplificação com um breve estudo de caso acerca do fundo da Família Malvar (Pontevedra, Galiza).

Abstract Comparative study about Galician and Portuguese family archives with exemplification, through a brief study of Malvar family fund (Pontevedra, Galiza).

Introdução

O estudo dos arquivos de família associados ao território galego-português responde a uma razão muito simples, o da minha origem e da minha área de estudos. Explica-se, ainda, pelo facto de ser considerado um território com um passado comum sendo o Minho uma fronteira mais unificadora do que fraturadora, sem diferenças culturais significativas.

Do ponto de vista social, o estudo das famílias da nobreza, ou de ascendência dita nobre, parece igualmente apresentar paralelos, sendo muito mais próxima a realidade social, demográfica ou económica entre o Norte de Portugal e o resto de Castela ou a Andaluzia, por exemplo. Esta realidade tem reflexos na organização e produção da informação poro estas famílias, com reflexos na arquivística.

O arquivista basco F. Borja de Aguinalalde diferencia *“la propia denominación - y percepción- de estos fondos cambiará según dónde operemos. En Castilla o Andalucía, es habitual (a mí sigue sin parecerme acertada, además de anacrónica) la denominación de Archivos Nobiliarios para esta clase de fondos, cuando en el País Vasco, por ejemplo, este uso carece de tradición y resulta anacrónico. La estructura social de unos y otros territorios hace que se produzca una asimilación entre élites locales y nobleza (e, incluso, nobleza titulada) en unos, mientras que la propiedad más atomizada de las regiones del norte asocia el Archivo de Familia a una casona, un pazo, o un viejo palacio barroco, de un linaje hidalgo más o menos prestigioso”* (AGUINALALDE, 2013).

Tendo em conta as suas palavras remetemos o mesmo exemplo para o caso galego, especialmente para o exemplo aqui apresentado da Família Malvar, uma

família de Pontevedra que associa no seu fundo, depositado no Arquivo da Diputación de Pontevedra, os documentos provenientes de diferentes casas de pequeno porte localizadas um pouco por toda Galiza. São pequenas famílias associadas a uma casa específica que marca a estrutura e a evolução da família, fruto das redes que se vão estabelecendo, das vicissitudes conjuntas.

É por isso que este binómio que diferencia as grandes casas da *meseta*³⁰⁹ espanhola dos pequenos palácios do norte atlântico poderá ser extensível a Portugal, onde as famílias mais importantes, e que conservaram a sua documentação, raramente representam exemplos de uma extensão e um carácter comparável às Grandes Famílias. Estabelecer o paralelismo com as casas galegas poderá vir a permitir um avanço no campo historiográfico nas diferentes vertentes da mesma, assim como consequentemente, na análise dos fundos provenientes destes grupos, que, com características similares, poderão favorecer o estudo e tratamento arquivístico da documentação

Neste estudo específico, não trataremos o estudo comparativo da família nobre na Galiza e em Portugal, mas antes fazer um estudo acerca dos modelos de tratamento da documentação a nível arquivístico, estudando duas propostas de organização documental diferenciadas, dum lado e do outro do rio Minho.

Tradicionalmente, o estudo arquivístico estava destinado a organizar minimamente a documentação depositada num arquivo ou centro documental, etiquetado, arrumado e organizado, mais do ponto de vista temático, em temas que servissem de interesse para os historiadores, com o objetivo de lhes garantir o acesso a essas fontes documentais. Recentemente, tem sido colocado uma outra perspetiva, em grande medida enquadrada dentro das ciências da informação, (SILVA, 1997) no sentido de gestão da informação, ou seja, a de divulgar a informação melhorando as formas de acesso. Os arquivistas continuam a ser os mediadores entre a informação e os diversos utilizadores, mas conscientes de que terão de usar todas as ferramentas de que dispõem para garantir um contacto positivo entre os dois pólos, produtores e utilizadores, sendo que os primeiros obedecem ao processo orgânico de produção da informação.

Esta evolução fez-se através de algumas etapas: a seleção de famílias de casas maiores da nobreza, sendo sobretudo os historiadores que começam a tratar estes fundos e não os profissionais da informação.

³⁰⁹ Sobre este assunto ver as obras de Villares e Garazo referidas na bibliografia.

É neste percurso que se dá o desenho de perspetivas paralelas, nalguns casos mesmo divergentes. Neste trabalho confrontamos uma proposta galega, liderada por Olga Gallego Domínguez e uma outra, em Portugal, sobretudo nos meios académicos da Universidade do Porto, personificada nos professores Fernanda Ribeiro e Armando Malheiro da Silva, que abordam os arquivos de família a partir de uma visão diferente, criando duas teorias de grande interesse para o estudo arquivístico.

DEFINIÇÃO DOS ARQUIVOS DE FAMÍLIA

No início do debate está a clarificação do que se entende por arquivos de família, tanto mais que é aqui que começam a surgir as primeiras divergências entre as duas visões:

Por um lado, Olga Gallego define os arquivos como *el conjunto de documentos acumulados por una persona o institución pública o privada en un proceso natural, automática y orgánicamente, en razón de sus funciones y actividades y de cualquier fecha, que se conservan para servir de referencia como testimonio e información*. E os arquivos de família são entendidos como *los generados por las actividades de una persona a lo largo de su vida o por las de los distintos componentes de una familia a través de generaciones, constituyendo, generalmente, la etapa final de la integración de otras familias y de desmembraciones de sus componentes que han dejado huella en sus fondos documentales* (GALLEGO DOMÍNGUEZ, 1993).

Em suma, esta autora define que os arquivos de família devem permitir uma boa administração patrimonial, ou seja, define uma finalidade de gestão e administração, não descartando a importância cultural que estes têm para o conhecimento histórico da linhagem e do seu contexto.

Para os autores portugueses, representados no modelo sistémico, a arquivística deixa de ser essa disciplina auxiliar da investigação histórica para ficar *inscrita como mero ramo de aplicação teórico-prática no quadro epistemológico de uma Ciência da Informação que estuda, explora e busca compreender, resolver e aprofundar problemas e situações mais ou menos complexas e relacionadas com um fenómeno humano e social, facilmente perceptível, mas assaz complexo, que tem sido e continuará certamente a ser designado por diferentes termos - cultura, informação, conhecimento...* (SILVA, 2004).

É por isso que a definição de arquivo para eles é o de um *sistema semi-fechado de informação social, materializada em qualquer tipo de suporte, configurado por dois factores essenciais -a natureza orgânica (estrutura) e a natureza funcional (serviço/uso) - a que se associa um terceiro - a memória - imbricado nos anteriores.*

Desta forma, verificamos que a perceção do apresentado pela arquivística portuguesa é diferente e supõe uma novidade. Para o caso português, a definição do arquivo familiar ou pessoal também tem uma conceção inovadora, a de ser um *sistema de informação organizado ou operatório, cujo pólo estruturante e dinamizador é uma entidade - Família e Pessoa - cada qual com a estrutura própria e acção fixada sempre por objectivos diversos, uns perenes e outros mutáveis* (SILVA, 2004).

Nesta primeira abordagem, podemos ver as circunstâncias que movem a cada autor para fazer a reflexão que estudaremos a seguir:

A PROPOSTA GALEGA

Existem numerosas casas que deixaram de entre o seu património um acervo documental importante para o mundo arquivístico, não são muitos os profissionais formados nesta área que compreendem e estudam estas estruturas. Antes mesmo de Olga Gallego, note-se a influência de Froilán de Troche e Zúñiga, um apoderado dos Condes de Taboada, tratadista da arquivística e criador do método cronológico - topográfico de arrumação dos arquivos familiares, publicado em 1830.

Este caso é o da proposta de um homem de letras com *afán realista e utilitario* (...) *para o arranxo e organización duns arquivos moi alterados por parte dos seus propios donos a través da súa formación autodidacta. (...) De feito cremos que a publicación en Galicia do “Archivo cronológico - topográfico” e a xestación á súa sombra dun dos primeiros debates na moderna arquivística española non é froito da casualidade. A obra de Troche y Zúñiga non é máis que a consecuencia dun contexto histórico moi preciso, fondamente definido pola existencia de centos de casas nobiliaries cunha vixencia social, a resultas da súa vitalidade económica, que as tornaba en institucións estratéxicas para o desenvolvemento económico de Galicia. E así como se entende que a temática arquivística xermolara de xeito tan agudo e sorprendente na Galicia da primeira metade do século XIX máis que en ningún outro lugar de España”* (RODRÍGUEZ, 2002).

Desta obra nasce uma proposta de arrumação dos arquivos familiares *fácil y sencillo y poco costoso para el arreglo de los archivos particulares, útil a los Hacendados y poseedores de bienes que tienen documentos para conservar sus intereses* (ZÚÑIGA, 1830). Para isso, centra a sua proposta na organização não em métodos alfabéticos, como fazia o seu concorrente Fernando Porras Huidobro, senão em o cronológico - topográfico que permita facilitar a consulta do interessado na documentação. A diferença entre os arquivos gerais e particulares é o primeiro passo, sendo o segundo a divisão de cada arquivo entre documentos gerais e particulares: *los generales son los correspondientes a los poseedores de las Casas o inherentes a los sujetos y no a los bienes que poseen, sino en general. Tales por ejemplo son empezando por la genealogía de ellos y siguiendo al sujeto desde que nació hasta que murió* (ZÚÑIGA, 1830).

Dentro destes documentos gerais encontramos tudo o que estava relacionado com a genealogia das famílias que seriam o primeiro grupo, antecipando as árvores genealógicas a outros documentos; os documentos nobiliárquicos que seriam a segunda secção com divisões individuais, os documentos facendísticos e de interesses gerais, os das regalias, os das regalias abolidas, os pleitos gerais, as contas e as lanças e meias - anatas.

Mais tarde, a divisão dos particulares teria que atender a critérios geográficos, começando pelas províncias e descendo aos *correximentos*, as jurisdições, etc. E no caso da documentação eclesiástica, a recomendação do autor é a de seguir as divisões impostas nesta área. Com isso feito, as operações seguintes irão ser destinadas a fazer uma lista dos territórios onde haja rendas e criavam-se cartões com rótulos ideográficos de acordo com as denominações dos documentos gerais (genealogia, nobreza, fazenda, interesses gerais). Para cada secção disponibiliza uma cadeira³¹⁰ e, em seguida, uma para cada paróquia. Depois de fazer uma breve leitura do documento arrumaria cada item no "assento" ou cadeira recomendada.

Do ponto de vista cronológico, a documentação seria ordenada a partir da personagem mais remota e tendo em conta, então, a evolução genealógica. Tudo isto seria acompanhado de um resumo para saber o que contém cada documento, o assunto. Esta técnica é definida por Froilán de Troche como a "arte de extractar" para disponibilizar o arquivo completo e evitar que os usuários se possam perder entre as

³¹⁰ A proposta é descrita para fazer dentro de um quarto, com cadeiras ao redor da mesa do arquivista.

pilhas de papéis.

Mais de um século depois, aparece a proposta de Olga Gallego Domínguez, recolhida principalmente na sua obra *Manual de Archivos Familiares* (GALLEGO DOMÍNGUEZ, 1993) Nela discorre sobre o pouco interesse pelo estudo (mais arquivístico que historiográfico) dos fundos familiares, ausentes nas últimas décadas, tal como hoje segue sem consolidar-se uma proposta práctica para o tratamento destes fundos. Alguns descansam nas administrações públicas, enquanto muitos outros ainda o fazem nas casas e palácios das famílias que os entendem como um recurso patrimonial, do qual não se querem separar. Ou, pelo contrário, há muitos também que não o valorizam, o que pode ser um verdadeiro perigo para a sobrevivência da documentação.

Define uma diferenciação em três grupos de documentos de acordo com a procedência do documento: os recebidos, os emitidos e os gerados pelo próprio grupo.

Estes fundos têm uma característica quase generalizada, na sua opinião, o que torna especialmente difícil o seu tratamento, que é a de desobedecerem a qualquer organograma ou qualquer norma, uma vez que são fruto, em grande medida, do acaso, dependendo sempre de cada indivíduo, de modo que é impossível encontrar vários fundos familiares semelhantes. Esta heterogeneidade e complexidade é uma das características principais destes arquivos, pelas mudanças que sofrem com as uniões matrimoniais.

Para a sua organização a autora afirma que eles trazem já um proceso organizativo original, dado que *de los siglos XVIII al XIX se organizaban y describían muchos de estos archivos, respetándose el principio de procedencia, por casas y estados, si se trataba de la nobleza (...). Dentro de ella, la clasificación suele ser muy variada y, en general, con poco rigor archivístico: rentas, derechos, jurisdicciones, cuando no se organizaron cronológicamente sin clasificación alguna* (GALLEGO DOMÍNGUEZ, 1993).

Propõe Olga Gallego que não nos centremos no princípio de procedência e de estrutura, como se se tratasse de uma instituição com as suas divisões internas, mas sobre o assunto. Citando a Theodore Schellenberg assume que é possível uma classificação funcional, considerando que essas "coleções orgânicas" são compreendidas por várias séries naturais que respondem ao legado das diferentes ações que se desenvolvem numa família.

A sua reorganização fica sujeita à possibilidade de refazer a organização original ou não. Para este segundo caso teremos que fazer uma classificação que não seja orgânica, uma vez que *en los archivos de familia el carácter heterogéneo de su documentación no permite establecer à priori una clasificación del conjunto de documentos reunidos por una familia o individuo* (GALLEGO DOMÍNGUEZ, 1993). Então os critérios a seguir terão de ser outros, como o volume ou a natureza da documentação conservada.

Dentro do critério da dimensão, as indicações dadas por Olga Gallego para os conjuntos pequenos e desfragmentados, são manter o fundo como uma série única e utilizando apenas a classificação cronológica. No caso dos fundos com poucas séries, mas muito definidas teremos que executar uma classificação lógica enquanto se volumoso a classificação será seriada, sendo necessário aplicar o princípio de origem, reagrupando por destinatários, por actividades e por matérias, reformulando tudo num quadro de classificação.

Depois volta a dividir a documentação em papéis contemporâneos e em arquivos de família prévios ao Antigo Regime. Neste caso, os mais antigos corresponderão na maior parte dos casos, a famílias nobres e fidalgas, sendo que o núcleo da organização tem de estar estruturada em torno do morgadio, essa ação de *vincular permanentemente el patrimonio y ciertos privilegios en determinados miembros, lo que dará lugar a concentraciones e, incluso, disgregaciones (...) por tanto, de sus archivos* (GALLEGO DOMÍNGUEZ, 1993).

Posteriormente, a organização será à organização familiar, pelo que é fundamental conhecer a genealogia familiar e conseguir realizar uma lista contínua das gerações. Além da genealogia, não é de menos interesse conhecer também o património que rodeia cada individuo.

O próximo passo, depois de conhecer estes aspectos, é estabelecer uma classificação genealógica por ramos (o principal, o secundário e o bastardo) assim como por casas. Depois disto então reúne-se a documentação em grupos documentais seguindo a ordem das casas, das famílias e das linhagens. A cada família e a cada casa corresponderá uma secção do fundo e nos casos em que exista uma ligação é para quem tenha morgado.

Nun nível inferior, o das subsecções, com a documentação relativa à administração do lar, as escrituras genealógicas e heráldicas, a documentação jurídica e e outra que afete "a toda a estirpe", tais como os documentos patrimoniais. No caso

de existir um personagem de destaque, com relevância social, pode-se formar uma sub-secção individual.

O outro grupo que estuda Olga Gallego é o das famílias contemporâneas, mais escassos, por corresponder já a um momento de crise da família como instituição de representação social das épocas anteriores. Neste caso, os arquivos individuais ganham uma importância que não tinham antigamente, porque são uma memória social que funcionará, mesmo, em muitas circunstâncias, como capital social.

Na ordenação da documentação, neste caso de documentação contemporânea, ela defende que pode variar de acordo com o tipo documental e de agrupação correspondente e de acordo com o estado de conservação do fundo. A ordem pode ser cronológica, alfabética, geográfica ou corresponderá à união de todas estas características. Se o que se está a tratar são documentos pequenos e soltos, será suficiente uma correlação numérica. Nas diferentes subsecções que se nos apresentavam para os arquivos familiares mais antigos, a ordem é cronológica no caso das linhagens e das casas, a documentação administrativa será ordenada respondendo a critérios alfabéticos por tipologias, no caso da genealógica presidirá a ordem alfabética - onomástica, e nos pleitos e histórias, o cronológico. A documentação patrimonial será primeiramente organizada cronologicamente e depois de forma alfabético - geográfica em relação à localização de cada objeto.

No caso especial dos arquivos individuais dentro do fundo familiar terá que responder a uma classificação prévia, por ramos (principais, secundárias e bastardas) e depois introduzir em critérios cronológicos. E na ordenação da correspondência as cartas recebidas e expedidas respondem a uma série com ordem cronológica.

A descrição do conjunto será baseada no quadro de classificação, como ferramenta que permite uma aproximação ao conjunto de forma lógica e simples. Responde a critérios funcionais e em alguns casos a assuntos. Para os fundos mais antigos, Olga Gallego recomenda a criação de dois quadros de classificação, um para a estrutura histórica do fundo e outra com a nova recriação.

Outra ferramenta da que poderemos dispor, de acordo como o critério da arquivista galega, é a do inventário, para agrupar o fundo em séries funcionais e factícias, atendendo a *actividades, asuntos o materias, al lugar, si se refiere a áreas geográficas, al tiempo, si atañen a períodos cronológicos, y al tipo documental, siempre tratando de no multiplicar los encabezamientos* (GALLEGO DOMÍNGUEZ, 1993). A um nível mais baixo, os manuais, catálogos e inventários respondem a outras

exigências consoante forem necessários ao investigador.

A PROPOSTA PORTUGUESA

Para o caso espanhol selecionamos intencionalmente a autores que tratassem os arquivos de família equivalentes em dimensão ao caso galego, ou seja, famílias de fidalgos e pequena nobreza "de províncias", como já se referiu atrás, e não são avaliados os fundos dos terratenentes castelhanos que darão lugar a arquivos de família diferentes. Para o caso português, o problema não é tanto a exemplificação em famílias de classes socioeconómicas médias ou baixas, mas a escolha portuguesa vem dada pela teorização arquivística sob o inovador método sistêmico que considero necessário explicar de forma detalhada, de acordo com a proposta apresentada pelo Professor Doutor Armando Malheiro no seu artigo *Arquivos familiares e pessoais, bases científicas para a aplicação do modelo sistêmico e interativo* (SILVA, 2004). Esta corrente portuguesa começa por colocar um ponto de partida teórico, diferenciando-se da corrente empirista, mantendo o trabalho arquivístico como um conhecimento científico e, portanto, aplicando um método para os arquivos de família e pessoais. Escolhe esta abordagem por considerar ser um campo que escapa do esquema normativista e que pode contribuir desse modo a um outro tipo de conclusões.

Estabelece-se, assim, um novo paradigma com a criação também de um novo quadro teórico - metodológico como base num modelo aplicado que procura para estudar e disponibilizar os fundos familiares. Armando Malheiro apresenta um método eficaz para todos os tipos de fundos, independentemente do seu tamanho, *esse amontoado de papéis - poucos ou muitos - como um sistema (semi)fechado de informação que remete para uma determinada estrutura (o aparelho organizacional ou a composição interna/endógena da entidade respectiva) e para uma funcionalidade dinâmica (uso original e reutilização posterior e permanente), vectores que se enlaçam e formam um terceiro - a memória* (SILVA, 2004).

Esta perspetiva afirma que não são fundos o que se tem como objeto de trabalho, mas de sistemas de informação. Ou seja, na minha opinião, esta é a principal diferença em relação aos autores espanhóis, uma vez que os profissionais da arquivística na sua maioria são historiadores de formação, reforçando as teorias de que devemos tratar os fundos a partir de uma perspetiva patrimonial/custodial e não informacional.

Esta abordagem tem implicações práticas, porque temos de começar por reconhecer que para os arquivistas portugueses o trabalho segundo esta perspectiva de arquivos como sistemas de informação familiar que não podem ficar apenas sujeitos a alguns planos de classificação orgânico - funcionais. É por isso que *começa neste ponto a necessidade de mudar de paradigma e de trazer a ciência da informação para o terreno da pesquisa, da contextualização e da disponibilização rigorosa da informação acumulada* (SILVA, 2004).

Uma outra ideia-chave desta proposta é entender o documento não como um compêndio de letras num papel sem qualquer função nos sistemas atuais, ou seja, a coisificação do documento, classificado segundo modelos e normas arquivísticas que colocam etiquetas. Ou seja, uma crença dos arquivistas portugueses é que o documento existe como uma coisa, quando ele deve estar associado ao binómio informação - comunicação, porque ao avaliar a informação que contém o documento é quando percebemos o porquê do modelo sistémico: *os dados que nos chegam do passado foram informação, e não documentos ou fontes* (ROSA, 2009).

Nesta aceção, a aplicação prática do modelo sistémico não varia em função do volume de documentação que encontremos num sistema de informação de família. Este conjunto remete para uma estrutura obviamente orgânica que pode ter duas categorias de acordo com a sua estrutura e outras duas de acordo com a funcionalidade.

No caso da primeira categoria a divisão é simples, entre corpos unicelulares e pluricelulares, dependendo do tamanho e do conjunto de áreas funcionais, ou sendo o segundo o dos casos compostos.

No caso da funcionalidade, a divisão traça um termo mais complexo em torno da centralização e da descentralização. O primeiro tem um único centro físico e baseia o seu tratamento em critérios funcionais, ideográficos ou de acesso. Enquanto que o segundo confere independência aos setores orgânico - funcionais para ter um tratamento mais ajustado.

Exemplificando, o casal (marido/mulher) constitui a seção do modelo sistémico, sendo as subsecções da organização as individuais, começando com o casamento, depois o homem, depois a mulher e por último os irmãos, sempre por ordem cronológica.

A APLICAÇÃO PRÁTICA

A aplicação prática dos conceitos até agora apresentados resume-se no quadro de classificação das duas propostas arquivísticas. Primeiramente, a de Olga Gallego Domínguez, que, como já explicamos, concentra o seu esforço teórico na divisão do fundo de acordo com os assuntos ou temas da documentação. Algo que pode ser óbvio nos arquivos administrativos e que ela entende como mais positivo para a organização destes fundos familiares.

Quadro de classificação - Olga Gallego Domínguez³¹¹
1- Fundos funcionais.
1.1- Documentos da organização, do conteúdo e da história do arquivo.
1.2- Documentos da genealogia, heráldica e juízos.
1.3- Documentação patrimonial.
1.3.1- Documentação de títulos da propriedade.
1.3.2- Documentação da administração da propriedade.
1.4- Documentação senhorial.
1.4.1- Documentação senhorial e feudal.
1.4.2- Documentos jurisdicionais.
1.5- Arquivos individuais.
1.5.1- Documentos pessoais.
1.5.2- Documentos de função.
- De função pública.
- De função privada.
· Atividades empresariais.
· Atividades intelectuais.
· Atividades políticas.
· Atividades profissionais.
· Atividades sociais.
2- Coleções
3- Arquivos alheios à família.

No caso da proposta prática adoptada por arquivistas portugueses a classificação é criada sobre uma base genealógica, estruturando a documentação segundo a pessoa que produziu a informação (secção) e estabelecendo essa relação.

³¹¹ Quadro apresentado em: DOMÍNGUEZ, Olga Gallego - *Manual de archivos de familia*. Madrid, ANABAD, 1993.

Quadro de classificação - Armando Malheiro da Silva³¹²
1- Sistema de informação: Família
1.1- Secção 1: Geração 1
1.1.1- Subsecção 1: Casal.
1.1.1.1- Fase da vida 1.
1.1.1.1.1- Série.
1.1.1.2- Fase da vida 2.
1.1.1.3- Fase da vida 3.
1.1.2- Subsecção 2: Marido.
1.1.3- Subsecção 3: Esposa.
1.1.4- Subsecção 4: Irmão.

Verifica-se que se trata de duas formas de organização completamente diferentes e como os arquivistas são os intermediários entre os documentos e o público, criámos, como consequência destas duas teorias, duas maneiras distintas de aproximação à documentação familiar.

Como exemplo, se tentamos procurar um documento específico que pode ser o que inclui as despesas da educação de José Malvar Pinto de acordo com a organização proposta por Olga Gallego teríamos que consultar todos os documentos de despesas do fundo, enquanto que pela proposta portuguesa só teríamos que consultar a série correspondente à geração de José Malvar Pinto.

Se o que se quisesse consultar fosse um dos maços de correspondência de Julián Malvar sem sabermos a data, no caso galego teríamos que investir mais tempo do que no português, porque neste último modelo só teríamos que consultar a série de correspondência na geração de Julián Malvar.

Note-se uma particularidade ao classificar o Fundo Malvar (e pode ser que se repita em outros acervos documentais) é que ele resulta da união de outras casas secundárias, que criam um fundo que se vai unindo com o principal, através de casamentos, processos de nascimentos de filhos e/ou quebras nas gerações e que nós temos que respeitar para o tratamento arquivístico.

³¹² Elaboração própria a partir das indicações do autor.

CONCLUSÕES

Primeiramente, não podemos declarar que uma das opções é melhor do que outra, nem mais eficaz, até que avaliemos as consequências que a sua aplicação tem dentro de um arquivo. Pessoalmente, considero que no plano teórico tem mais lógica utilizar as ferramentas genealógicas, já que se está a falar de famílias e não é tão necessária a divisão administrativista que propõe Olga Gallego. Além disso, os dois modelos não são incompatíveis, no momento em que o modelo sistémico permite uma indexação por assuntos e a criação de diferentes índices que favoreçam a aproximação à documentação.

Na curta experiência do meu estágio no *Arquivo da Diputación de Pontevedra*, quando uma pessoa deseja consultar qualquer tipo de documentação familiar fá-lo procurando algo referente a uma pessoa determinada (a sua casa, a sua herança, o seu património). Pelo que, à partida, este modelo parte com alguma vantagem. Da minha prática e trabalho depende, até ao fim do estágio, demonstrar de forma teórica e aplicada a importância do sistema e a necessidade de exportar o modelo sistémico para a administração espanhola, responsável pela conservação e tutela de boa parte da documentação familiar.

Sublinho a riqueza que pressupõe a existência deste debate, tanto à arquivística como à organização dos próprios arquivos de família que poderão dar um novo passo e seguir afiançando sua função como sistemas de informação, porque resultam da produção da informação por alguém, mesmo antes de serem fontes documentais.

Parece existir uma barreira cultural entre Espanha e Portugal inadmissível e que pouco a pouco temos que ir derrubando. Considero prioritário exportar os critérios e conceitos dos arquivistas portugueses aos centros de informação espanhóis por ser uma proposta atraente para a revitalização dos arquivos de família, ainda pouco estudados na Galiza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUINAGALDE, F. Borja de - **Archivos de familia y archivos domésticos. Treinta años de experiencia** [Em linha]. FLUP. Disponível na internet: <<http://goo.gl/DhhTLF> >

DOMÍNGUEZ, Olga Gallego - **Manual de archivos de familia**. ANABAD, Madrid, 1993, ISBN 84-88716-04-4

GARAZO, Antonio Presedo - **A fidalguía galega ante a crise do Antigo Réxime (1812 - 1868)**. TresCtres. Santa Comba, 2006, ISBN 84-934890-1-8

GARAZO, Antonio Presedo - **Nobleza y régimen señorial en Galicia: la Casa de Montaos en Iso siglos XVI y XVII**. Universidade de Santiago de Compostela. Santiago de Compostela, 2011, ISBN 978-84-9887-695-6

RODRÍGUEZ, Vitor Manuel Migués - **A fidalguía galega a comezos do século XIX: a obra de Froilán de Troche y Zúñiga**. Anuario Brigantino [Em linha] nº18 (1995), p.117 - 129. [Consult. 10/02/14] Disponível na internet: <http://anuariobrigantino.betanzos.net/Ab1995PDF/1995%20117_128.pdf> ISSN 1130 -7625

RODRÍGUEZ, Vitor Manuel Migués - **Os arquivos privados e a nobreza: un apuntamento histórico - arquivístico**. Xunta de Galicia: Dirección Xeral de Patrimonio Cultural, Santiago de Compostela, 2002, ISBN 84-453-3413-1.

ROSA, María Lurdes - **Problemáticas históricas e arquivísticas actuais para o estudo dos arquivos de família portugueses (Épocas Medieval e Moderna)** Revista de História da Sociedade e da Cultura [Em linha] nº9 (2009), p. 9-45. [Consult. 10/02/14] Disponível na internet: < http://www.uc.pt/chsc/rhsc/rhsc_9/rhsc9_9-42_mlr.pdf >ISSN 1645-2259

SILVA, Armando Malheiro da - **Arquivos de família e pessoais. Bases teórico - metodológicas para uma abordagem científica**. In **Seminário sobre Arquivos de família e pessoais**. Vila Real: Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD), Grupo de Trabalho de Arquivos de Família e Pessoais, 1997, 51-106

SILVA, Armando Malheiro - **Arquivos familiares e pessoais. Bases científicas para a aplicação do modelo sistémico e interactivo**. Revista da FLUP: Ciências e Técnicas do Património. [Em linha] I Série, Vol.III, (2004). Disponível na internet: < <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/8111/2/4083.pdf> > ISSN 1645 - 4936.

VILLARES, Ramón - **Foros, frades e fidalgos: estudos de historia social de Galicia**. Xerais. Santiago de Compostela, 1982, 9788475070650

VILLARES, Ramón - **La propiedad de la tierra en Galicia: 1500 - 1936**. Ed. Siglo XXI. Madrid, 1982, ISBN 84-323-0437-9

ZUÑIGA, Froilan de Troche - **El archivo cronológico - topográfico, arte de archiveros: método fácil, sencillo y poco costoso para el arreglo de archivos**. [Em linha]. 2ªed. A Coruña: Imprenta de Iguereta, 1830 [Consult. 10/02/14]. Disponível na internet:

<http://galiciana.bibliotecadegalicia.xunta.es/gl/consulta/registro.cmd?id=4262>

A Documentação Histórica Conservada pela Câmara Municipal de Castelo de Paiva (1582-1910)

Olinda Noronha

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

olinda.noronha17@gmail.com

Resumo A presente comunicação visa o estudo realizado aquando do estágio no âmbito do mestrado de História e Património ramo Arquivos Históricos, que teve lugar na Câmara Municipal de Castelo de Paiva nos anos de 2010/2011 e consistiu no estudo da documentação histórica conservada por esta mesma entidade. Esta documentação abrange um período compreendido entre o ano de 1582 e 1910, sendo o ponto de partida o ano de produção do documento mais antigo e o ponto final, o ano de 1910, visto ser uma data de mudança de regime (monárquico para republicano), com eventuais consequências na orgânica da administração pública em geral. O estudo em causa é constituído pela contextualização histórica da documentação, assim como a reunião de alguns apontamentos respeitantes à História do Concelho de Castelo de Paiva, que explicarão a natureza e tipologia documental. Como resultado final foi produzido um catálogo de toda a documentação estudada, onde se apresenta a sua descrição e referência, tendo este catálogo seguido as normas atualmente em vigor. Esta comunicação visa apresentar os resultados desse trabalho a nível documental, assim como a mais recente síntese de todos os trabalhos realizados até então, sobre a História do concelho de Castelo de Paiva.

Abstract This present communication aims at the study stage within the Masters of History and Heritage Branch Historical Archives, held at Castelo de Paiva's city hall in the years 2010/2011 and consisted in the study of historical documents preserved by the same entity. This documentation covers the period between the year 1582 and 1910, being the starting point the production year of the older document and the ending the year 1910, as it is the date of the regime change (monarchical to republican), with possible consequences on organic public administration in general. The study in question is constituted by the historical context of the documentation as well as the gathering of some notes relating to the History of the Municipality of Castelo de Paiva, which will explain the nature and documentary typology. As an end result, it was produced a catalog of all the documentation that was studied, where it has a description and reference, and this catalog followed the rules currently in force. This communication aims to present the results of this documentary level, as well as the latest synthesis of the all the works carried out so far on the History of Castelo de Paiva.

Quando iniciamos o mestrado tivemos que definir uma área de ação sobre a qual iria incidir o nosso projeto/estágio, entendemos que seria uma boa escolha o arquivo da Câmara Municipal de Castelo de Paiva, isto é, a documentação histórica que possivelmente existiria na Câmara Municipal de Castelo de Paiva, visto que esta

instituição não possui o arquivo como um serviço público. Esta documentação, não tinha qualquer estudo prévio coevo, sendo mesmo completamente desconhecida a tipologia de documentos existentes.

Para a realização do estágio, foi contactada a instituição, que prontamente autorizou a realização do estudo da documentação guardada no Arquivo Administrativo e porque esta, se encontra armazenada num compartimento naturalmente sem luz direta, autorizou que a documentação fosse depositada, provisoriamente, na Biblioteca Municipal, permitindo-nos trabalhar em condições mais agradáveis.

Para podermos efetuar o nosso estudo, primeiramente, tivemos que limitar a documentação no tempo, impondo, para isso, balizas cronológicas entre as quais iria estar inserida. Como não sabíamos qual o volume, nem a data em que se iniciava a documentação a ser tratada, optámos por definir, à partida, que a data de início seria a do documento mais antigo que constasse no conjunto a estudar. Para a data final, decidimos que o melhor seria o ano de 1910 pois tratava-se de uma data marcante na História de Portugal, que por ter mudado o regime governamental (monarquia para república) traria com certeza, alterações a nível da administração local, que, por seu lado, se refletiriam na documentação. Estava assim definido o nosso enquadramento temporal.

Depois de decidido o limite temporal sobre o qual se incidiria o estudo em questão, foi necessário perceber que género de documentação iríamos encontrar, tendo em conta a evolução da legislação que foi reformando ao longo do tempo a administração local. Por outro lado, seria importante apurar o impacto das reformas na estrutura governativa da Câmara Municipal de Castelo de Paiva. Para isto, foi necessário fazer um organigrama de como teria funcionado a Câmara Municipal, tendo em conta a legislação para as épocas a que se reportava a documentação. Isto pressupunha a realização de um estudo aprofundado sobre a evolução histórica do concelho de Castelo de Paiva, principalmente administrativa, tendo em conta o panorama nacional, mais propriamente a legislação emitida a nível central, com repercussões locais. Todos estes fatores têm uma forte influência na tipologia documental produzida na época, o que requer da nossa parte muita atenção para com a legislação. Ainda se acrescentaria um outro aspeto perturbador, na medida em que o concelho se encontrou sob jurisdição senhorial da Casa de Bragança durante muito tempo, o que poderia traduzir-se em determinações próprias, específicas, do ponto

de vista administrativo, visto a Casa de Bragança ter jurisdição própria em que muitas das vezes, esta mesma legislação se sobrepunha à legislação em vigor a nível nacional.

Foi essencial a leitura das Ordenações do Reino e dos Códigos Administrativos sucessivos da época liberal, pois através desta análise conseguimos saber quais os órgãos que existiam, e também as competências que cada um desses órgãos tinha, o que possibilitou entender a razão da existência da devida documentação. Em geral, foram estas as principais linhas seguidas.

Quando se iniciou o estágio tivemos um primeiro contacto com a documentação. Para uma melhor compreensão do conjunto de manuscritos que encontrámos, era estritamente necessário saber o que se tinha passado com a documentação até a sua chegada ao local onde, até hoje, está depositada.

Foi-nos explicado que, devido às obras de remodelação do atual edifício da Câmara Municipal de Castelo de Paiva, a documentação fora, provisoriamente, transferida do sótão para um armazém, onde ficou guardada até ao regresso ao edifício. Ao longo do tempo, enquanto estive no armazém, a documentação foi-se degradando e, aquando da transferência, foi perdida uma grande parte da mesma, tendo sido somente transferidos os documentos que se encontravam em melhor estado. Assim, a documentação que encontrámos não estava completa, pelo que, o nosso objeto de estudo é somente uma parte da produção que foi efetuada na Câmara Municipal de Castelo de Paiva e por outros organismos do concelho até 1910⁽³¹³⁾.

Quando foi transferida a documentação dita “histórica”, para o edifício onde hoje se encontra, esta não foi tratada. Foi colocada totalmente ao acaso e sem qualquer tipo de organização, quer temporal, quer por assuntos. Houve apenas o cuidado de separar a documentação que entenderam ser mais antiga, da documentação que produziram recentemente. A documentação dita “histórica” estava completamente misturada, não havendo qualquer lógica de armazenamento.

O primeiro passo que se deu no estágio foi, inevitavelmente, a separação da documentação datada até 1910, pois este seria o nosso objeto de estudo. Esta tarefa tornou-se bastante demorada, pois era algo que tinha que ser efetuado com muita atenção, eram seis estantes de documentação desorganizada. Tivemos que ver cada documento, um a um, folha por folha, dado que estavam completamente misturados.

³¹³ Há a possibilidade existir, na Quinta da Boavista, documentação referente a Castelo de Paiva, visto que esta possuiu um Arquivo Próprio, havendo referências dispersas relativas a essa mesma documentação.

O conjunto documental mais antigo, estava dentro de um envelope, no meio de uma pasta com documentos dos anos 50 do século XX. Assim, é perceptível que tinha mesmo que ser feita uma procura minuciosa para podermos ter a certeza que separávamos o total da documentação considerada como objeto a estudar.

Retirada toda a documentação que fazia parte do nosso objeto de estudo, e como a documentação se encontrava bastante suja, teve de ser feita a limpeza, assim como alguns tratamentos básicos, tais como o desdobramento de folhas, com o objetivo de estas se conservarem de forma plana.

Já com esta tarefa terminada, para percebermos aquilo que tínhamos em mãos, elaborámos um índice com os títulos dos documentos. Com este procedimento ficámos a perceber que não eram somente documentos produzidos pela Câmara Municipal de Castelo de Paiva, mas também pelo Administrador do Concelho, bem como por várias paróquias do mesmo concelho, logo tendo em conta a tipologia da documentação, seria também necessário estudar a legislação aplicada ao Administrador do Concelho, assim como perceber a realidade das Paróquias para a época em questão.

Depois de efetuado este primeiro procedimento, tivemos que pôr de lado a documentação, para passarmos ao estudo histórico, pois seria necessário perceber o porquê de existir aquela documentação, por quem e para que efeito é que tinha sido produzida.

Para iniciarmos este estudo, tornou-se essencial estudar a evolução da História Administrativa Municipal, à escala local, sem descurar as determinações de carácter geral. Sendo certo que se procurava focar o concelho de Castelo de Paiva, cujos limites espaciais exigem uma apreciação, e dado que os estudos existentes são muito parcos, a investigação a fazer pressupunha a análise da legislação emitida a nível nacional e as suas implicações à escala local.

Depois de efetuado este estudo e depois de percebido o porquê, por quem e por que razão foi produzida a documentação, iniciámos a abordagem intelectual da documentação.

Para a elaboração do catálogo, utilizamos a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística - ISAD (G) e a Norma Internacional de Registo de Autoridades Arquivísticas para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias - ISAAR (CPF). No fim teríamos, assim, um catálogo e os índices resultantes da indexação dos documentos.

Foram estes os passos que tivemos que dar, para podermos atingir os objetivos inicialmente traçados. Seguidamente, abordaremos a história administrativa, dos três órgãos que produziram a documentação que estudamos.

Assim e com este trabalho sabemos que o Concelho de Castelo de Paiva já surge como tal nas *inquisitiones* de 1258³¹⁴. Em 1331, era Senhor das terras deste julgado, o Conde de Barcelos D. Pedro. A referência mais importante para o conhecimento administrativo de Castelo de Paiva, para o século XV, surge citada no estudo de António Hespanha, que dá o panorama do concelho. Este estudo diz-nos que:

*PAIVA- Concelho da Casa de Bragança, em que fora incorporado por permuta, realizada em 7/11/1424, entre a infanta D. Isabel, irmã do infante D, João e D. Fernando, Conde de Barcelos. D.Isabel recebeu Ourique, com rendas e jurisdição (terra que o Conde recebera de Nuno Alvares Pereira, seu avô) em troca de Paiva tendais e Lousada, também com rendas e jurisdições*³¹⁵.

Com esta permuta efetuada em 1424, entre D. Isabel e D. Fernando, as terras de Paiva passam a pertencer a D. Fernando e quando em 1461, este se torna herdeiro do ducado de Bragança, as Terras de Paiva são integradas nas terras desta mesma Casa³¹⁶.

A nível de funcionamento dos concelhos, observamos que no início do século XVI, os municípios compreendiam sempre, em primeiro lugar um juiz-presidente (ordinário, se senhorial, ou de fora se nomeado pelo Rei), e por dois ou mais vereadores.

Entre os ofícios superiores e não remunerados (o que nos indica que os homens que ocupassem estes cargos teriam de ter posses) estavam também os almotacés, que embora não fizessem parte da Câmara, eram eleitos por ela, e também tinham algum peso no regulamento da vida local, como a vigilância sobre pesos e medidas, abastecimento em géneros e a fixação de preços³¹⁷.

³¹⁴ Toda a informação até agora apresentada vista em PINHO, Margarida R. Moreira de - *Elementos para a História de Castelo de Paiva*. Coimbra, Faculdade de Letras, 1946, (reed. A.D.E.P., Castelo de Paiva, 1991) (p.. 65 a 69).

³¹⁵ HESPANHA, António Manuel - *Em vésperas do Leviathan: instituições e poder político Portugal, século XVII*. Coimbra: Livraria Almedina. 1994, p. 141.

³¹⁶ ÁVILA, Maria Barreto de - *O 2º Duque de Bragança: vida e acção política*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa.,2009,p.112. [Dissertação de Mestrado em História Medieval].

³¹⁷ OLIVEIRA, César; MONTEIRO Nuno Gonçalo - *História dos municípios e do poder local: dos finais da Idade Média à União Europeia*. Lisboa: Temas e Debates,1996, p. 32.

A totalidade das atribuições dos oficiais camarários configurava aquilo a que se chamava a esfera própria das suas jurisdições. Estes cargos, referidos anteriormente, eram os que nobilitavam. Porém havia também as ocupações permanentes e necessariamente remuneradas, providas quer pela Coroa, quer pelas Câmaras ou Senhorios. Estes cargos podiam ser de nomeação vitalícia ou hereditária. Neste caso enquadravam-se os escrivães de notas, e também aqui se enquadravam os juizes dos órfãos, a quem competia a elaboração dos inventários para a partilha e bens dos órfãos³¹⁸.

Existiam, ainda, cargos a que normalmente se atribuía pouca qualificação social. Os mais comuns eram os quadrilheiros (oficiais localmente responsáveis pela ordem pública) e os juizes pedâneos ou de vintena. Estes últimos oficiais eram delegados formalmente pelas câmaras para lugares do termo do concelho e eram também nomeados pelas mesmas³¹⁹.

No caso de Castelo de Paiva existiriam instruções gerais, como escreveu o pároco da freguesia de Paraíso *eleições que se fazem e se confirmão pella Sereníssima Caza de Bragança*. Esta prática remontaria ao século XIV, altura em que se passou de uma eleição a partir de uma assembleia municipal alargada, para uma cada vez mais restrita, presente nestes atos eleitorais³²⁰. As exigências de qualidade que eram postas para as pessoas que queriam exercer cargos camarários, acentuavam o estatuto de homens nobres do concelho, mais propriamente apelidados de *homens-bons*³²¹.

Os vereadores e o juiz ordinário não podiam julgar nem prender, embora tivessem competências para a prática de atos de autoridade nos casos de multas ou de penhora. Assim, as jurisdições davam competências para almotaçaria, injúrias verbais e pequenos furtos e julgamentos de 1ª instância, porque como acontece em Castelo de Paiva, e como informa o pároco de Santa Maria de Sardoura:

“...tudo com sub-ordinação ao Doutor Ouvidor da villa de Barcellos, para onde na segunda instancia vão as appelações, e ele cada anno aqui vem fazer correção. Aos vereadores competia aindater cargo de todo o regimento da terra, e obras do

³¹⁸ OLIVEIRA, César; MONTEIRO Nuno Gonçalo - *História dos municípios...*p.33.

³¹⁹ OLIVEIRA, César; MONTEIRO Nuno Gonçalo - *História dos municípios...*p. 34.

³²⁰ COELHO, Maria Helena da Cruz; MAGALHÃES Joaquim Romero - *O Poder Concelhio das Origens às Cortes Constituintes*. Coimbra: Edição do Centro de Estudos e Formação Autárquica, 1986, p. 17.

³²¹ COELHO, Maria Helena da Cruz; MAGALHÃES Joaquim Romero - *O Poder Concelhio das Origens ...*p.43.

*concelho, e de tudo poderem saber, e entender, para que a terra, e os moradores della posão bem viver*³²²”

António Hespanha confirma, também, que os vereadores eram eleitos pelos homens-bons.

A par dos vereadores e eleitos pelo mesmo sistema, estão os almotacés, com competências no que diz respeito ao abastecimento e regulamentos de bens e serviços, como já referido anteriormente. No século XVI, “*devido a reclamações, o Rei ordena que nenhuma pessoa que não seja capaz de poder ser Vereador não possa ser eleito Almotacé.*” Este foi um pedido feito pelos homens, que não fidalgos, o que não agradou aos homens que ocupavam os órgãos camarários. Anteriormente não se punha esta questão porque houve sempre fidalgos suficientes para ocuparem o cargo de almotacé³²³.

Também eleito era ainda o procurador do concelho, a este competia agir em nome do concelho, e se não houvesse tesoureiro, desempenhar as funções que eram atribuídas ao este³²⁴.

Estes ofícios concelhios, que acabamos de mencionar, são ofícios “honorários” ou seja, são desempenhados pela população e normalmente não são remunerados. Quem desempenhava estes ofícios, desempenhava-os com o prestígio que estava associado aos mesmos. Estes cargos normalmente eram avaliados em função da honra e prestígio social, tanto maior quanto nas terras mais pequenas não dessem proveito que compensasse os trabalhos que acarretavam.

Quanto ao restante corpo da câmara, o escrivão era o escrivão ordinário do concelho, encarregado de reduzir a escrito o expediente da vereação. O escrivão da almotaçaria, por sua vez, era o funcionário encarregado de escrever perante os almotacés, nomeadamente em matéria de coimas e achadas, de almotaçaria e de pesos e medidas. Mas podia ser o mesmo escrivão a proceder a ambos os registos.

Os oficiais designados por menores, eram o meirinho do concelho, que era encarregado de fazer executar as decisões dos órgãos concelhios e de fazer observar

³²² HESPANHA, António Manuel - *Em vésperas do Leviathan: instituições e poder político Portugal, século XVII*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994, p. 224.

³²³ (Sem autoria)... *Ius Lusitaniae - Fontes Históricas do Direito Português* [Em Linha]. Vol.(desconhecido), n.º (desconhecido), p.337. [Consult. 10 Fev. 2010]. Disponível em WWW:<URL:http://iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=102&id_obra=63&pagina=1278.

³²⁴ HESPANHA, António Manuel - *Em vésperas do Leviathan: instituições e poder político Portugal, século XVII*. Coimbra. Livraria Almedina. 1994, p. 227.

as posturas e regimentos locais; o porteiro do concelho que era encarregado das relações entre a câmara e o público ou outros órgãos. O tesoureiro do concelho era o encarregado de arrecadar as receitas e efetuar as despesas. Existiam, ainda, os recebedores, sacadores, avaliadores, partidores, contadores e mordomos.

Havia também os oficiais especializados, como os escrivães e almoxarifes das achadas, que se encarregavam, em alguns concelhos, de parte das funções dos escrivães, existiam ainda, os recebedores das feiras e os oficiais das fontes ou das obras³²⁵. Para esta época, pensamos que no caso de Paiva, a situação fosse semelhante à que se passava no resto do país.

Paiva como é referido até 1836, recebe foral Manuelino em 1513, sendo nesta época concelho da Casa de Bragança³²⁶. Assim se mantém até 1833.

Após o Liberalismo, que de início, foi marcado por um período de constantes alterações e sucessivas reformas políticas, assim como a nível de divisão geográfica foi também um período de constantes alterações. Estas mudanças também foram sentidas em Paiva, assim em 1833, Paiva vai integrar-se na Província do Douro, comarca da Feira. Em 1835, integra-se no Distrito de Aveiro, província da Beira-Alta, julgado de Arouca. Pelo decreto de 6 de Novembro de 1836, Paiva passa a designar-se oficialmente por Castelo de Paiva e também ainda em 1836, no distrito de Aveiro passam a existir três comarcas judiciais; Águeda, Aveiro e Feira. Castelo de Paiva fica integrado na Comarca da Feira. Em 1887 é criado o julgado Municipal de Castelo de Paiva. Em 1890, por decreto, ascende à categoria de Comarca.

Durante este conturbado período, a forma de funcionamento das Câmaras Municipais é descrita no Código Administrativo de 1936, onde refere que em cada concelho haveria uma Câmara Municipal e que as Câmaras eram compostas de cinco vereadores, nos concelhos que tivessem até cem fogos, de sete nos que tivessem mais de mil e até seis mil; de nove nos, os que tivessem mais de seis mil até doze mil. Por cada vereador haveria um substituto. O Presidente da Câmara seria eleito à pluralidade dos votos por vereadores; e o procurador fiscal escolhido pela Câmara, entre os mesmos vereadores, e amovível à vontade da mesma Câmara.

Este Código Administrativo não se refere especificamente ao que cada cargo deve fazer, ficando-se por um panorama mais geral no que confere a competências Camarárias.

³²⁵ HESPANHA, António Manuel - *Em vésperas do Leviathan...* p. 234.

³²⁶ HESPANHA, António Manuel - *Em vésperas do Leviathan...* p. 141.

Já nos Códigos Administrativos de 1842³²⁷, 1878³²⁸, 1886³²⁹ e 1900³³⁰, as competências de cada cargo, estão melhor especificadas. Referindo que o Presidente da Câmara deve: Executar deliberações legais da Câmara; publicar posturas e regulamentos municipais; fiscalizar a polícia municipal na conformidade das leis, regulamentos e posturas; aprovar a proposta do orçamento municipal; administrar e conservar as propriedades do concelho; dirigir as obras municipais; efetuar todos os atos de aquisição, doação, transação, arrendamento, e atos semelhantes para os quais ache devidamente autorização pela Câmara e assinar as competentes escrituras e obrigações; representar a lei quer como autor, quer como réu; inspecionar todos os estabelecimentos municipais; dirigir a correspondência da Câmara e os trabalhos da sua secretaria; vigiar como os diversos empregados municipais desempenham as suas obrigações; assinar a correspondência da Câmara; dividir os trabalhos da Câmara pelos vereadores, conforme a aptidão de cada um para a respetiva função; todas as decisões tomadas quer pelo presidente quer pelos vereadores podia sempre ser anulada pelo Governo.

Quanto ao escrivão da Câmara, competia-lhe: Assistir às sessões e deliberações da Câmara ou do Concelho Municipal e efetuar as devidas atas e o respetivo expediente; subscrever todos os atos legais da Câmara; exercer funções de secretário em todos os atos e contratos em que a Câmara for outorgante; conservar sob sua guarda e responsabilidade, nos paços do concelho, o arquivo da câmara; ser responsável pela ordem e regularidade dos trabalhos da secretaria; assistir e escrever as respetivas atas das reuniões da Câmara, fazer com que os vereadores as assinem, e posteriormente deverá escreve-las no respetivo livro; certificar e autenticar todos os documentos e atos oficiais da câmara; preparar o expediente e as informações necessárias para as resoluções da câmara; dirigir os trabalhos da secretária, em conformidade com as ordens da câmara; conservar, sob sua responsabilidade, os papéis e livros do recenseamento eleitoral que lhe fossem enviados pelos secretários das comissões recenseadoras, e remeter uma cópia autenticada ao respetivo governador civil, por intermédio do administrador do concelho ou bairro, até ao fim do mês de Julho de cada ano; mandar imprimir, sob sua responsabilidade, todos os exemplares requeridos pelos cidadãos, sendo estes obrigados a pagar o respetivo

³²⁷ (Sem autoria) - *Código Administrativo 1842*. Lisboa: Na Imprensa Nacional, 1843 pp.58-63.

³²⁸ (Sem autoria) - *Código Administrativo de 1878*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1878.

³²⁹ (Sem autoria) - *Código Administrativo de 1896*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1896.

³³⁰ (Sem autoria) - *Código Administrativo de 1900*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1900.

serviço devendo entregar-lhes, no prazo de trinta dias, da data do requerimento, os referidos exemplares devidamente autenticados; nomear o secretariado da câmara, após concurso aberto, pelo prazo de trinta dias pelo menos, publicado na folha oficial do governo ou em algum dos jornais do concelho e da capital do distrito se existissem, colocando o respetivo vencimento no anúncio; selecionar o cargo de secretário se este tiver prestado bom serviço nas secretarias das câmaras municipais e nas repartições administrativas, pela habilitações científicas e literárias, especialmente em direito ou direito administrativo e do comércio. Assim, todas estas funções teriam de estar refletidas na documentação produzida pela Câmara.

À data de 1910, (quando finda a documentação a ser estudada) deveria ser este, ou muito semelhante, o funcionamento da Câmara de Castelo de Paiva.

Quanto aos limites do concelho, Castelo de Paiva que possuía uma freguesia designada por Espiunca, até ao século XIX, perdeu-a a favor do concelho de Arouca³³¹. Já a freguesia da Raiva, que era vila honrada, passou posteriormente a ser integrada no Concelho de Castelo de Paiva, em 1826³³².

Quanto ao outro órgão produtor de documentação que se encontra na Câmara Municipal de Castelo de Paiva, sabemos que o Administrador do Concelho, sabemos que surge pela primeira vez na Carta de Lei de 18 de Julho de 1835 (da qual nascerá o Código Administrativo de 1836), no artigo 5º desta diz:

*Haverá em cada distrito administrativo um magistrado administrativo, com a denominação de Governador Civil e em cada concelho um Administrador do Concelho. Em cada freguesia um comissário da Paróquia*³³³.

Este cargo vem, por sua vez, substituir o de Provedor do Concelho, sendo este um cargo instituído durante as políticas reformistas de Mouzinho da Silveira.

A partir do Código Administrativo de 1842, o Administrador do Concelho vê as suas competências fortemente aumentadas, assim como no Código Administrativo de 1878 é mencionado pela primeira vez que o Administrador do Concelho teria que ter uma instrução superior, e se não houvesse alguém que preenchesse este requisito

³³¹ Ao efetuarmos o estudo não encontramos o ano preciso em que a freguesia da Espiunca se desintegra do Concelho de Castelo de Paiva e passa a integrar-se no concelho de Arouca.

³³² ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da; LOUREIRO, Olímpia Maria da Cunha - *Memórias paroquiais de Castelo de Paiva e outros documentos*. Castelo de Paiva : Câmara Municipal de Castelo de Paiva, 1988, p. 45.

³³³ (Sem autoria) - Código Administrativo Portuguez 1937. Lisboa: Na Imprensa Nacional, 183,p. 4.

poderia ser alguém com a instrução secundária. A partir do Código Administrativo de 1900 sobre a instrução dos elegíveis para o cargo de Administrador do Concelho, diz-nos que deviam ser bacharéis em direito, ou então, como anteriormente, habilitados com instrução superior.

O cargo de Administrador do Concelho abrangia diversas áreas, como podemos ver nos Códigos Administrativos de 1837³³⁴, no de 1842³³⁵, no de 1878³³⁶, no de 1892³³⁷ e no de 1900³³⁸, onde nos dizem que exercem poder sobre: a execução de ordens; a direção dos trabalhos públicos; superintendência no que dizia respeito à polícia; fiscalização sobre as escolas; fiscalização sobre as cobranças de contribuições; apurar o recrutamento para o exército; dar e referendar os passaportes; inspecionar prisões; fiscalizar as casas públicas de comércio; fiscalizar os pesos e medidas; inspecionar as casas de jogo; hospedarias e estalagens; não consentir o uso e poder de arma; manter bons costumes e a moral pública; fiscalizar os impostos; inspecionar o cumprimento dos legados pios; inspecionar as irmandades, confrarias, hospitais e misericórdias; a concessão de bilhetes de residência; vigiar pela execução das posturas e medidas e regulamentos do concelho; investigação sobre os crimes; fazer a fiscalização sobre cartazes e anúncios em lugares públicos; fazer a fiscalização sobre as reuniões públicas; entre outras competências de menor importância.

Além do Administrador do concelho, a Administração do Concelho tinha empregados, sendo ele um escrivão, amanuenses necessários para a execução do expediente e oficiais de diligências necessários para o serviço. O pagamento dos empregados ficava a cargo da Câmara Municipal.

Quanto às Juntas da Paróquia, das quais também temos documentação produzida, ficamos a saber que ao longo dos tempos as freguesias foram-se afirmando, não só como simples unidades de fiéis mas, também, com um poder crescente como órgãos da Administração Pública.

A freguesia, como unidade de paróquia remonta ao movimento de construção da Igreja cristã. Identificada pelo orago, o santo protetor, também as freguesias que constituem o concelho de Castelo de Paiva, incluíam na sua toponímia o nome do seu

³³⁴ (Sem autoria) - Código Administrativo Portuguez ..., pp.52-54.

³³⁵ (Sem autoria) - Código Administrativo 1842. Lisboa: Imprensa Nacional, 1843, pp.58-63.

³³⁶ (Sem autoria) - Código Administrativo de 1878. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1878.

³³⁷ (Sem autoria) - Código Administrativo de 1892. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1892.

³³⁸ (Sem autoria) - Código Administrativo de 1900. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1900.

orago, como por exemplo, Santa Maria de Sardoura, São Martinho de Sardoura e São Pedro do Paraíso.

As freguesias foram adensando a sua malha durante a consolidação e organização do Reino e Estado Português. Crescentemente as freguesias foram-se afirmando como dinamizadores do espaço comunitário local, em paralelo com a estruturação das instituições municipais.

Em torno destas freguesias, firmaram-se, cada vez mais, os vínculos religiosos, culturais, educativos e assistenciais da população, substituindo assim, e em grande parte, encargos que vieram a ser do Estado³³⁹.

Por vários séculos, as instituições religiosas exerceram, a variados níveis, uma forte influência na vida política do país. A cultura e a instrução eram, na sua maioria, da responsabilidade destas estruturas religiosas. O clero estava presente na vida quotidiana e administrativa das populações³⁴⁰. Portanto por todas estas razões, seria um erro olharmos para as freguesias como instituições meramente espirituais, porque desempenhavam funções societárias, de proximidade e reconhecimento de cada palmo de terra.

Após a Revolução Liberal de 1820, com Mouzinho da Silveira (1835-1836) e com aqueles que lhe seguiram, foi decretada uma nova estrutura administrativa territorial, como atrás já vimos, e estabeleceu-se então a rede definitiva das freguesias como unidades de governação local, em todo o reino. Foi com Decreto de Lei de 26 de Novembro de 1830, o artigo 1º deste diploma, descreve quem cada circunscrição paroquial existia uma “ junta nomeada pelos vizinhos da paróquia, e encarregou essa mesma Junta, de promover a administração local”. Cada Junta de Paróquia era presidida pelo Regedor e compunha-se de três a cinco ou sete membros, conforme o número de fogos pelos quais fosse constituída, membros eleitos “vocalmente” mediante a chamada individual dos eleitores por quem estava incumbido do escrutínio, fazendo-se no fim o apuramento público.

Às juntas pertencia: cuidar da conservação e reparos da Igreja; cuidar da conservação de fontes, poços, pontes, caminhos, baldios; promover a saúde pública; vigiar as escolas de primeiras letras.

As funções dos registos paroquiais (casamentos e óbitos) que em tempos posteriores se chamariam Registo Civil, eram tradicionalmente desempenhadas pelo

³³⁹ SANTOS, José António - *As Freguesias: História e Actualidade*. Oeiras: Celta Editora, 1995, p. 29.

³⁴⁰ SANTOS, José António - *As Freguesias ...*p. 41.

pároco e a título subsidiário assim continuaram até ao início do século XX. Isto levou o Marques de Sá da Bandeira a declarar em 1868, que os párocos também eram uma parte dos funcionários públicos³⁴¹. Efetivamente, declarava-se que antes mesmo do registo nas provedorias municipais pertenceria aos párocos passarem as devidas certidões³⁴².

Na reforma de 1832, Decreto nº23 de 16 de Maio (altura em que a paróquia deixara de integrar o sistema administrativo, havendo mesmo sido suprimidos os regedores e as Juntas de Paróquia), foi instituído o Registo Civil, ficando a cargo do Provedor do Concelho. O Registo Civil era definido como “a matrícula geral de todos os cidadãos pela qual a autoridade pública atesta e legitima as épocas principais dos indivíduos, a saber: nascimentos, casamentos e óbitos. A verdade é que as determinações de registo civil não tiveram aplicação até à implantação da República, e o Código de 1911 (Decreto de 18 de Fevereiro de 1911).

Ao longo do século XIX e até ao fim da monarquia, as funções administrativas de que eram incumbidas as paróquias não pararam de crescer. Entre as funções civilmente determinadas ao clero local e relativamente às Juntas de Paróquia, estas tinham a seu encargo as certidões de expostos e desvalidos, confrarias fabriqueiras, cômruas, recenseamentos escolares, trabalho de menores, censos eleitorais, recrutamento militar, reservistas, inventários orfanológicos, estatísticas demográficas, apoio na organização das matrizes para feito da contribuição predial e industrial, execuções fiscais e emissão de atestados diversos³⁴³.

O órgão que representava a freguesia era a Junta de Paróquia com um corpo administrativo eleito pelos povos, mediante sufrágio direto.

Apesar de em geral as juntas terem tido presidência própria, a execução das suas deliberações estavam confiadas ao magistrado administrativo que, por norma, era o regedor, e estes por sua vez estavam sujeitos à nomeação por parte do governador civil, sob proposta do Administrador do Concelho. Por isso, o Regedor da Paróquia tanto consta no organigrama do Administrador do Concelho como no da Junta da Paróquia e tinha as seguintes competências: executar as deliberações da junta da Paróquia; manter a ordem pública; zelar pelos regulamentos e leis de polícia; informar o magistrado concelhio; exercer funções administrativas; exercer

³⁴¹ SANTOS, José António - *As Freguesias...*p. 42.

³⁴² SANTOS, José António - *As Freguesias ...*p. 43.

³⁴³ SANTOS, José António - *As Freguesias ...*p. 46.

funções sobre o estado civil; policiar locais e estabelecimentos públicos; velar pela saúde pública; recensear a população; registo civil; elaborar o orçamento paroquial, administrar os bens comuns; dirigir obras públicas; listar os cidadãos indigentes; velar pelos expostos; corresponder-se em nome da Junta de Paróquia; abrir testamentos; assistir ao recenseamento eleitoral; comunicar as deliberações exorbitantes da junta; assistir na elaboração do orçamento; exercício de funções delegadas; arbitrar cômputo ao pároco; publicar regulamentos e posturas; prover sobre ruas, caminhos e estradas; participar crimes e delitos; comunicar irregularidades nas instituições de beneficência³⁴⁴.

Podemos ter assim, uma ideia básica de como funcionavam as Juntas da Paróquia e qual a documentação que estas poderiam produzir.

Foi com base no estudo dos órgãos que tinham produzido a documentação que se tornou o nosso objeto de estudo, que podemos perceber as razões pela qual esta, estava depositada juntamente com a documentação produzida pela Câmara Municipal de Castelo de Paiva.

Em suma, Ao iniciarmos um trabalho desta natureza, nem imaginávamos a quantidade de etapas pelas quais íamos passar. Apesar de termos o plano de estágio traçado, no decorrer do mesmo, fomos deparando com dificuldades que não estavam previstas e que só com o decurso do trabalho é que foram surgindo, dificuldades estas que fomos procurando solucionar.

A documentação abrangeu um período de trezentos e vinte e oito anos, durante os quais aconteceram várias mudanças administrativas e que, conseqüentemente, se refletiram nos serviços municipais. A percepção da influência que estas mudanças trouxeram para a produção de documentação da época foi, provavelmente, o ponto mais complicado de clarificar, pois a documentação deve refletir a estrutura da instituição que a produziu. Por isso mesmo, este ponto era estritamente cuidadoso e de demorado esclarecimento.

Um outro desafio com o qual nos deparámos foi o “tratamento” da documentação, visto que queríamos fazê-lo da maneira o mais fidedigna possível. Para tal precisamos saber a história da Arquivística e as diretrizes que esta toma hoje em dia. Para nós este campo era como uma tábua rasa, em que o grande apoio foram as normas ISAD (G) e ISAAR (CPF), normas estas que nos ajudaram na construção do

³⁴⁴ SANTOS, José António - *As Freguesias ...*p. 50.

catálogo, de uma forma mais correta e mais padronizada, para que possa ser entendido por todos aqueles que precisem de o consultar.

Neste trabalho foi importante a salvaguarda de documentos que fazem parte do património e da identidade de Castelo de Paiva e como houve a possibilidade de estudarmos todos os documentos, o resultado ajudou-nos a completar mais um pouco a história deste concelho.

Os documentos que estudamos fizeram-nos entender o modo de vida que existiu em Castelo de Paiva, assim como descobrir dados que eram completamente desconhecidos e que se não fosse feito este estudo, nunca seriam dados a conhecer.

A comprovação de que em Castelo de Paiva o modo do funcionamento administrativo (dentro da realidade da Casa de Bragança) se assemelhava a todo o resto do país, foi também um ponto importante. O estudo de documentação relativa a Emprazamentos, Registos de Privilégios e Correspondência pertencente à Câmara Municipal clarificou-nos quanto ao quotidiano do concelho para um período mais recuado e que até então não havia sido estudado tão profundamente.

A documentação produzida pela Administração do Concelho também nos elucidou sobre várias questões, tornou-se importante para a pesquisa de pessoas que estiveram emigradas (vimos isto nos termos de reconhecimento de identidade) ou para aqueles que foram chamados ao Serviço Militar.

Quanto à documentação produzida pelas Paróquias, mais propriamente os Relatórios de Bens e Registos Paroquiais, permitiu-nos saber quais os bens que existiam nas diversas paróquias para as quais temos documentação. Estas foram algumas das informações que pudemos encontrar nos documentos, sendo estas só alguns dos exemplos obtidos. Porém, poderá ser esta a causa da escassez de documentação que seria provável estar no Arquivos Camarário, pois como as paróquias assumiram funções administrativas, essa mesma documentação poderá estar nas respetivas paróquias e assim justificar a sua ausência no Arquivo Camarário.

Este estudo permitiu-nos também confirmar a quantidade de documentos que possivelmente existiram e que hoje em dia já não existem, sendo por isso o registo destes documentos (produzidos numa época relativamente recuada) importante para que estes não se venham a perder num futuro próximo.

Concluindo, este estudo deu-nos a perspetiva de que os Arquivos Camarários possuem informação valiosa, que constroem a nossa História, informação que não devemos “perder” e que ao ser efetuado um estudo a este nível, poder-se-á recuperar

informação que de outro modo seria impossível. A nível de catalogação de documentos, permitiu-nos saber preparar e elaborar um catálogo de documentos para que estes possam estar devidamente classificados. Este trabalho elucidou-nos para o facto de que o estudo de arquivos históricos deve ser feito com a sensibilidade de um Historiador e de um Arquivista, pois só assim o estudo pode ser completo. Sem a sensibilidade que cada um tem, para a sua função, haveria informação e técnicas que ficariam perdidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LEGISLAÇÃO

(Sem autoria) - *Código Administrativo 1842*. Lisboa: Na Imprensa Nacional, 1843.

(Sem autoria) - *Código Administrativo de 1878*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1878.

(Sem autoria) - *Código Administrativo de 1896*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1896.

(Sem autoria) - *Código Administrativo de 1900*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1900.

ÁVILA, Maria Barreto de - *O 2º Duque de Bragança: vida e acção política*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa.,2009. [Dissertação de Mestrado em História Medieval].

COELHO, Maria Helena da Cruz; MAGALHÃES Joaquim Romero - *O Poder Concelhio das Origens às Cortes Constituintes*. Coimbra: Edição do Centro de Estudos e Formação Autárquica, 1986.

HESPANHA, António Manuel - *Em vésperas do Leviathan: instituições e poder político Portugal, século XVII*. Coimbra: Livraria Almedina. 1994.

OLIVEIRA, César; MONTEIRO Nuno Gonçalo - *História dos municípios e do poder local: dos finais da Idade Média à União Europeia*. Lisboa: Temas e Debates,1996.

PINHO, Margarida R. Moreira de - *Elementos para a História de Castelo de Paiva*. Coimbra, Faculdade de Letras, 1946, (reed. A.D.E.P., Castelo de Paiva, 1991).

ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da; LOUREIRO, Olímpia Maria da Cunha - *Memórias paroquiais de Castelo de Paiva e outros documentos*. Castelo de Paiva : Câmara Municipal de Castelo de Paiva, 1988.

SANTOS, José António - *As Freguesias: História e Actualidade*. Oeiras: Celta Editora, 1995.

Património Histórico e Urbanismo

Algumas problemáticas da preservação e gestão do Património Histórico no planeamento de cidades

Mariana Martins de Oliveira

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

mariana_martins@estadao.com.br

Resumo O presente artigo propõe-se a discutir através de alguns exemplos de planeamento, a questão problemática da preservação e gestão dos conjuntos históricos, evidenciando os principais conflitos de interesses, principalmente a gestão privada ou estadual, ou mista do património; as dificuldades em conceituar e selecionar o património histórico; e o limiar entre o necessário e a alegoria no dimensionar novas intervenções. Procuramos igualmente nos posicionarmos a respeito de algumas questões que tem o hábito de causar controvérsia como demolições e reconstruções. E, finalmente, falamos da questão da educação patrimonial como uma solução para o planeamento de cidades.

Abstract The present article proposes to discuss throughout some examples of urban planning, the problematic matter of preservation and management of the heritage sites, spotlighting the main conflicts and interests, specially the private-state management relationship; the difficulties in putting together concepts and selecting the heritage to be preserved; and the limits inbetween the necessary and the alegory in dimensioning new interventions. We seek as well to place ourselves about some issues that have the habit of causing controversy such as demolitions and rebuildings. And, finally, we discuss the matter of heritage education as a solution to city planning.

Na década de 1960, Jane Jacobs, autora de *Morte e vida de Grandes Cidades*³⁴⁵, se fez uma pergunta que até hoje tentamos responder: “Que tipo de problema são as cidades?” Hoje talvez convenha fazer uma série de perguntas derivadas desta maior para depois voltar a ela. Devemos nos perguntar *Que tipo de problema são os Centros Históricos?*, por exemplo. *Que tipo de problema são os conjuntos urbanos?* Alguns começam a se perguntar *Que tipo de problema é o Património Industrial?* Se sairmos da área de preservação e entrarmos em questões de planeamento das cidades poderemos nos perguntar “*Que tipo de problema é a mobilidade urbana?*” ou ainda, se estivermos preocupados com o tipo de arquitetura construída nas cidades nos perguntaremos “*Que tipo de problema é a tipologia arquitetônica?*”

³⁴⁵ JACOBS, J. *Morte e Vida de Grandes Cidades*. Martins Fontes, São Paulo; 1ª edição, 2000.

Sobremaneira, estas perguntas são todas recorrentes na História da Arquitectura e do Urbanismo, mesmo antes de as cidades serem um assunto científico, pertencente a uma disciplina própria. Quando o Urbanismo é proposto como uma ciência individual, destacada da Arte, com interpretações próprias da cidade, de caráter reflexivo e crítico, que avançariam além do desenho e além da perspectiva renascentista, não se imaginava que o desaparecimento de uma ordem urbana anterior determinada implicaria o surgimento de uma nova.³⁴⁶ Assim, de maneira inconsequente, foi levado adiante o conceito de desordem. É uma ideia que persiste, antes pertencente ao pré-urbanismo progressista, e que hoje se mantém: o caos urbano ou a desordem generalizada. Na verdade, as cidades podem ter um comportamento perfeitamente ordenado, mesmo que não planejado, ou ainda que sua ordem não possa ser interpretada ou compreendida.

Os modelos progressistas de planejamento das primeiras grandes cidades industriais se comportaram diante dessas questões criando situações fechadas de “sistemas limitadores e opressivos”³⁴⁷. O seu funcionamento dependia de um sistema paternalista de Estado e o património era considerado algo aparte da sociedade.

Numa resposta ainda insuficiente a essas questões, o modelo pré-urbanista culturalista - basicamente um modelo inglês representado por Morris, Ruskin e Ebenezer Howard -, faz uma crítica de ordem nostálgica à perda do património e ao desaparecimento da cidade medieval, transformada em cidade industrial, destacando a perda da originalidade do indivíduo, da organicidade, das irregularidades e assimetrias, que as cidades medievais possuíam. O modelo culturalista acaba por ser contra protótipo ou padrões e, de certa forma, na maré contrária dos acontecimentos históricos e da sociedade, é anti-industrialista. A limitação desse modelo está em sua própria percepção nostálgica do tempo, na necessidade de olhar para o passado, preservá-lo, que, entretanto fecha-se neste passado e torna a função destas cidades um monumento estático.³⁴⁸

Perpetuar a noção de perda e esquecimento como a razão da salvaguarda e estendê-la a todo tipo de situação é uma maneira de transformar a preservação num

³⁴⁶ CHOAY, Françoise. *O Urbanismo, Utopia e realidades de uma antologia*; São Paulo: Editora Perspectiva, 2000, ISBN 85-273-0163-6, p.06

³⁴⁷ CHOAY, Françoise. *O Urbanismo, Utopia e ...*, p.10

³⁴⁸ CHOAY, Françoise. *O Urbanismo, Utopia e ...*, p.14

ritual de passagem a gerações futuras daquilo que restou, o que Hobsbawn já teria caracterizado no fenómeno das *tradições inventadas*.³⁴⁹

Observando-se novamente os modelos pré-urbanistas - o progressista e o culturalista - que darão origem aos modelos utilizados pelos urbanistas que os seguiram e mesmo pelo planeamento atual de cidades, percebe-se uma problemática evidenciada: o tempo, responsável pelo sucesso da regra e pelo insucesso do modelo.

Falamos destes dois modelos de cidade porque questões hoje recorrentes na problemática da preservação urbana derivam de outras que foram, bem ou mal, respondidas por eles. O que separa o pré-urbanismo do urbanismo, segundo Choay, é que o primeiro é realizado de forma generalista, enquanto o segundo é feito por especialistas. Ambos dispõem, entretanto, dos mesmos modelos.

O Modelo Culturalista incentivava a cidade do espetáculo, o “*monumento como espetáculo*” é uma derivação disso.³⁵⁰ De forma demagógica, condescendente e paternalista, os monumentos são deglutidos através de interferências como reconstituições históricas fantasiosas. A animação cultural e todo o aparato turístico em torno dos monumentos históricos, bem como a excessiva utilização de novas tecnologias, criam não só um fetichismo dos monumentos como implicam na impossibilidade do diálogo direto do monumento com o interlocutor. As cidades cenarizadas do espetáculo prevalecem, mesmo muito tempo depois da disseminação de seus preceitos e ainda depois de intensas críticas. Está no cerne dos projetos para novos centros urbanos e estruturas de uso coletivo.

A tentativa constante de produzir uma “*revificação da experiência cultural*”³⁵¹ acaba por frustrar tanto os objectivos de preservar a cultura local quanto o de atingir o turista. Mesmo o turista está saturado da versão pitoresca de identidade urbana que a mediação excessiva do património acaba por passar.

O culto ao património, neste caso, não vem como um fato positivo. O culto é carregado de um grau supérfluo de afetividade e nostalgia que pode impedir o distanciamento histórico necessário para compreender e preservar o monumento.

Assim como o Modelo culturalista, o Modelo progressista também deixa uma herança nas políticas no património e de projeto urbano que convém destacar. No

³⁴⁹ HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. Editora: Paz e Terra, 1983

³⁵⁰ MONNIER, Gérard. O edifício-evento, a história contemporânea e a questão do património, *Designio*, 2006, n. 6, p. 11-18

³⁵¹ PERALTA, Elsa & ANICO, Marta (orgs.); *Patrimónios e Identidades. Ficções Contemporâneas*. Oeiras: Celta Editora. 2006. ISBN: 972-774-233-5

intuito de planejar cidades racionais, com lógica circulatória projetada para uma comunidade-tipo e um indivíduo-tipo³⁵², o modelo sugeriu a *tabula rasa* como solução. A ideia baseia-se na postulação de um “*começo absoluto*”.³⁵³ Dessa postura derivam as atuais demolições arbitrárias e restaurações inqualificáveis como formas de valorização recorrentes³⁵⁴. Boa parte das políticas de saneamento urbano da qual derivam as justificativas de remoção de populações de baixa renda da área central e eliminação de cortiços, bebem igualmente nesta fonte do planejamento.

De acordo com diversos estudos, esse fenômeno de enobrecimento com consequente substituição de população local é mais recorrente nas experiências norte-americanas do que nas europeias, onde as administrações locais tendem a sustentar a permanência das populações tradicionais dos bairros reabilitados.³⁵⁵ Porém a *gentrificação* - tradução do termo original em inglês, *gentrification* - continua ocorrendo e é consequência de boa parte das intervenções ou processos chamados projectos de requalificação urbana.³⁵⁶

A primeira crítica do Urbanismo realizada pelo modernismo não consegue ultrapassar a questão do tempo através da qual os modelos anteriores fracassam. Perpetua, assim a reprodução de modelos, e acaba por concretizar o conceito de *tabula rasa* como uma solução projetual válida.

O Plan Voisin de Le Corbusier é boa prova disso. O Plano procura projetar uma nova Paris a partir de um novo modelo de urbanização. Ignora o aporte histórico ou social presentes na cidade existente, na prepotência de que seu projeto urbanizador fosse melhor e mais sensível às questões urbanas, confiante na teoria do caos urbano e da falta de ordenamento proveniente da ausência de planejamento. A negação do passado pelo movimento Moderno era compreensível, porém, sua necessidade de desprender-se de tudo aquilo que havia sido feito anteriormente para criar o novo, faz com que, ao contrário de distinguí-la, torne-a um produto do que nega.³⁵⁷

O modernismo vem acompanhado negativamente de uma certa apologia do esquecimento porém positivamente de um desprendimento do valor de afetividade

³⁵² CHOAY, Françoise. *O Urbanismo, Utopia e ...*, p.25

³⁵³ CHOAY, Alegoria do Patrimônio. Editora: EDUNESP. São Paulo, 2001, ISBN 8574480304, p.112

³⁵⁴ CHOAY, Alegoria do Patrimônio... , p.214

³⁵⁵ GAGLIARDI C. M. R. *Um grande projeto entre o mar e as colinas: a renovação urbana da cidade italiana de Gênova*. in: *Cadernos Metrôpole*, São Paulo, v. 13, n. 25, pp. 123-142, jan/jun 2011

³⁵⁶ CIARDINI, F. e FALINI, P. *Los Centros Históricos - Política urbanística y programas de actuación*, Gustavo Gili, 1983, ISBN: 84-252-1152-2.

³⁵⁷ FRAMPTON, K. *História Crítica da Arquitetura Moderna*. Editora Martins. 2ª ed. 2008 ISBN - 10:8533624263

pela arquitetura anterior, uma tendência que fora demonstrada anteriormente por Violet-Le-Duc.

O Movimento Moderno entende que é possível institucionalizar uma nova visão de mundo. Para além, que não há outra alternativa senão essa para construir uma nova arquitetura, novas cidades, uma nova sociedade. O desprendimento, e mesmo a rejeição, da arquitetura do passado se tornam muito importantes para adquirir uma nova perspectiva do patrimônio, porém introduzem igualmente o conceito da destruição.

Por fim, a ideia de preservação é intrinsecamente moderna, justificada pelo próprio movimento de destruição, uma vez que para a reconstrução das cidades, era preciso, na perspectiva da destruição de tudo, selecionar e salvaguardar algo³⁵⁸. A preservação do Patrimônio Histórico faz, assim, parte do projeto moderno de cidade o que fica evidenciado através da Carta de Atenas, de 1933: desconstrução e preservação estão na mesma pauta.

Com as primeiras experiências desastrosas do Movimento Moderno, percebeu-se que suas propostas tinham falhas. A espontaneidade na vida das cidades italiana, francesa e inglesa não existia com essa política e as cidades modernas não tinham identidade. A espontaneidade foi retomada como conceito no CIAM VIII: o encontro, a reunião, a vida coletiva - que as cidades modernas haviam deixado de lado ou não alcançavam com seu novo projeto.

Se o modernismo configura-se como uma primeira crítica à construção da cidade, após o CIAM VIII haveria o nascimento de uma segunda crítica, fomentada por diversos pensadores, dentre eles, Jane Jacobs, Kevin Lynch e por outros fatores: a Carta de Veneza de 1964, as experiências de preservação e restauro de conjuntos do grupo Tendenza, em Bologna, na Itália, introduzindo novas noções como a da preservação da arquitetura menor, que até então era vista apenas como um cenário para os grandes monumentos. A preservação de conjuntos urbanos, bem como evidências dos efeitos nocivos da cidade construída a partir de uma “*folha em branco*” começam a surgir a partir de análises empíricas e diretas da cidade existente, fugindo ao desenho artístico e matemático da cidade moderna, aprendendo com os hábitos e usos a recriar a espontaneidade urbana, a respeitar a diversidade de usos e os eventos

³⁵⁸ MOREIRA, C. C. *A Cidade Contemporânea - Entre a tabula rasa e a preservação. Cenários para o porto do Rio de Janeiro*. 1ª Ed. Editora da UNESP, 2005..., p.48

quotidianos. O uso do automóvel é reinterpretado e começa a dar sinais de que não resolverá os problemas urbanos de mobilidade, mas apenas introduzirá um novo fator.

A nova hipótese de cidade estabelece um cenário legível, integrado, símbolo de uma sociedade complexa, que ultrapassa a ordem definitiva e permite uma ordem aberta³⁵⁹. Identifica, inclusive, os problemas da teoria de Zoneamento, uma ideia nascida no fim do século XIX, e que prevalece até hoje no planejamento de cidades.

Supõe-se uma nova compreensão da cidade. Uma cidade como aporte de cultura material e imaterial, “*corporificação de várias camadas superpostas de forma complexa, o que poderia ser sintetizado pela ideia de cultura urbana, ou seja, dos vários modos de vida reunidos na cidade.*”³⁶⁰

Na segunda metade do século XX, as noções de urbanidade e materialidade como coisas distintas torna-se mais clara. Urbanidade como uma noção composta por um conjunto de fatores que vão além da materialidade, dos quais a materialidade pode ser aporte e é certamente parte, mas um não sinónimo. A materialidade por si só é esvaziada de significado. A identidade e o significado estão associados a uma estrutura, porém uma estrutura desprovida destes dois fatores não tem o mesmo valor de memória ou de urbanidade.

O crescimento das cidades aliado às novas tecnologias, a criação de redes de transporte rápido, a interligação e conurbação de municípios, o fenómeno da metropolização criando metrópoles regionais e nacionais, a alteração na velocidade dos deslocamentos, geram novos polos de atração e novas concentrações de pessoas. A periferação desenvolve-se paralelamente à saturação dos centros urbanos. Tudo isso converte a cidade em um “*objeto multiescalar*”³⁶¹ complexo e de difícil análise. Diversos espaços relacionam-se a despeito da distância. “*Perde-se a cidade econômica e a cidade histórica por descaracterização e abandono.*”³⁶² Surge a “*cidade descartável*”, a “*cidade predatória*”. Derivadas disso, uma série de “*anomias sociais*”.³⁶³

Em meio ao emaranhado de novas situações, projetos como Docklands e Puerto Madero, a partir da década de 1980, surgem com novo foco: a gestão urbana. A partir da criação de novos marcos e identidades, pretende-se estruturar novas regiões com o

³⁵⁹ LYNCH, Kevin. *A Imagem da Cidade*. Editora Martins Fontes. São Paulo, 1999, p.05

³⁶⁰ MOREIRA, C. C. *A Cidade Contemporânea ...*, p.20

³⁶¹ DOMINGUES, Álvaro. Conferência: Urbanização Difusa em Portugal. *in Dispersão Urbana: Diálogos sobre pesquisas Brasil-Europa*, p.217

³⁶² DOMINGUES, Álvaro. Conferência: Urbanização Difusa ... , p.219

³⁶³ DOMINGUES, Álvaro. Conferência: Urbanização Difusa ... , p.221

propósito de assumirem a função de centralidades. Estes projetos urbanos representam a introdução de novos modelos que serão repetidos a exaustão em novas circunstâncias urbanas em maior ou menor escala, mas apresentam em comum uma nova interpretação do papel do Estado nas intervenções, uma visão neo-liberal.³⁶⁴

Para viabilizar tais operações, as áreas centrais de diversas cidades, antes providas de um património e de uma urbanidade únicas são despidas de suas características originais e transformadas através dos preceitos estabelecidos, conservando apenas parte da materialidade ou construindo uma completamente nova que seja mais adequada aos propósitos económicos de quem as propõe.

O centro urbano tem um imenso poder de atratividade que a gestão urbana - os governos - logo perceberam. Nas tentativas de “retorno” ao centro da cidade,³⁶⁵ através da associação da cultura e património à necessidade de dinamização económica, a prática urbana se volta para a reestruturação de áreas antigas através de processos largamente intitulados *revitalizações*. Constituem, assim, uma série de intervenções muitas vezes paradoxais entre si, fomentadas, inclusive, através da legislação que ora não prevê certas situações e ora, ainda que preveja situações problemáticas, as aprova, de maneira inconsequente ou por relevar os efeitos nocivos dessa permissividade.

Os limites entre o que pode, o que não pode e o que deve ou não deve ser feito com o património histórico das cidades é muito sensível. Para além disso, manter as tradições e a cultura presente nesses espaços tem um significado ainda maior. A materialidade sem a urbanidade promovida pelos usuários do espaço, pela cultura e tradição local, são apenas cascas vazias, conchas a espera de um conteúdo, um símbolo sem o seu significante. “*Suprimem-se as coisas suprimindo aquilo que elas representam.*”³⁶⁶

Vê-se com frequência a manutenção de um património construído, eleito pela voz da autoridade local e não pela população, como património, mas esquecendo-se - muitas vezes não por descuido, mas propositadamente - do património que de facto é material por carregar também imaterialidades. A materialidade sem a imaterialidade, ou seja, o objecto, desprovido de seu significado, não pode ser património.

³⁶⁴ HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. Edições Loyola, 1994. ISBN 8515006790

³⁶⁵ MOREIRA, C. C. *A Cidade Contemporânea ...*, p.80

³⁶⁶ JANEIRO, Pedro António, *A Imagem por Escrita, Desenho e Comunicação Visual: entre a Arquitectura e a Fenomenologia*, Série Mestres e Obras - Faculdade de Arquitectura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, FAU/USP, Secção Internacional, ISBN: 978-85-8089-010-5, Fevereiro de 2012, p.31

É preciso, a esta altura, fazer uma terceira crítica do urbanismo. O Zoneamento, na forma como é utilizado, não é efetivo em diversas circunstâncias. As legislações urbanas são falhas, e muitas vezes, mal organizadas. O entendimento das legislações pode ser complexo e inacessível e a formação de conceitos, confusa. O Planeamento atual ainda está impregnado da visão de *tabula rasa*, agora mascarado pelas propostas de revitalização, aspirando ao aspecto da preservação do património, mas ao mesmo tempo esvaziando-o de seu significado.

Vamos através de alguns exemplos esmiuçar o que já discutimos acima.

Um caso muito próximo que podemos estudar é o do planeamento urbano do Porto, em que o zoneamento foi praticamente abolido. O plano trabalha, entretanto, através de Sistemas - de transporte, circulação, patrimonial, etc. -, e com áreas específicas de projeto, as Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPGs). Desta maneira, não há sobreposições ou vazios não abordados pelo plano. As especificações são dadas para uma área completa, observando-se as características específicas da área. Isto evita a enorme colcha de retalhos que planos que utilizam zoneamento, por exemplo, o plano urbanístico de Gênova, acabam por fazer.

Embora, num primeiro contato, o plano de Gênova³⁶⁷ pareça muito bem organizado, a planta de zoneamento evidencia as dificuldades em estabelecer regras através de zonas. Ao invés de definir direcionamentos para uma grande zona, o zoneamento acaba abarcando pequenas e numerosas áreas e criando inúmeras sobreposições para suprir a ausência de soluções razoáveis específicas para cada um dos setores da cidade. Para a preservação do património, o plano de Gênova é extremamente ineficiente. Além de subvalorizar a arquitetura menor, diversos edifícios históricos foram suprimidos na Zona Portuária sob o pretexto de serem exemplares menos importantes no contexto geral urbano, através de um projeto extremamente negligente com a identidade local para privilegiar a produção de espaços turísticos standardizados.

O problema de demolir edifícios é que a substituição progressiva de elementos de um conjunto histórico compreensível, causa eventualmente a perda deste mesmo tecido, isolando elementos que ficam fragilizados. Ao suprimi-los aos poucos e

³⁶⁷ O Plano Diretor Municipal de Gênova segue o Zoneamento Clássico e é constituído de texto legislativo com 71 artigos gerais, além de artigos específicos de número variável para cada uma das cinco grandes zonas territoriais (A,B,D,E,F) em que se divide, artigos para as subzonas de abordagem específica (ZONA H, ZONA X, ZONA T, ZONA W, ZONA Amb, ZONA Dst.), 276 páginas; bem como plantas do plano territorial em escala 1: 5000 e planta do centro histórico em escala 1:1000, dando destaque aos imóveis classificados como património.

substituí-los por nova arquitetura, os conjuntos tem sua compreensão comprometida e submetida à nova escala e tipologia imposta pelos edifícios novos. Em Gênova, a revitalização da antiga zona portuária do gabinete de Renzo Piano, com a inserção de novos elementos desligados do significado do património já edificado fazem com que a ambiência urbana se perca. Há um desconforto evidente devido à falta de diálogo suficientemente consistente entre os elementos, na forma como estão dispostos.

A Sopraelevata Aldo Moro, de 1965, construída já na tentativa de fluir as conexões do restante do tecido urbano com o centro da cidade, demonstra exatamente a impossibilidade de se forçar passar ou construir sobre os centros históricos estruturas que eles não comportam. Aparentemente, Gênova incorreu no mesmo erro com o projeto de *revitalização* proposto por Renzo Piano concluído em 1992.

A inserção do metro do Porto é outra intervenção que enfrentou esse mesmo problema: a mobilidade urbana em direção ao centro, onde encontra-se uma enorme estrutura de comércio e serviços, e um grande polo de atração turística, mas cuja acessibilidade tornou-se obsoleta. O metro, que transformou completamente a mobilidade urbana e possibilitou o acesso ao centro da cidade, provocou entretanto, com isso, a supressão do jardim da Avenida dos Aliados e, apenas recentemente, deu uma solução válida à Praça de Lisboa, imensa quadra encerrada entre o prédio da Reitoria da Universidade do Porto e a Igreja dos Clérigos.

Não esqueçamos que novas inserções trazem consigo novos problemas. Com maior fluxo de pessoas para a Baixa do Porto com a melhoria da acessibilidade, surgem outras questões de administração do espaço urbano, como a necessidade de locais para a recepção do turista, o preparo da segurança pública para novos públicos que frequentarão os espaços, novas estruturas de serviços para a população que utiliza-se dessas infra-estruturas e preparo para eventos de grande porte que passam a utilizar com mais frequência a praça seca da Avenida dos Aliados.

Além da problemática das decisões tomadas de cima para baixo, nestes casos que apresentamos, sem consulta direta à população, muitos projetos passam por cima da legislação e são implementados de forma sobreposta. Ou então observamos espaços de profunda deriva institucional devido a falhas do zoneamento, em que a legislação sequer faz alguma diferença.

No Quartiere del Ghetto, de Gênova, projeto de fomento de uma identidade coletiva e de uma comunidade local, realizado com não só o auxílio, mas a participação constante da população local nas decisões, o respeito à história local e a

preservação, através da inserção de políticas sociais além das políticas de restauro dos edifícios e da reestruturação da área, parecem ser muito mais efetivos e cuidadosos do que a legislação, pouco acessível à população e até certo ponto, mesmo ignorada dadas as condições extremas de encorticiamento baixa renda e mesmo pobreza em que se encontravam os habitantes da região antes da intervenção da iniciativa Urban. Observa-se nesse caso não só uma melhoria física da região, mas também que os índices sociais antes e depois do programa demonstram melhoria na qualidade de vida das populações. A conexão com o lugar através da formação de identidades locais evita, para além, que a gentrificação ocorra com o restauro dos edifícios.

Tomemos um exemplo em que ocorreu exatamente o contrário: o caso do “Pelourinho”, em Salvador, Bahia, nordeste do Brasil, de 1991³⁶⁸. Enquanto as autoridades locais subsidiaram as requalificações e modernizações da região histórica do Pelourinho como forma de transformar uma área degradada em atracção turística, a economia local parecia progredir. Quando, entretanto, as populações locais foram finalmente expulsas pelo processo de gentrificação, o próprio turista perdeu o interesse pela aparência do cenário histórico que havia sido criado sem autenticidade, antes uma réplica standardizada da ideia do que devem ser centros históricos requalificados para o turismo. Com a decadência do turismo, houve retirada de subsídios do governo. O pequeno turismo que restou não foi suficiente para mantê-lo economicamente e o degrado da região aos poucos retomou sua antiga face, sem entretanto jamais ser reocupado pelas populações que ao final já se vêem completamente deslocadas, desterradas. Fica apenas um grande vazio, um cenário deserto. Em 2012 foram lançados novos concursos de propostas para o local.

Não só a falta da participação popular revela-se constantemente um erro, mas também a avaliação isolada do monumento em detrimento do entendimento conjunto mostra-se um posicionamento questionável. Um grande avanço do plano diretor do Porto, que confirmamos através do estudo de Gênova, é que não há distinção entre tecido urbano e monumento. Define-se áreas históricas. Significa que para o PDM, a monumentos e arquitetura menor têm a mesma relevância e que, portanto, não há diretrizes específicas para os monumentos porque são eles parte integrante dos conjuntos históricos que devem ser preservados. O Planejamento de cidades ainda

³⁶⁸ O projeto comumente referido como Requalificação do Pelourinho é chamado oficialmente " Projeto de Requalificação do Centro Histórico de Salvador".

interpreta, genericamente, o valor simbólico dos monumentos como maior do que o dos conjuntos históricos e distingue-os, concentrando recursos e visibilidade. Suponhamos que a arquitetura menor não possua relevância semelhante aos monumentos, sua subtração ou descaracterização pode ainda interferir negativamente na própria apreensão do monumento³⁶⁹, o que fica muito claro no estudo exemplar da Catedral de Milão, cuja importância ficou significativamente diminuída com a supressão dos edifícios em frente à fachada principal e a modificação das ruas e praça a sua volta.³⁷⁰ A ampliação do conceito de arquitetura menor por Giovanonni, em 1913, já abria a possibilidade de estendermos o valor patrimonial para outras situações que não a do edifício isolado. Na prática, entretanto, ainda ocorre de forma muito singela.

Ainda a propósito do Zoneamento, no Rio de Janeiro, mais uma vez, sua aplicação demonstra-se ineficiente. Dividido em quatro macrozonas, o planeamento tem as diretrizes de atuação: promover o desenvolvimento sustentável e o desenvolvimento para o turismo; fazer planeamento contínuo integrado; destacar a função social da cidade e da propriedade urbana; destacar o Rio de Janeiro como “cidade pólo da região metropolitana”; promover a cooperação entre governos e iniciativa privada; incentivar a descentralização econômica.

As decisões tomadas a respeito do planeamento da cidade por sua administração, demonstram, entretanto, uma consentida permissividade. Causada pela sobreposição das chamadas Áreas de Especial Interesse (AEIs) e das Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APACs) ao zoneamento demarcado pelo plano, diferentemente das UOPGs do plano do Porto, supracitadas, as AEIs não são definidas em área ou conteúdo pelo plano.³⁷¹ Tanto ao governo local quanto à iniciativa privada cabe o poder de as propor

³⁶⁹ A primeira recomendação a esse respeito é da Carta de Atenas de 1931. " III - A valorização dos monumentos: A Conferência recomenda o respeito, na construção dos edifícios, pelo carácter e a fisionomia das cidades, sobretudo na vizinhança de monumentos antigos cuja envolvente deve ser objecto de cuidados particulares. Também alguns conjuntos e certas perspectivas particularmente pitorescas, devem ser preservadas."

³⁷⁰ RUFINONI, M. R. Preservação e restauro urbano: teoria e prática de intervenção em sítios industriais de interesse cultural, Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2009, p.40

³⁷¹ "Art.51. A regulamentação de particularidades regionais, constantes dos Planos de Estruturação Urbana, Áreas de Especial Interesse - AEIs nas suas diferentes modalidades, e dos demais instrumentos legais disponíveis para a alteração das normas de uso e ocupação do solo, serão automaticamente incorporados à LUOS*, garantindo sua permanente atualização.

I.Área de Especial Interesse Urbanístico - AEIU é aquela destinada a projetos específicos de estruturação ou reestruturação, renovação e revitalização urbana;" - Lei Complementar nº111 de 1º de fevereiro de 2011 - Plano Diretor do Rio de Janeiro, p. 22

*LUOS : Lei de Uso e Ocupação do Solo

e de decidir sobre seu conteúdo. O zoneamento não as regula e integra diretamente qualquer AEI proposta à Lei de Ocupação e Uso do Solo. Todo o discurso do Plano Urbanístico do Rio de Janeiro pode-se transformar, assim, em uma tagarelice demagógica a despeito do que se deseja para a cidade, já que, a qualquer momento, pode-se propor um novo projeto que pode vir a sobrepor o planeamento.

O plano do Rio de Janeiro acaba por evidenciar, na sua tentativa de colocar as AEIs em mãos de agentes privados e públicos na mesma proporção, um dos maiores problemas dos atuais planeamentos de cidades e projetos para áreas urbanas: a gestão equilibrada da relação entre a esfera pública e a esfera privada. Projetos como Puerto Madero, em Buenos Aires, e Docklands, em Londres, permitiram que a iniciativa privada e o mercado imobiliário trabalhassem sozinhos. A introdução do neoliberalismo e o enfraquecimento do poder do Estado sobre as políticas urbanas sugere o nascimento de novas regulações.³⁷²

De modo geral, o que se observa, não somente em relação ao zoneamento, mas em toda a forma de constituir a legislação urbana é o que Álvaro Domingues já teria apontado em sua conferência *Urbanização Difusa em Portugal*: “A regulamentação é surpreendida pela adversidade do real.”³⁷³ O que nos leva a um novo ponto importante: a questão da atualização do plano diretor.

Quanto a isso, talvez Gênova seja a cidade pioneira: seu plano é atualizado anualmente. Já o Plano do Porto, teria sido revisado em 2006, sendo o plano anterior de 1993. Nova revisão é prevista apenas para dez anos após a entrada em vigor do plano. A considerar que a última revisão iniciou-se em 2003 e foi somente deliberada em 2006, entendemos que a revisão é um processo de três anos ao menos. Assim sendo, o próximo plano diretor só deve ser iniciado em 2016 e suas resoluções seriam deliberadas apenas em 2019. Quanto ao plano do Rio de Janeiro, a última versão anterior à presente de 2011, é de 1992.

O que o património tem a ver com estas questões de planeamento urbano?

Evidentemente, a deriva administrativa facilita a supressão das identidades locais e a descaracterização do património, que ficam à mercê da força económica da iniciativa privada de grandes empreendedores ou das decisões tomadas pelos governantes arbitrariamente, sem qualquer base legislativa. Os pequenos, sejam eles, as comunidades locais ou os conjuntos históricos de arquitetura menor, não têm

³⁷² DOMINGUES, Álvaro. Conferência: *Urbanização Difusa ...*, p. 221

³⁷³ DOMINGUES, Álvaro. Conferência: *Urbanização Difusa ...*, p.223

poder para enfrentar a especulação imobiliária, ou seja, a valorização ou desvalorização do solo urbano por meio de projetos e discursos construídos, neste caso, facilmente, com o apoio da falta de definições, atualidade e rigor da legislação urbana.

A prática constante de esvaziamento de significado, massificação e cenarização do ambiente urbano cria uma cidade com aspecto internacional porém sem identidade. Um modelo comum, de leitura fácil e direta para o turista, mas completamente esvaziada de significado, o que reflete inclusive sobre o mesmo turista, como já vimos no caso do Pelourinho, que enfada-se com a repetição.

Parece ser uma preocupação universal do planeamento de cidades atual, a *autopromoção* urbana em relação ao restante do mundo, como se essa promoção fosse significar a salvação económica de cidades que não tem a oferecer mais do que um aparato cultural construído na lógica do espetáculo, com base em seus antecedentes modelos culturalistas, já mencionados. A espontaneidade e vitalidade das cidades e a tão sonhada urbanidade se perdem diante da materialização de um cenário ideal.

A conversão do monumento em dinheiro - que vai da locação e sua utilização como suporte publicitário para venda de produtos de consumo em geral até à venda de uma imagem urbana aprazível, reconhecível e que possibilite um certo grau de afetividade ao público -, as “revitalizações”, “recuperações” e “reabilitações”, dentre outros termos utilizados, demonstram a fraqueza do Estado, especialmente do Legislativo, em promover a real vocação de suas cidades, melhorar a qualidade da vida de seus habitantes, e preservar seu património, no lugar de lhes atribuir falsas qualidades, imobiliárias, digamos assim.³⁷⁴

Nesta falsa impressão está a brecha para a introdução de “falsos” ou “reconstruções filológicas”³⁷⁵, para as reconstituições e as novas construções à moda

³⁷⁴ JANEIRO, Pedro António, *A Imagem por Escrita, Desenho...*, p.23

³⁷⁵ Optamos pela não utilização do termo neutro, questionada por diversos autores. O elemento arquitetónico “neutro”, de fato, não existe e toda intervenção arquitetónica tem peso sobre o conjunto do ambiente em que se insere. Os termos “falso” ou “reconstrução filológica” são mais adequados. Retratam o tipo de arquitetura que pretende-se uma cópia fiel de elementos históricos. A diferença entre os termos falso e reconstrução filológica está no primeiro ser uma nova construção inventada com base em anteriores porém com características próprias e o segundo pretender-se a exata cópia de um elemento que teria existido alguma vez, sido suprimido por razões elas quaisquer, e, posteriormente, seja reconstruído com a pretensa de possuir a mesma representatividade do elemento original anterior.

É preferencial, em situações extremas, que, ao invés de reconstruir a parte em ruína do edifício, uma nova construção seja feita, respeitando-se as características da original com um novo projeto. O conjunto só tem a ganhar com a ausência de um elemento falso que não só retira do observador uma noção temporal que poderia ganhar com a ausência, como pode induzir ao erro.

das antigas. Também para os edifícios-espetáculo que suprimem o valor do patrimônio por encobri-lo ou diminuí-lo em escala.

São bons exemplos que podem se opor a essa solução: a preservação das ruínas do Convento do Carmo - o que restou após o terremoto, em Lisboa -, e o Projeto de Lina Bo Bardi para a Ladeira da Misericórdia em Salvador. Eles demonstram, o primeiro pela ausência e o segundo pela inserção de um novo elemento, que a preservação não precisa reconstruir o que anteriormente estava lá para haver um registro histórico significativo do conjunto edificado. Ambos os projetos, entretanto, dependeram apenas da sensibilidade de quem os fez e não da regulamentação urbana que poderia discursar a este respeito.

Não se trata de um afeto nostálgico do culto ao patrimônio no sentido religioso do termo, a espera que todo edifício ou toda comunidade seja preservada de forma estática e engessada. Não se trata, igualmente de uma postura anti-progresso e contra a inserção de elementos novos na estrutura urbana. Sugerimos, ao contrário, a adoção de sistemas flexíveis e sensíveis às questões culturais. A lógica atual de planejamento de cidades deve se inverter ao preço de esvaziarem-se de significado, no caso contrário.

Os espaços criados para as novas imposições do mercado imobiliário são vazios, como já dissemos, de significado e, logo, serão vazios de pessoas. Tornam-se espaços descartáveis e na medida que não possibilitam mais a espontaneidade da cidade histórica podem ser facilmente esquecidos. A arquitetura que não pode fazer parte da memória coletiva desaparecerá, pois novos usos não serão atribuídos a elas - já que são construídas para fins muito específicos -, e a tendência é a sua substituição constante por novos espaços que, por definição, se seguirem a mesma lógica, terão igual destino.

Talvez uma das únicas, senão a única maneira de evitar que isso ocorra, é conscientização da importância do patrimônio através da educação, bem como o constante desenvolvimento de estruturas de preservação mais flexíveis.

Quanto às perguntas que nos fizemos no início, dentre elas a principal *Que tipo de problema são as cidades?* podemos apenas responder a quem o problema pertence. O Urbanismo não se trata mais de uma questão científica que possamos resolver fechados na pesquisa teórica. As cidades e as decisões sobre elas devem pertencer aos que se utilizam dela diariamente. É dos planejadores e arquitetos certamente,

porque nelas também habitam, ou melhor, vivem. Mas principalmente das populações que são atingidas com a mudança de um conceito, de uma diretriz ou de uma legislação. Só pode haver mudança no comportamento a respeito dos projetos urbanos, quando houver consciência universal sobre a importância das cidades e da memória e cultura da qual as cidades são aporte físico.

BIBLIOGRAFIA

ARGAN, Giulio Carlo. História da arte como história da cidade. Tradução de Pier Luigi Cabra. São Paulo: Martins Fontes, 1992. [Primeira edição italiana: *Storia dell'arte come storia della città*. Roma: Riuniti, 1983.]

BORJA, Jordi e CASTELLS, Manuel. Local y Global. La gestión de las ciudades en la era de la información, 1998

CHOAY, Françoise. *O Urbanismo, Utopia e realidades de uma antologia*; São Paulo: Editora Perspectiva, 2000, ISBN 85-273-0163-6

_____ A regra e o modelo: Sobre a Teoria da Arquitetura e do Urbanismo /La Règle et le Modèle sur la théorie de l'architecture et de l'urbanisme. 2nd ed. Ed. Caleidoscopio Seuil. Trans. Tiago Marques. Portugal: Seuil, 2007

_____ Alegoria do Patrimônio. Editora: EDUNESP. São Paulo, 2001, ISBN 8574480304, p.214

CIARDINI, F. e FALINI, P. *Los Centros Históricos - Política urbanística y programas de actuación*, Gustavo Gili, 1983, ISBN: 84-252-1152-2

DOMINGUES, Álvaro. *Conferência: Urbanização Difusa em Portugal. in Dispersão Urbana: Diálogos sobre pesquisas Brasil-Europa*

HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. Editora: Paz e Terra, 1983

JANEIRO, Pedro António, *A Imagem por Escrita, Desenho e Comunicação Visual: entre a Arquitectura e a Fenomenologia*, Série Mestres e Obras - Faculdade de Arquitectura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, FAU/USP, Seção Internacional, ISBN: 978-85-8089-010-5, Fevereiro de 2012

KÜHL, Beatriz Mugayar (org.). *Gustavo Giovannoni - Textos Escolhidos*. 1ª ed. Cotia- SP: Ateliê Editorial, 2013

LEMAIRE, Raymond. *Autenticidade e Patrimônio monumental*. Tradução Beatriz Mugayar Kühl. [Authenticité et Patrimoine Monumental, Restauro, Napoli, 1994, n. 129, p. 7-24] In: Restauro, Nápoles, 1994

LYNCH, Kevin. *A Imagem da Cidade*. Editora Martins Fontes. São Paulo, 1999

MONNIER, Gérard. *O edifício-evento, a história contemporânea e a questão do patrimônio*, Designio, 2006

MOREIRA, Clarissa da C. *A Cidade Contemporânea - Entre a tabula rasa e a preservação. Cenários para o porto do Rio de Janeiro*. 1ª ed. Editora da UNESP, 2005

OLIVEIRA, Mariana Martins de. *Património Histórico e Urbanismo: algumas problemáticas da preservação e e gestão do Património Histórico no planeamento de cidades. Atas do IX Encontro Nacional de Estudantes de História*, Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Biblioteca Digital, 2014, p. 251-267, *eBook*

PERALTA, Elsa & ANICO, Marta (orgs.); *Patrimónios e Identidades. Ficções Contemporâneas*. Oeiras: Celta Editora. 2006. ISBN: 972-774-233-5

RUFINONI, M. R. *Preservação e restauro urbano: teoria e prática de intervenção em sítios industriais de interesse cultural*, Tese de Doutoramento. Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2009.